

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM TURISMO
DOUTORADO EM TURISMO

Turismo e Cultura na Perspectiva DECOLONIAL: Patrimonialização e uso Turístico do Frevo em Recife e Olinda

Bruna Galindo Moury Fernandes

BRUNA GALINDO MOURY FERNANDES

**TURISMO E CULTURA NA PERSPECTIVA DECOLONIAL:
PATRIMONIALIZAÇÃO E USO TURÍSTICO DO FREVO EM RECIFE
E OLINDA (PERNAMBUCO-BRASIL)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como pré-requisito para o título de Doutora em Turismo, na linha de pesquisa Turismo e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Mozart Fazito Rezende Filho

NATAL/RN

2024

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas – SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Moury-Fernandes, Bruna Galindo.

Turismo e cultura na perspectiva decolonial: patrimonialização e uso turístico do frevo em Recife e Olinda (Pernambuco-Brasil) / Bruna Galindo Moury-Fernandes. - Natal, 2024.

214f.: il.

Tese (Doutorado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Turismo. Natal, RN, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Mozart Fazito Rezende Filho.

1. Turistificação - Tese. 2. Patrimonialização - Tese. 3. Frevo - Tese. 4. Patrimônio-territorial - Tese. 5. Decolonialidade - Tese. 6. Estudos críticos - Tese. I. Rezende Filho, Mozart Fazito. II. Título.

RN/UF/Biblioteca CCSA

CDU 338.48-6:7/8

Bruna Galindo Moury Fernandes

**TURISMO E CULTURA NA PERSPECTIVA DECOLONIAL:
PATRIMONIALIZAÇÃO E USO TURÍSTICO DO FREVO EM RECIFE
E OLINDA (PERNAMBUCO-BRASIL)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como pré-requisito para o título de Doutora em Turismo, na linha de pesquisa Turismo e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Mozart Fazito Rezende Filho

BANCA EXAMINADORA

Mozart Fazito Rezende Filho, Dr.

Presidente da Banca e Orientador - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Everaldo Batista da Costa, Dr.

Avaliador Externo – Universidade de Brasília

Hugo Menezes Neto, Dr.

Avaliador Externo – Universidade Federal de Pernambuco

Ilia Alvarado-Sizzo, Dra.

Avaliadora Externa – Universidad Nacional Autónoma de México

Silvio José de Lima Figueiredo, Dr.

Avaliador Externo - Universidade Federal do Pará

Dedico esta tese, assim como toda a minha vida, à Fátima Galindo [in memoriam] e à Lia, minhas sementes, raiz e fruto. Evoé!

AGRADECIMENTOS

“Así como cada mañana de mi vida, traigo del sueño, otro sueño”

Pablo Neruda (1904-1973)

Gostaria de deixar registrado que iniciei a escrita destes agradecimentos antes mesmo de terminar a tese e o fiz por partes. Na minha dissertação de mestrado, defendida em 2011, fui breve, apenas uma lauda. Dessa vez vou me permitir escrever sem medo de parecer exagerada, piegas, bajuladora ou “gratiliz” demais... Estou justificada pelo estado de “gracias” em que me encontro desde minha aprovação para iniciar os estudos doutorais, quando um mundo de desafios, aprendizados e vivências se abriu para mim e eu vivi tudo muito intensamente e cercada de afetos (no sentido mais amplo da palavra).

Sou filha de uma professora, historiadora, socióloga e amante das artes e das culturas populares. Considero que sou o que sou em função dos muitos ensinamentos teóricos e, sobretudo, práticos e humanitários herdados de minha saudosa mãe. Quem me conhece um pouco sabe de minha devoção e admiração por essa mulher. Reverencio minha matriarca sempre e aos quatro cantos e não seria diferente aqui. Obrigada, Mãe! Fátima Galindo, presente! Hoje é sempre!

Pablo Neruda era um dos seus poetas preferidos a quem eu só passei a conhecer e admirar depois de sua partida. É inegável que boa parte do meu repertório/conhecimento geral teve/tem sua influência. Foi muito por causa dela que me aproximei e passei a admirar a literatura, a música, o povo e a cultura brasileira e latino-americana. Não é à toa que é um dito de Neruda que abre esses agradecimentos. Esse especificamente é especial e uma espécie de lema que tenho e levo na minha vida, realista-otimista que sou. [Inclusive o tenho emoldurado em um quadro no meu lar para sempre lembrar disso e de uma viagem inesquecível que fiz ao Chile e aos museus-casas de Neruda, onde me emocionei muitíssimo, materializei sonhos e me deparei com meu desconhecimento sobre a América Latina real].

Optei por deixá-lo em sua língua original porque esta também me constitui de certa forma. Para melhor explicar o porquê disso, contarei uma pequena história. Aos 15 anos acompanhei minha mãe à Espanha, quando ela foi fazer seu doutorado em Sociologia e deixou eu e meus irmãos no Recife para seguir seu plano/sonho acadêmico [interrompido lá em 1983, quando cursava seu mestrado em História e meu pai faleceu e ela precisou se dedicar ainda mais à maternidade e aos boletos incessantes].

Fui a única dos 3 filhos(as) que fui à Bilbao viver essa experiência de quase 2 anos em território europeu, que afetou radicalmente meu entendimento e trajetória de menina-mulher-latinoamericana-brasileira-nordestina-pernambucana. [Não vou adentrar nas especificidades dos significados de cada uma dessas adjetivações, mas cada uma implica uma série de condições que dizem muito sobre o meu lugar e condição no mundo]. Também foi lá que descobri a grandeza e riqueza do Brasil, e de Pernambuco.

Nessa experiência, além de me dar conta do meu desconhecimento sobre o mundo e o Brasil, comprovei que os clássicos saberes “o *Brazil* não conhece o Brasil” [de Aldir Blanc (1946-2020)] e o “complexo de vira-lata” [de Nelson Rodrigues (1912-1980)] estão impregnados em muitos(as) de nós. Não me restam dúvidas de que foi essa experiência em terras estrangeiras que me fez interessar pelos mundos e pelo turismo, primeiro enquanto prática e depois como profissão.

Pouco menos de uma década depois me graduei em turismo, fiz uma especialização em planejamento e gestão e comecei a dar aulas, aos 23 anos. Antes de ingressar no ensino universitário dei muitas horas/aulas em cursos de turismo de curta duração em cidades de Pernambuco.

Costumo brincar que sou uma professora internacional porque já dei aulas até em Buenos Aires. A brincadeira se deve por se tratar de uma cidade rural na Zona da Mata Norte de Pernambuco, e não da capital Argentina. Nesta ocasião, gastei todo o meu suado dinheirinho comprando uma gola de caboclo de lança (do Maracatu Rural) que através de milhares de lantejoulas estampava o escudo do Santa Cruz Futebol Clube, time do meu coração e herança direta do meu pai e da minha família paterna. Paralelamente à especialização, fiz cursos e oficinas para trabalhar com produção cultural. Atuei em bons projetos e elaborei alguns outros, mas a docência começou a ficar cada vez mais frequente e acabei me tornando professora de fato, quase que em dedicação exclusiva.

Em 2007, ano em que minha mãe fez a passagem, tomei posse como professora da rede pública federal no IFPE, em Barreiros, município da Zona da Mata Sul pernambucana. Logo em seguida, ingressei no mestrado e após longos 10 anos, uma filha e um monte de outras façanhas que não cabem no currículo *Lattes*, veio enfim o doutorado. Findada essa breve narrativa de minha trajetória pessoal/profissional início os agradecimentos propriamente ditos.

No âmbito institucional agradeço primeiramente ao IFPE - Campus Recife que autorizou meu afastamento completo por 4 anos. Sem esse direito e condição privilegiada eu não teria conduzido este caminhar da mesma forma. Incluo aqui minhas amizades/colegas do

Curso Superior de Gestão Tecnológica em Turismo que, além de assumirem minhas disciplinas e votarem favoráveis ao meu afastamento, me apoiaram e torceram por mim desde sempre. Obrigada Luciana Pereira, Rodrigo Ataíde, Iraneide Pereira e Carmem Mendonça, como sempre digo e repito: é bom demais estar com vocês do mesmo lado da trincheira. Agradeço também ao Prof. Dr. André Luís, coordenador do curso, que conduziu meu retorno à sala de aula (alguns meses antes de terminar esta tese) com muita consideração e zelo profissional.

Agradeço também a todos e todas que fazem o Programa de Pós-Graduação em Turismo – PPGTUR/UFRN. Muito obrigada aos integrantes da secretaria, técnicos (as) administrativos(as), professores(as) e colegas pelas trocas, aprendizagens e enfrentamentos (inclusive à pandemia da covid-19, iniciada juntamente com as aulas lá no fatídico março de 2020).

Arelado a este vínculo com o PPGTUR/UFRN agradeço também à CAPES pela bolsa concedida em 2021 para o desenvolvimento de uma pesquisa incrível sobre o artesanato brasileiro sob a supervisão do Prof. Dr. Wilker Nóbrega (UFRN) e a coordenação geral do Prof. Dr. Sílvio Figueiredo (UFPA), com quem tive a importantíssima oportunidade de cursar a disciplina ‘Planejamento, Políticas Públicas e Novas Práticas de Turismo e Lazer’ e pude me aprofundar nos conceitos e categorias científicas do turismo e entendê-lo mais ainda enquanto fenômeno e prática social.

Agradeço novamente e efusivamente à Capes que através do Programa Nacional de Internacionalização – PRINT me proporcionou a experiência inesquecível de durante 12 meses realizar estágio de Doutorado-Sanduiche na Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM entre 2022 e 2023. Viver nesse país único, singular e latiníssimo foi uma das grandes experiências e conquistas da minha vida. !Viva México!

Estendo meus agradecimentos oriundos dessa oportunidade ao Instituto de Geografía da UNAM pelo acolhimento neste período, no qual mergulhei profundamente nas questões relacionadas ao patrimônio cultural e ao turismo, através de diversas oportunidades entre as quais destaco ter cursado algumas disciplinas e aprendido bastante através da participação em eventos acadêmicos e de visitas de campo para elaboração de pesquisas sobre a mexicaníssima celebração ao *Día de Muertos* que me fizeram iniciar em grandíssimo estilo minha produção acadêmica internacional.

Não tenho palavras suficientes para agradecer à Profa. Dra. Ilia Alvarado-Sizzo (UNAM), pesquisadora e mulher superlativa que antes de ser minha supervisora no Doutorado-Sanduiche foi uma das professoras na disciplina ‘Usos do território e cultura na

América Latina: Abordagens teórico-metodológicas para estudos da Patrimonialização’ juntamente com a Profa. Dra. Bernadete Castro (UNESP) e o Prof. Dr. Everaldo Costa (UNB). Assim como todas as disciplinas cursadas no doutorado, esta foi realizada de forma virtual (em 2021) e em muito contribuiu para os primeiros passos e encaminhamentos desta tese. Alguns meses depois convidei a ilustre Professora para integrar minha banca de qualificação de tese (2022) e pude contar com seu apoio total e irrestrito para até der às burocracias referentes aos processos para o Doutorado-Sanduiche. Ilia não só aceitou meus convites e solicitações como conduziu todo o processo com leveza, generosidade e boa fé. No México estabelecemos contatos e parcerias acadêmicas que jamais imaginei viver sendo ainda doutora em formação. Ter cruzado meu caminho com o dela foi/é um grande presente da vida. *!Muchas gracias, Iliá!*

Ainda do contexto mexicano, deixo meus agradecimentos à Profa. Dra. Drizelda Sánchez (UNAM), que em estágio Pós-Doutoral me acolheu e tanto me ensinou e colaborou. Estendo estes agradecimentos aos companheiros(as) do grupo de pesquisa ‘Turismo, Espacio y Cultura’. *!Gracias!* Sofía, Ivan, Celeste e Itzel, pelas trocas e convívio nas instalações da majestosa e imponente UNAM e nas divertidas visitas de campo à Mixquic e Plaza Garibaldi para o desenvolvimento das pesquisas sobre o *Día de Muertos* e os Mariachis, respectivamente.

Seguindo no campo acadêmico agradeço muitíssimo ao Prof. Dr. Everaldo Costa (UNB) que desde o primeiro contato estabelecido via e-mail, impactada após as primeiras leituras e assimilação de seus construtos, foi de uma generosidade e amabilidade raríssimas no mundo acadêmico. Ao longo desses quase 5 anos Everaldo Costa, referência bibliográfica fortíssima desta tese, me proporcionou um extenso enriquecimento intelectual e profissional. Além de ter a honra de contar com sua apreciação a esta tese enquanto examinador externo tive a grata satisfação de contar com sua parceria para junto com meu orientador escrevermos um artigo selecionado para publicação na Revista *Tourism, Planning & Development*, ainda em construção. Super obrigada, Professor!!!

Agradeço muitíssimo e irrestritamente ao Prof. Dr. Mozart Fazito, orientador admirável, atento, generoso e libertário. Nosso contato direto e frequente - desde os meus primeiros passos no doutorado - me mantiveram firme e instigada. Obrigada querido Professor pelos muitos voos acadêmicos e, também, pelas diversas “viagens” realizadas via conversas, orientações e sugestões de leitura (e músicas também!). Sem a sua mineiríssima tranquilidade e leveza existencial e profissional minha trajetória doutoral não seria a mesma. É muito por sua “culpa” que essa tese pôde ter sido escrita “com sangue nos olhos e na

caneta”, como você disse quando a bichinha ainda começava a se concretizar. Desde então captei tratar-se do sentido mais amplo do sangrar... e espero seguir sangrando, sempre, e até o fim.

Faço também um agradecimento especial ao Prof. Dr. Wilker Nóbrega (UFRN), que mesmo não sendo meu orientador, ou examinador interno, muito contribuiu nesta caminhada de doutoramento através de suas aulas, sugestões bibliográficas e observações contundentes à minha investigação. Registro aqui minha admiração ao pesquisador e estudioso do turismo que nascido no Norte do Brasil, sua Belém do Pará querida, contribui enormemente aos estudos turísticos do Brasil. Espero um dia podermos escrever juntos sobre turismo e cultura, Recife e Belém.

Lá em 2019, Mozart e Wilker foram o meu primeiro contato com o PPGTUR/UFRN, quando fiz por um semestre muitas idas e vindas Recife/Natal para cursar a disciplina ‘Políticas Públicas para o Turismo’ (como aluna especial e aspirante a doutoranda). Tive a suada e feliz aprovação e, em 2020, após essa primeira e única disciplina presencial no doutorado, fomos afetados(as) individual e coletivamente pela pandemia da Covid-19. A partir de então meu pequeno apartamento em Casa Amarela, Zona norte do Recife, transformou-se em biblioteca e sala de aula, leitura e pesquisa. Meu já surrado computador (atualmente quase finado) virou janela e porta para o mundo, plataforma para as aulas e congressos e, também, para as fofocas de “corredor”, além de divã para chorar e sorrir com colegas e amigos(as) desta jornada.

A dupla Wilker e Mozart também foi a responsável por minha entrada e permanência no Grupo de Pesquisa em Planejamento e Organização do Turismo (GEPPOT), potente aglomerado de professores(as) e pesquisadores(as) do Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste brasileiro. Que honra! A concretização desta tese também se deu em função das muitas trocas ali realizadas e sei que muito ainda está por vir.

Ofereço meus agradecimentos não só acadêmicos, mas, sobretudo, afetivos e com muita alegria à Francisco Xavier, Ana Neri Justino e Ana Catarina Coutinho (também “Geppoters”) a quem, juntamente com Bruno Tenório (amigo desde os tempos da graduação, e Verônica Chiundila (nova melhor-amiga moçambicana) foram um grandíssimo escudo e espada para enfrentar as dores e desafios doutorais. Muuuuito obrigada!!! Edilene Pequeno, Ricardo Bolzán e Débora Urano estão incluídos(as) nessa trupe queridagem. Simbora comemorar nossos doutoramentos e operacionalizar os tantos planos e projetos de pesquisa e extensão do nosso Grupo de Estudos em Teoria e Epistemologia em Turismo (GETET), publicar e viajar juntos(as) por esse Brasil e mundo afora.

Finalizado os agradecimentos mais acadêmicos, parto agora para o âmbito mais pessoal. Além de dedicar esta tese também à minha pequena-grande filha, não poderia deixar de agradecer à Lia, meu fruto tão doce e meigo, minha boneca que topa-tudo. Obrigada por sempre repetir (muitas vezes eu pedindo/implorando, confesso) nossa frase-amuleto: “vai dar tudo certo!”. Obrigada por aos bebezísticos 3 anos de idade não ter sofrido (tanto) ao me ter ausente para pernoitar fora em Natal por várias vezes para ir às aulas presenciais. Obrigada por ter conseguido aguentar e aceitar/entender que ao estar em frente ao computador sua mãe não estava brincando, mas trabalhando. Obrigada por ter o sono pesado, o que me permitiu inúmeras madrugadas de leituras e produções textuais catárticas. Obrigada por termos sido tão felizes no México! Parabéns pela coragem e bravura para enfrentar as baixas temperaturas, terremotos, escola bilíngue e a ausência da sua cidade, familiares e amigos (incluindo Rocky, seu (nosso) cachorrinho amado). Obrigada por ter me acompanhado em algumas saídas de campo para o mundo do frevo. Peço desculpa por ter te privado de tantas programações para ficar “dênticasa” comigo nas muitas vezes em que os prazos se apertavam e pelas muitas ausências, as presenciais inclusive. Agora eu virei “médica do turismo e do frevo”, como você disse lá no comecinho, ao interpretar literalmente o que significava estar fazendo um doutorado sobre frevo e turismo. Agora as coisas vão se acalmar, filha! Vamos curtir muito tudo e todes! Te amo!!! [Agradeço também a Júnior, pela parceria na geração e criação de nossa filha e por ter me apoiado na seleção, primeiros anos do doutorado e na vida no México. Lia tem um pai arretado!]

Agradeço muitíssimo ao meu irmão Eloy e meus sobrinhos (Gabriel e Rafael) e sobrinha (Maria Helena), por serem porto seguro e ninho de amor para mim e para Lia. À Gabriela por tantas vezes ter expandido a já numerosa população infanto-juvenil do seu lar para acolher Lia com tanto carinho, afeto e dedicação. Amo vocês!!! Agradeço também à minha irmã Izabela pelo apoio na vida. O triângulo, a bola e o quadrado de Fafá & Bebé, apesar de super diferentes, são pessoas legais e amáveis. Incluo neste núcleo afetivo principal minhas duas fiéis companheiras de vida e cotidianidade: Margarida (minha veinha, que me criou junto com mainha. Minha anja) e Janeide (minha parceira na lida diária e na criação de Lia). Essas duas mulheres são fundamentais em minha vida! Super obrigada!

Agradeço à Família Galindo - nas pessoas dos meus tios (Josail, Zeca, Carlos, Miguel e Graciliano), tias (Miriam, Cláudia, Salete, Marta e Rosário), primos e primas (agregados e agregadas), sobrinhos e sobrinhas - pela eterna torcida e reza por mim. Agradeço demais pelos momentos de alegria e descontração ao longo desses anos e dos anteriores nas muitas

festas de aniversário, réveillon e natal vividos daquele jeito musical e dançante que só a “Galindagem” é capaz de produzir/proporcionar. Amo vocês!!!

Agradeço também e do fundo da minha alma e coração às amizades construídas e pela presença constante e impactante na minha trajetória existencial. Tenho muitos(as) amigos(as), de diversas tribos, e cada qual tem um jeito de se fazer presente. Vou nomeá-los(as) um(a) a um(a): *amizades-amores-familiares*: Juli, Laércio, João, Bê e Guga Romão, Vanessa, Marcela, Claudinha, Ceozinho e Guinho (Lu, Letícia e Felipe) Agra, Patrícia Noblat (Artur e Guigui), Andrezza, Alessandra e Fred Jr Domingos e Neto, Eliana, Katinha (Adam) e Amanda; ii) *amizades de vida, de lutas e de farra* (sobretudo frevísticas, forrozísticas e sambísticas): Caróis Ferreira e Vergolino, MarinaS Caminha, Amílcar Bezerra, Rodrigo Araújo e Isaac Gurgel, Helenira Medina, Tati Ferraz, Tuca Siqueira, Jana Caminha, Nauca, Palula e Renata Oliveira, Dani Madruga e Lucas Victor. Incluo aqui também o pessoal da banda Regente Joaquim [Chiló, Gerrá e Alê], do Cordão Carnavalesco e banda de frevo elétrica ‘Quero Ver Quem Vai’, do Bloco ‘Eu Acho é Pouco’ [Lule Veras, Maria Chaves, Guila Calheiros, Claudinha Soul e Júlia Morim]; iii) *amizades do turismo*: Priscilla Marques, Daniella Pereira, Roberta Cajaseiras, Shiguemi, Pio Jardim, Sandra Pereira, Clarisse Fraga, Duda Vasco e Fernanda Azevedo); e *os(as) desgarrados(as)*: Eva Rolim, Aline Bacelar, Allan Cravo, Fabíola, Pedro Costa (e também Cris, Tereza e bebê Antônio), Dôca e Val Bezerra, Alexandre Pires, Nataly Queiroz, Dani Teobaldo e Rachel Vieira. [E especialmente os muuuuito saudosos Ricardo e Aída]

Desse monte de amigos(as,) gostaria de fazer um agradecimento especial e destacado à Francisco Xavier (pela revisão das normas, tradução do resumo para o inglês e organização do sumário, quadros e figuras); Eva Rolim, pela produção das capas mais lindas das galáxias; e Pedro Lisboa, ex-aluno/orientando e super guia de turismo, além de amante do frevo, por me ajudar nos trabalhos de campo, nas fotos e no contato com o povo que freva.

Eu não poderia deixar de encerrar esta seção de agradecimentos sem ser me dirigindo diretamente àqueles(as) que fazem o frevo existir e resistir. [Essa comunidade tão plural, por isso nomeada “comunidades” do frevo]. Assim, começando pelas instituições, agradeço às pessoas que integram o Comitê Gestor de Salvaguarda do Frevo e a gestão do Paço do Frevo, Casa do Carnaval, Federação Carnavalesca de Pernambuco e às muitíssimas agremiações e companhias de dança de frevo pelas informações, suporte e apoio, especialmente durante os trabalhos de campo e de pesquisa documental. Incluo aqui as pessoas que produzem conteúdo em formato de matérias jornalísticas, livros, documentários, filmes e *podcasts* e que expandem para o mundo conhecimentos relevantes e valiosos sobre o frevo. Agradeço -

finalmente e especialmente - a todos(as) e a cada um(a) dos(as) entrevistados(as) por haverem contribuído gigantescamente com as reflexões contidas nesta tese.

Por fim, transmito desde estas páginas meu muitíssimo obrigada, minhas reverências e muitas palmas às pessoas que dançam, cantam, tocam, produzem estandartes, bonecos gigantes e criam blocos e agremiações que nos levam e trazem para a vida real e sonhada. Agradeço também aos foliões e foliãs que, assim como eu, integram as multidões aglomeradas e extasiadas na beira dos palcos, do lado das orquestras e companhias de dança de frevo pelas ruas e ladeiras de Pernambuco. [Agradeço enquanto pessoa e não apenas pesquisadora].

Encerro estes agradecimentos com uma das músicas mais marcantes do meu período doutoral (2020-2024) tão cheio de desafios para gerar e parir uma tese em si, e que foi marcado, também, por um divórcio amigável, enfrentamento a um Governo Federal neofascista (#EleNãoEleNunca), pandemia (*lockdown* e muitas mortes evitáveis), aumento da pobreza, violência, racismo e feminicídio no Brasil e no mundo. Aos trancos e barrancos, sobrevivi/sobrevivemos, entre outras coisas porque teve vacina, reeleição de Lula, vivência no México e muitos aprendizados e alegrias. É isso: “o muro está mais alto, mas tem como derrubar”¹. Sempre! Evoé!

¹ Para escutar o frevo-maracatu-rock ‘A turma tá subindo’ (Siba, 2021), acessar o clipe repleto de cores, paisagens e pessoas pernambucanas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=579aWrJQdFU>

*Morre lentamente quem não viaja, quem não lê, quem não ouve
música, quem não encontra graça em si mesmo*

Pablo Neruda

Moury-Fernandes, B. G. (2024). *Turismo e cultura na perspectiva decolonial: patrimonialização e uso turístico do frevo em Recife e Olinda (Pernambuco-Brasil)*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.

RESUMO

Na relação turismo e cultura há um embate dialético nas formas de produção cultural e nas configurações da oferta e consumo dos produtos turísticos que interferem e afetam significativamente as pessoas e os territórios envolvidos. Ao investigar a patrimonialização são identificados discursos e práticas que apontam distinções e tensões relacionadas às culturas, naturezas, tempos históricos e territorialidades. Os processos de patrimonialização e turistificação se relacionam, assemelham e incidem de forma intensa nas dinâmicas socioculturais e na produção do espaço. Esta tese buscou identificar, mapear e caracterizar a materialização e territorialização do frevo e do seu uso turístico em Recife e Olinda (Pernambuco, Brasil), investigar sua patrimonialização - a partir da proposta teórico-metodológica da *ativação popular do patrimônio-territorial* – para, por fim, refletir sobre “outros turismos possíveis”. Desde a perspectiva decolonial efetuou-se a revisão bibliográfica e o cruzamento teórico dos estudos críticos do turismo e do patrimônio. Através de pesquisa documental foram investigados os dossiês de candidatura do frevo à Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro e mundial e os pareceres de revalidação dos títulos, além de documentos, leis, planos, projetos e iniciativas voltadas à cultura, ao turismo e ao frevo. Ademais, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e observação participante e não-participante para compreender as singularidades e particularidades das comunidades do frevo. A análise de conteúdo permitiu identificar e caracterizar concepções, discursos e narrativas presentes e recorrentes nos documentos, depoimentos e observações coletadas. Este conjunto de procedimentos possibilitou a análise das Variáveis de Conexão Territorial Afetiva (VCTA) e a elaboração do Mapa do Frevo. Foi intrigante verificar que apesar do frevo representar e identificar o destino turístico Recife/Olinda, parece não ser atingido efetivamente pelos benefícios (inclusive econômicos) provenientes dos serviços e produtos que apoiam o turismo. As análises críticas e decoloniais realizadas identificaram os enfrentamentos e utopismos dos fazedores e fazedoras do frevo para resistir aos padrões de poder (moderno, eurocêntrico e colonial) que se articulam às lógicas hegemônicas do capitalismo e do mercado mundial e afetam a existência social e as relações materiais e subjetivas especialmente na América Latina. Estima-se que esta tese contribua para reflexões incomuns no campo teórico do turismo, pois, para além de um estudo de caso de aspectos únicos, as considerações e análises podem ser pertinentes para pensar sobre ‘outros turismos possíveis’ em contextos e realidades distintas nas quais os bens culturais estão submetidos aos processos de patrimonialização e turistificação globais.

Palavras-chave: Turistificação. Patrimonialização. Frevo. Patrimônio-territorial. Decolonialidade. Estudos críticos.

Moury-Fernandes, B. G. (2024). *Turismo e cultura na perspectiva decolonial: patrimonialização e uso turístico do frevo em Recife e Olinda (Pernambuco-Brasil)*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.

RESUMEN

En la relación turismo y cultura existe un conflicto dialéctico en las formas de producción cultural y en las configuraciones de la oferta y consumo de los productos turísticos que afectan significativamente las personas y los territorios involucrados. Al investigar la patrimonialización se identifican discursos y prácticas que señalan distinciones y tensiones relacionadas a las culturas, entornos, períodos históricos y territorios. Los procesos de patrimonialización y turistificación están relacionados, se asemejan y afectan intensamente las dinámicas socioculturales y la producción del espacio. Esta investigación buscó identificar, mapear y caracterizar la materialización y territorialización del *frevo* y su uso turístico en Recife y Olinda (Pernambuco, Brasil), e examinar su patrimonialización - a partir de la propuesta teórico-metodológica de la *activación popular del patrimonio-territorial* - para por fin reflexionar sobre “otros turismo posibles”. Desde una perspectiva decolonial se realizó una revisión bibliográfica y un cruce teórico de los estudios críticos del turismo y del patrimonio. A través de la investigación documental, se revisaron los expedientes de candidatura del *frevo* a Patrimonio Cultural Inmaterial de Brasil y del mundo y los dictámenes de revalidación de estos títulos, además de documentos, leyes, planes, proyectos e iniciativas centradas en la cultura, el turismo y el *frevo*. Por otro lado, se realizaron entrevistas semiestructuradas y observación participante y no participante para comprender las singularidades y particularidades de las comunidades del *frevo*. El análisis de contenido permitió identificar y caracterizar las concepciones, discursos y narrativas presentes y recurrentes en los documentos, testimonios y observaciones recopiladas. Este conjunto de procedimientos permitió el análisis de las Variables de Conexión Territorial Afectiva (VCTA) y el desarrollo del Mapa del *Frevo*. Fue intrigante comprobar que, aunque el *frevo* representa e identifica el destino turístico Recife/Olinda, parece no ser alcanzado efectivamente por las ventajas (incluso económicas) procedentes de los servicios y productos que apoyan el turismo. Los análisis críticos y decoloniales identificaron los enfrentamientos y utopismos de los(as) practicantes del *frevo* para resistir a los patrones de poder (moderno, eurocéntrico y colonial), que se alinean con las lógicas hegemónicas del capitalismo y el mercado global, afectando la existencia social y las relaciones materiales y subjetivas especialmente en América Latina. Se estima que esta tesis doctoral contribuye a reflexiones poco comunes en el campo teórico del turismo, ya que, más allá de ser un estudio de caso de aspectos únicos, las consideraciones y análisis pueden ser pertinentes para pensar “otros turismo posibles” en diferentes contextos y realidades donde los bienes culturales están sometidos a procesos globales de patrimonialización y turistificación.

Palabras clave: Turistificación. Patrimonialización. *Frevo*. Patrimonio-territorial. Decolonialidad. Estudios críticos.

Moury-Fernandes, B. G. (2024). *Turismo e cultura na perspectiva decolonial: patrimonialização e uso turístico do frevo em Recife e Olinda (Pernambuco-Brasil)*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.

ABSTRACT

In the relationship between tourism and culture, there is a dialectical conflict in the forms of cultural production and in the configurations of the supply and consumption of tourist products, which significantly affect the people and territories involved. When investigating patrimonialization, discourses and practices are identified that highlight distinctions and tensions related to cultures, environments, historical periods, and territories. The processes of patrimonialization and touristification are interconnected, resembling each other and intensely impacting sociocultural dynamics and the production of space. This thesis sought to identify, map, and characterize the materialization and territorialization of *frevo* and its use in tourism in Recife and Olinda (Pernambuco, Brazil), and to investigate its patrimonialization - based on the theoretical-methodological proposal of *popular activation of heritage-territory* - ultimately reflecting on “other possible forms of tourism”. From a decolonial perspective, a bibliographical review and theoretical crossover of critical tourism and heritage studies were conducted. Through documentary research, the nomination dossiers of *frevo* as Brazilian and world Intangible Cultural Heritage and the revalidation opinions of these titles were examined, along with documents, laws, plans, projects, and initiatives focused on culture, tourism, and *frevo*. Additionally, semi-structured interviews and participant and non-participant observation were conducted to understand the singularities and specificities of the *frevo* communities. Content analysis allowed for the identification and characterization of the conceptions, discourses, and narratives present and recurring in the documents, testimonies, and observations collected. This set of procedures enabled the analysis of the Affective Territorial Connection Variables (ATCV) and the development of the *Frevo Map*. It was intriguing to observe that although *frevo* represents and identifies the tourist destination Recife/Olinda, it does not seem to effectively benefit from the advantages (including economic) derived from the services and products that support tourism. The critical and decolonial analyses identified the struggles and utopias of *frevo* practitioners to resist the power standards (modern, Eurocentric, and colonial) that align with the hegemonic logics of capitalism and the global market, affecting social existence and material and subjective relations particularly in Latin America. It is estimated that this thesis contributes to uncommon reflections in the theoretical field of tourism, as, beyond being a case study of unique aspects, the considerations and analyses may be relevant for thinking about “other possible forms of tourism” in different contexts and realities where cultural assets are subject to global patrimonialization and touristification processes.

Keywords: Touristification. Patrimonialization. *Frevo*. Heritage-Territory. Decoloniality. Critical studies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Desenho da pesquisa.	57
Quadro 2: Documentos acessados nas plataformas digitais.	60
Quadro 3: Eventos e encontros das comunidades do frevo.	62
Quadro 4: Agentes sociais envolvidos com o frevo e seu uso turístico.	64
Quadro 5: Relação dos(as) entrevistados(as).	66
Quadro 6: Cronograma de atividades e etapas da Tese.	69
Quadro 7: Publicações referentes às políticas de patrimonialização imaterial no Brasil.	77
Quadro 8: Integrantes das comunidades Patrimônios Vivos de Pernambuco.	96
Quadro 9: Bibliografia e documentos sobre o frevo.	106
Quadro 10: Quadro das Variáveis de Conexão Territorial Afetiva do Frevo.	138
Figura 1: Mapa ilustrativo dos principais destinos turísticos de Pernambuco.	25
Figura 2: Ações promocionais da Setur/Empetur.	90
Figura 3: Projetos de frevo aprovados em editais de políticas culturais.	95
Figura 4: Ata de Fundação da Federação Carnavalesca de Pernambuco.	102
Figura 5: O frevo no Carnaval de Recife (1948) e Olinda (2016).	106
Figura 6: Músicos de orquestras para Frevo-de-Rua e Frevo-de-Bloco.	108
Figura 7: Exemplares de produtos de frevo da indústria fonográfica.	109
Figura 8: Orquestra, passistas e populares em prévias do carnaval do Recife.	110
Figura 9: A materialização do frevo em Recife e Olinda.	112
Figura 10: Mapa de Recife e Olinda.	119
Figura 11: Turistas pelas ruas e museus de Recife e Olinda.	121
Figura 12: Passeio de jardineira pelo Sítio Histórico de Olinda.	122
Figura 13: Turistas fazendo fotos com sombrinhas de frevo.	123
Figura 14: Ambulantes comercializando sombrinhas de frevo.	125
Figura 15: Uso das sombrinhas pelos espaços e profissionais de turismo.	126
Figura 16: O frevo enquanto identificador das cidades de Recife e Olinda.	127
Figura 17: Orquestra de frevo recepcionando turistas na Casa da Cultura.	129
Figura 18: Materiais promocionais do passeio ‘Vem pro Frevo’.	130
Figura 19: Crianças foliãs e estandartes do Eu Acho É Pouco e Eu Acho é Pouquinho.	140
Figura 20: Vínculos familiares, ancestralidade e hereditariedade no frevo.	140

Figura 21: Sede do Cariri Olindense e do Galo da Madrugada.....	142
Figura 22: A presença da mulher no frevo.	144
Figura 23: Passistas em apresentação na rua e no palco.	145
Figura 24: Flabelos e Flabelistas.	146
Figura 25: Musicistas executando o frevo na rua e no palco.	149
Figura 26: Diagrama espaços e lugares do frevo em Recife e Olinda.....	151
Figura 27: Sede de Pitombeira e Vassourinhas.	152
Figura 28: Mapa do Frevo em Recife e Olinda.	154
Figura 29: Embaixada dos Bonecos Gigantes e de Cera no Recife.	156
Figura 30: Casa dos Bonecos Gigantes & Mirins de Olinda e Boneco ‘O Sedutor’.....	156
Figura 31: Fachada das sedes do GRES Preto Velho, Grêmio Musical Henrique Dias, Quatro Cantos e Bar do Ró (Olinda).	158
Figura 32: Escola Municipal de Frevo e estandarte da mesma.	159
Figura 33: a) Aulas de dança de frevo [Guerreiros do Passo, Recife] e b) [Brincantes das Ladeiras, Olinda].	160
Figura 34: Lugares emblemáticos do Frevo em Recife e Olinda.	163
Figura 35: Artesanatos e souvenirs com temática de Frevo.	164
Figura 36: Escultura de Antônio Maria [1921-1964] (compositor de frevo) e Enéas Freire [1921-2008] (criador do Galo da Madrugada).	164
Figura 37: Arte Urbana nos muros e paredes de Olinda e Recife.	165
Figura 38: Partituras do frevo ‘Último dia’.....	171

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
CEPPC/PE	Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural
CONDEPE/FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EMPETUR	Empresa Pernambucana de Turismo
FJN	Fundação Joaquim Nabuco
FUNCULTURA	Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura
FUNDARPE	Fundação de Apoio ao Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
GTPI	Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MINC	Ministério da Cultura
MTUR	Ministério do Turismo
PET	Plano Estratégico de Turismo de Pernambuco
PIB	Produto Interno Bruto
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
RPV/PE	Registro do Patrimônio Vivo de Pernambuco
SETUR/PE	Secretaria de Turismo e Lazer
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNAM	Universidad Nacional Autónoma de México
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VCTA	Variáveis de Conexão Territorial Afetiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	24
1.1 Justificativa (teórica, empírica e metodológica)	30
1.2 Objetivos geral e específicos.....	39
2 PASSOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA TESE: UM CORTEJO PARA FALAR DE PATRIMONIALIZAÇÃO, TURISTIFICAÇÃO E FREVO	42
2.1 Eixos Teóricos para a Construção da Tese	42
2.1.1 Turismo, a perspectiva crítica e os estudos decoloniais	44
2.1.2 Turismo, cultura e a questão do desenvolvimento	46
2.1.3 Patrimonialização dos bens culturais e ativação patrimonial	49
2.1.4 Globalização, utopismos e “outros turismos possíveis”	52
2.2 Percurso Metodológico: Procedimentos e Técnicas de Coleta e Análise dos Dados	55
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO E TURISTIFICAÇÃO.....	71
3.1 Trajetória e Ampliações Conceituais da Patrimonialização dos Bens Culturais ..	71
3.2 Caracterização das Políticas Públicas para a Patrimonialização dos Bens Culturais Imateriais no Brasil	76
3.3 Análise Documental das Concepções de Turismo nas Políticas para o Patrimônio Imaterial no Brasil	79
3.4 Os Processos de Turistificação e o Uso Turístico dos Bens Culturais	82
3.5 A Trajetória das Políticas de Turismo e Cultura na Gestão Pública de Pernambuco	88
3.5.1 Os Patrimônios Culturais e o Frevo nas Políticas Públicas de Cultura	93
4 A PATRIMONIALIZAÇÃO E A TURISTIFICAÇÃO DO FREVO	100
4.1 A Patrimonialização 'Oficial' do Frevo: Análise dos Documentos para a Patrimonialização via Iphan e Unesco.....	100
4.2 Trajetória Histórica e Caracterização do Frevo e de sua Patrimonialização	104
4.3 A Configuração do Turismo em Recife e Olinda e a turistificação do frevo.....	113
5 ATIVAÇÕES E EXISTÊNCIAS DO FREVO EM RECIFE E OLINDA	134

5.1 Análise das Variáveis de Conexão Territorial Afetiva do Frevo	136
5.2 Caracterização da Materialização e Territorialização do Frevo	149
5.3 Enfrentamentos, Resistências e Utopismos no Frevo	166
6 CONSIDERAÇÕES DECOLONIAIS PARA “OUTROS TURISMOS POSSÍVEIS”	187
NOTAS FINAIS AUTORAIS	198
REFERÊNCIAS	201
APÊNDICES	209
Apêndice A	209
Apêndice B	213

4

1

1.

Introdução

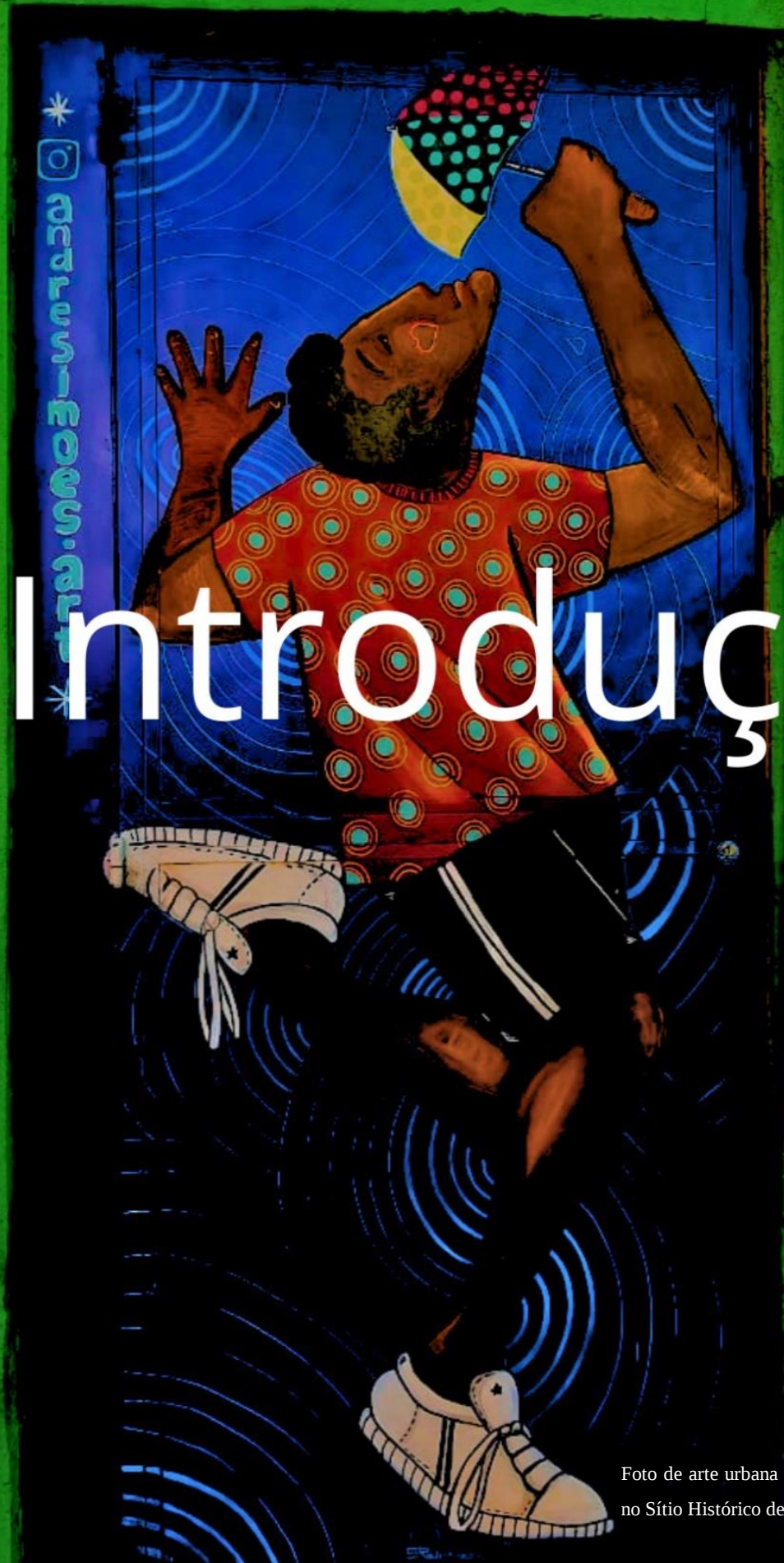


Foto de arte urbana de @andresimoesart da fachada de um imóvel no Sítio Histórico de Olinda. Elaboração da capa por Eva Miranda

1 INTRODUÇÃO

Ouvi dizer que o mundo vai-se acabar

Que tudo vai pra cucuia

O sol não mais brilhará

Mas se deixarem

Um bombo e uma mulata

E um trombone de prata

O frevo bom viverá

Pode acabar o petróleo

Pode acabar a vergonha

Pode acabar tudo enfim

Mas deixem o frevo pra mim

(Capiba. Trombone de prata. 1979. Intérprete: Expedito Baracho)²

O frevo é uma manifestação cultural e expressão artística apresentada (e representada) principalmente durante o carnaval e, sobretudo, no Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. É composto pela dança e pela música das orquestras de metais e de pau e corda e está relacionado à história de formação da cidade do Recife nos anos finais do século XIX, momento de efervescência política e social após a abolição da escravatura, formação da classe trabalhadora brasileira e da configuração dos espaços públicos urbanos.

Desde 2007 o frevo é considerado Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, inscrito no 'Livro de Registro de Formas de Expressão' do Instituto Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e em 2012 foi reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, título concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), sendo nomeado como 'expressão artística do Carnaval de Recife'.

² Para uma maior aproximação com os aspectos sonoros e imagéticos do frevo, a cada menção musical serão disponibilizados links para a plataforma digital *Youtube* cujo acesso é gratuito. Para escutar esse frevo-canção de Capiba, na voz de Expedito Baracho, acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=22HDVrPVpBo>

Pernambuco é o principal território do frevo e dispõe de um patrimônio histórico-cultural diversificado e plural com ampla vocação para o turismo destacando-se no cenário nacional. Seus principais destinos turísticos são considerados como sendo: Recife e Olinda (enquanto destino único), Fernando de Noronha e Porto de Galinhas (Figura 1).

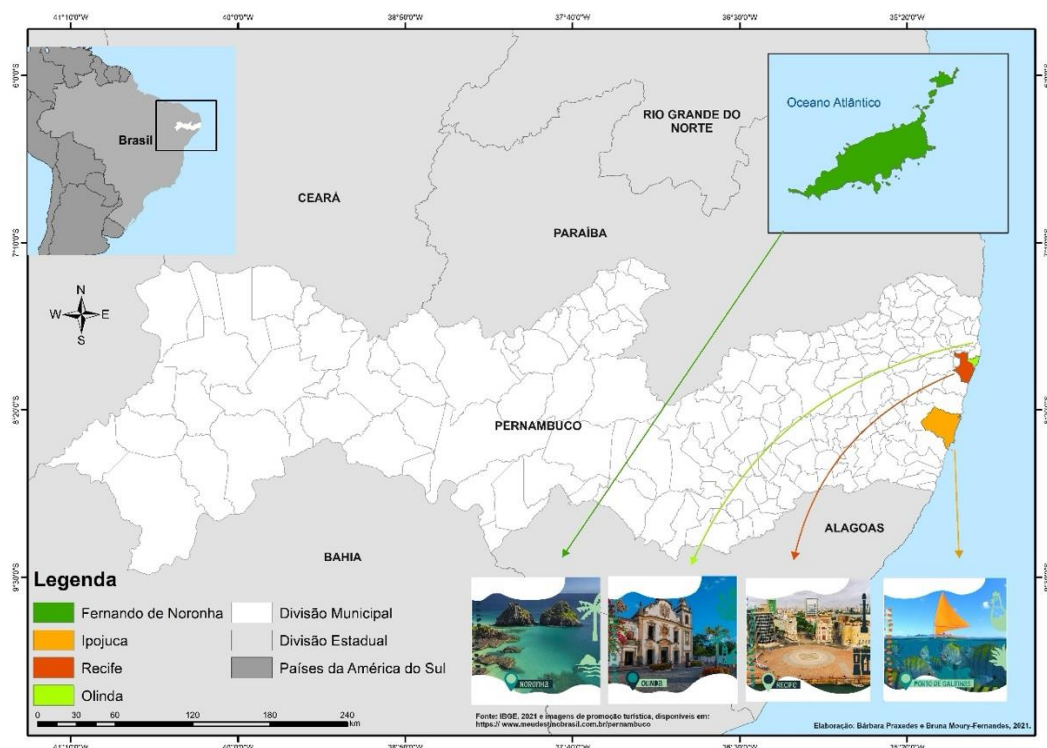


Figura 1: Mapa ilustrativo dos principais destinos turísticos de Pernambuco. Fonte: dados da pesquisa (2024).

Recife é a capital de Pernambuco e Olinda, cidade vizinha. A conexão destas cidades além de geográfica é histórica. Olinda foi fundada em 1535 e é considerada uma das primeiras cidades coloniais do Brasil, consequência da invasão/colonização de Portugal, e, juntamente com Recife (fundada em 1537), prosperaram devido à produção do açúcar e do intenso comércio marítimo. São muitos os episódios significativos envolvendo estas duas cidades, como as invasões holandesas, as lutas pela independência e a participação ativa de Pernambuco em momentos cruciais da história do Brasil (Dantas Silva, 2005)

O frevo nasceu no Recife, mas desde a sua consagração como ritmo primordial do carnaval pernambucano se expandiu em um processo gradual e contínuo por todo o território de Pernambuco e muito significativamente para Olinda, que foi se configurando território expressivo do frevo e principal responsável por atrair milhões de pessoas nas prévias e no período carnavalesco para as ruas e ladeiras do seu Sítio Histórico, cujo conjunto

arquitetônico, urbanístico e paisagístico foi tombado pelo Iphan, em 1968 e pela Unesco em 1982 (Brasil, 2005).

Apesar de desempenhar um papel central na concepção e vida social do frevo, esta tese não examinará o carnaval. Não se trata de desconsiderar esta relação intrínseca, mas de alcançar uma caracterização mais “realista” do uso turístico do frevo, foco desta investigação. Levou-se em consideração que durante o carnaval uma outra realidade se constitui no território pernambucano com alterações significativas em termos de apoio e investimentos públicos e privados nas comunidades e na cadeia produtiva do frevo que geram impactos na visibilidade, disponibilidade e acesso ao frevo enquanto música e dança. Os festejos carnavalescos em Recife e Olinda são megaeventos de forte apelo popular, comercial e midiático com características próprias e passíveis de olhares variados, os quais não estariam suficientemente contemplados nesta tese que se volta a compreender a relação deste bem cultural com o turismo em Recife e Olinda.

Em virtude da importância do frevo como um dos principais integrantes da oferta cultural de Pernambuco - e mais especificamente de Recife e Olinda - e das possibilidades de usos e apropriações derivadas da relação turismo e cultura, acredita-se tratar de relevante estudo de caso que concebe o turismo para além dos seus aspectos exclusivamente mercadológicos visando contribuir para as discussões teóricas e para a valorização e valorização da cultura através do turismo.

Existem distintas formas de se conceber, planejar e operacionalizar o turismo. A originalidade/ineditismo deste estudo deve-se ao fato de não ser voltado a investigar especificamente a trajetória histórica ou os processos de valorização do frevo enquanto patrimônio ou identidade cultural de Pernambuco (já disponíveis em outros estudos científicos³) e na extensa bibliografia disponível (Menezes Neto, 2014; Almeida, 2014; Teles, 2008; Dantas Silva, 2005, Duarte, 1968).

³ Conforme busca efetuada no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. A maioria das pesquisas está inserida na área de Música, tendo como foco a abordagem de instrumentos específicos ou aspectos relacionados às letras e composições. Constatam 42 (quarenta e duas) dissertações e 12 (doze) teses. Algumas são do Departamento de Letras e trazem abordagens relevantes para a compreensão do frevo, entre as quais destacam-se: O frevo no discurso literomusical brasileiro: ethos discursivo e posicionamento (Doutorado em Letras/UFPE); Panorama de folião: cultura e persuasão no discurso do frevo-de-bloco (Mestrado em Letras/UFPE); e Frevo e identidade sociocultural pernambucana: um estudo etnoterminológico (Mestrado em Letras/UFPE). De outras áreas foram identificadas como relacionadas ao tema desta tese: Aqui, apesar do frevo, há moralidade”: a presença das mulheres no bloco carnavalesco misto do Recife na década de 1920 (Mestrado em História/UFPE) e O frevo no coração do recifense: cultura, música e educação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura/Mackenzie). Uma dissertação do mestrado profissionalizante em Gestão Pública do Nordeste, intitulada: Políticas públicas de cultura - um estudo do Plano Municipal de Cultura de Recife para a otimização do frevo como vetor turístico para o desenvolvimento local

Para Burns (2002) embora o turismo possa ser visto como uma indústria ou várias indústrias interligadas é, além disso, um arranjo complexo de fenômenos sociais. Neste sentido, esta tese volta-se a examinar as questões relacionadas com o turismo considerando-o enquanto fenômeno social que abrange processos de negociação nos quais intervêm diversos agentes e instituições dos setores público e privado e, sobretudo, pessoas.

Por sua complexidade, configura-se crucial investigar a relação turismo e cultura a partir de concepções teóricas amplas e críticas. As teorias críticas, em geral, representam (ou deveriam representar) um desafio aos padrões existentes de poder e verdade que configuram a sociedade não só de maneira desinteressada ou apolítica, mas com a concepção de mudança, buscando ser uma alternativa emancipadora (Tribe, 2007).

Autores(as) argumentam que estes estudos servem para criticar os sistemas sociais existentes sem estabelecer/considerar a crítica como um fim em si mesmo, mas usando-a para alcançar o avanço teórico requerido (Bianchi, 2009).

Deste modo, esta investigação se propõe a discutir e pensar sobre questões que vão além dos aspectos burocráticos e mercadológicos ou do desempenho dos poderes públicos nos processos de patrimonialização e turistificação, considerando as particularidades mais específicas dos sujeitos individuais e coletivos, localizadas, originárias e territoriais. Entra-se assim no que Jamal e Hollinshead (2001) denominam 'zona proibida de pesquisa em Turismo' por tratar de questões sensíveis e/ou controversas que são evitadas, entre outras razões, por falta de interesse acadêmico.

A preservação e valorização efetivamente coletiva dos bens são (ou deveriam ser) o foco da patrimonialização, no entanto, especialmente ao interseccionar-se com o turismo, é a mercantilização que se destaca. Nos processos patrimoniais o turismo é considerado, na maioria dos casos, o principal responsável pela descaracterização, padronização e/ou exploração (negativa) das manifestações culturais. Desde a perspectiva dos estudos críticos do turismo, propõe-se nesta investigação que este fenômeno seja considerado - para além dos aspectos econômicos e operacionais - como capaz de contribuir para a emancipação das pessoas e de suas comunidades.

A partir das concepções teóricas consideradas para esta investigação, a patrimonialização é entendida como uma prática histórica e de construção social dinâmica

(2010/UFPE) foi listado no catálogo, no entanto, não está disponível para consulta. Para esta tese foram consultadas em sua totalidade: Sarmiento, L. E. P. (2010). Patrimonialização das culturas populares: visões, reinterpretações e transformações no contexto do frevo pernambucano. Dissertação (Mestrado em Antropologia/UFPE); e Menezes Neto, H. (2014). Tem Samba na Terra do Frevo: as escolas de samba no carnaval do Recife. Tese. (Doutorado em Sociologia e Antropologia/UFRJ).

cujo processo mobiliza significados e valores atribuídos e legitimados ao elemento patrimonializado. Ao investigar a patrimonialização, sobretudo a partir dos estudos críticos do patrimônio, é possível identificar discursos e práticas que apontam distinções e tensões particulares relacionadas com as culturas, naturezas, tempos históricos e territórios envolvidos.

A patrimonialização e a turistificação são processos socioespaciais que estão intensamente relacionados. As ações e interesses dos diversos grupos sociais envolvidos geram consequências que em muitos aspectos se assemelham e convergem (González Alcantud, 2018). Turistificação é um termo utilizado para se referir à apropriação e transformação total ou parcial de espaços e manifestações para o turismo e o direcionamento de atividades e produtos para atender às demandas e expectativas dos turistas e visitantes (Figueiredo, 2008; Fratucci, 2000).

Trata-se de termo que inicialmente pode ser entendido como algo posto e processual do turismo e que está diretamente relacionado aos processos de gentrificação e financeirização dos territórios. A decisão por utilizá-lo nesta tese está atrelada a um entendimento mais amplo e complexo do turismo levando-se em consideração não apenas os aspectos relacionados aos negócios, mas também ao ócio, ambos constitutivos deste fenômeno e prática social.

O paradigma decolonial fundamenta esta investigação doutoral por ser crítico não só em relação às formas em que se dão as atividades econômicas, políticas e socioculturais, mas porque se configura como uma perspectiva destinada a proporcionar reparação e, sobretudo, mudança aos objetos considerados. Este paradigma se desenvolve a partir de reflexões e análises econômicas, históricas, sociológicas e filosóficas e procura desconstruir a matriz colonial e eurocêntrica para constituir uma nova modernidade ocidental com reflexões sobre a colonialidade do poder, do saber e do ser (Escobar, 2005; Quijano, 2005).

Os estudos decoloniais desenvolveram e desenvolvem importantes contribuições teóricas e metodológicas sobre as diversas dimensões e efeitos do processo colonial a partir da distinção entre colonialismo e colonialidade. Segundo Quijano (2005), enquanto o colonialismo denota uma relação política e econômica de dominação colonial de um povo ou nação sobre outro, a colonialidade se refere a um padrão de poder que não se limita às relações formais de exploração ou dominação colonial, mas também envolve as diversas formas em que as relações se articulam desde posições de dominação e subalternidade.

É importante destacar que a perspectiva decolonial não se propõe a trazer fórmulas ou ferramentas capazes de apagar ou acabar com o colonialismo, mas de encontrar caminhos

para enfrentar as colonialidades significando desta forma: resistir/combater/criticar/buscar outros discursos e práticas alternativas para 'outros mundos possíveis' (Escobar, 2005; Quijano, 2005).

Os marcadores da chamada patrimonialização “oficial” do frevo são os títulos outorgados pelo Iphan e pela Unesco, porém, estes não determinam a patrimonialização de uma maneira mais ampla, como se propõe conceber nesta investigação. Por outro lado, as leituras e discussões dirigidas a um necessário repensar/reequilibrar o turismo resultaram na “tentativa” de refletir e, ao mesmo tempo, enfrentar os desafios epistemológicos, políticos e operacionais do turismo nos quais interagem e interferem diferentes interesses e realidades em nível global e local.

De chave decolonial e existencialista, a 'ativação popular do patrimônio-territorial' considera que o processo de patrimonialização não está restrito nem depende dos títulos patrimoniais. Para Costa (2017), autor desta proposta, através desta perspectiva pode-se evidenciar contradições e processos de resistência dos grupos sociais que não estão necessariamente vinculados às práticas econômicas (entre as quais se costuma inserir o turismo). Além disso, concebe o patrimônio para além dos aspectos culturais e indica que a partir dos sujeitos situados e de suas biografias é possível identificar caminhos/estratégias utilizadas para sobreviver e resistir quase sempre sem o apoio do Estado ou do mercado.

A partir deste entendimento e abordando criticamente a relação cultura e território, especialmente na América Latina, Costa (2017, p. 61) visa “propor uma nova epistemologia e prática do turismo”. Trata-se de uma proposta teórico-metodológica de reação/resposta à chamada ‘patrimonialização global’ sancionada através de uma concepção espacial totalizadora da cultura e orientada a desmontar os efeitos da modernização e da colonialidade (Costa, 2021). Assim, mais do que uma epistemologia científica (que gira em torno de si mesma) se persegue uma epistemologia política, crítica, mas reconstrutiva (Alcoff, 2016).

Segundo Costa (2024, p. 12), devido ao colonialismo duradouro nos territórios da América Latina: “a realidade das formações socioespaciais e nacionais clamam por abordagens que incluam e sejam protagonizadas pelos sujeitos e suas condições existenciais concretas em todo e qualquer pensamento, prática ou práxis territorial e patrimonial”. Neste sentido, o autor propõe a revisão das teorias e métodos eurocêntricos-patrimoniais e estimula a coprodução de conhecimentos relacionados com a resolução de problemas, sobretudo dos setores populares vulnerabilizados latino-americanos.

No contexto dos países do Sul Global, espectro territorial de características históricas e socioeconômicas particulares (e ao mesmo tempo universais), em que se insere o Brasil, esta

tese busca investigar o uso turístico do frevo a partir de concepções descolonizadoras e de aspectos pouco considerados nos estudos turísticos. Tensiona-se, no sentido conceitual e de seus procedimentos, a “patrimonialização” e a “turistificação”, usualmente concebidos, epistemicamente, desde uma matriz eurocêntrica de pensamento. Nessa perspectiva, busca-se evidenciar “outros turismos possíveis” relacionados com a cultura, no caminho da decolonialidade e dos utopismos.

1.1 Justificativa (teórica, empírica e metodológica) e problemática

A expansão do significado do conceito – e prática – do ‘patrimônio cultural’ levou a reivindicações de valores identitários antes ignorados e que começaram, principalmente a partir das ações de proteção dos bens (surgidas após a Segunda Guerra Mundial), a prevalecer uma percepção mais antropológica. Neste sentido, autores e autoras destacam a necessidade de se considerar o contexto de valorização política e social da cultura que gerou ações realizadas por agentes públicos e privados (Cavalcanti, 2019; Gonçalves, 2015; Frigolé, 2014, Costa, 2017, Santamarina, 2013).

A relação turismo e cultura é tema recorrente nos estudos e pesquisas no campo das Ciências Humanas e Sociais. São muitas as investigações que abordam esta relação desde aspectos relevantes como: a apropriação/mercantilização da cultura por parte do turismo (González Alcantud, 2018; Pereiro, 2003, 2009; Canclini, 2006); os impactos do turismo na cultura (Burns, 2002); a importância da cultura para o turismo (e vice-versa); análises de políticas públicas específicas e intrasetoriais (Figueiredo, 2008; Prats, 2005, 2006), intercâmbios da relação turista-anfitrião (Sánchez-Aguirre e Alvarado-Sizzo, 2024); turismo, imaginários e representações (Alvarado-Sizzo, 2021; Hiernaux, 2002); turismo, cultura e territorialidade (Costa, 2016; Santamarina, 2013); interculturalidade (Walsh, 2006), entre outros.

Segundo Campodónico e Chalar (2017), o turismo é um fenômeno, atividade e objeto de estudo que está submetido a um processo contínuo de construção social. Neste sentido, problemas complexos lhe são inerentes requerendo estratégias teóricas e metodológicas que permitam integrar conhecimentos surgidos desde diferentes disciplinas para dar respostas que transcendem às mesmas.

Para Tribe (2007) os paradigmas podem ser concebidos como uma dimensão de poder. Neste sentido, o paradigma empresarial estaria dominando os estudos turísticos, as agendas de pesquisa e orientando pensamentos e ações. O autor assinala que a gestão orienta a

investigação turística com discursos que tendem a promover legitimidade a temas como eficiência, satisfação do consumidor, marketing, concorrência e rentabilidade, deixando de tratar temas como equidade, políticas de poder, gênero e exploração de pessoas.

Numa perspectiva crítica mais radical, Bianchi (2009) considera que os estudos de turismo parecem estar cada vez mais divididos entre as questões de mercado, por um lado, e de discurso, cultura e representação, por outro.

Conforme Pellicciotta e Solha (2016), a década de 1990 marcou um novo tempo nas relações entre turismo e preservação do patrimônio. Desde uma noção monumental do patrimônio histórico, o campo da preservação - e também do turismo - ampliou suas formas de compreensão para incluir, nas últimas décadas, os mais modestos bens culturais, territórios, locais históricos, vias férreas, centros urbanos, ambientes, paisagens e até mesmo as dimensões intangíveis do patrimônio cultural.

De maneira geral, a literatura que trata sobre turismo e bens culturais materiais é mais expressiva, provável reflexo de sua maior inserção no tempo histórico⁴. No que se refere aos bens imateriais e turismo, foco desta tese de doutorado, destacam-se discussões sobre: a compreensão dos processos patrimoniais e suas transformações; dilemas e reconfigurações resultantes destes processos – inclusive no turismo (Gonçalves, 2015; Zanirato, 2018); investigações destinadas a compreender como os bens culturais podem ser preservados através do turismo; estudos sobre a criação de produtos e políticas públicas diferenciadas; bem como reflexões sobre as implicações sociais da patrimonialização e da turistificação (Costa, 2021; Santamarina, 2013; Pelegrini, 2008; Prats, 2005; Figueiredo, 2008).

Do ponto de vista de sua operacionalização/institucionalização, considera-se que a noção de Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) foi incorporada às políticas públicas a partir da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial levada a cabo pela Unesco em 2003.

No caso do Brasil, em 2000 visando à identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção dos bens imateriais brasileiros, foi criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI. Este conjunto de políticas inclui: o instrumento jurídico do Registro; a metodologia de pesquisa desenvolvida no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC); e os Planos de Salvaguarda (Cavalcanti, 2019).

⁴ Costa (2021) aponta que não é necessário estabelecer uma ruptura/dicotomia conceitual entre os bens culturais de natureza material e imaterial. A opção por efetuar esta distinção deve-se às consequências decorrentes das implicações institucionais e de investimentos privados que se diferem significativamente em termos de ações concretas para o uso turístico efetivo destes bens, foco central desta tese.

Entre 2000 e 2004, o Iphan elaborou e testou a metodologia do Inventário e os primeiros bens imateriais brasileiros foram declarados em 2003. Conforme dados disponíveis no site do Iphan (2024) atualmente estão registrados 52 (cinquenta e dois) bens culturais dos quais seis (seis) integram a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco, quais sejam: Arte *Kusiwa* – Pintura Corporal e Arte Gráfica *Wajãpi* (2003); o Samba de Roda do Recôncavo Baiano (2005); Frevo (2012); Círio de Nossa Senhora de Nazaré (2013); Roda de Capoeira (2014); e o Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão (2019).

A inclusão do patrimônio imaterial nas ações de promoção turística está prevista nas ações do PNPI, indicando existir uma aproximação entre os processos patrimoniais e o turismo no Brasil. Segundo consta nas diretrizes do Iphan, mais do que preservar, no sentido protecionista, a tarefa principal é: "permitir o gozo, a difusão e a dinamização, contemporizando os seus valores, formas e conteúdos. Significa investir na convivência e na reflexão, na experimentação e na renovação, na criação e na difusão" (Iphan e Minc, 2006, p. 74).

Sobre o processo de Registro, Cavalcanti (2019) destaca seu significado e importância para o reconhecimento do valor do bem cultural para todo o país, e não apenas para seus titulares. Segundo a autora, o Registro estabelece um novo e complexo processo social no qual as relações dos grupos sociais envolvidos e os significados de sua experiência cultural serão (ou podem ser) ampliados e transformados. Além disso, a autora assinala que as características de cada Registro e as consequentes ações de salvaguarda variam devido à singularidade de cada processo e que devido ao dinamismo das manifestações culturais e ao impacto da declaração, o Registro precisa ser reavaliado e renovado periodicamente (Cavalcanti, 2019).

Apesar dos avanços e da utilização de um discurso mais ampliado e antropológico nas políticas culturais, sobretudo ao observar desde a perspectiva decolonial, é possível identificar que muitas das concepções e ações das entidades patrimoniais reproduzem o discurso hegemônico dos padrões de poder e de conhecimento (moderno, eurocêntrico e colonial) que são articulados com o capitalismo e o mercado mundial (Quijano, 2005; Escobar, 2005).

Desde uma perspectiva crítica e de denúncia, Costa (2007) indica que o reconhecimento de valores no campo do patrimônio cultural tem uma dimensão política dominante e as ações orientadas para a sua construção representam não só anseios simbólicos e cognitivos, mas, sobretudo, pragmáticos e concretos, a nível mundial. Neste sentido, e corroborando com o que indicam outros(as) autores(as), destaca que a centralidade de qualquer preocupação relacionada com o patrimônio cultural (identificação, proteção,

valorização), atualmente, é política por natureza. "Esta é uma preocupação política de enviesamento predominantemente econômico" (Costa, 2007, p. 1).

Ainda segundo Costa (2007), considerando que cada grupo se baseia na sua própria organização social e territorial, os títulos e as orientações políticas globais implicam, entre outros aspectos, a indicação de políticas públicas e a implementação de estratégias de democratização para a gestão destes bens como patrimônio cultural, que também abrangem ações de uso turístico. Estes processos patrimoniais incluem normas, instituições e relações na dinâmica da elaboração e implementação de políticas para o desenvolvimento do turismo a partir dos elementos dos patrimônios culturais.

Após dedicar-se por mais de uma década aos estudos sobre urbanização e patrimonialização no Brasil, Costa (2017) apresenta uma proposta teórico-metodológica para a 'ativação popular do patrimônio-territorial' latino-americano, demonstrando, na práxis, que "este processo, nas cidades e no campo, surge como uma alternativa real de valorização dos subalternizados da história continental, identificando-os como bens culturais instituídos e não instituídos, sendo possível (mas não obrigatória) a geração de renda local" (Costa, 2017, p. 55).

Desde semelhante concepção, Santamarina (2013, p. 267) apresenta uma forte crítica à construção do patrimônio imaterial e reflete sobre os perigos de reconsolidação de velhas práticas colonialistas articuladas por um neoliberalismo reducionista exacerbado porque, adverte: "não há patrimonialização, senão patrimonializadores". Esta perspectiva resume a relevante contribuição da autora que argumenta estar em curso a construção de uma 'geopolítica da patrimonialização' via Unesco.

Esta crítica à patrimonialização também pode ser aplicada ao turismo, na medida em que é o paradigma empresarial que vem dominando os discursos. Ainda é intenso e recorrente considerar a geração e expansão de renda e divisas - a partir da chegada de turistas e da consequente instalação de produtos e serviços correlatos para este atendimento - como o único valor de desenvolvimento consolidado do turismo (Tribe e Liburn, 2016; Sharpley, 2020).

Referindo-se ao Brasil, Pelegrini (2008) assinala que as leis e decretos destinados à proteção do patrimônio histórico desprezaram os bens culturais dos grupos étnicos não europeus que participaram no processo de formação da identidade nacional. Diante desta realidade concreta, Amaral (2015) aponta que o pensamento decolonial e a política sobre o patrimônio cultural no Brasil podem convergir para a valorização de manifestações culturais antes ocultas e, sobretudo para que não sejam fetichizadas, esvaziadas de seu sentido

histórico, perdendo o viés colonial que tinham e ativando o potencial decolonial que têm, suas peculiaridades e possibilidades futuras.

É perceptível que as instituições patrimoniais são dotadas de lógicas e práticas hegemônicas e globalizantes e em se tratando dos processos de turistificação estas questões se dão de forma ainda mais intensa. Para Quijano (2005), a colonialidade e o eurocentrismo do capitalismo mundial gerou a concentração do controle do capital comercial, do trabalho e dos recursos e relações de produção em todo o mercado mundial.

Para o referido autor, além de existir um padrão de poder e controle colonial/moderno/eurocêntrico (que afeta a existência social e as relações materiais e subjetivas dos povos) existe também uma racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se faz mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos.

Autores(as) críticos(as) advertem sobre as racionalidades e os jogos de poder e dominação presentes nos processos patrimoniais e no impacto destes no turismo. A partir da análise da patrimonialização levada a cabo pela Unesco, Costa (2007) destaca que não é só preservar a memória do passado o que impregna o que chama de a atual 'obsessão' pela patrimonialização. Devido aos desequilíbrios geográficos identificados no crescente número de bens registrados que impactam o turismo internacional - inclusive fora da Europa - o autor propõe um olhar especial para a América Latina e indica ser urgente questionar: "em que medida a patrimonialização pode ou deve se constituir uma razão turística e em que medida o turismo pode conservar, transformar ou afetar gravemente estes bens" (Costa, 2007, p. 2).

Diante da complexidade dos processos patrimoniais são muitos(as) os(as) pesquisadores(as) do turismo que se dedicam a estudá-los. Conforme Qiu et al. (2022), a partir da análise das publicações internacionais mais recentes sobre turismo e patrimônio cultural, estas têm se voltado a refletir sobre os impactos junto ao desenvolvimento do turismo, o comportamento do turista e o marketing de destino. Apontam ainda que o foco atual é mais significativo junto aos patrimônios imateriais entre os quais a abordagem específica sobre o artesanato tradicional, os conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo, às práticas sociais, e aos rituais e eventos festivos, tradições e expressões orais. Mencionam que, em suma, os estudos têm apontado que o uso turístico dos PCIs afeta não só os lugares e pessoas, mas também o próprio bem.

Acerca das publicações científicas em revistas ibero-americanas de turismo, conforme Cáceda e Sialer (2022), estas produções honram seu âmbito geográfico tanto na procedência dos(as) autores(as) como nos temas tratados, o que dá às investigações uma visão claramente

regional. Além disso, apontam que são poucas as pesquisas e publicações sistemáticas sobre PCI em sua relação com o turismo.

Periáñez (2022) aborda os diferentes significados que o patrimônio tem atualmente na conservação, na indústria turística e na identidade local. Stone et al. (2023) indicam que as interações multifacetadas entre turismo e patrimônio se revelam nas tensões entre tradições (no caso do estudo, as africanas) e modernidade. Gravari-Barbas (2020) reflete sobre as contribuições do turismo para redefinir o âmbito e o significado simbólico dos patrimônios culturais e destaca que o turismo tem sido um dos fatores mais poderosos na produção social do patrimônio. Reflete ademais sobre as formas como o turismo e o patrimônio são reciprocamente impactados, transformados e transmutados, uns aos outros, apontando uma relação de co-produção recíproca.

No que se refere especificamente às pesquisas que tem o frevo como objeto de estudo tem-se a dissertação em antropologia de Sarmiento (2010) que analisa a patrimonialização do frevo voltando-se à compreensão e avaliação dos discursos que nortearam e justificaram o ato político do Registro. A pesquisa teve como objetivo observar as dificuldades, limites e impactos decorrentes da intervenção do Estado no sentido de preservar práticas culturais dinâmicas e o processo a que estão sujeitas estas expressões para serem reconhecidas como patrimônio cultural. A referida investigação apresenta as repercussões, opiniões e impactos, do ponto de vista social, econômico e simbólico, advindos deste processo de patrimonialização e, em especial, da salvaguarda do bem.

Em sua tese de doutorado em Sociologia e Antropologia, Menezes Neto (2014) revela a existência de um campo de debates, ao longo do século XX, de conteúdo de extremo regionalismo, em torno das noções de tradição, identidade e pertencimento identificados a partir da análise da presença e consolidação das escolas de samba no carnaval do Recife, as quais são entendidas como “ameaça” ao frevo, este sim, constituidor da identidade “autenticamente” pernambucana. São muitas as contribuições desta tese para compreender a trajetória histórica do frevo, especialmente ao tratar sobre o processo de elaboração do frevo como emblema do carnaval do Recife abordando, entre outras questões, as conspirações sobre a formação da ideia de identidade pernambucana - o conceito de pernambucanidade - e sua forte ligação com o frevo. A referida tese trata de compreender de modo crítico a dinâmica do identitário elaborado em torno das oposições externo *versus* interno, autêntico *versus* inautêntico, original *versus* cópia.

Müller e França (2011) produziram um artigo sobre a patrimonialização dos bens culturais de natureza imaterial em Pernambuco tendo como foco os processos da Feira de

Caruaru⁵ e do Frevo considerando-os enquanto processos políticos de articulação junto a poderes públicos e grupos sociais em processos de pesquisa notadamente etno-histórica e sociológica. Os autores apontam que nem sempre estas dimensões se embasam nos mesmos objetivos, assim como os usos da patrimonialização não são os mesmos para os diferentes agentes.

No que se refere às publicações sobre o frevo desde o turismo foi identificado apenas um artigo em que Holanda (2008) discute se o registro enquanto Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pode ser considerado como mais uma estratégia de agregação de valor à oferta turística. A autora concluiu a partir de entrevistas e análises documentais que a patrimonialização gerou um aumento da visibilidade do frevo no cenário nacional, mas que o título obtido não tem sido utilizado como apelo turístico, apesar dos interesses econômicos por parte das “indústrias” cultural e turística e do processo de transformação do patrimônio em produto a ser consumido.

O turismo em Pernambuco se caracteriza pelo segmento ‘sol e praia’, apesar da utilização histórica e recorrente de elementos da oferta cultural nas ações e materiais de promoção turística do destino – o que demonstra o reconhecimento da importância dessa oferta para diferenciar-se no ‘mercado turístico’. Ainda assim, o chamado ‘turismo cultural’ não está consolidado. Ao que parece, há um desencontro entre o que se divulga e propaga enquanto destino turístico e o que se oferta/consume em Pernambuco (Fernandes, 2011).

Identifica-se do ponto de vista da promoção institucional (levada a cabo pela gestão pública através das ações realizadas pela Secretaria de Turismo e Empresa Pernambucana de Turismo – Empetur) uma tentativa recorrente e histórica de associar Pernambuco a uma imagem de destino cultural. No entanto, ao observar o turismo em operação é perceptível que não é o seu patrimônio histórico-cultural que se destaca, senão os eventos (não necessariamente culturais) e os destinos de sol e mar que efetivamente movimentam o turismo local. É notório que tanto o poder público quanto o empresariado, apesar de reconhecerem a diversidade da oferta cultural, pouco investem em articulações operacionais entre esta e o turismo.

É relevante destacar que a concepção de ‘mercado turístico’ considerada nesta investigação não diz respeito a uma noção aleatória e imprecisa de um determinado conjunto

⁵ Trata-se de um conjunto de equipamentos e feiras - reconhecido como PCI pelo Iphan em 2006 - por ser considerada uma das mais emblemáticas do Brasil. Representando a riqueza das tradições populares e a diversidade cultural do povo nordestino e está localizada no município de Caruaru, Agreste de Pernambuco. Seu título foi revalidado em 2021. <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/quatro-bens-sao-revalidados-como-patrimonio-cultural-do-brasil>

de produtos e serviços ofertados. Refere-se ao somatório dos produtos e serviços que apoiam a vivência turística proporcionada às pessoas nas localidades.

Neste sentido, entende-se que a abordagem da produção/consumo turístico não se dá apenas no sentido econômico. De acordo com Canclini (2006), o ato de consumir não se resume à aquisição de produtos. O consumo não é apenas a realização irracional de desejos fúteis. O ato de consumir envolve processos socioculturais mais amplos, onde se dá sentido e ordem à vida social e, principalmente, onde se constroem as identidades neste mundo pós-moderno. Consumir seria, nesse contexto, um investimento afetivo e não um simples gasto monetário e os bens, por sua vez, seriam acessórios rituais, dando sentido ao fluxo simbólico da vida social.

Tal e como aponta e propõe Hiernaux (2002), faz-se necessário que as pesquisas do turismo se voltem às relações particulares entre sujeito-ato turístico, isto é, às subjetividades. Neste sentido o referido autor sugere a substituição do conceito 'produto turístico' (geralmente vinculado exclusivamente aos aspectos mercadológicos) por 'ato turístico', caracterizando o desempenho do turista como um sujeito social. O autor propõe assim, a compreensão do turismo como um possível agente de "ruptura frente ao mal-viver em uma cotidianidade opressiva" (Hiernaux, 2002, p. 19).

Conforme assinala Alvarado-Sizzo (2021), os imaginários e representações fazem associações/coesões com a identidade e o território. A autora reflete, entre outras questões, sobre a força das representações espaciais para o turismo e, também, sobre o papel que os patrimônios têm na construção dessas representações e imaginários sobre os lugares. Sugere levar em consideração, por exemplo, que os bens culturais por vezes são “moldados” para serem representativos de um território servindo para atrair turistas e estimular a criação de produtos, equipamentos e serviços turísticos, gerando alterações espaciais e também novos usos dos territórios. A referida autora alerta, assim, para o fato de que estas representações não só moldam itinerários e práticas turísticas, mas também configuram seus territórios e usos sociais.

De maneira geral, os estudos sobre patrimonialização requerem abordagens complexas sendo necessário refletir, entre outras preocupações, sobre as implicações das políticas patrimoniais em contextos locais, bem como sobre os discursos, narrativas e práticas destinadas ao uso turístico do patrimônio cultural. É igualmente essencial questionar as políticas patrimoniais as quais são marcadas pelo universalismo eurocêntrico, cujas ações são definidas a partir de organismos do Norte global e replicados pelos governos dos países do Norte e do Sul globais, e que, conseqüentemente, são mercantilizadas pela iniciativa privada.

Ou seja, é indispensável estar alerta aos efeitos do que Costa (2016, 2017, 2021) nomeia 'patrimonialização global' e Santamarina (2013) 'geopolítica da patrimonialização' que tentam segregar, generalizar e padronizar lugares, territórios e pessoas produzindo colonialidade.

A patrimonialização não é apenas um processo linear e institucional que se determina, se inicia, e muito menos se encerra, quando o bem é inventariado, registrado e reconhecido. Pensar a incidência/atuação do turismo para além dos seus aspectos exclusivamente mercadológicos pode trazer contribuições para as discussões teóricas e à ativação da valorização das culturas e de suas gentes via turismo. A perspectiva do 'patrimônio-territorial' desde concepções amplas e críticas do turismo e dos bens culturais pode estimular o reconhecimento das chamadas 'práxis decoloniais originárias' (Costa e Moncada, 2021) que permitiram/permitem aos sujeitos e territórios sobreviverem e resistirem.

O frevo é uma manifestação popular que nasce do povo negro e tem características de alforria e de resistência cultural que traz enraizadas questões sociais e étnico-raciais provenientes da cultura de rua e dos movimentos populares. Assim, é notória - e frequentemente pontuada nas publicações mais recentes - a existência de traços afro-diaspóricos na sua criação e história social do frevo.

Devido às particularidades decoloniais do frevo e entendendo-o enquanto movimento social que se revela, transforma, resiste e reinventa, concebê-lo como 'patrimônio-territorial' de Recife e de Olinda e investigá-lo como tal pode resultar em contribuições relevantes para investigar os sujeitos e territórios esquecidos e/ou silenciados do frevo levando-os ao centro do debate e das ações patrimoniais desde a consideração do turismo como atributo de 'valorização social' (Costa, 2017).

A partir da análise do frevo enquanto patrimônio-territorial inserido nas disputas decorrentes da patrimonialização global, e da compreensão das dinâmicas derivadas do seu uso turístico nas cidades de Recife e Olinda, estima-se que esta tese contribua para reflexões incomuns no campo teórico do turismo. Para além de um estudo de caso de aspectos únicos, as análises podem ser pertinentes de uma forma mais ampla, possibilitando pensar sobre 'outros turismos possíveis', em outros contextos e realidades nas quais os bens culturais são passíveis de serem submetidos aos processos de patrimonialização e turistificação.

Neste sentido esta tese se volta a realizar reflexões sobre os processos de patrimonialização e turistificação de patrimônios culturais imateriais gerando uma análise ampliada e profunda destes processos a partir do estabelecimento de diálogos e cruzamentos teóricos, empíricos e metodológicos desde perspectivas críticas e decoloniais as quais são

ainda pouco empreendidas nos estudos turísticos especialmente no contexto latino-americano e sob o olhar de pesquisadores(as) locais.

A seguir são apresentados os objetivos desta tese e o detalhamento das partes constitutivas da mesma.

1.2 Objetivos geral e específicos

Diante do exposto, tem-se como objetivo geral desta tese de doutorado: **Analisar os processos de patrimonialização e turistificação do frevo em Recife e Olinda buscando entender e propor “outros turismos possíveis” a partir da perspectiva decolonial.**

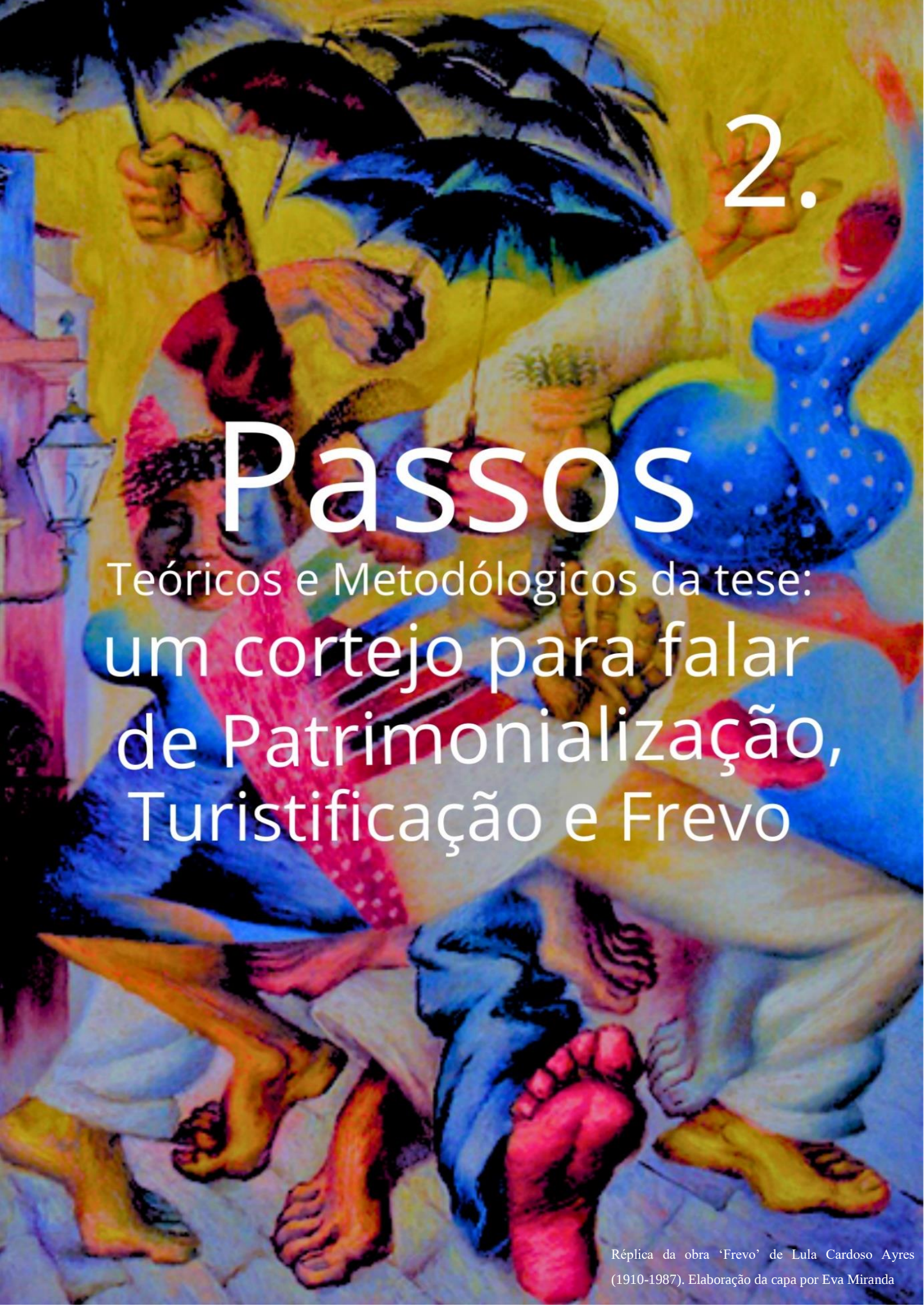
Enquanto objetivos específicos tem-se:

- Identificar, mapear e caracterizar a materialização e territorialização do frevo e do seu uso turístico em Recife e Olinda;
- Investigar a patrimonialização do frevo a partir da proposta teórico-metodológica da ativação popular do patrimônio-territorial (Costa, 2016, 2017, 2021, 2024);
- Compreender a configuração e a dinâmica do uso turístico do frevo em Recife/Olinda;
- Refletir sobre “outros turismos possíveis” à luz da decolonialidade.

Esta tese está dividida em sete partes, a seção introdutória apresentou a justificativa teórica, empírica e metodológica, o problema de pesquisa e os objetivos geral e específicos desta investigação. No capítulo 2 tem-se a os eixos teóricos para a construção da tese e o detalhamento da metodologia adotada a partir da descrição dos procedimentos e técnicas de coleta e análise dos dados. O capítulo 3 apresenta a contextualização dos processos de patrimonialização e turistificação abordando a trajetória e as ampliações conceituais destes processos incluindo-se a análise das concepções de turismo nos processos de patrimonialização e uso turístico dos bens culturais. Ademais, traz uma caracterização das políticas públicas para a patrimonialização de bens culturais imateriais e para o turismo e a cultura na gestão pública de Pernambuco e uma análise de como os PCIs - e especificamente o frevo - são considerados e afetados. O quarto capítulo é voltado especificamente à patrimonialização e turistificação do frevo e aborda sua trajetória histórica e a caracterização de sua patrimonialização. A terceira seção apresenta a configuração do turismo em Recife e Olinda e as particularidades da turistificação do frevo. O capítulo cinco volta-se a expor as

ativações e existências do frevo em Recife e Olinda através da caracterização da materialização e territorialização do frevo e dos enfrentamentos, resistências e utopismos no frevo. Por fim, tem-se a sexta seção intitulada ‘Considerações decoloniais para outros turismos possíveis’ e as notas autorais finais. Nos apêndices estão contidos o roteiro de entrevista semiestruturada e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

A autora desta tese se identifica como gestora cultural, turismóloga, professora e estudiosa do turismo. Se considera praticante incansável de viagens - para dentro e para fora - que o conhecimento, a cultura e o ser turista são capazes de proporcionar. Nascida e criada entre Recife e Olinda, tem o frevo como combustível e trilha sonora principal da sua vida e frevando - mesmo sem saber cantar ou dançar profissionalmente - construiu e segue construindo muitas conexões e nós afetivos com pessoas e lugares pelo mundo afora.



2.

Passos

Teóricos e Metodológicos da tese:
um cortejo para falar
de Patrimonialização,
Turistificação e Frevo

2 PASSOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA TESE: UM CORTEJO PARA FALAR DE PATRIMONIALIZAÇÃO, TURISTIFICAÇÃO E FREVO

2.1 Eixos Teóricos para a Construção da Tese

Para haver construção científica é necessária uma ruptura epistemológica frente ao senso comum e aos paradigmas já definidos. Não se trata apenas de acumular conceitos, dados e informações, mas de confrontá-los com as teorias já construídas as quais podem não apenas ajudar na compreensão dos achados da pesquisa como elucidar outros e, portanto, construir novas teorias, novos conhecimentos (Kuhn, 2001, Foucault, 1987; Capra, 1982).

No que se refere aos desafios da construção científica, Bachelard aponta a existência de obstáculos epistemológicos que atrapalham a produção, quais sejam: a realidade (o empirismo), referindo-se àquilo que cremos saber com clareza e por essa razão nos furtamos de entendê-la de outra forma; e o senso comum, ou seja, a noção e maneira de pensar da maioria das pessoas o que muitas vezes leva a ser posta como verdade absoluta (Japiassú, 1976).

Considera-se que a ciência não é uma mera coleção de fatos organizada sistematicamente, nem tão somente a criação e definição de conceitos. Se assim o fosse, a produção científica estaria esgotada com o avançar das pesquisas ao longo dos tempos. A ciência está em movimento e evolução porque também está a humanidade. Fazer ciência é ir além do que já foi evidenciado cientificamente ou do senso comum, identificando diferentes nuances do objeto em análise, adquirindo assim, uma aproximação dos fatos reais e verdadeiros ou atualizados, alterados em função de transformações diversas, sem achismos, preconceitos ou crenças limitantes. É nesta perspectiva que esta tese se propõe a buscar aproximações entre o decolonialismo e o estudo da relação turismo e cultura.

O Grupo Modernidade/ Colonialidade/ Decolonialidade (MCD) vem atuando desde o final da década de 1990. Trata-se de um grupo de pesquisa / movimento formado por autores e autoras latino-americanos(as) que refletem e realizam importantes contribuições teórico-metodológicas sobre as variadas dimensões e efeitos do processo colonial.

Conforme Maldonado-Torres (2008) chama-se ‘giro decolonial’ o movimento teórico e prático de resistência política e epistemológica à lógica da colonialidade. Refere-se ao reconhecimento de que as formas de poder coloniais são múltiplas e que tanto os conhecimentos como a experiência vivida pelos sujeitos marcados pela colonialidade são

altamente relevantes para entender as formas modernas de poder e, em seguida, prover alternativas a elas.

O Grupo Modernidade/Colonialidade tem sua principal força orientadora em uma reflexão continuada sobre a realidade histórica, social, cultural e política latino-americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos e territórios locais.

Escobar (2005) ao discutir e propor alternativas à modernidade e à globalidade imperial faz provocações e convocações para se pensar “outros mundos e mundos de outros modos” e realiza pertinentes e inspiradoras reflexões sobre as políticas culturais e a defesa do lugar, teorizando em torno da diferença como esforço de pensamento crítico e prática social de resistência e criação alternativa, apontando que é na diferença onde encontramos pontos de partida e perspectivas para outros pensamentos, imaginários e desenhos sociais.

Segundo Mignolo (2003), a colonialidade sobrevive ao colonialismo e se reproduz, em uma tripla dimensão: do poder, do saber e do ser: “cada uma destas dimensões dizem respeito às relações políticas, à epistemologia e às relações intersubjetivas, respectivamente, configurando-se como o lado obscuro e necessário da modernidade e parte indissociavelmente constitutiva” (Mignolo, 2003, p. 30).

Mignolo (2003) credita ao antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro uma das primeiras expressões de que o império “marcha às colônias com armas, livros, conceitos e pré-conceitos” (Mignolo, 2003, p. 9). Porém é a Anibal Quijano que ele atribui a vinculação explícita entre a colonialidade do poder nas esferas política e econômica à colonialidade do conhecimento, concluindo que este é instrumento de colonização e que, portanto, uma tarefa urgente que se tem por diante é descolonizá-lo.

Nesta perspectiva, questiona-se o universalismo etnocêntrico, o eurocentrismo teórico, o nacionalismo analítico e o positivismo epistemológico contidos nas ciências sociais. As opções decoloniais e o pensamento decolonial buscam, assim, uma genealogia de pensamento que não seja fundamentada com exclusividade no pensamento eurodescendente, mas que possa recorrer a categorias e discursos explicativos que emergiram nas línguas e histórias dos povos ameríndios e africanos subjugados (Mignolo, 2003; Quijano, 2005; Escobar, 2005).

Esta proposta de tese está estruturada em quatro eixos teóricos voltados a dar conta das diversas, porém complementares, temáticas e discussões envolvidas e que deram suporte à investigação, quais sejam: i) turismo, a perspectiva crítica e os estudos decoloniais, ii) turismo, cultura e a questão do desenvolvimento; iii) Patrimonialização dos bens culturais e ativação patrimonial; e iv) Globalização, utopismos e “outros turismos possíveis”.

A apresentação dos eixos teóricos tem como objetivo expor o caminho realizado nesta investigação levando-se em conta teorias e metodologias e, também, as características do objeto de estudo. Para fins de melhor compreensão da relevância dos aportes teóricos considerados apresenta-se nesta seção a contribuição de cada um deles para a concretização dos objetivos da tese.

2.1.1 Turismo, a perspectiva crítica e os estudos decoloniais

A relação turismo-cultura é tema recorrente nos estudos e pesquisas no campo das Ciências Sociais (Pereiro, 2003, 2009; Canclini, 2006; Burns, 2002, Choay, 2001) em virtude de que há um vínculo indissociável entre a cultura e o turismo que perpassa os aspectos exclusivamente mercadológicos, envolvendo relações sociais, de classe e de poder, promovendo articulações e legitimações para além do mercado.

O conceito de cultura é por si só polissêmico e quando vinculado ao turismo, que também não possui definições e abordagens únicas e/ou exclusivas, faz-se imprescindível apresentar as perspectivas conceituais através das quais se está discutindo. Assim, considerando-se a importância dos discursos e posicionamentos políticos é relevante abordar também as concepções de turismo considerados nos processos de patrimonialização tanto no sentido institucional como também em sua práxis.

Jafari (2005) destaca que o fenômeno turismo deve ser tratado e entendido acima de seus limites econômicos e operacionais. As comunidades e os países descobriram rapidamente as possibilidades econômicas do turismo e esforçam-se por explorar o seu potencial, transformando-o em fonte ativa de negócios, “setor” da economia internacional e mega “indústria” global, conforme consideram frequentemente alguns(as) autores(as) e, acima de tudo, o mercado. A partir dessas considerações o referido autor propõe a abordagem dos paradigmas e plataformas teóricas que permeiam a jornada do turismo identificando causas e consequências que o ajudaram a atingir sua atual dimensão e relevância.

Uriely (2005) em uma comparação entre as primeiras teorias do turismo moderno e as conceituações posteriores ou “pós-modernas” revela diferenças significativas em termos de estilo e forma de teorização. O autor sugere que enquanto na conceituação anterior a experiência turística era considerada em termos de verdades absolutas, os últimos fazem uso de conceitos de verdades relativas. Assim, ao contrário dos debates entre teorias concorrentes do turismo moderno, os discursos entre diferentes abordagens do turismo pós-moderno seriam caracterizados por declarações comprometedoras. Para o autor, ao contrário das teorias

anteriores do turismo moderno, ambas as dimensões geram perspectivas complementares em vez de contraditórias.

Esta pesquisa está posicionada/localizada na perspectiva crítica dos estudos turísticos entendendo que o objetivo das investigações em turismo não deveria ser apenas dar respostas ao seu funcionamento ou formular novas visões para seu estudo senão promover a transformação de sua realidade, conhecimento e prática (Bianchi, 2009).

‘Estudos Críticos de Turismo’ é um termo que abrange perspectivas e abordagens comprometidas com a crítica social, política e cultural e que consideram a análise do turismo como um projeto ético e político dedicado a criar condições de igualdade, sustentabilidade e liberdade humana (Morgan, Pritchard e Munar, 2023). Dessa forma estes estudos se voltam à aprendizagem transformadora, justiça social e à relação e o respeito pelo particular e à universalidade dos direitos humanos (Pritchard et al., 2011, Morgan et al., 2018).

Análise crítica do discurso, métodos qualitativos, etnografia, teoria de gênero e raça, crítica pós-colonial, linguagem criticamente consciente e pesquisa de alfabetização, perspectivas filosóficas e análise crítica de políticas são algumas das abordagens disponíveis dentro dessa ampla perspectiva (Ateljevic et al., 2007, 2012).

Sobre a produção do conhecimento em turismo, Tribe e Liburn (2016), destacam algumas forças ideológicas que incidem e moldam esta construção, quais sejam: as influências hegemônicas da ideologia do capitalismo ocidental, o neoliberalismo e o consumismo. Consideram além disso que o turismo em si é um projeto ideológico e que a pesquisa posicional baseada em valores, como ‘feminista’ ou a pesquisa ‘pós-colonial’, por exemplo, podem oferecer um importante esforço contrário àquilo que está de acordo com a ideologia dominante.

Os referidos autores apontam/sugerem que se a investigação social cria mundos, então pode, em alguma medida, pensar sobre os mundos que deseja ajudar a criar. O sistema de conhecimento revela não apenas os principais processos de avanço teórico, a solução prática de problemas e o engajamento no mundo real, mas também as possibilidades radicais da política ontológica na pesquisa em turismo (Tribe e Liburn, 2016).

Desde semelhante perspectiva, Sharpley (2020) apontou a existência de uma divisão entre teoria, política e prática do turismo e indicou a necessidade de um repensar fundamental sobre como o turismo é produzido, administrado e consumido e nessa perspectiva refletiu: “é possível a construção de novos mundos, de novos turismos?”

Conforme o referido autor, embora a associação entre turismo e desenvolvimento - bastante abordada nos estudos turísticos - possa ter sido apropriada no passado, as

transformações na compreensão do que é desenvolvimento e como ele pode ser alcançado sugerem que esse não é mais o caso. Pois, embora o crescimento econômico tenha permanecido uma pedra angular, o desenvolvimento veio para enfrentar os desafios sociais, como o desemprego e a desigualdade e, no início do novo milênio, seu foco estava firmemente no desenvolvimento humano (em oposição ao econômico), abrangendo componentes sociais, culturais e políticos, bem como a dimensão econômica (Sharpley, 2020).

Os aportes teóricos dos estudos críticos do turismo e do patrimônio dialogam e colaboram com a perspectiva decolonial e são cruciais para o apoio conceitual necessário aos encaminhamentos e entendimentos a que se propõe esta tese.

2.1.2 Turismo, cultura e a questão do desenvolvimento

Na abordagem das questões relacionadas ao turismo e à cultura é relevante considerar aspectos amplos tais como as mudanças ocorridas na sociedade contemporânea que apontam para a intensificação da valorização do setor de serviços e lazer a partir dos quais a oferta cultural vem se relacionando mais diretamente com as pessoas e localidades gerando, entre outros resultados, uma intensa mercantilização. Entende-se, portanto, que a cultura quando capturada pela lógica do valor de troca agrega outros valores ao patrimônio material, às práticas e manifestações culturais tornando-os matéria-prima a serem exploradas.

Segundo Burns (2002), para abordar turismo e cultura deve-se considerar algumas perspectivas, tais como o fato de a cultura poder ser vista como um recurso comercial (referindo-se à mercantilização da cultura via turismo) e que compreender as relações entre os sistemas turísticos e culturais pode ajudar a evitar ou minimizar os impactos negativos sobre uma cultura anfitriã. Além disso, ampliar o entendimento da cultura e de seu funcionamento é importante uma vez que a globalização força uma homogeneização. Neste sentido, esclarece: “o turismo é um entre os muitos itens que interagem com a cultura no destino receptor de turistas. Não existe algo como uma cultura ‘pura’ ou ‘intocada’ ” (Burns, 2002, p. 86).

Oliveira (2016), refletindo sobre as concepções de patrimônio e seu aproveitamento pelo turismo e a relevância que a operacionalização do turismo pode vir a ter na perspectiva de preservação do patrimônio cultural (material e imaterial) afirma:

A real valorização do patrimônio cultural pelo turista, não somente como forma de singularidade ou simplesmente como forma de diferenciação entre os diversos lugares visitados e explorados, na busca por conhecimento ou por

novas realidades diferentes da sua vida cotidiana, significa também o reconhecimento pelo turista da identidade ou das identidades constituintes das diversas comunidades pertencentes a uma determinada sociedade ou sociedades de uma forma geral e ampliada (Oliveira, 2016, pp. 47-48).

A questão do desenvolvimento associado ao turismo, e mais especificamente às políticas públicas de turismo, é discutida por diversos autores e autoras entre os quais destacamos: Fazito, Scott e Russell (2016), que discutem a prática discursiva destas com foco nas interseções entre discurso e racionalidade; e Figueiredo e Nóbrega (2014) que abordam/questionam os diferentes entendimentos decorrentes da relação turismo e desenvolvimento, discutindo o que denominam “ideários” do desenvolvimento.

Trata-se de discussões valiosas para esta pesquisa, as quais serão aprofundadas para responder algumas inquietações que trazem questões que se articulam com a discussão da relação turismo e desenvolvimento para além das políticas públicas, abordada por autores e autoras, sobretudo da perspectiva crítica do turismo (Fazito, 2015; Bianchi, 2009; Uriely, 2005; Sharpley, 2020; Cowen e Shenton, 2005).

Conforme Fazito (2015), o neoliberalismo e a globalização são baseados nos discursos da modernização, já que também assumem como meta primordial do desenvolvimento, uma sociedade de alto consumo.

Já Sharpley (2020) deixa evidente que o desenvolvimento é multidimensional e altamente variável na forma como é compreendido pelos indivíduos e pelas sociedades e que, portanto, tornou-se inadequado promover o turismo como um veículo de desenvolvimento. O autor ressalta a necessidade de se reequilibrar o turismo em uma base global, exigindo um repensar fundamental sobre o significado e a importância da produção e do consumo do turismo e, talvez, pesquisar sobre como as transformações institucionais, estruturais e comportamentais necessárias podem ser alcançadas.

Referindo-se especificamente às políticas culturais, Simões (2009) propõe posturas políticas através das quais seja possível contribuir para fazer a diferença na relação entre identidade cultural, turismo e desenvolvimento. A autora justifica o fato de que as políticas culturais enquanto orientadoras das ações de valorização, discussão e apoio à circulação dos bens culturais dão atenção às demandas do mercado, mas que há contribuições para o desenvolvimento cultural como um todo. Conclui chamando a atenção para os discursos que se articulam construindo o lugar, provocando reflexões, promovendo trânsitos e realizando trocas culturais, promovendo o respeito. Neste sentido, alerta para a importância de se

observar a articulação, a apropriação e a reelaboração do consumo cultural em um âmbito mais local, verificando-se seus impactos e considerando que a ideia de cultura como recurso pressupõe seu gerenciamento.

Em relação à defesa do turismo enquanto instrumento para o desenvolvimento, esta tende a estar pautada exclusivamente nos aspectos econômicos desconsiderando que na maioria dos territórios onde o turismo se desenvolve estes possíveis benefícios não são distribuídos para além da iniciativa privada. É notória a existência de fortes divergências entre os discursos políticos e as práticas empresariais, por exemplo.

Fazito, Scott e Russell (2016) com foco nas interseções entre discurso e racionalidade explicam, através de um estudo de caso, as diferentes influências que moldam os debates sobre turismo e desenvolvimento os quais influenciam nas decisões a serem tomadas. Os autores questionam e visam compreender o processo pelo qual os resultados das políticas são gerados (por racionalidades concorrentes de desenvolvimento do turismo), e o que acontece quando essas racionalidades e resultados são confrontados com outras atividades econômicas mais capazes de contribuir para os discursos dominantes de modernização do desenvolvimento.

Figueiredo e Nóbrega (2015, p. 14) também abordam/questionam os diferentes entendimentos decorrentes da relação turismo e desenvolvimento e apontam:

Os agentes no campo turístico atuam no sentido de a viagem ser realizada com dividendos a todos eles, entretanto, o campo normalmente é organizado e estruturado a partir da dominância da instância governamental, que, dependendo das forças em disputa e da feição da política, definem as posições dominantes. Esse movimento é alimentado pelo ideário do desenvolvimento.

Conforme Cowen e Shenton (2005), tratando das 'doutrinas do desenvolvimento' a tutela (*trusteeship*), ou seja, a intenção de alguém de agir em nome de outro, tem sido uma força poderosa na formação destas doutrinas e que, apesar das reivindicações por uma 'nova ortodoxia', a tutela permanece central para teorias cada vez mais perversas de desenvolvimento "alternativo". A intenção de desenvolver e a forma como a intenção passou a ser expressa por meio da política foi o eixo sobre o qual girou o desenvolvimento cíclico da doutrina.

De ponto de vista do século XIX, e na tentativa de transcender a ideia de progresso, o desenvolvimento perdeu sua imagem cíclica e, como no propósito de desenvolvimento progressivo, passou a representar o potencial e possibilidade de um movimento linear de

aperfeiçoamento humano. O paradoxo é que o movimento cíclico reaparece, seja qual for o propósito de desenvolvimento progressivo, na intenção de desenvolver. Era a intenção de desenvolver que abraçou o "interno" do desenvolvimento, ou seja, a consciente autoridade do ser autônomo para determinar e realizar seu potencial (Cowen e Shelton, 2005).

Os aportes teóricos sobre a relação do turismo com as questões do desenvolvimento são cruciais para quebrar com a análise da dominação e subordinação que caracterizam o turismo enquanto prática e, também, os estudos turísticos. De maneira geral tem-se uma visão empobrecedora do turismo ou extremamente romantizada, concebendo-o como a salvação de todos os males. Especialmente por esta investigação se propor a pensar estas questões desde a perspectiva decolonial, o aprofundamento nesta seara é indispensável enquanto justificativa teórica.

2.1.3 Patrimonialização dos bens culturais e ativação patrimonial

A compreensão dos conceitos e discussões relativas ao campo da cultura e do patrimônio cultural, dos processos de apropriação/ mercantilização da cultura, as políticas de cultura (com foco naquelas voltadas à salvaguarda dos bens imateriais) e os usos do patrimônio cultural são importantes para melhor interpretar/compreender a relação turismo e cultura.

Apesar de alguns estudos no campo do turismo já apontarem a importância/necessidade de avanços em perspectivas mais críticas como a decolonial (Boukhris e Peyvel, 2019; Tribe e Liburn, 2016; Chambers e Buzinde, 2015), são poucas as produções que se dedicam à temática e são ainda mais escassos os estudos que se utilizam desta perspectiva do ponto de vista metodológico. Eis aqui uma das lacunas teóricas desta investigação.

Um dos estudos identificados foi o de Chambers e Buzinde (2015) que apontam questões como a aparente ausência de uma agenda ativista nos estudos críticos do turismo e a necessidade de se adotar perspectivas interdisciplinares que poderiam, por exemplo, fornecer uma compreensão mais interpretativa da relação entre turismo e outras disciplinas. A intenção das autoras é destacar que o conhecimento produzido em turismo ainda é ‘colonial’ e privilegia as epistemologias ocidentais.

Chambers e Buzinde (2015) exploram criticamente a teoria decolonial e sua relevância para o turismo apontando a incapacidade da teoria pós-colonial de cumprir objetivos

emancipatórios. Nesta perspectiva, a descolonização epistemológica é apresentada como um projeto mais radical, voltado a propor uma ‘outra’ forma de pensar, ser e conhecer o turismo.

Para as referidas autoras, as epistemologias ocidentais servem para colocar a cultura ocidental em primeiro plano enquanto, concomitantemente, negam a legitimidade aos conhecimentos e cosmologias daqueles no e do Sul, territórios onde muito turismo internacional ocorre e onde inúmeros de seus impactos são sentidos. Destacam ainda que os países do Sul Global são em grande parte os objetos da pesquisa de turismo, em vez de produtores do conhecimento do turismo.

O campo da patrimonialização em sua perspectiva crítica traz relevantes contribuições para compreender as relações entre patrimônio e turismo, de modo a verificar a pertinência e os desafios dessas relações nos processos de ativação patrimonial (Prats, 2005; Santamarina, 2013; Zanirato, 2018). O termo ‘ativação patrimonial’ é utilizado para explicar esse processo que mobiliza valores atribuídos ao elemento patrimonializado, com vistas a prolongar sua existência, “um processo que depende fundamentalmente dos poderes políticos” (Prats, 2005, p. 20).

Conforme já apontado anteriormente, as alterações ao longo do século XX ampliaram os sujeitos no processo de patrimonialização. Dentre os agentes implicados nas atuais sociedades democráticas estão os poderes públicos e os especialistas que selecionam, investigam, atribuem valor, catalogam, certificam a importância do bem a ser patrimonializado e objetivam o discurso e as ações patrimoniais (Prats, 2005; Ariño, 2007), além do empresariado, partícipe relevante e interessado do movimento de mercantilização dos bens (Pereiro, 2003; Figueiredo et al., 2012).

Para ampliar a concepção da patrimonialização/ativação patrimonial para além das abordagens antropológicas, esta tese se apoia e constrói também, e essencialmente, a partir das contribuições do geógrafo crítico Everaldo Costa, cuja produção apesar de mais voltada aos patrimônios materiais e aos processos de urbanização no Brasil e na América Latina têm sido relevantes para (re)pensar a relação turismo, cultura e território.

A crítica de Costa consiste em que a patrimonialização “oficial” é baseada no caráter meramente estético da apropriação do patrimônio via turismo implantado no espaço social, em sua fetichização e “banalização pela cenarização progressiva” que envolve cidades históricas que são tomadas pelo capital especulativo e hegemônico obediente aos interesses globais e indiferente ao lugar e seu entorno. E complementa: “consagra-se um Patrimônio Mundial a ser ‘preservado’ para, no próprio processo de consagração, inseri-lo no mundo da

mercadoria, como um produto embalado e pronto para o consumo turístico” (Costa, 2007, p. 8).

A partir de uma perspectiva crítica do turismo e centrando-se na relação deste com os bens culturais, Costa (2017) indica/sugere uma utopia capaz de gerar uma nova construção intelectual do turismo, crítica, mas que defenda e proponha formas de compreensão e ação coletiva para a transcendência da realidade de uma prática que elitiza espacial e socialmente. Desde sua proposta, alerta:

Na sociedade da fluidez, do capital financeiro e da ‘possível’ mobilidade máxima de pessoas pelo território, o fenômeno turismo (dinamizado no setor dos serviços) pode ser atributo, também, de valoração social por meio dos bens negados na história latina (...) Esse novo pensar e agir pelo turismo também são expressão de resistência à colonialidade do poder; passam a considerar a ativação do patrimônio-territorial como a utopia dos territórios de exceção assumindo-o como valor social (Costa, 2017, p. 61).

A perspectiva crítica tem validade não somente na produção de conhecimentos, mas também em sua práxis cotidiana, com intervenção em suas atividades e organização, pois aborda as condições de crise, complexidade e multidimensionalidade das comunidades. Para o referido autor, o reconhecimento dos bens culturais como patrimônio via Unesco, Iphan ou entidades estaduais e municipais adiciona novas problemáticas identitárias que reverberam na forma como os grupos vivenciam e organizam o território (Costa, 2017).

Segundo Costa e Moncada (2021) a trajetória histórica de confrontação com o processo/sistema colonizador-imperialista-neoliberal que toma e se apropria dos territórios latino-americanos estimula nos sujeitos situados uma *práxis decolonial originária*. Ainda conforme os referidos autores, esta herança patrimônio-territorial permite aos grupos sociais populares sobreviver aos controles do território na América Latina. Para além do patrimônio cultural é o sujeito-patrimônio que sobreviveu durante cinco séculos de forma subalternizada em territórios historicamente determinados que enfrentam e lutam pelo direito ao território, à manutenção da memória, do conhecimento e do fazer destes grupos.

Em ‘Utopismos patrimoniais pela América Latina’, Costa (2016) trata de utopismos conexos necessários a uma outra patrimonialização global. O autor aborda o processo de patrimonialização global, entendendo a Unesco como difusora maior, com suporte de agências de financiamentos internacionais, e produto e produtor de uma era em que os territórios da vida coletiva se fragmentam e se articulam para atender necessidades-desejos

particularistas e, muitas vezes, forâneos. A produção acadêmica de Costa constitui-se, portanto, importante aporte teórico e metodológico para a pretensão desta tese, qual seja produzir um estudo crítico e propositivo.

Para olhar a relação turismo e cultura, à luz do paradigma decolonial, isto é, com o intuito de pensar "outros mundos e mundos de outras maneiras" (Escobar, 2005; Quijano, 2005), esta tese se apoiará também nas contribuições de Adu-Ampong (2023) que reflete e instiga a pensar sobre a capacidade do turismo no sentido da transformação individual e social e da ativação de memórias plurais que foram intencionalmente apagadas. Ao investigar passeios turísticos relacionados à escravidão, o autor destaca o papel cultural e político que o turismo pode desempenhar, ao tornar presente o que está ausente em pessoas, lugares e relações concretas.

As propostas/reflexões desenvolvidas por Adu-Ampong (2023) e Costa (2016, 2017, 2021) contribuem para as discussões teóricas ao investigar - na práxis e em contextos e territórios e sob distintas abordagens dialógicas - o papel da cultura na vida e na humanização das pessoas.

Neste sentido, parecem revelar que o turismo pode se constituir uma via para a aquisição de conhecimentos e a realização de encontros e conexões e não apenas mais um produto da oferta/demanda mercadológica intensa da contemporaneidade. Identificam-se assim outras possibilidades para o uso turístico da cultura, "outros turismos possíveis".

Diante do exposto, as contribuições teóricas e também metodológicas pautadas nas possibilidades de ativação patrimonial dos bens culturais numa perspectiva de valoração social, em detrimento à valorização econômica, comumente destacadas e justificadoras dos investimentos públicos e privados em turismo, são extremamente relevantes para as discussões desta tese.

2.1.4 Globalização, utopismos e "outros turismos possíveis"

(...) A originalidade é a interpretação ou a ênfase própria, a forma individual de combinar o que existe e o que é vislumbrado: a própria definição do que é uma ideia (Santos, 2000, p.12). Fazer aproximações/correlações entre a globalização e o turismo é lugar comum nos estudos turísticos. A opção por trazer Milton Santos e mais especificamente suas reflexões "para uma outra globalização" (Santos, 2000), estando a tese apoiada na decolonialidade e entrelaçada pelos estudos críticos do turismo e do patrimônio, foi relevante para a construção da tese e mais concretamente para o seu fechamento. A escrita crítica,

propositiva e por muitos(as) considerada utópica de Santos configurou-se como mais uma justificativa teórica para a tese, dessa vez não para o seu início, mas para o seu fim, seu desfecho.

Para Santos (2000), observado o estado das técnicas e das políticas, a globalização é o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, mas não é irreversível. O geógrafo considera que existem três mundos em um só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: “a globalização como fábula”; o segundo seria o mundo tal como ele é: “a globalização como perversidade”; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: “uma outra globalização” (Santos, 2000, p. 18).

Não se propõe fazer nesta tese uma justaposição entre globalização e turismo, mas é impossível dissociar tanto o crescimento como os efeitos mais nefastos do turismo dos muitos outros processos resultantes da globalização. Entende-se, como apontam Mowforth e Munt (2003), que o estudo do desenvolvimento turístico deve – no sentido de precisar/necessitar - ir além da dependência para quebrar com a análise de dominação e subordinação que caracterizam o turismo. Para estes autores, uma questão problemática é que na maioria das vezes o turismo é orientado pelo consumidor, e não pelo “produto” (isto é, pelos bens naturais e culturais), o que acaba promovendo a destruição das diferenças locais e a padronização dos lugares.

Assim como a colonialidade, os processos globalizantes se produzem e reproduzem no dia a dia. Para Aguer et al. (2014), entre as possibilidades de escapar da colonialidade é indicado considerar que onde está a colonialidade estão também os espaços para exercer a crítica e resistência às condições de opressão. Mais do que negar, problematizar. Quebrar os controles ou tentativas de controle da capacidade imaginativa.

Assim como Santos (2000) ao propor “uma outra globalização” esta tese enfatiza a convicção do papel da ideologia na produção, disseminação, reprodução e manutenção do turismo tal e como está. Conforme Santos:

O papel da ideologia deriva de nossa convicção de que, diante dos mesmos materiais atualmente existentes, tanto é possível fazer do planeta um inferno, conforme no Brasil estamos assistindo, como também é viável realizar o seu contrário. Daí a relevância da política, isto é, da arte de pensar as mudanças e de criar condições para torná-las efetivas (Santos, 2000, p. 14).

Ainda conforme Santos (2000), as mesmas bases técnicas em que o grande capital se apoia para construir a globalização perversa poderão servir a outros objetivos. O referido

autor afirma assim, que do ponto de vista teórico é possível a produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa sendo essencial, portanto, o exercício de fabulações.

Na mesma esteira deste exercício de fabulações, Martínez-Caldentey (2023) em seu artigo no qual se dispõe a “imaginar para subverter e fazer outros turismos possíveis”, aponta que a convicção e a ignorância tem sido ferramentas úteis nas sociedades do capitalismo avançado em que se entende que a forma de vida atual é a única possível, e que também tem sido contínua a repressão à capacidade imaginativa das pessoas.

A autora reflete a partir do legado da escritora norte-americana Ursula K. Le Guin e propõe que para repensar a vida humana numa perspectiva de justiça social e em equilíbrio com os limites ecológicos, é necessária a imaginação, mas de chave utópica. Neste sentido, convoca: “a resistência à opressão é uma guerra sem fim. A imaginação, como capacidade mental humana, resulta imprescindível não só para buscar caminhos para combater a subjugação, senão para o próprio desenvolvimento humano” (Martínez-Caldentey, 2023, p. 317).

A referida autora traz ainda que o mercado devorou a criatividade como um substituto da imaginação e que a criatividade se converteu em uma estratégia para intensificar o trabalho em prol de benefícios outros. Neste sentido, a imaginação pode ser considerada uma das principais ferramentas humanas para compreender a vida e seus múltiplos aspectos e que através do desenvolvimento mental da imaginação as pessoas podem alcançar aptidões que resultam relevantes para uma vida boa, com espírito crítico e esperança (Martínez-Caldentey, 2023).

É nessa perspectiva que a autora propõe “utopias emancipatórias para novas formas de vida e outros turismos possíveis” levando-se em consideração que o domínio do capitalismo sobre as pessoas se configura asfixiante e para tanto deve-se criar comunidades de resistência ao sistema, e conclui: “Em uma sociedade anticapitalista, justa, não opressiva, igualitária e de acordo com os ritmos de vida planetários, se poderá levar à cabo um turismo contra-hegemônico (...) Imaginaremos para subverter, pois outro turismo é viável, porque outra vida é possível.” (Martínez-Caldentey, 2023, p. 324).

Para Santos (2000), de maneira geral, a única crise que tem se desejado afastar/combater é a crise financeira e, portanto, é preciso um aprofundamento na crise real – econômica, social, política, moral, que caracterizam o nosso tempo. Partindo desse pressuposto, reitera esta sua análise das crises de forma catastrófica, porém utópica: “O processo da crise oriundos desses desequilíbrios é permanente, tem-se crises sucessivas, uma

crise global resultante de fenômenos globais e também por manifestações particulares. Nada é duradouro, apesar de estrutural” (Santos, 2000, p. 35).

Assim como ocorre na globalização, se dá no turismo: “Não é qualquer lugar que interessa”. Ainda são muitos os territórios pouco afetados pelos processos. Embora muitos processos tenham sido deglutidos ou adaptados (passiva ou ativamente) tornando-se hegemônicos, em certas frações do território ocorreram reproduções próprias. Não se pode ignorar as particularidades e os interesses sociais (Santos, 2000).

A leitura provocativa de mundo de Milton Santos, mais de vinte anos após sua publicação, chama a atenção pela atualização das discussões e argumentos e reforçam que boa parte das questões que se gestaram e afetaram com a globalização, também incidem no turismo.

Ainda conforme Santos (2000, p. 32): “muitas vezes, os objetos retratados nos dão geometrias, não propriamente geografias, porque nos chegam como objetos em si, sem a sociedade vivendo dentro deles”. A mesma analogia parece poder ser efetuada em alguns estudos voltados ao turismo que o observam sistematicamente, em partes, por fora, e não desde dentro.

Ao identificar a ausência de outras oportunidades concretas [especialmente no campo do ócio e não do negócio], já apontadas anteriormente, leva-se em consideração apenas os processos de financeirização, gentrificação, fetichização e padronização gerados por meio do uso turístico dos bens culturais. Dessa forma, parece que se concretiza uma espécie de subentendimento de que os fazedores e fazedoras das manifestações culturais populares não querem (ou não deveriam querer) o turismo. Porém, talvez, eles não queiram “esse” turismo.

A partir dos eixos teóricos apresentados e discutidos, é intrigante observar que apesar do turismo ser um catalisador para a ativação patrimonial, seu desempenho nos processos de patrimonialização não está suficientemente considerado. As concepções atribuídas ao turismo parecem estar subordinadas a uma lógica hegemônica em que predomina a abordagem exclusiva dos aspectos econômicos e de mercantilização. Eis aqui a lacuna de pesquisa desta tese: a ausência de investigações críticas que desde o turismo contemplem outros potenciais de sua relação com a cultura para além da lógica modernizante e hegemônica que marginaliza sujeitos e territórios.

2.2 Percorso Metodológico: Procedimentos e Técnicas de Coleta e Análise dos Dados

Para a realização desta investigação foram executados distintos procedimentos metodológicos voltados ao aprofundamento teórico e empírico requerido para o estudo dos processos de patrimonialização e turistificação do frevo nas cidades de Recife e Olinda.

Para a construção da base teórica requerida efetuou-se a revisão bibliográfica de livros, artigos, teses e dissertações sobre frevo, turismo, patrimônio cultural, decolonialismo e ativação patrimonial. O quadro a seguir expõe o desenho da pesquisa a partir da apresentação da problemática e dos objetivos geral e específicos, correlacionando-os às técnicas de coleta e análise de dados e aos principais autores(as) e fontes documentais utilizadas para a concretização da tese (Quadro 1).

Problemática	Os estudos turísticos sobre os processos de patrimonialização e turistificação de bens culturais imateriais carecem de abordagens mais críticas e ampliadas especialmente na América Latina e desde a perspectivas de autores(as) locais como forma de enfrentamento às colonialidades do saber e fazer turísticos.	
Objetivo Geral	Aprofundar a análise sobre a relação entre a patrimonialização e a turistificação do frevo em Recife e Olinda, buscando entender e propor “outros turismos possíveis”.	
Objetivos Específicos	Técnicas de Coleta e Análise	Autores / Fontes documentais
Identificar, mapear e caracterizar a materialização e territorialização do frevo e do seu uso turístico em Recife e Olinda.	Pesquisa documental, observação participante e não-participante, registro fotográfico, entrevistas, mapeamento cartográfico dos achados do campo e análise documental.	Planos, dossiês, relatórios, pareceres e do Iphan, Unesco, Empetur, Secretarias de turismo e cultura do Recife e de Pernambuco. Almeida (2014); Esteves e Santos (2018), Teles (2008, 2022); Choay (2001)
Investigar a patrimonialização do frevo a partir da proposta teórico-metodológica da ativação popular do patrimônio-territorial.	Pesquisa documental, observação participante e não-participante, registro fotográfico, entrevistas, mapeamento cartográfico dos achados do campo e análise documental.	Frigolé (2014); Costa (2016, 2017, 2021, 2024); Costa e Moncada (2021) Prats (2005, 2006); Ariño (2007); Pereiro (2003); Santamarina (2013); Zanirato (2018); Crespo (2017); Figueiredo, Nóbrega e Bahia (2012); Aguirre-Tejeda et al. (2021); Cavalcanti (2019); Gonçalves, 2010
Compreender a configuração e a dinâmica do uso turístico do frevo em Recife/Olinda.	Revisão bibliográfica, observação participante e não-participante, e análise documental.	Burns (2002); Jafari (2005), Uriely (2005), Boyer (2003); Alvarado-Sizzo, Zamora e López (2018); Alvarado-Sizzo (2021); Cáceda e Sialer (2022); Campadónico e Chalar (2017)
Refletir sobre “outros turismos possíveis” à luz da	Revisão bibliográfica e cruzamentos teóricos.	Santos (2000); Escobar (2005); Bianchi (2009); Boukhris e Peyvel (2019); Chambers e Buzinde

decolonialidade.		(2015); Hiernaux (2002, 2020); Alvarado-Sizzo (2021); Fratucci (2000); Figueiredo (2008); Aguer et al. (2014); Fazito (2015) Fazito, Scott e Russell (2016); Fazito, Nascimento e Pena (2017); Sharpley (2020); Adu-Ampong (2023); Tribe e Liburn (2016); Pritchard et al. (2011); Morgan et al. (2018); Ateljevic et al. (2007, 2012); Morgan, Pritchard e Munar (2023); Martínez-Caldentey (2023)
------------------	--	---

Quadro 1: Desenho da pesquisa.

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Segundo Gil (1999), a pesquisa documental é muito semelhante à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial é a natureza das fontes. A bibliográfica se utiliza das contribuições de diversos(as) autores(as), e a documental de materiais ainda sem tratamento analítico.

No que se refere à pesquisa documental realizada, destacam-se os dossiês de candidatura do frevo à patrimônio imaterial brasileiro e mundial e os pareceres de concessão e revalidação dos títulos (Iphan, 2021, 2014, 2006a; 2006b). Foram considerados também documentos, leis, planos e projetos de instituições voltadas à área da cultura (com foco no patrimônio cultural imaterial) dos institutos, ministérios, secretarias e outras autarquias da esfera federal, estadual e municipal que vem produzindo, há pelo menos quatro décadas, documentos e ações que envolvem diretamente o tema desta tese.

Para pesquisar sobre o frevo em específico foram acessados os acervos físicos dos centros de documentação da Casa do Carnaval e do Museu Paço do Frevo que dispõem de pesquisas próprias e de terceiros publicadas em documentos, livros e documentários audiovisuais.

É relevante frisar que além dos centros de documentação institucionais há um extenso acervo fonográfico, imagético, audiovisual e documental sobre o frevo disponível na internet que se constituíram importantíssima fonte de pesquisa. Trata-se de material diverso em conteúdo e formato composto por vídeos (disponíveis no *Youtube* e/ou nas redes sociais *Instagram* e *Facebook*, assim como em outras plataformas digitais, tais como *spotify* e *blogs*). Estes documentos digitais foram produzidos por entidades públicas como a Fundação de Apoio ao Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe, o Paço do Frevo e por dezenas de integrantes das comunidades do frevo enquanto musicistas, passistas e/ou

membros das agremiações e coletivos, que através de textos, fotos, vídeos e áudios expõem suas vivências pessoais e profissionais junto ao frevo.

Especialmente durante a pandemia da Covid-19 a cadeia produtiva da cultura passou a oferecer extensa programação e conteúdo via internet para adaptar-se e enfrentar os desdobramentos decorrentes do isolamento do público em suas casas durante o período de *lockdown* em que as atividades de lazer, cultura e entretenimento foram praticamente interrompidas. Todos os setores sociais e econômicos foram afetados, mas estima-se que o impacto no setor cultural foi gigantesco e sem precedentes.

Entre as medidas para o enfrentamento desta crise sanitária levadas à cabo por parte do poder público no Brasil, destaca-se o auxílio emergencial destinado aos profissionais da cultura e os editais específicos, como a Lei Aldir Blanc. Através desta Lei o Governo Federal encaminhou aos governos estaduais - e estes aos municípios - grandes cifras para a realização de projetos executados durante a pandemia os quais tiveram como suporte principal as plataformas digitais.

A chamada “indústria cultural” através dos agentes culturais do audiovisual, teatro, música, dança e outros segmentos utilizaram-se dos mais recentes recursos digitais para a produção, exibição e difusão artística. Assim, no universo do frevo, como consequência destas ações, foram gerados diversos conteúdos e eventos em formatos variados, os quais foram acessados e contribuíram enormemente para ampliar o acesso às informações e o entendimento acerca das comunidades do frevo. O quadro a seguir (Quadro 2) apresenta os materiais digitais acessados detalhando brevemente seu conteúdo.

Evento	Breve detalhamento contendo: tipo de mídia/plataforma, realização e link
Espalhando brasa	Programas de entrevistas e debates com duração de cerca de 60 minutos sobre histórias, memórias, transformações e contemporaneidades do frevo. Há 25 programas nas plataformas Spotify e Youtube. Trata-se de uma realização do Paço do Frevo através das gerências de conteúdo e do educativo. Foram acessados e considerados os seguintes episódios: Subvertendo espaços (Dez./2021); Corpos negros na Rua (Fev/2022); DiverCidades: corpos e territórios festivos (Dez./2022); Raízes, pertencimentos e encruzilhadas (Dez./2022); Frevo, Festa e Fé: Influências Diaspóricas na Construção de uma manifestação artístico-cultural (Jul./2022); Frevo, trabalho e maternidade com Flaira Ferro (Maio/2023); Territórios do Frevo com Robson Leão [Bar do Ró] (Jun./2023); Mesmo Patrimônio, novas roupagens musicais (Maio/2024);. Disponível em: https://open.spotify.com/show/3fiiRilv9N6Hfl7hEgBDXQ

Nosso Mote	Programa de entrevistas e conversas. Tem duração de até 2h. Foi acessado o programa intitulado: O Mote é Carnaval! que tratou sobre o carnaval 2024 e contou com a presença do Maestro Oséas e de Maria Flor e Otávio Bastos (passistas). https://www.youtube.com/watch?v=wko-FLT753c&t=6s . (Fev./2024)
Mexe com tudo	Canal do Youtube comandado pelo Mestre e Passista Otávio Bastos. Traz dicas, histórias e causos sobre o frevo e o carnaval de Pernambuco. https://www.youtube.com/mexecomtudo Há 91 vídeos que variam de 2 a 5 minutos de duração.
Documentário Frevo Música	Produzido para a exposição de longa duração do Paço do Frevo. Disponível no Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=RejGDjV3hF0 Duração: 26'09. (Mar/2009)
Documentário: Frevo música	Dirigido por Hugo Martins, produzido para a exposição de longa duração do Paço do Frevo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PiUKrb0slSg Duração: 29'03. (Mar/2009)
Sete Corações	Longa metragem / Documentário dirigido por Déa Ferraz. Trata do registro da obra e vida de sete dos principais maestros de frevo conduzidos pelo Maestro Spok através da criação de um frevo composto coletivamente pelos mesmos. Foi exibido nos cinemas e está disponível no Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=K6G75hhMy-8 Duração: 1h 34'. (2014)
O tema é frevo e genialidade	Live produzida pela Secretaria de Cultura de Pernambuco intitulada: “O tema é frevo e genialidade”. Pesquisadores(as) e integrantes da comunidade do frevo comentam sobre os grandes nomes que fizeram do frevo essa grande expressão popular. Disponível no Youtube e Facebook: https://web.facebook.com/culturape/videos/26918220861989 Duração: 55'. (Fev. /2022).
Frevo Michiles	Longa-metragem documental dirigido por Hélder Lopes sobre a obra de J. Michiles e seus frevos. Destaca a inventividade poética das letras e o vigor das melodias deste célebre compositor de frevos. Acessado no Cinema do Parque, Recife.
Programa ‘Diálogos Carnavalescos’.	Programa ‘Diálogos Carnavalescos’, episódio intitulado: “Na ponta do pé e calcanhar – a importância de sistematizar os passos de frevo”. Disponível no canal da Fundarpe (Youtube): https://www.youtube.com/watch?v=nWeRM5oWw_o&ab_channel=SECULTPEEFUNDARPE . Duração: 1h 4’(2022).
Teles Toques	Site do jornalista e autor de livros José Teles. Disponibiliza matérias jornalísticas de temáticas variadas com foco sobretudo na cultura. O frevo é tema recorrente. https://telestoques.wordpress.com/
Resenha Frevística	Vídeos contendo entrevistas com músicos e musicistas da comunidade do frevo comandadas por Ricardo Souza, cantor e trompetista da Orquestra de Bolso. https://www.youtube.com/watch?v=q7tAdh6aKcY A duração dos vídeos varia de 5 a 13 minutos.
O frevo: conversa	Documentário no qual 12 (doze) pesquisadores(as), artistas e

com os mestres.	integrantes das comunidades do Frevo comentam histórias e episódios marcantes que envolvem muitos dos mestres do frevo. Foi realizado por meio da Secult-PE, com recursos federais da Lei Aldir Blanc. Disponível no Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=xemA2kx4ucs Duração: 1h32'. (Abr. /2022).
-----------------	---

Quadro 2: Documentos acessados nas plataformas digitais.

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Além das pesquisas bibliográfica e documental foram realizadas entrevistas semiestruturadas junto aos integrantes das comunidades do frevo no campo da música, dança, pesquisa, gestão pública e produção cultural, visando acessar a percepção de quem faz o frevo acontecer e/ou contribui para sua participação no âmbito das ações e iniciativas públicas e privadas.

A realização das entrevistas justifica-se enquanto um dos mecanismos dialógicos da prática investigativa para ou com o 'patrimônio-territorial' a qual propõe a valorização da oralidade, a cartografia social, os mapas mentais afetivos e o imaginário individual e coletivo (Costa e Moncada, 2021). Trata-se de investigar o que Costa (2016) nomeia 'sujeito-patrimônio'.

Neste contexto, os(as) integrantes das comunidades do frevo foram ouvidos(as) e considerados(as) não só em relação às estratégias para a existência e resistência desta manifestação cultural, mas também sobre o que pensam e sentem sobre a sua patrimonialização, mercantilização e uso turístico, foco desta tese, e principalmente sobre as táticas para seguir frevando e vivendo.

Trata-se de estratégia metodológica utilizada também para o mapeamento e identificação da materialização e territorialização do uso turístico do frevo - importante objetivo desta investigação. Neste sentido foi crucial fazê-lo com profundidade desde a observação e escuta das comunidades do frevo em si - e não exclusivamente a partir do que propõe e realiza o poder público, as instituições patrimoniais ou a iniciativa privada e a sociedade civil organizada. Para a produção do mapa utilizou-se o *software Google Earth* e com o apoio da técnica em cartografia Bárbara Praxedes, realizou-se a “tradução” espacial dos achados das pesquisas documental e de campo.

No decorrer de toda a produção da tese as informações coletadas foram registradas em diário de campo visando reunir as impressões e percepções apreendidas através do contato com as comunidades do frevo e do turismo não apenas durante a realização das entrevistas (que foram registradas em áudio e posteriormente transcritas), mas também por meio da

observação e participação em eventos acadêmicos e culturais, da pesquisa de gabinete em acervos de centros documentais e do acesso aos conteúdos digitais disponíveis.

Durante o processo de análise estes registros do diário de campo suscitaram questões e apontamentos para a investigação que tanto foram se incorporando ao longo de escrita da tese quanto auxiliaram no reconhecimento dos aspectos mais relevantes para as reflexões realizadas.

O quadro a seguir (Quadro 3) lista os eventos de frevo acessados presencialmente durante o período de construção da tese. Na maioria das vezes esta presença se deu na qualidade de participante, observando e realizando registros no diário de campo e, também, fotográficos e de áudio. Com exceção do VI Encontro de Pesquisadores do Frevo no qual a autora desta tese apresentou e foi arguida sobre os encaminhamentos da presente investigação.

Evento	Breve detalhamento
Festival ‘Do Frevo ao Jazz	Festival de música aberto ao público. Nesta edição realizou também workshops e bate-papos sobre frevo. Trata-se de uma iniciativa que conta com o incentivo do Funcultura via Fundarpe, Sec. de Cultura e Governo de Pernambuco. Contou com o apoio do Paço do Frevo, Fundação de Cultura da Cidade do Recife e Prefeitura e Secretaria de Cultura do Recife. Realização: Jaraguá Produções. (Maio /2022). @dofrevoajazz
Observatório do Frevo – Frevo e Marriachi	Evento online acessado pela plataforma Google Meet. Realização do Paço do Frevo. Pesquisadores(as) do frevo e do mariachi (México) debateram sobre questões da patrimonialização e mercantilização destes PCIs. (Ago. /2022)
Comemoração do Dia Nacional do Frevo – 14/09	Encontro do Homem da Meia Noite e Cariri Olindense; entrada gratuita ao Museu; visitas mediadas sobre a História do dia 14 de setembro, vivências em música e dança. Realização: Paço do Frevo. (Set/2023).
Consulta pública para revisão do Plano Integrado de Salvaguarda do Frevo	Reunião com integrantes das comunidades do Frevo. Segmento Dança e Música. Realizado na sede do Iphan/PE. (Nov. /2023).
Observatório do Frevo – Como será o frevo daqui a 100 anos?	Evento realizado no Paço do Frevo. Os artistas Amaro Freitas e Isadora Melo debateram sobre o futuro da música do frevo junto aos integrantes das comunidades do frevo. (Nov./ 2023)
VI Encontro de Pesquisadores do Frevo:	Evento realizado pelo Paço do Frevo. Temática: valorizando acervos e redes de pesquisa. Constou de palestras, oficinas e ciclo de apresentações de pesquisa, estudos e iniciativas relacionadas ao frevo. (Dez/2023).
Lançamento do roteiro turístico ‘Vem pro Frevo’	A autora desta tese foi convidada para participar deste roteiro / <i>Famtour</i> voltado aos agentes de viagem da empresa Luck Viagens. (Jan. /2024).
Comemoração do Aniversário do frevo	Visitação gratuita ao museu, Encontro de passistas (poéticas, estilos e gerações), show com Orquestra Malassombro.

	Realização: Paço do Frevo. (Fev. /2024).
Formação para profissionais do turismo	Formação para estudantes e profissionais do turismo com o objetivo de aproximar e qualificar o discurso em torno do frevo. 4h/a. Realização: Paço do Frevo e Seturel/Recife. (Abril/2024).
Observatório do Frevo: (passistas)	Observatório realizado em comemoração ao Dia Internacional da Dança intitulado: “Pra frevar o ano inteiro: mercado de trabalho e sustentabilidade dos passistas de frevo”. Roda de conversa com Erika Alves (comunicadora) e Marcela Felipe e Mininho, passistas. Houve também a realização do espetáculo Ara ti o jó (Panorama dança) (Abril /2024)

Quadro 3: Eventos e encontros das comunidades do frevo.

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Para a compreensão da dinâmica do uso turístico do frevo em Recife e Olinda, além dos procedimentos metodológicos anteriormente citados, levou-se em consideração a sistemática proposta por Alvarado-Sizzo, Zamora e López (2018). Dentre as estratégias de coleta de dados e informações os referidos autores indicam a observação participante e não-participante e que estas sejam executadas em diferentes contextos e situações. Nesta perspectiva sugere-se observar os locais de interesse turístico com foco também no comportamento dos residentes nesses locais e no papel exercido em relação ao turismo e às atitudes para com os turistas.

No que se refere à observação participante e não participante, estas se diferenciam no sentido de que na primeira o(a) pesquisador(a) se incorpora ao grupo e na segunda não há integração, apenas observação de momentos planejados ou espontâneos (May, 2001).

Para complementar estas técnicas foram realizadas conversas informais com profissionais no exercício de suas atividades, tais como: guias, recepcionistas de equipamentos culturais e de atendimento ao turista, monitores e educadores de espaços museais e vendedores de artigos ligados ao frevo (sombrinhas, *souvenirs* e artesanato) em centros de compras e também junto a ambulantes informais e em locais de concentração e circulação de turistas, visando uma melhor compreensão do interesse destes em relação ao frevo e de como se dá este contato/interação.

A elaboração de um quadro da caracterização dos(as) agentes sociais envolvidos(as) com o frevo (Quadro 4) auxiliou na definição do perfil dos(as) entrevistados(as). Para a escolha específica dos(as) interlocutores(as) foi utilizada a técnica de amostragem ‘bola de neve’, na qual um(a) entrevistado(a) indica/sugere o(a) seguinte.

Segundo Vinuto (2014), o tipo de amostragem nomeado como bola de neve é uma forma de amostra não probabilística que utiliza cadeias de referência. Através dela não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa. Trata-se de

uma técnica útil para estudar determinados grupos ou populações difíceis de serem acessadas ou estudadas ou que não há precisão sobre a sua quantidade.

Além desta técnica, devido à diversidade de perfis dos(as) integrantes das comunidades do frevo, a escolha definitiva se deu em função da contribuição efetiva em relação à temática específica da pesquisa, qual seja o uso turístico do frevo. Dessa forma foram priorizados entrevistados(as) que de alguma forma interagem com o frevo e o turismo, direta ou indiretamente.

Agentes sociais	Caracterização e principais ações que desenvolve no campo do frevo	Perfil dos(as) integrantes
Agremiações, troças e clubes de frevo	Há cerca de 185 agremiações, troças e clubes em Recife/Olinda. Algumas possuem sede própria e realizam ações/apresentações de frevo. Outras funcionam na casa dos(as) e integrantes e nos períodos mais próximos ao carnaval reúnem aderecistas, músicos, passistas.	Agremiação antiga/ recente; de frevo de rua, de frevo-canção, de frevo-de-bloco. Agremiação com e sem sede própria. Agremiação com variadas tipologias de organização (troça, bloco, clubes de boneco etc.)
Passistas	Passistas são os(as) dançarinos(as) do frevo, possuem papel importante nos processos de escolarização e espetacularização do frevo.	Grupos, companhias e profissionais da dança que atuam em escolas e outros espaços institucionais (incluídos os que já participaram de ações voltadas ao turismo).
Músicos e musicistas	Músicos e musicistas com diferentes perfis. Trata-se de profissionais que se dedicam profissionalmente exclusivamente (ou não) ao frevo. Atuam nos palcos, ruas, estúdios de gravação, receptivos turísticos etc.	Escolas, grupos e profissionais da música do frevo-de-bloco, de frevo-de-rua e/ou frevo-canção. (individual ou coletivamente junto a orquestras e agremiações.
Comitê Gestor de Salvaguarda do Frevo	Após o título de PCI do Brasil este comitê foi eleito para reunir representantes dos segmentos de Frevo, da sociedade civil para acompanhamento das ações do Plano de Salvaguarda. Possui regimento interno e regulamentação eleitoral	Integrantes que representem diferentes áreas/setores do frevo (música, dança, poder público, sociedade civil etc.)
Pesquisadores(as) do Frevo	Pesquisadores(as) e autores(as) que tem o frevo como objeto de estudo na dança, música e/ou literatura. Incluindo-se os que participaram dos processos de	Pesquisadores(as) do Comitê Gestor, Fundarpe, Prefeituras de Recife e Olinda, Paço do Frevo, Casa do Carnaval, jornalistas de cultura etc.

	salvaguarda via Iphan e Unesco.	
Poder Público (cultura)	Gestores(as) e profissionais responsáveis pela elaboração e gestão das políticas públicas de cultura. Dirigentes e integrantes da equipe de gestão de entidades que se relacionam direta ou indiretamente com ações voltadas ao frevo.	Sec. de Cultura do Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, Superintendência do Iphan (Recife), Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (Iphan), Gerência de Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial, Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural - Casa do Carnaval, Fundarpe, Fundação Joaquim Nabuco.
Poder Público (turismo)	Gestores(as) e profissionais responsáveis pela elaboração e gestão das políticas públicas de turismo, tais como: Secretaria de turismo, (Recife e Pernambuco), Empresa Pernambucana de Turismo (Empetur).	Dirigentes e integrantes da equipe de gestão de entidades que se relacionam direta ou indiretamente com ações voltadas ao turismo especialmente dos setores de promoção e receptivo turístico (Centros de Atendimento ao Turista)
Guias de Turismo e Agências de Viagem	Há no Recife dezenas de agências de receptivo e profissionais que orientam e acompanham os turistas e ofertam roteiros, serviços e atividades turísticas voltadas ao frevo	Guias de turismo e agentes de viagem que elaboram/executam passeios culturais no Recife.
Equipamentos culturais (museus, centros de pesquisa, sede de agremiações)	Trata-se de importantes espaços para a pesquisa, acesso e fruição do frevo. Há diferentes unidades no Recife tais como: Paço do Frevo, Sede do Galo da Madrugada, Casa do Carnaval, Embaixada dos Bonecos, entre outros.	Dirigentes e integrantes da equipe de gestão de entidades
Artistas e artesãos	Profissionais formais e/ou informais responsáveis pela confecção de fantasias e adereços, bonecos gigantes, flabelo e estandartes	

Quadro 4: Agentes sociais envolvidos com o frevo e seu uso turístico.

Fonte: dados da pesquisa (2024).

O roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice 1) constituiu-se de 4 blocos de perguntas. O primeiro intitulado ‘fatores de conexão com o frevo’ voltou-se a compreender o envolvimento e a relação dos(as) entrevistados(as) com o frevo. Compõe-se de questões de

natureza mais pessoal e subjetiva e outras voltadas à opinião do(a) entrevistado(a) sobre o frevo enquanto manifestação popular. O segundo bloco - ‘o frevo e a patrimonialização’ – teve o objetivo de identificar o que os(as) entrevistados(as) opinam sobre a patrimonialização “oficial” do frevo, sua importância, resultados e limitações. O bloco três buscou identificar a relevância deste bem em um sentido mais impessoal e coletivo e é composto de questões sobre a temporalidade, espacialidade, trajetória, condição atual e perspectivas futuras do frevo na opinião dos(as) entrevistados(as). O quarto e último bloco traz questões sobre o frevo em sua relação com o turismo e as cidades de Recife e Olinda.

As referidas perguntas buscaram contemplar também a análise das Variáveis de Conexão Territorial Afetiva - VCTA (Costa e Alvarado-Sizzo, 2023), as quais estão voltadas a identificar o grau de conexão sujeito-território. Também serviram para apoiar a elaboração do ‘Mapa do Frevo de Recife e Olinda’, realizado para fins de localizar atividades, espaços, lugares e equipamentos nos quais o frevo está inserido.

Buscou-se ainda identificar quem são e o que fazem os sujeitos (individuais e coletivos) do frevo para a existência desta manifestação. A partir da definição dos segmentos (os quais são integrados pelos sujeitos), realizou-se uma caracterização da atuação destes - levando-se em consideração as variáveis de conexão estabelecidas - as quais correspondem aos fatores detonantes da ativação popular do patrimônio-territorial ou que enlaçam sujeito situado-território.

Apesar da busca pela objetividade na condução das entrevistas, em função do envolvimento dos(as) entrevistados(as) com o tema, havia sempre muita disposição para opinar, expor sentimentos e narrar sua relação com o frevo e com Recife e Olinda. Assim, de maneira geral, as entrevistas tiveram longa duração (entre 60 e 120 minutos) e foram realizadas entre outubro de 2023 e março de 2024.

Ainda sobre a duração/extensão das entrevistas, em muitos casos o primeiro contato com o(a) entrevistado(a) se deu em ambientes públicos, barulhentos e/ou de alguma forma inapropriados, porém, ao abordar/convidar para entrevista futura, por inúmeras vezes, iniciava-se uma conversa de mais de meia hora ao tão somente expor a temática. Assim, diante deste contexto, desde a sua elaboração, buscou-se a produção de um texto o mais enxuto possível para a composição do roteiro.

Durante as entrevistas não houve queixas em relação ao roteiro em si ou à duração das entrevistas, pelo contrário, ao encerrar as gravações foi bastante comum afirmações do tipo: “já acabou?” (Entrevista Passista 1, 2024); “é sempre bom demais falar de frevo, né?”

(Entrevista Guia de Turismo 2, 2023). Isso revela um pouco sobre o perfil desta comunidade e sua relação afetiva com o frevo.

Em razão das características das comunidades do frevo, entre as quais destaca-se a coexistência e o convívio constante, o contato com muitos(as) dos(as) entrevistados(as) não se deu apenas no momento da entrevista, ocorreram diversos reencontros em ocasiões de celebração e nos eventos para conversas e discussões sobre o frevo. Outro aspecto destacável foi a indicação recorrente de outros nomes para entrevistar. Absolutamente todos(as) forneceram sugestão de entrevistados(as) que poderiam enriquecer a pesquisa.

O quadro a seguir (Quadro 5) apresenta o perfil dos(as) entrevistados(as) participantes que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice 2) autorizando o uso de suas considerações e imagens para a tese.

Identificação/Gênero (M ou F) / Idade/Formação.	Data da Entrevista
Guia de turismo 1 / M. / 73 anos / Turismólogo, Guia de Turismo, integrante do Boêmios da Boa Vista.	13/10/2023
Músico de frevo / M. / 22 anos / Musicista, Estudante de História/ Educador do Paço do Frevo/ Integrante do Cariri.	19/10/2023
Gestor de Turismo / M / 47 anos / Historiador, Turismólogo/Servidor da Secretaria de Turismo do Recife.	24/10/2023
Guia de turismo 2 / M. / 36 anos / Turismólogo e Guia de Turismo	26/10/2023
Passista 1 / F. / 21 anos. Passista profissional de frevo/ Aluna da Escola Municipal de Frevo, Integrante de Companhia de Dança.	07/11/2023
Passista 2 / F./ 32 anos / Passista de frevo aprendiz e aluna da Escola Municipal de Frevo.	07/11/2023
Pesquisadora / F. / 44 anos / Turismóloga, professora, pesquisadora, produtora cultural e servidora da Secretaria Municipal de Turismo (afastada).	11/12/2023
Integrante do Comitê de Salvaguarda do Frevo / F. / 67 anos. Historiadora, professora aposentada, pesquisadora e servidora da Fundação de Cultura da Cidade do Recife e Integrante do Comitê de Salvaguarda do Frevo.	15/12/2023
Gestora Cultural / F/ 45 anos / Jornalista, Gestora no Paço do Frevo, Integrante do Eu Acho é Pouco.	15/12/2023
Guia de turismo 3 / F. / 75 anos / Turismóloga/Condutora de turismo criativo/ Microempresária.	22/02/2024
Produtora Cultural / F. / 45 anos / Turismóloga, professora, pesquisadora e produtora cultural.	24/01/2024
Pesquisador do frevo/ M./ 26 anos / Historiador e Assessor de Pesquisa do Paço do Frevo.	05/03/2024
Passista 3 / F. / 47 anos / Passista profissional de frevo/Microempresária – Balé de danças populares.	12/03/2024
Passista 4 / M. / 40 anos / Educador físico, Mestrando em Educação Física, Passista de frevo profissional/professor de frevo / microempresário – cia. de dança)	20/03/2024

Quadro 5: Relação dos(as) entrevistados(as).

Fonte: dados da pesquisa (2024).

No que se refere à análise de conteúdo, esta técnica foi realizada visando a identificação e caracterização das informações, discursos e narrativas presentes e recorrentes nos distintos documentos analisados nesta investigação (já anteriormente elencados). Nestes documentos foram realizadas buscas diretas e objetivas de termos relacionados ao turismo para posteriormente analisar e interpretar o contexto de sua utilização e a incidência e caracterização discursiva dos mesmos. As entrevistas, conversas informais e conteúdos digitais consultados também foram analisados a partir da mesma técnica.

Segundo Veal (2011), a análise e interpretação de conteúdo de textos, publicados ou não, é chamada de análise de conteúdo. Pode incluir – além de materiais bibliográficos e documentais - uma série de produtos culturais, como material publicitário, *sites* e cartas. Esta descrição é aplicável ao que foi empreendido nesta tese devido à quantidade significativa de conteúdos digitais acessados entre os quais: documentários, entrevistas e produções audiovisuais de fontes diversas.

O período de abordagem da pesquisa foi definido com o avançar das pesquisas teóricas e de campo. A proposta teórico metodológica da ‘ativação popular do patrimônio-territorial’ (Costa, 2016, 2017, 2021), a partir da abordagem existencial e decolonial concebe a patrimonialização para além das chancelas do Iphan ou da Unesco. Neste sentido o período da patrimonialização “oficial” poderia ser considerado como iniciado por volta do ano de 2006, quando a Prefeitura do Recife iniciou o processo de instrução para registrar o frevo como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Porém, este período não corresponde necessariamente ao início da patrimonialização de uma maneira mais ampla, tal como concebido nesta investigação.

Assim, devido ao foco na relação da patrimonialização do frevo com o seu uso turístico optou-se por considerar o período de abordagem da tese como sendo iniciado a partir da atuação da Empresa Pernambucana de Turismo – Empetur, entidade fundada em 1967 e responsável pelas primeiras ações em que o frevo era utilizado associado à imagem do destino Pernambuco e também para recepcionar turistas. Trata-se, portanto, do período em que se deu mais efetivamente a apropriação de símbolos vinculados ao frevo pela gestão pública de turismo e pelas empresas privadas locais para fins turísticos.

Considera-se que desde muitos anos antes o frevo já vinha se configurando como identidade cultural e emblema de Pernambuco⁶. Os inflamados debates sobre os benefícios e riscos do seu uso turístico já eram significativos, mas estes se davam ainda no campo retórico, porque ainda não havia uma movimentação turística significativa propriamente dita, tratava-se de especulações e expectativas.

Este conjunto de procedimentos, muitos dos quais de natureza etnográfica, forneceu informações relevantes e fundamentais para a construção dos principais resultados empíricos da tese, quais sejam: o ‘Mapa do Frevo em Recife e Olinda’ e o ‘Quadro das Variáveis de Conexão Territorial Afetiva do Frevo’. Estas representações gráficas acompanhadas de imagens, contextualizações e análises permitiram expor com profundidade as particularidades dos processos de patrimonialização e uso turístico do frevo.

O Cronograma a seguir (Quadro 6) apresenta as etapas decorrentes do desenvolvimento da tese, que pode auxiliar na melhor compreensão dos caminhos e tempos vivenciados pois explicam/ilustram a trajetória de construção desta tese.

⁶ Esta questão será aprofundada no corpo da tese consubstanciada sobretudo em Menezes Neto (2014) que em sua Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia investiga e discute a emblematização do frevo com riqueza de detalhes.

Etapas do trabalho	2020		2021		2022		2023		2024
Cumprimento de créditos disciplinares ⁷									
Participação em eventos científicos de perspectivas críticas do turismo e da cultura para trocas e discussões.									
Levantamento bibliográfico, documental e material									
Exame de Qualificação									
Realização de Doutorado-Sanduiche ⁸⁹									
Realização da pesquisa de campo									
Análise dos dados									
Interpretação dos dados documentais, materiais e de campo									
Produção e elaboração da tese									
Entrega e defesa da tese									

Quadro 6: Cronograma de atividades e etapas da Tese.

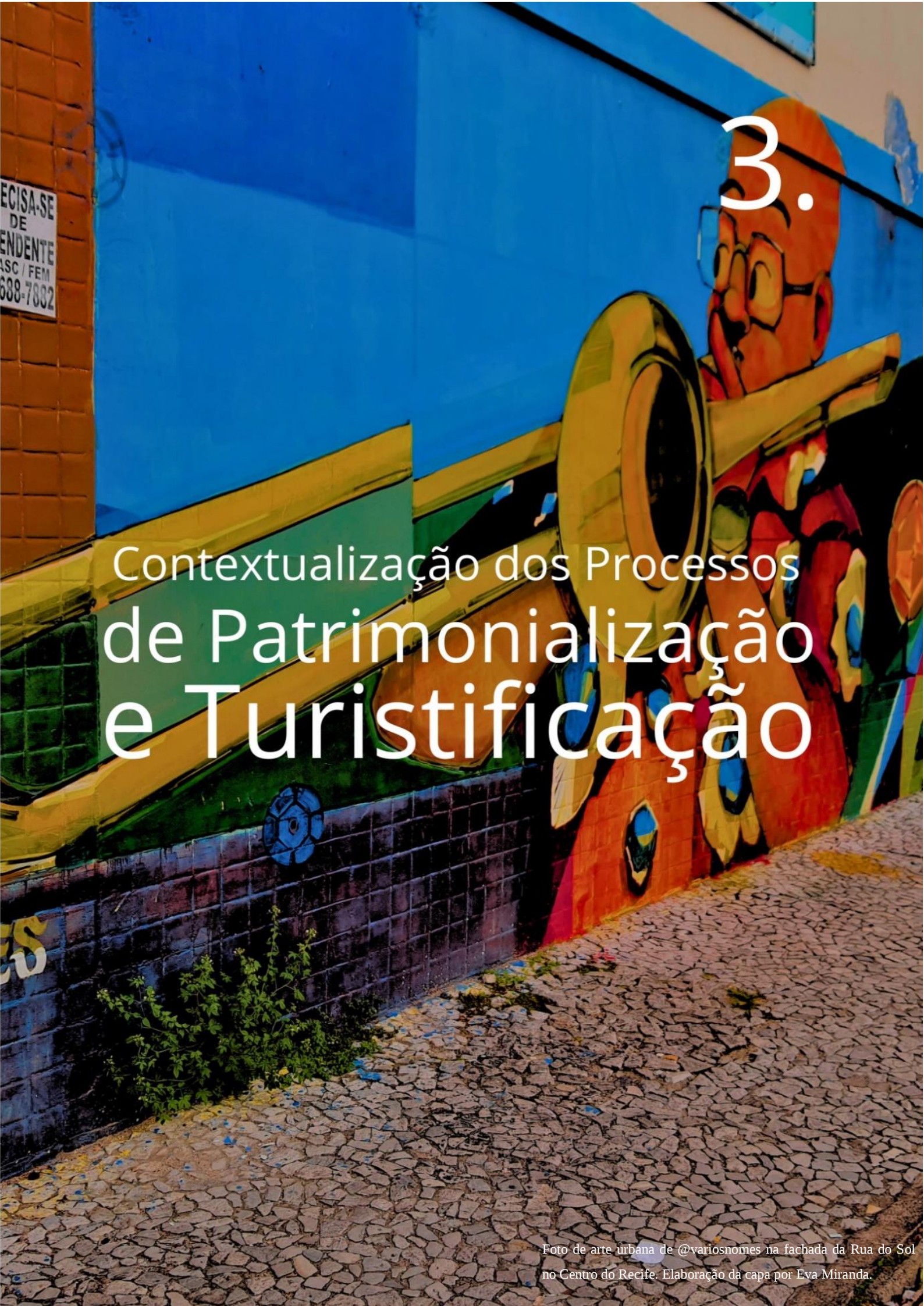
Fonte: dados da pesquisa (2024).

A próxima seção trata dos processos de patrimonialização e turistificação dos patrimônios culturais imateriais e neste sentido, apresenta e discute os aspectos conceituais e as políticas públicas que incidem sobre os mesmos de maneira mais ampla e geral e também com foco específico no frevo, a partir da apresentação das análises documentais e das pesquisas de campo realizadas.

⁷ Semestre atípico em função da pandemia da Covid 19. As disciplinas no PPGTUR-UFRN só se iniciaram de fato em junho de 2020. As atividades de campo foram impossibilitadas devido às restrições decorrentes dos decretos das autoridades de *lockdown*.

⁸ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

⁹ Período em que a autora esteve em Doutorado-Sanduiche na Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM, na Cidade do México. A coleta de dados digitais foi intensa devido à ausência física de Pernambuco.



3.

Contextualização dos Processos de Patrimonialização e Turistificação

Foto de arte urbana de @variosnombres na fachada da Rua do Sol
no Centro do Recife. Elaboração da capa por Eva Miranda.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO E TURISTIFICAÇÃO

3.1 Trajetória e Ampliações Conceituais da Patrimonialização dos Bens Culturais

Nesta seção serão retomados alguns dos conceitos relativos à patrimonialização, no entanto, o objetivo não é a discussão conceitual em si, senão os desdobramentos na elaboração e implementação de políticas públicas específicas para compor a contextualização dos processos de patrimonialização e turistificação, temática central deste capítulo.

O termo/conceito ‘patrimônio cultural’ remete às questões relacionadas com a identidade, a memória, a coletividade e a herança e é delimitado em duas categorias: de natureza material e de natureza imaterial. O Iphan reconhece como patrimônio imaterial: “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos [...] reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (Iphan e Minc, 2006, p. 47).

Institucionalmente, diferente do patrimônio material, em que o principal meio de preservação é o tombamento, o patrimônio imaterial passa pelo processo de Registro e Inventário. Em 2000, para viabilizar os projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção dos PCIs brasileiros, foi criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI. Segundo o Iphan/Minc (2006, p. 52): “é um instrumento de fomento que busca estabelecer parcerias, complementando e apoiando o instrumento do Registro”.

É importante destacar, como sinalizam Figueiredo et al. (2012), que a patrimonialização envolve para além de aspectos teóricos, a práxis desses bens, requerendo, portanto, debates não apenas acadêmicos, mas de gestão que envolvem ações de mediação entre o bem e o público, capacidade de carga da visitação, interpretação do patrimônio, planejamento, entre outros.

Conforme destacado anteriormente, a mercantilização dos bens culturais é tema caro e recorrente nas discussões antropológicas e também do turismo. Nesta tese tem-se o entendimento de que não é o turismo o único responsável por esse processo. A própria indústria cultural que no caso do frevo é mais intensa no campo fonográfico e de eventos e espetáculos já causou e segue gerando transformações e impactos junto à cultura e seus e suas integrantes. É importante enfatizar que é durante o período do carnaval que o frevo se coloca mais intensamente em termos de evidência mercadológica, popular e midiática.

Para muitos autores e autoras que discutem a patrimonialização houve e de certa forma, ainda há, uma relação entre a ação patrimonial e a busca pela legitimidade, apelando para a identidade nacional. Até a primeira metade do século XX a patrimonialização se pautava em critérios estéticos e/ou históricos e sempre referidos como portadores dos signos de identidade de uma nação. Neste sentido, dificilmente se via a inclusão de criações oriundas das classes populares incluídas (Cavalcanti, 2019, Zanirato, 2018, Gonçalves, 2010), e, conseqüentemente, tampouco se considerava os territórios “marginalizados” (Costa, 2017; Santamarina, 2013).

Ao denunciar a construção de uma 'geopolítica da patrimonialização' através da Unesco, a partir da elaboração de mapas dos bens patrimoniais em todo o globo, Santamarina (2013) convoca a observá-los para compreender a distribuição geográfica dos bens declarados entendendo que estes falam, além das definições, de sua práxis. E conclui:

No final nos encontramos com um mapa claro das distribuições - assimétricas - onde vemos como os diferentes patrimônios - material, imaterial e natural - aparecem espacializados por zonas. Desta forma, reforçam-se os velhos desequilíbrios colonialistas de outrora e revitalizam-se os sistemas anacrônicos de classificação e confinamento para a domesticação naturalizada. A violência simbólica contida nestes mapas é atenuada, de tal forma que todos aplaudem as distinções num exercício de mercados e valores. Ou seja, os processos de mercantilização neoliberal estão tão normalizados - naturalizados e autênticos - que adotam e se adaptam aos novos objetivos metaculturais numa espécie de exercício acrobático. Torna-se evidente a vontade, atualização e persistência das ordens hegemônicas das categorias (...) (Santamarina, 2013, pp. 278-279).

Conforme Prats (2005), as mudanças no campo da patrimonialização, entre outras consequências, levaram à expansão dos sujeitos e agentes públicos envolvidos nos processos de patrimonialização que selecionam, investigam, atribuem valor, catalogam, certificam e objetivam o discurso e as ações patrimoniais.

Gonçalves (2015) diz que, entre os atores deste processo, houve uma intensificação das relações entre o patrimônio e o chamado mercado e, especificamente, o turismo. Aponta ademais que talvez muitos dos estudos sobre patrimônio tenham mantido seu campo de observação, descrição e análise nos limites das políticas estatais de preservação e de suas agências, deixando em segundo plano o papel desempenhado pelas diversas agências do mercado. Apontamento que corrobora com a identificação de que o turismo é pouco

considerado nos discursos patrimoniais e, neste sentido, ratifica a relevância desta investigação doutoral.

Para Zanirato (2013) há dois momentos da institucionalização do patrimônio cultural sendo o primeiro mais voltado ao material, histórico e artístico - que omitia a problemática social subjacente aos bens patrimonializados - e o segundo, que apresenta a ampliação da concepção para além do monumento, incluindo natureza e cultura, materialidade e imaterialidade, comunidade e mercado. Em ambos está presente o sentido e concepção do patrimônio enquanto herança do povo, de algo público, extensivo a todos(as) e destinado à preservação para o futuro, porém as alterações ao longo do século XX ampliaram a participação dos sujeitos neste processo.

Tratando das distinções e diferenças na concepção patrimonial, Santamarina (2013) apresenta algumas importantes alterações de sentido/significado dos processos patrimoniais: a) de distinção *versus* diferença (entendendo a primeira como a lógica de ativação clássica/nacionalista do século XIX e XX e o segundo como o reconhecimento atual, com o discurso global das diferenças); b) proteção/conservação *versus* salvaguarda; c) objetos *versus* sujeitos; d) colonialismo *versus* novo imperialismo (globalização); e) enfoque no processo político científico de definição patrimonial *versus* discurso que enfatiza uma maior participação e inserção da comunidade; f) um certo deslizamento hegemônico, do eurocentrismo a um globocentrismo, um movimento que oculta e legitima assimetrias e subjetividades.

A autora destaca ademais ter havido um “re-batismo” da noção de folclore (palavra que vem sofrendo associações históricas negativas e pejorativas no campo da antropologia) no decorrer da institucionalização, dos discursos e das práxis hegemônicas do patrimônio imaterial. Para a autora, a patrimonialização promoveu o que ela chama de “hierarquização global de valores e a democratização do patrimônio”. Considera ainda que a autenticidade no caso dos PCIs não é um termo pertinente em função de que está em constante recriação. Referindo-se especificamente ao turismo afirma: “a aliança turismo-patrimônio imaterial se deve, e deve muito, aos mapas glocalizados das mercadorias do autêntico e do verdadeiro” (Santamarina, 2013, p. 266).

Refletindo sobre as diferenças entre patrimônio por pertencimento e patrimônio por ativação, Zanirato (2018) aponta que as alterações pelas quais os elementos patrimonializáveis passam são de natureza diferentes, quais sejam: semântica, jurídica e cognitiva e no processo de patrimonialização o objeto ou lugar tem seu repertório de significado e de usos alterado.

O sentido de patrimônio ativado – algo assim considerado por ações procedentes de instituição pública se estabeleceu na França em 1837. A proteção pública era o requisito para a conservação de elementos não só para os contemporâneos, mas para as gerações futuras, por isso a preocupação com a integridade física, com ações de preservação e restauro mediante a especialização científica. Neste sentido, a ativação patrimonial é considerada como sendo uma ação do Estado e de agentes relacionados às instâncias governamentais que têm o poder de institucionalizar o patrimônio e ditar as “regras do jogo”. A ativação, há que se acrescentar, é uma prática histórica e dinâmica (Zanirato, 2018, p. 13).

Note-se que há diferentes formas de se conceber a ativação patrimonial. Para as discussões e encaminhamentos propositivos desta tese, estes são considerados como sendo processos não necessariamente dependentes das ações decorrentes das políticas públicas, mas dos próprios sujeitos-patrimônio incluindo-se aquelas que se dão mediante sua relação com outros(as) agentes sociais, conforme apontam Costa (2016, 2017, 2021) e Adu-Ampong (2023).

Para Pelegrini (2008), a valorização do patrimônio cultural, e mais especificamente o imaterial, tornou indispensável a atenção dos especialistas e gestores de programas de salvaguarda em relação à sustentação das condições materiais e ambientais necessárias à reprodução, desenvolvimento e manutenção do patrimônio e, também, o acompanhamento das formas costumeiras de transmissão dos conhecimentos visando à formação de novos executantes. Referindo-se concretamente ao patrimônio imaterial, o autor afirma que no Brasil as iniciativas voltadas à sustentabilidade pautam-se por ações que objetivam incentivar a inserção de produtos emanados de saberes tradicionais no mercado capitalista, mas, para tanto, determinam mudanças técnicas, estéticas e gerenciais de modo a adequar a produção artesanal a essas demandas.

Ainda conforme Pelegrini (2008), embora os(as) estudiosos(as) do patrimônio não tenham o direito de interferir, possuem o compromisso ético de tentar evitar que o apelo mercadológico resulte no cerceamento da livre expressão de saberes populares tradicionais.

O patrimônio cultural imaterial está ligado às práticas e domínios da vida social, como: hábitos, técnicas, celebrações, costumes, ritos, formas de expressão (música, teatro, dança), entre outros. Diferente do patrimônio material, em que um dos meios de preservação é o tombamento, o patrimônio imaterial passa pelo processo de Registro e Inventário.

Como já mencionado anteriormente, a noção de Patrimônio Imaterial vem sendo incorporada às políticas públicas, sobretudo a partir da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial levada à cabo pela Unesco somente em 2003. Conforme Cavalcanti

(2019), o Brasil participou ativamente da elaboração da Convenção no contexto do expressivo relacionamento mantido com a Unesco desde sua criação em 1946. No entanto, destaca a autora: “o principal arcabouço legal para a abordagem do patrimônio imaterial no Brasil é o Decreto Presidencial 3551, de 4 de agosto de 2000, dedicado ao Registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o Patrimônio Cultural Brasileiro.

No referido Decreto, o Patrimônio Cultural Imaterial é definido como: “o conhecimento, o artesanato, as festividades, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que fazem parte da vida de diferentes grupos sociais, e que são caracterizados como referências de identidade para os grupos que os praticam” (Cavalcanti, 2019, p. 51). Para Cavalcanti, esta definição, de base antropológica, atesta a afinidade existente entre o entendimento brasileiro e o da Unesco acerca do assunto.

Cavalcanti (2019) aponta também que a experiência brasileira que culmina na adoção de políticas públicas para o PCI e o papel do país na Unesco são resultados de um processo histórico em que se articulam as dimensões nacionais e internacionais. Desde os anos 1990, as iniciativas da Unesco, que, por sua vez, expressam as demandas de seus países membros, ressoaram fortemente no Brasil.

Ainda conforme a referida autora, a promulgação e a adoção do Decreto No. 3551 como norte e marco legal para as políticas públicas de PCI foi a culminância de um intenso processo iniciado em 1997 durante um evento sobre as estratégias e formas de proteção do patrimônio imaterial que reuniu especialistas do Iphan e do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, além de diversas fundações, instituições estaduais, organizações não governamentais, produtores(as) culturais e inclusive o diretor da área de patrimônio imaterial da Unesco, Laurent Lévi-Strauss. Sobre isso, comenta:

Até aquele momento, as políticas públicas relativas ao patrimônio cultural haviam sido abordadas principalmente pelas noções de proteção e conservação cujo instrumento legal é o tombamento. A noção de patrimônio imaterial ampliou em muito o alcance da abordagem governamental e destacou um novo conjunto de dimensões e processos culturais que, até então, não eram oficialmente incluídos no patrimônio. Entendeu-se que o patrimônio imaterial exigia, essencialmente, políticas públicas orientadas por novos critérios de identificação, reconhecimento, registro etnográfico, acompanhamento periódico, divulgação e apoio, conforme preconiza os documentos orientadores do Iphan (Cavalcanti, 2019, p. 56).

Deste modo, a autora ressalta que o conceito de PCI orientador das ações do Iphan é amplo, baseado em uma perspectiva antropológica de cultura que engloba as expressões de todos os grupos e estratos sociais. Entretanto, no Brasil há uma tendência para que o seu entendimento e aplicação se dê no universo das culturas populares tradicionais e indígenas. A antropóloga salienta que: os universos e as expressões culturais enraizados em grupos e comunidades populares compreendem circuitos de consumo, produção e disseminação cultural que diferem substancialmente de outros sistemas estabelecidos de produção cultural, tais como os abrangidos pelas noções de cultura erudita ou de cultura de massa (Cavalcanti, 2019).

3.2 Caracterização das Políticas Públicas para a Patrimonialização dos Bens Culturais Imateriais no Brasil

Após a apresentação da trajetória da institucionalização da patrimonialização, esta seção analisa as políticas voltadas especificamente aos bens culturais de natureza imaterial do Brasil visando compreender a relação destas com o turismo a partir da perspectiva das entidades patrimoniais. Buscou-se assim, investigar os aspectos práticos e institucionais da patrimonialização permitindo apontar outras perspectivas e possibilidades para a relação turismo-cultura.

Os documentos considerados para esta análise estão disponíveis no acervo digital do portal do Iphan (www.iphan.gov.br), que se compõe de centenas de publicações referentes a pesquisas e estudos além de legislações, diretrizes e outras produções de natureza mais eminentemente documental. Trata-se, portanto, de material diverso em conteúdo e formato, (muitos dos quais resultantes de encontros de pesquisadores(as) e técnicos(as) apresentados em eventos institucionais) vinculados à Unesco, Iphan, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – Icomos e/ou Ministério da Cultura – Minc¹⁰.

Na seção dedicada especificamente ao Patrimônio Cultural Imaterial - PCI do referido portal há subseções que disponibilizam informações e publicações sobre variados assuntos correlatos, tais como: instrumentos de salvaguarda; bens inventariados, registrados e em processo de registro; estatísticas e indicadores culturais, entre outros.

¹⁰ Durante o Governo Federal do Brasil, quando presidido por Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) o Minc foi extinto e substituído por uma ‘Secretaria de Cultura’ vinculada ao Ministério do Turismo. Foi uma das primeiras ações do seu mandato. Somente em janeiro de 2023 o Minc foi reconduzido ao patamar de Ministério durante o atual Governo Lula (2023-2026).

Na subseção ‘publicações’ estão disponíveis 53 arquivos entre os quais foram selecionados aqueles que tratam do PCI no Brasil e que são oriundos de pesquisas do próprio Iphan em parceria com instituições diversas sobre a temática, além de dezenas de dossiês, relatórios e cartilhas orientadoras. Foram excluídas desta seleção as publicações que tratavam de bens culturais específicos ou de assuntos que não fazem parte das temáticas aqui tratadas, como é o caso dos Planos de Salvaguarda e dos relatórios de gestão dos bens já registrados, por exemplo.

Após a seleção das publicações (identificadas no Quadro 7), realizou-se a análise de conteúdo propriamente dita. Além destas publicações, serão abordados outros documentos que não estão indicados no referido quadro por não tratarem especificamente de bens intangíveis, mas que, mesmo antecedentes à vigência das políticas específicas, apontam questões relevantes para a identificação das abordagens/concepções relacionadas ao turismo no campo da gestão pública da cultura.

Publicação/ Tipo/ Órgão/Ano de Publicação
Carta de Mar del Plata - Documento de países do Mercosul sobre Patrimônio Intangível (Iphan, 1997a).
Carta de Fortaleza. Resultado do Seminário: Patrimônio Imaterial – Estratégias e Formas de Proteção. Documento. (Iphan, 1997b).
Decreto No. 3.551 – Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI. Documento. (Iphan, 2000).
Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Documento. (Unesco, 2003).
Patrimônio Imaterial: o Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Livro. (Iphan e Minc, 2006).
I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Síntese preliminar das discussões feitas durante o Fórum/ Documento Subsídio para o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural. (Iphan e Minc, 2009).
Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais No 1. Livro. (Iphan, 2009).
Portaria Nº 200, dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI. Documento. (Iphan, 2016).
Salvaguarda de bens registrados: patrimônio cultural do Brasil: apoio e fomento. Para saber mais No 2. Livro. (Iphan, 2017).
Saberes, Fazeres, Gingas e Celebrações: Ações para a salvaguarda de bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil 2002-2018. Livro. (Iphan, 2018).

Quadro 7: Publicações referentes às políticas de patrimonialização imaterial no Brasil.
Fonte: dados da pesquisa (2024).

É importante ressaltar que apesar das influências internacionais na trajetória dessas políticas, a abordagem à imaterialidade dos bens culturais já era pauta das políticas culturais

no Brasil desde os anos de 1950, através de ações desenvolvidas no campo do folclore e da cultura popular. Entre estes documentos está a ‘Recomendação Paris’ (1989), fruto da 25ª Sessão da Conferência Geral da Unesco que trata sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular. O referido documento não aborda o turismo especificamente, mas ao mencionar ações como a criação de museus, a difusão na mídia e o intercâmbio cultural de pessoas interessadas em cultura popular, pode-se dizer que o turismo está diretamente envolvido, apesar de não ser citado (Iphan, 1989a).

Outro documento que também aborda de forma subliminar o turismo é a ‘Declaração de São Paulo (1989) que foi aprovada durante a Jornada Comemorativa do 25º aniversário da Carta de Veneza¹¹. Nela está apontado que o desenvolvimento dos meios de comunicação tem atraído para as áreas de conservação contingentes cada vez maiores de interessados fora dos campos profissional e acadêmico, demonstrando que: “essa parcela organizada da sociedade civil quer participar e somente buscando seu efetivo apoio garantir-se-á o êxito da política preservacionista” (Declaração, 1989b, p. 2)

A ‘Declaração de Sofia’ (1996) elaborada durante a XI Assembleia Geral do Icomos trata sobre os enfrentamentos sofridos pelo patrimônio cultural. Neste documento menciona-se que os patrimônios terão que enfrentar o desafio econômico antes da supervalorização das atividades turísticas consideradas “risco” e “ameaça” à substância do patrimônio cultural. Nesta perspectiva sugere-se levar em conta, e cada vez mais, a relação entre o patrimônio e a comunidade que o herdou. Menciona-se também que:

As atividades turísticas não podem pretender utilizar o patrimônio assegurando apenas o respeito ao seu significado e à sua mensagem. Para que essa fruição seja viável e válida, serão necessários estudos analíticos e inventários completos com o objetivo de explicitar os diversos significados do patrimônio no mundo contemporâneo e justificar as novas modalidades de uso a que se propõem. (Iphan, 1996, p. 1).

Diante do exposto, apresenta-se a seguir a análise específica dos termos relacionados ao turismo nos documentos para a patrimonialização. O objetivo é identificar nestas menções as concepções atribuídas ao turismo para compreendê-las e interpretá-las. Consequentemente, proporcionará uma melhor bagagem para a análise dos usos turísticos dos bens culturais

¹¹ A Carta de Veneza foi elaborada pelo Icomos durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, em 1964. Tem como foco a ausência de ações internacionais para a conservação e restauração dos bens culturais (Iphan, 2021).

imateriais e contribuirá para o diálogo entre as teorias e os resultados empíricos desta investigação, o qual estará mais expressivo no capítulo seguinte ao tratar sobre a patrimonialização e a turistificação do frevo especificamente.

3.3 Análise Documental das Concepções de Turismo nas Políticas para o Patrimônio Imaterial no Brasil

Entre as publicações consideradas nesta análise, a primeira é a ‘Carta de Mar del Plata’ (Iphan, 1997a). Trata-se de um documento produzido pelas entidades patrimoniais representativas dos países do Mercosul sobre patrimônio intangível que apresenta preocupações com as consequências de um processo de globalização dito “avassalador”. Na seção ‘Recomendações para a Salvaguarda da cultura tradicional e popular’ assim como em ‘Disposições para a proteção de expressões do folclore contra sua exploração ilícita’, aponta-se:

O conceito de integração supõe o intercâmbio e a complementaridade de partes entre si e, portanto, excluem toda a tentação de uniformizar nossos povos em um modelo cultural único, expresso em uma deformação ideológica que em alguns casos recebe o nome de globalização” (Iphan, 1997a, p. 2).

Ao tratar sobre os enfrentamentos sofridos pelo patrimônio cultural, o documento sugere a realização de ações, sobretudo de cunho educacional (vinculadas ao patrimônio) para promover o desenvolvimento “material e espiritual” dos povos. (Iphan, 1997a, p. 4). Na última das quinze sugestões apontadas é mencionada a intenção de se “fomentar a articulação entre as políticas de preservação patrimonial e turismo para o desenvolvimento social produtivo”.

A ‘Carta de Fortaleza’ (Iphan, 1997b) sugere a criação de um instrumento legal para a salvaguarda e propõe estratégias e formas de proteção dos bens imateriais. Nele recomenda-se ao Iphan a realização dos inventários dos bens e a criação de um grupo de trabalho no Ministério da Cultura para o desenvolvimento de estudos e demais providências para a denominação do processo de Registro. Neste documento o turismo não é mencionado.

Outro documento analisado foi o Decreto No. 3.551 que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial constitutivos do patrimônio cultural brasileiro e que criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI. Neste documento, o turismo também não

é mencionado. Trata-se de documento curto que delibera sobre o detalhamento do funcionamento das ações de salvaguarda no território nacional (Brasil, 2000).

Na ‘Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial’ (Unesco, 2003), o turismo é mencionado em dois momentos. A primeira menção é no capítulo intitulado ‘Conscientização sobre a importância do Patrimônio Cultural Imaterial e uso do emblema da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial’.

Ao apresentar as disposições gerais, o turismo aparece no primeiro item que trata de ‘cuidados especiais para garantir as ações de conscientização’. Neste trecho adverte-se: “não levem à comercialização excessiva ou ao turismo não sustentável que possam pôr em risco o Patrimônio Cultural Imaterial em questão” (Unesco, 2003, p. 45).

A segunda menção ao turismo se dá nas ‘Diretrizes Operacionais’. No item ‘atividades comerciais ligadas ao patrimônio imaterial’, diz-se que:

Deve-se tomar cuidado especial para evitar a apropriação comercial indébita, gerir o turismo de maneira sustentável, encontrar um equilíbrio entre os interesses de partes comerciais, da administração pública e dos praticantes da cultura, e garantir que a exploração comercial não deturpe o significado e o propósito do Patrimônio Cultural Imaterial da comunidade envolvida (Unesco, 2003, p. 50).

Outra publicação analisada foi a pesquisa realizada pelo Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial – GTPI sobre a experiência brasileira na implantação das políticas de patrimonialização imaterial contendo recomendações, experiências e legislações (Iphan e Minc, 2006). Este material aponta que entre os principais problemas que interferem na continuidade e na manutenção das expressões da cultura tradicional estão o turismo predatório, sua apropriação inadequada pela mídia, a uniformização de produtos decorrentes do processo de globalização da economia, a apropriação industrial desses conhecimentos e a comercialização inadequada, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Conforme apontado neste dossiê das atividades do GTPI (Iphan e Minc, 2006), o turismo é um dos grandes mercados consumidores dessa produção, tendo alto nível de exigência no que diz respeito ao valor cultural dos objetos comercializados. Aponta também que além dos problemas no âmbito nacional, a comercialização da cultura tradicional e popular é também um problema internacional em decorrência das novas tecnologias de comunicação, da mídia, do turismo internacional e do desenvolvimento da economia de mercado.

Já no documento voltado às orientações para a formação do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (Iphan e Minc, 2009), o turismo é mencionado reiteradas vezes, como, por exemplo, ao serem sugeridas parcerias estratégicas para a formulação da política nacional (quando o Ministério do Turismo é citado também enquanto importante parceiro intragovernamental). Novamente há menção ao turismo no item sobre os desafios para a estruturação do sistema nacional, especificamente ao citar a necessidade de articulação com outros sistemas nacionais como o do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.

Ao tratar sobre a política nacional são expostos os desafios para a integração das políticas e comenta-se sobre a necessária transversalidade de temas e ações políticas. O documento aponta que as ações positivas de enriquecimento local podem apresentar aspectos negativos, tais como os impactos locais ocasionados pela substituição de população nativa, pelo convívio desta com os novos moradores ou através do turismo predatório, ou ainda pelos impactos causados por grandes atividades econômicas.

Outro problema mencionado, considerado consequência e até causa do anterior, é a dificuldade de integração entre sistemas nacionais que acaba por gerar políticas isoladas entre si, bem como o isolamento entre esferas administrativas, entes federados e programas diversos (Iphan e Minc, 2009).

Em uma das primeiras publicações sobre PCI após a consolidação das políticas culturais imateriais (Iphan, 2009), consta a divulgação das diretrizes e instrumentos que norteiam e tornam possíveis as atividades de identificação, Registro e salvaguarda do patrimônio imaterial. Não há menção ao turismo, assim como na Portaria Nº 200 que dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI (Brasil, 2016).

Na publicação que trata das ações de apoio e fomento à salvaguarda de bens registrados já realizadas o turismo também não é mencionado, no entanto, ao citar as ações educativas para diferentes públicos sugere-se a realização de visitas guiadas, atividade diretamente vinculada ao turismo (Iphan, 2017).

Foi analisada também uma publicação que apresenta as principais ações para a salvaguarda de bens registrados como PCI do Brasil entre 2002 e 2018. Trata-se do material em que o turismo é mencionado mais vezes, aspecto que pode levar ao entendimento de que mesmo não constando nos planos e documentos, há ações que envolvem o turismo e a patrimonialização imaterial em andamento.

Nesta publicação a palavra ‘turista’ aparece ao se referir à ‘Feira de Caruaru’, em Pernambuco, no eixo ‘ações de difusão e valorização’. Nele diz-se que: “em 2009 foi realizada a formação de Guias Mirins de Turismo para a orientação de turistas, tornando-os

divulgadores e transmissores da história e da importância da Feira para o Brasil” (Iphan, 2018, p. 109). O turismo aparece também ao tratar da ‘Festa de Sant’Ana de Caicó’, no Rio Grande do Norte, informando que, em constante ressignificação, esta festa se transforma em ponto de convergência para a população incluindo-se migrantes e turistas que reforçam seus sentimentos de pertencimento e de identidade (Iphan, 2018).

A palavra ‘turismo’ aparece muitas vezes referindo-se a ações conjuntas com órgãos, fundações e secretarias municipais e/ou estaduais. É importante destacar que nas cidades de pequeno porte do Brasil as secretarias de turismo geralmente estão vinculadas aos eixos/setores/departamentos de cultura, meio ambiente e/ou educação, por exemplo. Portanto, a menção ao turismo na maior parte das ocorrências desta publicação não significa o engajamento efetivo das ações culturais com o turismo. Seria necessário um maior aprofundamento na execução dessas ações para identificar o real envolvimento institucional dos(as) técnicos(as) e gestores(as) do turismo.

Ao tratar sobre as iniciativas já realizadas e que envolvem o turismo nas ações dirigidas ao patrimônio imaterial se destacam: i) a realização de reuniões e ações de colaboração institucional entre os órgãos de turismo e as entidades patrimoniais; ii) o estabelecimento de parcerias e apoios para a realização e criação de eventos e produtos culturais (exposições, feiras itinerantes, produção de cds, cursos e oficinas nas área de artesanato, gastronomia e também de condutores de turismo, elaboração de guias impressos de roteiros turísticos e experiências culturais, entre outros); iii) divulgação de produtos e estímulo à aquisição de créditos e financiamentos; iv) ações de reformas e requalificações de estruturas físicas; iv) realização de campanhas educativas e de divulgação (incluindo-se a elaboração, produção e distribuição de peças gráficas como folders e banners; e v) estímulo à gestão participativa no processo de salvaguarda (enquanto integrante dos conselhos gestores dos PCI).

3.4 Os Processos de Turistificação e o Uso Turístico dos Bens Culturais

Na relação turismo e cultura há um embate dialético em seus fazeres, ou seja, nas formas de produção cultural e nas configurações da oferta e consumo dos produtos turísticos que interferem na operacionalização dessa relação, isto é, na sua práxis, afetando significativamente as pessoas e territórios envolvidos.

Conforme já foi exposto nas discussões apresentadas, os processos de patrimonialização e turistificação exercem influência na representação de pessoas e lugares.

Ao definir o que é considerado um bem cultural representativo ou uma atração turística, as práticas espaciais e turísticas são influenciadas, portanto, pode-se dizer que esses processos atuam na representação do espaço-lugar, ou seja, do destino turístico (Alvarado-Sizzo, 2021). Os bens, quando declarados patrimônio, tornam-se particularidades que os distinguem como destino turístico. Para Canclini (2006), o patrimônio é um recurso para a reprodução tanto das diferenças entre os grupos sociais, quanto da hegemonia daqueles que têm mais acesso à sua produção e distribuição.

O contexto de valorização política, social e econômica da cultura se intensificou especialmente a partir das ações de proteção aos bens culturais que surgiram após a Segunda Guerra Mundial e geraram ações realizadas por atores públicos e privados em todo o mundo. Para Choay (2001), a relação entre patrimônio e indústria cultural na pós-modernidade fez com que os bens continuassem tendo suas funções originais relacionadas ao conhecimento e ao prazer, mas também os transformou em produtos de consumo.

Desde a emissão das declarações de reconhecimento internacional dos bens culturais pela Unesco, evidenciaram-se os processos de mercantilização das cidades, que se tornaram mercadoria. Nesse sentido, Costa (2015) alerta para as diversas contradições no processo de 'patrimonialização global' e aponta a seletividade e hierarquia decorrentes dos interesses que se inserem nos critérios de patrimonialização, os quais são dotados de vieses políticos e, sobretudo, econômicos.

A forma como os bens culturais são representados no contexto do turismo muitas vezes reflete ideologias sobre autenticidade, tradição e modernidade. Essas representações podem ser moldadas para atender às expectativas dos turistas ou para se alinhar com narrativas específicas sobre identidade cultural e patrimônio, pois envolve a transformação de bens culturais em produtos comerciais destinados a serem consumidos pelos turistas (Alvarado-Sizzo, Zamora e López, 2018; Hiernaux, 2020).

Os processos de patrimonialização também são identificados como definidores de imaginários, representações e práticas socioespaciais (Hiernaux, 2020; Alvarado-Sizzo, Zamora e López, 2018). De modo geral, as discussões dessa perspectiva - que dirigem seu olhar para os aspectos mais intangíveis - estão voltadas para os efeitos gerados em termos de padronização e/ou artificialização das manifestações das culturas populares.

Aguirre-Tejeda et al. (2021) indicam que os processos de patrimonialização dos bens imateriais são atravessados por uma disputa na forma de conceber a ativação patrimonial a partir da valoração cultural e econômica. Para os autores, embora existam exemplos de resistência bem-sucedida, a gestão tende a se inclinar para a mercantilização em detrimento da

salvaguarda e as políticas, programas e estratégias para o PCI são mais orientados para a valorização econômica e não para o significado simbólico e identitário dos povos locais. Assim, os autores consideram que o papel das manifestações como elemento de coesão social é enfraquecido pela exploração turística.

Segundo Hiernaux (2020), há quatro categorias que se analisam desde a sociologia: imagem, ideia, ideário, ideologia e imaginários. As imagens não são só o visual, é uma construção mental realizada pelos registros da mente através dos sentidos. E elas sofrem influências. Já a ideia se constitui através da ideologia, é uma forma de pensar construída, quase um posicionamento. O ideário é um intermediário entre ideia e ideologia. Os ideários são construídos por imagens que são filtradas por nossas ideologias. Assim, ainda conforme o referido autor, os ideários próprios da modernidade são: a busca pela felicidade, o desejo de evasão, o descobrimento do outro e o retorno à natureza. Os imaginários são o conjunto de ideários e se encontram em constante transformação.

O processo de turistificação é considerado como sendo a exploração e transformação de um local, comunidade ou recurso em produto ou serviço para fins turísticos. Este processo pode ocorrer de várias formas e em diferentes escalas e geralmente vem acompanhado de investimentos em infraestrutura e outros serviços para atender às demandas dos visitantes. Para Figueiredo (2008, p. 86):

A turistificação, notadamente um conceito novo, serve para demonstrar um relativo direcionamento de espaços, cidades, ou mesmo cadeias de produção à atividade turística. Esse direcionamento se dá a partir da mudança da conformação da paisagem e do ordenamento espacial, para que se adequem às novas atividades econômicas (ação tratada com menos espanto se as atividades econômicas são mais tradicionais). A adequação à atividade turística não se dá sem a modificação incisiva da paisagem e de seus elementos: os musealizados, expostos, indicados e sinalizados, direcionados, ordenados em função da estética e da representação. Os elementos são conformados para simbolizar, recepcionar e acolher.

Na maioria das vezes a mercantilização da cultura reflete uma ideologia que valoriza o lucro e o consumo em detrimento da preservação da autenticidade cultural ou do bem-estar das comunidades locais. Para Hiernaux (2020), o turismo é produzido e consumido material e simbolicamente e é responsável por uma profunda transformação do cotidiano de centenas de milhões de pessoas, sejam elas turistas ou não e, devido à sua concentração econômica e

geográfica, são geradas diversas consequências negativas que afetam as condições de vida das populações locais.

Nesta mesma perspectiva, González Alcantud (2018) reitera que a turistificação de um bem cultural não é apenas um processo econômico ou técnico, mas também uma construção ideológica que reflete e reforça valores, crenças e interesses específicos. Envolve a negociação de identidades individuais e coletivas, tanto por parte dos habitantes locais quanto dos visitantes. Isso pode resultar em processos de reificação ou reinvenção da identidade cultural, influenciados por ideologias de pertencimento e exclusão.

Ainda conforme González Alcantud (2018), as narrativas criadas em torno dos bens culturais turistificados muitas vezes refletem relações de poder e autoridade, tanto dentro da sociedade local quanto em relação aos visitantes. Essas narrativas podem servir para reforçar hierarquias sociais existentes ou para promover uma visão específica da cultura que beneficia certos grupos em detrimento de outros.

Conforme Serra (2019), nas concepções do espaço para o turismo que se utilizam de bens patrimoniais faz-se necessário considerar a análise das dimensões dos espaços ‘percebido’ e ‘vivido’ na perspectiva de que:

Sendo compreendido por meio de uma relação social inerente a relações de propriedade e ligados às forças produtivas, o espaço para Lefebvre (2013)¹² é um produto que se consome, mas é também meio de produção, dado que o que configura o espaço é também determinado por ele. Como meio de produção, ele não pode ser separado das forças produtivas, da divisão social do trabalho, da natureza, do Estado ou das superestruturas. (Serra, 2019, p. 145).

A referida autora comenta também - a partir das análises críticas de Lefebvre e Marx - sobre a necessidade de ir além da análise das coisas no espaço para se descobrir as relações sociais presentes e indica que a análise do turismo permite que se visualizem os aspectos relativos ao espaço.

De acordo com Figueiredo (2008), a turistificação ocorre por meio de múltiplos processos de apropriação e uso de bens culturais e naturais realizados por múltiplos agentes sociais. Nesta perspectiva, recomenda que, ao invés de procurar os efeitos econômicos do turismo, sejam encontradas e sugeridas maneiras de intensificar a experiência e a convergência entre os turistas e sua comunidade.

¹² Lefebvre, H. (2013). *La Producción del Espacio*. Madrid: Capitan Swing.

Nos estudos que tratam especificamente do PCI, há uma preocupação com as modificações e adaptações que esses bens sofrem para atender às expectativas e demandas dos turistas, gerando uma artificialização do patrimônio por meio de *performances* que muitas vezes se afastam da "originalidade" das manifestações. Para além destes "perigos" mais específicos no campo cultural, reconhece-se habitualmente que o transbordamento econômico esperado após os processos patrimoniais não corresponde às expectativas que usualmente justificam o investimento dos setores público e privado na utilização turística destes bens (Fernandes e Fazito, 2022).

González Alcantud (2018) aponta que a razão de ser da patrimonialização é mais produtivista do que cultural e que esconde um movimento especulativo de alcance planetário condenando uma nova hierarquização e etnicização de amplos setores da cultura. Para tanto: "Deve-se encontrar um equilíbrio entre o turismo, atividade legítima e incontornável, e a conservação do patrimônio. O turista e o nativo devem se reencontrar na experiência da autenticidade" (González Alcantud, 2018, p. 110).

Tratando do turismo e da fúria cultural em relação ao 'outro', Hiernaux (2020, p. 1007) comenta que: "a alteridade na proximidade de casa e o reforço do interesse pelo diferente são duas facetas de uma condição pós-moderna do Outro que dá origem a novas formas de turismo e à turistificação generalizada da vida cultural, mas também da vida cotidiana de todos".

A patrimonialização é entendida como uma prática histórica e dinâmica de construção social cujo processo mobiliza significados e valores atribuídos e legitimados ao elemento patrimonializado. Ao investigar a patrimonialização, é possível identificar discursos e práticas que apontam para distinções e tensões particulares relacionadas às culturas, naturezas, tempos históricos e territórios considerados (Fernandes e Fazito, 2022).

As perspectivas teóricas que se opõem e/ou buscam resistência aos olhares hegemônicos junto aos fenômenos políticos e sociais enxergam fragilidades nos estudos que concebem o turismo enquanto vetor de "desenvolvimento". Como alertado por Fazito (2015), modernização, neoliberalismo e globalização formam o tripé dos discursos hegemônicos de desenvolvimento que estão presentes nos estudos do turismo.

A partir da análise aqui apresentada foi possível identificar discursos semelhantes aos propagados em relação ao turismo nas políticas culturais. Apesar das políticas culturais voltadas aos bens imateriais do Brasil explicitarem a importância do envolvimento dos segmentos sociais que constituem os bens (cujas bases sociais mantêm sua prática e resistência) e de destacarem a relevância de se considerar os contextos social e territorial,

assim como as condições sociais, materiais e ambientais, é notório que ainda assim, é o discurso e a expectativa econômica que permeiam e dominam as intenções e ações no campo da patrimonialização (Cavalcanti, 2019, Costa, 2021).

Tem-se que a preservação e a valorização dos bens culturais é o principal foco das ações patrimoniais, porém, entre os objetivos e metas das políticas relacionadas aos bens imateriais brasileiros está preconizada a realização de ações de disseminação, promoção e valorização (incluindo-se a captação de recursos e a criação de parcerias visando a execução e gestão compartilhada com diferentes setores que se relacionam à cultura) que indicam pretensões relacionadas à mercantilização.

No entanto, de maneira geral, conforme foi possível identificar via análise documental das políticas para a patrimonialização já apresentada, o turismo é apontado apenas enquanto atividade comercial de risco, sobretudo no que se refere à descaracterização, padronização ou exploração (injusta) das manifestações culturais - e de seus e suas integrantes - pelos agentes do chamado 'mercado turístico'.

Não se trata de ignorar os efeitos negativos do turismo no campo da cultura, porém é inegável que seu aspecto mais amplo é desconsiderado nas ações planejadas e executadas. Com exceção de algumas atividades de educação patrimonial associada ao turismo e da realização de cursos voltados aos profissionais que lidam com a visitação aos bens culturais e à própria disseminação/acesso aos bens que o turismo pode proporcionar.

Não é apenas no campo da mercantilização que o turismo se relaciona com a cultura. Os aspectos educativo, de integração e emancipação individual e coletiva, que podem ser ativados pelo turismo, são quase que completamente desconsiderados. A visão/concepção de turismo apresentada nas políticas públicas voltadas à patrimonialização de bens culturais imateriais aponta para a identificação de um reducionismo das capacidades do turismo no campo do desenvolvimento das pessoas e das localidades envolvidas.

Estas questões apontam para o que sugerem Fazito et al. (2017, p. 14) ao abordar o papel do turismo no desenvolvimento humano:

Entre os possíveis usos mais enriquecedores do turismo, certamente está o seu encontro com a educação, a construção de consciência e a emancipação, que podem, de fato, contribuir para a civilização, em vez do crescimento econômico, conforme propõe o geógrafo Milton Santos.

A concepção do turismo enquanto ferramenta/caminho/possibilidade de gerar desenvolvimento é recorrente nos estudos turísticos, como já apontaram diversos(as)

autores(as) (Britton, 1982; Fazito, 2015; Fazito et al., 2017; Sharpley, 2020), porém esta relação ainda se configura como uma espécie de utopia, sem apresentar possibilidades reais de avanço ou mudanças teóricas ou empíricas.

Talvez isso se deva também ao fato de que são escassos os estudos turísticos voltados às possibilidades de mudança no fazer turístico e no ser turista. Em geral é o turismo massivo ou ainda aquele capaz de ampliar receitas que é considerado/analizado. Nesse caso faz-se referência àqueles voltados às criações de novas “modalidades” ou “segmentações turísticas” os quais propõem nomenclaturas mais “alternativas” (de “baixo impacto”, “comunitário”, “sustentável”, “responsável”) e que ao fim e ao cabo parecem ter como interesse principal os resultados econômicos do turismo, ainda que para pessoas e comunidades normalmente excluídas da grande “indústria turística”.

Enquanto o olhar/pensar o turismo estiver restrito aos seus benefícios e prejuízos econômicos, deixando-se de forma secundária as possibilidades de “crescimento” e “avanço” no campo individual e coletivo das pessoas, muito dificilmente “outros turismos” serão possíveis.

3.5 A Trajetória das Políticas de Turismo e Cultura na Gestão Pública de Pernambuco

Os processos de patrimonialização e turistificação se relacionam e assemelham e uma das causas é o fato de atuarem e incidirem de forma intensa na produção do espaço. É bastante comum associar os processos de turistificação aos de financeirização e gentrificação de espaços e territórios voltados à atividade turística. Nesta seção serão abordadas as políticas de turismo e cultura que incidem direta ou indiretamente no uso turístico do frevo.

Conforme informações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan (2020), Pernambuco é detentor de uma variedade de bens culturais tombados e/ou salvaguardados, os quais estão distribuídos em 15(quinze) cidades do seu território que é composto por 184 municípios. Os bens constam subdivididos nas categorias: Patrimônio Mundial (Olinda, Fernando de Noronha e o Frevo); Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade (Frevo); Patrimônio Material (Recife, Olinda, Igarassu e Fernando de Noronha); Patrimônio Imaterial (Frevo, Feira de Caruaru, Cavalo-marinho, Maracatu Nação, Maracatu de Baque Solto ou Maracatu Rural, Teatro de Bonecos Popular do Nordeste (Mamulengo); e Patrimônio Arqueológico (Vale do Catimbau).

Além destes bens há diversos outros reconhecidos na esfera estadual, cujo órgão de chancela é a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe, que atua exclusivamente junto à cultura desde 1973.

Apesar dessa diversidade cultural, estudos, pesquisas e documentos - inclusive da própria gestão pública do turismo de Pernambuco - indicam haver um subaproveitamento da oferta cultural e evidenciam a necessidade de investimentos na cultura como um diferencial para o reposicionamento do destino no cenário nacional e internacional, no qual vem se destacando, sobretudo nos segmentos de ‘turismo de sol e praia’ e ‘negócios’ (Fernandes, 2011¹³).

A Secretaria de Turismo e Lazer de Pernambuco – Setur-PE coordena os órgãos responsáveis pelo planejamento, controle, avaliação e execução de projetos turísticos. A Empresa de Turismo de Pernambuco - Empetur é uma empresa de economia mista subordinada à Setur-PE e seu objetivo é desenvolver o planejamento operacional das ações de turismo e realizar ações de fomento, articulação e gestão turísticas.

A Empetur é responsável pela promoção turística estadual, fomentando a demanda por Pernambuco como “produto turístico”. Tem como principal objetivo induzir o fluxo turístico e administrar equipamentos de turismo, cultura e lazer entre os quais se destaca: o Centro de Convenções de Pernambuco (principal espaço para a realização de eventos das mais variadas tipologias e tamanhos); a Arena Pernambuco (estádio e equipamento desportivo construído para a realização dos jogos da Copa do Mundo de futebol da Fifa de 2014); o Parque Memorial Arcoverde (espaço de lazer público entre as cidades de Recife e Olinda); e o Cais do Sertão (museu localizado no bairro turístico do Recife Antigo cuja temática é a cultura do sertão e o povo sertanejo).

Ao analisar as ações desenvolvidas pela Setur-PE e Empetur há três ou quatro décadas, nota-se que estas se dão de maneira muito semelhante às aquelas desenvolvidas pelos órgãos oficiais de turismo de outros estados brasileiros. Em linhas gerais, a Setur-PE é responsável pelo planejamento da atividade turística e a Empetur, pela execução. No entanto, na prática, acaba havendo uma fusão. Este formato organizacional da gestão pública também se dá na

¹³ Para a contextualização da política institucional de turismo em Pernambuco e para tratar de sua relação com a gestão de cultura, a parte introdutória desta seção contém algumas das informações e partes de textos que compuseram a dissertação de mestrado da autora desta tese (Fernandes, 2011). Os textos foram revisados e atualizados, porém, há recortes sem alteração devido a tratar-se de relevante informação para o entendimento das nuances e aspectos históricos constitutivos da trajetória e estrutura administrativa da gestão pública que incidem sobre o que se trata nesta tese.

escala federal através do Ministério do Turismo - Mtur e da Empresa Brasileira de Turismo – Embratur, ressaltando alterações recentes em termos de constituição jurídico-administrativa.

As ações no âmbito do turismo se desenvolvem, principalmente, no campo da promoção dos destinos em feiras nacionais e internacionais (Figura 2), produção de materiais promocionais e na execução de programas e projetos com recursos oriundos da esfera federal, voltados majoritariamente a obras de infraestrutura aeroportuária, rodoviária e de apoio à rede hoteleira e à realização de eventos.



Figura 2: Ações promocionais da Setur/Empetur.

Fonte: reprodução do Instagram @empetur.pe (Voo Inaugural Recife-Buenos Aires; Evento Partiu Infinitas; Minas Travel Market).

A problemática do turismo cultural de Pernambuco parece enquadrar-se em um cenário que é previsto do ponto de vista do desenvolvimento turístico, decorrendo de uma característica importante sinalizada por Burns (2002, p. 42): “o planejamento turístico não é apenas intersetorial (entre vários setores da sociedade civil), mas intrasetorial (entre os diferentes prestadores de serviços turísticos)”.

Conforme indica Vicente (2009), em função da Empetur haver sido criada em 1967 e a Fundarpe somente em 1973, durante alguns anos apenas a Empetur atuava de forma mais direta junto à cultura em Pernambuco.

As primeiras ações da Empetur voltaram-se à realização do inventário turístico, e, também ao incentivo à criação e encenação de peças teatrais, realização de exposições, cursos de gastronomia, cultura popular, artesanato e danças, além de promover apresentações permanentes de manifestações artísticas em espaços públicos voltadas aos turistas.

Estes aspectos da trajetória inicial da gestão pública do turismo e da cultura revelam a existência de um forte envolvimento entre as políticas, ao menos no campo retórico, o que não significa a efetividade prática e operacional desta relação.

Ainda segundo Vicente (2009), após a criação da Fundarpe e no decorrer da década de 1980, a Empetur começou a diminuir suas ações diretas na cultura, se aproximando mais de

ações efetivamente turísticas. Neste período, o quadro funcional de ambas as instituições era formado por intelectuais e estudiosos das artes e cultura, muitos dos quais, folcloristas. Não raramente ocorriam episódios de embate entre os técnicos da cultura e do turismo, os quais acontecem até os dias de hoje.

Em 1982 a presidência da Empetur ficou pela primeira vez a cargo de um gestor-administrador, que organizou um quadro funcional de perfil mais técnico e, por isso, conduziu uma gestão mais alinhada aos meandros do turismo e voltada aos seus aspectos mais particulares. Foi justamente a partir desta gestão que ocorreu a transferência definitiva da política cultural para a Fundarpe e coube a Empetur a captação de mercados e a execução de feiras e congressos.

A referida autora resume as características desta transição e “abandono” da cultura na gestão do turismo:

A Empetur deixa de trabalhar diretamente com a cultura popular de Pernambuco, sendo algumas vezes meramente repassadora de verbas para a produção de eventos que não necessariamente têm a ver com as brincadeiras populares, mas isso não quer dizer que esta, na elaboração do marketing turístico, não utilize a cultura pernambucana como diferencial (Vicente, 2009, p. 37).

Em um recorte temporal mais recente, e buscando compreender as ações para o desenvolvimento do turismo cultural na configuração da gestão pública de Pernambuco, Silveira (2010) analisou a relação das referidas políticas públicas através de um cruzamento analítico das diretrizes e objetivos contidos nos planos estaduais do turismo e da cultura.

A referida autora apresentou críticas e apontamentos sobre as dificuldades e problemáticas do turismo e da cultura em Pernambuco, apontando um distanciamento dos planos cujas ações - que ocorrem de forma paralela - contribuem mais para atuações independentes do que para esforços integrados. Silveira (2010) sinaliza que:

A intersecção cultura-turismo a partir de ações públicas caminha para uma integração entre setores públicos (com todas as suas dificuldades de compreensão sobre a melhor forma de capitalizar os setores em benefício do seu consumo), e a relação cruzada (setor público cultural com mercado turístico e vice-versa) é inexistente, o que elimina a possibilidade de viabilizar produtos que precisam muitas vezes do apoio, articulação e coordenação do setor público (Silveira, 2010, p. 109).

No tocante à aproximação entre a política e o mercado, Silveira (2010) identifica problemas, entre eles o distanciamento e o desconhecimento do poder público acerca das características do mercado de turismo cultural. Conforme a autora há uma ausência de ações efetivas ou o subaproveitamento delas. Neste sentido, menciona o fato de que ambos têm propostas sendo executadas individualmente, mas que poderiam ser mais bem aproveitadas do ponto de vista do turismo, caso fossem trabalhadas sob a integração da gestão pública de turismo e de cultura.

No já distante ano de 2008 foi lançado o Plano Estratégico de Turismo de Pernambuco - PET (2008-2020), trata-se do primeiro documento de planejamento da esfera estadual que envolvia ações para um período que extrapolava um mandato de governo (quatro anos). Sua elaboração contou com a participação de universidades, prefeituras, secretarias municipais e órgãos públicos e privados relacionados ao turismo sob a condução de uma consultoria externa. Por essas características, diz-se que se tratou de um planejamento participativo.

Desde então não foram elaborados outros planos para o planejamento do turismo em Pernambuco e o PET continua sendo o documento norteador da política de turismo estadual até os dias atuais. Ao invés da elaboração de um plano mais amplo tem havido a produção de documentos de perfil mais descritivo, apresentando as ações a serem implementadas ou já executadas, configurando-se mais como documentos voltados à “prestação de contas” do que de planejamento propriamente dito.

O documento da gestão pública estadual mais recente, intitulado "Estratégia de Longo Prazo 2019 - 2023", foi baseado em outro de mesmo nome para o período 2015-2022 o qual, por sua vez, indica haver sido elaborado a partir do diagnóstico e visão de futuro do PET. Os referidos documentos são compostos de textos breves e apresentam itens como: focos prioritários e objetivos estratégicos, Planos Operativos e cronogramas contendo as principais etapas e datas de execução das ações previstas (Empetur, 2019).

Para uma melhor compreensão do cenário turístico de Pernambuco considerado pela gestão pública, serão apresentados nesta tese de forma sucinta alguns dos conteúdos contidos no PET. Conforme consta no item ‘diagnóstico’, cada um dos segmentos turísticos disponíveis em Pernambuco tem diferentes níveis de atração e estruturação. No que se refere ao segmento turismo cultural, objeto desta tese diz-se que:

É um segmento de demanda relativamente restrita e especializada, ainda muito incipiente em Pernambuco e, em alguns casos, apenas um potencial. Dentre os fatores de atratividade cultural de Pernambuco destacam-se: gastronomia,

artesanato, música e dança e edificações. (...) Contudo, há necessidade de investimentos governamentais para alcançar a almejada estruturação e manutenção dos atrativos culturais (Empetur/Setur, 2008, p. 11).

Para a Empetur/Setur, Pernambuco “precisa comercializar a cultura que está acontecendo, e não uma cultura que está sendo representada”. Neste sentido, para a cidade do Recife sugere-se sua promoção como destino de eventos, sendo a praia um diferencial. Em relação à Olinda diz-se que: “deve ser promovida como um destino de lazer, com ênfase à interação com o patrimônio histórico e a cultura local”. Para isso, aponta o documento, é requerida uma promoção turística diferenciada, voltada à cultura e ao patrimônio histórico construído, “visando posicionar o local como destino turístico destacado em âmbito mundial no segmento cultural” (Empetur/Setur, 2008, p. 19).

Apesar da aparente compreensão da importância e necessidade de um esforço intersetorial para o desenvolvimento do turismo cultural, esta articulação em termos práticos se restringe quase que exclusivamente às ações de promoção turística e de realização ou apoio aos eventos. Além disso, apesar do texto indicar a necessidade de haver um destaque à cultura popular, as diretrizes apontaram uma maior ênfase ao patrimônio material (edificações históricas e artesanato).

Assim, mesmo havendo sido destacada a necessidade de uma articulação entre o turismo e a gestão pública de cultura, esta intersetorialidade aparece apenas em alguns dos programas constitutivos das diretrizes estratégicas. Passados quase vinte anos desde o diagnóstico do PET (que ainda é norteador das políticas de turismo), o cenário parece ter mudado muito pouco, como será tratado mais adiante.

3.5.1 Os Patrimônios Culturais e o Frevo nas Políticas Públicas de Cultura

Apesar de não serem suficientes para o fortalecimento integral da cultura no Brasil, são relevantes e significativos os avanços das políticas culturais nacionais especialmente a partir do primeiro mandato do presidente Lula (2003-2007), e, sobretudo, através do fortalecimento do Ministério da Cultura, do Sistema Nacional de Cultura e das leis de incentivo à cultura via dedução fiscal. Esta expansão não se deu apenas por vontade política, mas ao amadurecimento e maior profissionalização no âmbito da gestão e produção cultural como um todo.

Dentre as ações desenvolvidas são relevantes a criação e execução de programas de inclusão social por meio da cultura, como o Programa Cultura Viva, dirigido às culturas populares que através da implementação dos chamados ‘Pontos de Cultura’¹⁴, apoia projetos e iniciativas culturais em todo o território brasileiro. Foi lançado em 2004 e através do Ministério da Cultura - Minc estabelece parceria com os Estados e municípios. As ações dos Pontos de Cultura visam a valorização da diversidade cultural e o diálogo com os diferentes contextos da sociedade brasileira através da inclusão dos diversos segmentos sociais.

Por sua vez, as políticas culturais de Pernambuco refletem esse fortalecimento e se destacam há muitas décadas no cenário nacional em razão do histórico de ações voltadas à cultura instituídas pela gestão pública. Nesta seção serão apresentadas as ações mais relevantes e que de alguma forma incidem mais diretamente sobre o frevo e suas comunidades.

A estrutura para a gestão pública do setor cultural em Pernambuco é constituída pela Secretaria de Cultura de Pernambuco, Fundação de Apoio ao Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe e o Conselho Estadual de Cultura. Entre as políticas culturais estruturantes tem-se o Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura – Funcultura que foi criado em 1999. Este Fundo funciona por meio de editais públicos que selecionam projetos culturais em diversas áreas, tais como artes visuais, música, dança, teatro, audiovisual, literatura e patrimônio cultural. Os projetos aprovados são contemplados com verba própria e diferente da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet¹⁵), dispensa a captação de patrocínio e apoio da iniciativa privada.

Alguns dos projetos aprovados no Funcultura são elaborados por integrantes das comunidades do frevo ou tem o frevo como foco central. Dentre as iniciativas tem-se: gravação de cds e dvds (de orquestras e artistas independentes); livros sobre personalidades do frevo e agremiações; espetáculos, cursos e oficinas de dança e/ou música; turnês nacionais e internacionais; e projetos de audiovisual (documentários, longa e curta metragens), entre

¹⁴ É notável e relevante o papel dos Pontos de Cultura na execução de ações que em certa medida ajudaram a descentralizar os investimentos nas culturas populares fora do eixo Rio-São Paulo. Desde 2007 o programa teve avanços e alterações que estão sendo retomadas após o fim do mandato do presidente Jair Bolsonaro (2018-2022).

¹⁵ São muitas as críticas à Lei Rouanet por parte de especialistas, da imprensa e, sobretudo da opinião pública, as quais são motivadas pela dependência da iniciativa privada para a dotação dos recursos necessários à execução dos projetos e do desconhecimento e/ou descrédito relativo ao funcionamento do sistema de dedução fiscal. Porém, trata-se de um mecanismo de grande impacto na cadeia produtiva da cultura brasileira. Apesar de ter sido criada para funcionamento temporário, é bastante provável que permaneça existindo por muito tempo, pelo menos enquanto a iniciativa privada não reconhece a importância de investir na cultura para além do retorno em marketing.

outros (Figura 3). O próprio Paço do Frevo é incentivado pela Lei Rouanet e por isso consegue acessar o patrocínio de diversas empresas privadas, permitindo investir em ações de formação de público, eventos e exposições.

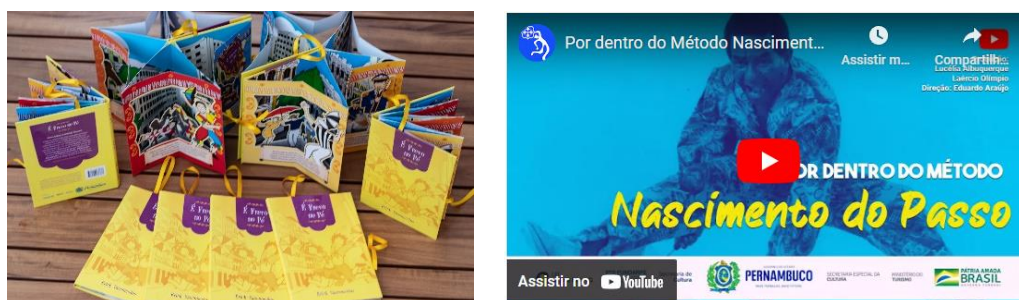


Figura 3: Projetos de frevo aprovados em editais de políticas culturais.
Fonte: Pernambuco em Pop-Up (2018).

Outra ação da gestão estadual de atuação direta junto aos PCIs é o ‘Programa de Mestres e Grupos de Cultura Popular e Tradicional’ que integra a política de ‘Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco - RPV-PE’ (Pernambuco, 2002, 2016). Trata-se de iniciativa pioneira em termos de políticas de incentivo específicas aos bens intangíveis do Brasil. É anterior ao Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI (lançado em 2003), o que reforça os indícios de que a cultura em Pernambuco tem força política e é um importante ativo e vetor social e econômico.

A referida Lei prevê bolsa mensal (vitalícia) para custeio das atividades ligadas à preservação e transmissão dos saberes. Atualmente, o valor das bolsas para pessoa física é de R\$ 2.041,53 e para pessoa jurídica, R\$ 4.083,10. Conforme consta na referida lei, cabe ao Governo de Pernambuco, e especialmente à Secretaria de Cultura e à Fundarpe: “desenvolver e ampliar a promoção, o apoio, o incentivo, a preservação, a publicização e a difusão desses Patrimônios Vivos”.

Para o referido Registro são requeridas as seguintes etapas: i) Habilitação técnica da documentação dos candidatos; ii) Verificação junto à Comissão Especial de Análise (que elabora pareceres sobre as candidaturas habilitadas considerando a relevância do trabalho desenvolvido, idade do candidato ou tempo de existência do grupo e avaliação da carência social); e iii) Análise pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural – CEPPC¹⁶

¹⁶ O Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural tem caráter permanente e é composto de forma paritária por 14 (quatorze) representantes do Poder Público e da sociedade civil os quais são eleitos pelas

Conforme consta no portal da Fundarpe são 95 (noventa e cinco) os Patrimônios Vivos de Pernambuco dos quais 17 (dezessete) são integrantes da comunidade do frevo nos segmentos ‘música’ e ‘agremiação’ (Quadro 8). Dentre os contemplados tem-se alguns dos intérpretes, compositores e maestros do frevo, portanto, pessoas físicas, e enquanto pessoas jurídicas, há orquestras e bandas, também denominadas sociedades musicais e agremiações (Secult/PE, 2024).

Patrimônio Vivo de Pernambuco	Segmento
Sociedade Musical Curica	Música
Sociedade Musical 12 de outubro - Banda Musical Saboeira,	Música
Banda Revoltosa	Música
Claudionor Germano	Música
Clube Carnavalesco Misto Elefante de Olinda	Agremiação
Clube de Bonecos Seu Malaquias	Agremiação
J. Michiles	Música
Maestro Formiga (Ademir Araújo)	Música
Maestro Duda	Música
Maestro Nunes	Música
Maestro Eudócio	Música
Clube de Alegoria e Crítica Homem da Meia Noite	Agremiação
Pitombeira dos Quatro Cantos	Agremiação
Sociedade Musical E. J. Nazarena	Música
Sociedade Musical XV de Novembro,	Música
Troça Carnavalesca Mista Cariri Olindense	Agremiação
Clube Vassourinhas de Olinda	Agremiação

Quadro 8: Integrantes das comunidades Patrimônios Vivos de Pernambuco.
Fonte: dados da pesquisa a partir de Secult-PE (2024).

Recentemente, a Prefeitura do Recife por meio da Secretaria de Cultura e da Fundação de Cultura Cidade do Recife também passou a oferecer apoio direto aos Patrimônios Vivos (no valor de R\$ 1.921,06 e R\$ 2.561,41 para pessoas físicas e jurídicas, respectivamente).

O Registro de Patrimônio Vivo Municipal tem como objetivos salvaguardar, redimensionar espaços de ação e dar continuidade histórica de relevância para a memória cultural e artística da cidade. Acontece na forma de concurso o qual foi concebido pela Secretaria de Cultura e encaminhado à Câmara de Vereadores do Recife em 2022.

entidades representativas do segmento cultural dos quais participem considerando as dimensões histórica, natural, material e imaterial.

Os critérios e etapas são muito semelhantes aos da RPV-PE adaptados à escala municipal. O subsídio também tem caráter vitalício, inalienável e impenhorável e os patrimônios são eleitos pelo Conselho Municipal de Política Cultural.

Estes concursos são fixos e anuais e elegem 4 (quatro) candidatos(as) por edição. Até junho de 2024 foram contemplados 8 (oito) Patrimônios Vivos Municipais, destes 3 (três) integram a comunidade do frevo, quais sejam: José Fernando Alves Zacarias (porta-estandarte); Zenaide Bezerra (passista) e a agremiação Pierrot de São José ¹⁷.

Há também o Sistema Estadual de Registro e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no âmbito de Pernambuco. A Lei nº 16.426, de 27 de setembro de 2018 regulamenta os procedimentos de Registro e busca ampliar as condições de reconhecimento e salvaguarda das referências culturais de bens de natureza imaterial. Atualmente são 6 (seis) os bens reconhecidos dos quais apenas a ‘Celebração dos Primeiros Bonecos Gigantes de Pernambuco – Zé Pereira e Vitalina’, surgidos em Belém de São Francisco, no Sertão de Pernambuco, tem relação direta com o frevo.

Em termos de política cultural da esfera federal e que são contemplados por integrantes da comunidade do frevo destaca-se o Programa Mais Cultura (já mencionado anteriormente). Desde o seu lançamento, em 2004, o Governo de Pernambuco, através da Fundarpe, assinou convênio com o Minc objetivando dar início à implementação descentralizada do Programa em Pernambuco, mediante realização do Projeto Piloto de Pontos de Cultura.

Os Pontos de Cultura são organizações ou grupos culturais (associações, coletivos e grupos informais e/ou comunitários) que atuam em diferentes áreas da cultura, como música, teatro, dança, artes plásticas, literatura e audiovisual e recebem apoio para desenvolverem suas atividades. Atualmente são 6 (seis) os Pontos de Cultura relacionados ao frevo em atividade: o Grêmio Musical Henrique Dias (em Olinda); a Escola Comunitária de Música da Bomba do Hemetério; a agremiação ‘O Bonde’; o Centro de Formação, Pesquisa e Produção Cultural – Seu Malaquias – O Gigante do Alto; e o grupo de dança Guerreiros do Passo (em Recife).

¹⁷ Zenaide Bezerra é considerada a mais antiga passista em atividade do Brasil. Tem 73 anos de idade e pelo menos 65 de frevo. Zacarias fez seu primeiro desfile como porta estandarte em 1972, na Troça Carnavalesca Mista Abanadores do Arruda e no Clube das Pás Douradas. Desde 1978 é o primeiro e único porta estandarte do Galo da Madrugada. (Fonte: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/10/05/2022/prefeitura-do-recife-formaliza-os-quatro-primeiros-patrimonios-vivos-da-cidade>)

No capítulo seguinte ao tratar sobre o processo de patrimonialização e turistificação do frevo alguns aspectos presentes nas discussões sobre as políticas de turismo e cultura e a incidência destas no frevo serão retomados e apresentados com maior detalhamento.



4.

A Patrimonialização e a Turistificação do Frevo

Réplica da obra 'Frevo' de Heitor dos Prazeres (1898-1966). Elaboração da capa por Eva Miranda

4 A PATRIMONIALIZAÇÃO E A TURISTIFICAÇÃO DO FREVO

4.1 A Patrimonialização 'Oficial' do Frevo: Análise dos Documentos para a Patrimonialização via Iphan e Unesco

*Eu só queria que um dia
O Frevo chegasse a dominar
Em todo o Brasil
O micróbio do Frevo é de amargar
Quando entra no salão é que
O povo prefere pra dançar
E cai na dobradiça
Não há quem possa parar
Eu queria que você um dia fosse
A Pernambuco pra vê
Como é feito o passo ao som
De uma orquestra pra valer
Empunhamos um chapéu de sol
E botamos uma dona de lado
E daí começamos a fazer
Um passo rasgado*

(Genival Macedo Lins. Micróbio do frevo. Intérprete: Silvério Pessoa)¹⁸

Os dossiês para a patrimonialização “oficial” do frevo (Iphan, 2006, 2014) têm um conteúdo similar com contextualizações diferenciadas para a compreensão dos examinadores do Iphan e da Unesco. Apresentam uma caracterização extensa e detalhada da trajetória histórica do bem e dos seus usos e significados e, ao final, se encaminham para o convencimento sobre a importância de sua inserção nas listas de bens culturais patrimoniais. Ao final, ambos os documentos apresentam o ‘Plano de Salvaguarda do Frevo’ indicando estratégias, propostas de ações e possíveis apoios de organismos públicos, associações, instituições de ensino e das comunidades do frevo em geral.

Quanto aos pareceres, o de Registro (Iphan, 2006b) é mais breve e apresenta as justificativas e a relevância do frevo para a cultura do Brasil. O de revalidação (Iphan, 2021) inclui a análise do impacto do Registro na vida do frevo e seus desdobramentos nas comunidades, grupos e territórios envolvidos. Trata das ações desenvolvidas pelo Iphan em

¹⁸ No link a seguir é possível escutar a música Micróbio do Frevo interpretada por Silvério Pessoa em um clipe que mistura imagens de estúdio e das ruas e pessoas do Recife. <https://www.youtube.com/watch?v=v-3hphwdp0I>

parceria com os governos federal, estadual e municipal que incluem, por exemplo, a publicação de livros e a realização de eventos (entre os quais se destacam as reuniões para tratar do ‘Plano de Salvaguarda do Frevo’ que proporcionou a eleição do seu comitê gestor). Também aborda as mudanças e iniciativas produzidas no mercado e assinala uma série de iniciativas no campo cultural - como a realização de espetáculos de música e dança dentro e fora do Brasil e a expansão de novos artistas em diferentes áreas - expondo a capacidade de renovação e a vivacidade do frevo enquanto manifestação popular secular e ao mesmo tempo contemporânea (Iphan, 2021).

Na trajetória centenária do frevo, conforme é apontado nos documentos para a sua patrimonialização “oficial”, estabeleceram-se vários processos de usos e apropriações, entre os quais se destacam um conjunto de ocorrências históricas e transformações que apontam para a configuração de três períodos: I) [1907-1930]: caracterizado pelas especificidades da sua gênese (relacionada com a história de constituição da cidade de Recife), que parecem justificar a participação popular como desejo/necessidade de liberdade do povo; II) [1930-1980]: marcado pelos processos de ensino, espetacularização e apropriação turística (através dos setores público e privado) e incluindo-se a realização de concursos de dança e música (instituídos por lei municipal desde 1957) e a exploração e difusão pela indústria cultural fonográfica, radiofônica e pelo mercado de belas artes, artesanato e *souvenirs*; e III) [A partir de 1980]: quando o reconhecimento explícito do frevo o configura como símbolo/identidade cultural por parte da população, do Estado, dos meios de comunicação, do mercado e das entidades patrimoniais (Iphan, 2021, 2014, 2006a; 2006b).

Esta configuração da trajetória histórica do frevo anteriormente apresentada é descritiva do que apontam os documentos “oficiais” para a sua patrimonialização. Trata-se de um recorte dos aspectos contidos nos produtos institucionais decorrentes dos processos patrimoniais. Além da finalidade de convencimento caracterizar a narrativa textual destes documentos, a necessária agilidade (para cumprir os requisitos burocráticos das entidades patrimoniais) acaba por desconsiderar ou tratar superficialmente questões relevantes desta centenária trajetória. Assim, faz-se necessário recorrer a outras fontes.

Menezes Neto (2014) em sua tese de doutorado em Sociologia e Antropologia realiza um aprofundamento nas narrativas históricas do frevo para relatar sua passagem de prática carnavalesca perseguida a emblema do carnaval de Pernambuco. Para este autor já na década de 1930 o frevo foi transformado em emblema da identidade local, entre outros fatores, devido à atuação do Estado Novo e da Federação Carnavalesca de Pernambuco.

À título de ilustração, este pequeno trecho da Ata de Fundação da Federação Carnavalesca de Pernambuco¹⁹ (Figura 4) traz explícito alguns dos aspectos apontados por Menezes Neto (2014). Além disso, indica o desenvolvimento do turismo como um dos objetivos desta entidade que foi fundada em 1935 para “disciplinar, centralizar e regulamentar o carnaval”.

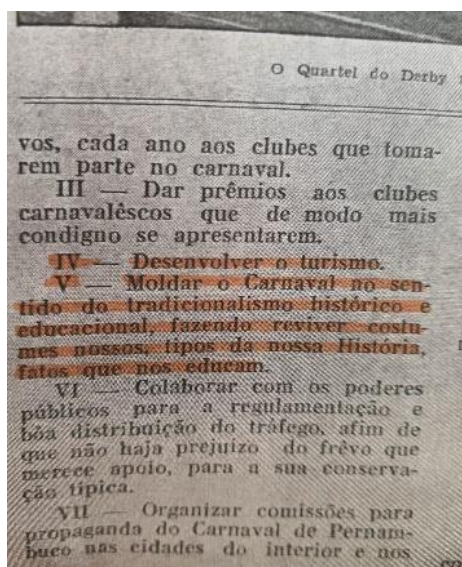


Figura 4: Ata de Fundação da Federação Carnavalesca de Pernambuco.
Fonte: dados da pesquisa (2024).

Para Menezes Neto (2014), a transformação do frevo em emblema identitário foi facilitada, ou conduzida, pela associação exitosa entre o próprio frevo e os conteúdos da “pernambucanidade” (representações, do caráter/natureza/marca do povo pernambucano), tornando-o um representante da ideia de “ser pernambucano”. O autor parte do princípio de que: “símbolos ou emblemas de uma cultura têm força de representatividade proporcional à sua capacidade de condensar sentidos e significados do universo simbólico do qual faz parte e o é anterior” (Menezes Neto, 2014, p. 38).

Outras questões relevantes foram identificadas e ajudam na compreensão das especificidades do frevo e de sua práxis em diferentes momentos históricos, como por exemplo: a atuação e a dependência do poder público; o desinteresse do setor privado em valorizar o frevo; a expectativa em torno da patrimonialização e seus impactos; o medo de

¹⁹ Imagem captada por foto da cópia da referida Ata onde se lê em destaque: “VI) Desenvolver o turismo. V) Moldar o carnaval ao sentido do tradicionalismo histórico e educacional, fazendo reviver costumes nossos, tipos da nossa História, fatos que nos educam”. O acesso ao documento se deu na própria sede da Federação durante as pesquisas de campo.

que o frevo desapareça/perca os títulos patrimoniais; a existência de diferentes interesses e funções entre os membros do Comitê de Salvaguarda do Frevo (incluindo os confrontos decorrentes dos diferentes privilégios e poderes internos), etc. (Almeida, 2014; Teles, 2008; Duarte, 1968). Estas e outras questões serão discutidas mais adiante ao tratar sobre os enfrentamentos, resistências e utopismos da vivência do frevo.

Para a análise dos documentos para a patrimonialização via Iphan e Unesco buscou-se identificar as concepções atribuídas ao turismo as quais foram identificadas nos documentos “oficiais” para a patrimonialização do frevo e, posteriormente, foram submetidas à análise quantitativa relativas às menções aos termos ‘turismo’, ‘turístico(s)’ e ‘turista(s)’. O resultado indicou um total de 27 (vinte e sete) menções no documento 1 (Iphan, 2006a) e apenas três no documento 2 (Iphan, 2014). Quanto aos pareceres, apenas o de revalidação trouxe uma única menção ao turismo (em referência à importância do museu ‘Paço do Frevo’ para o destino turístico Recife).

Entre os diferentes contextos identificados, a primeira citação ao turismo ocorreu ao tratar da trajetória histórica do frevo quando se diz que a partir da década de 1980 o frevo foi se legitimando como símbolo da cultura de Pernambuco e começa a aparecer nos cartazes turísticos. O turismo é citado também em um trecho sobre os concursos de dança e música, considerados muito importantes para a produção artística, a visibilidade e a formação profissional, gerando empregos e receitas e mobilizando setores do turismo, meios de comunicação e o comércio formal e informal.

Tratando-se especificamente da dança na trajetória do frevo, diz-se que o turismo estimulou o surgimento de grupos cênicos de dança popular e que o mercado turístico promoveu sua ‘espetacularização’. Outra menção se dá no texto de apresentação do ‘Plano de Salvaguarda’ onde se diz que o documento buscava: “apresentar o frevo em seus diversos aspectos: político, social, cultural, estético, antropológico, turístico e comercial, inferindo que seu apoio está na participação popular” (Iphan, 2006a, p.119).

Ao tratar dos espaços do frevo é mencionada a intenção de se criar um equipamento museológico (o ‘Paço do Frevo’). Neste trecho as palavras ‘turista’ e ‘turistas’ aparecem muitas vezes porque além dos estudantes, pessoas interessadas no tema, profissionais do frevo e pesquisadores(as), trata-se do público esperado para as ações do museu, entre as quais se destacam: oficinas e apresentações de dança e música; visitas livres e guiadas e atividades de pesquisa.

Na seção ‘divulgação’ o turismo é mencionado ao se comentar de um projeto (não executado) cujo objetivo era oferecer uma programação semanal com orquestras de frevo para

turistas e população local no Pátio de São Pedro. Por último, ao tratar sobre o apoio aos clubes e agremiações menciona-se a intenção/sugestão de que estes espaços funcionem como centros de referência da cultura popular em Pernambuco através da sua inclusão nos circuitos turísticos de Recife e Olinda. Esta proposta tão pouco foi executada e a visitação às sedes se dá a partir dos esforços dos(as) próprios(as) integrantes, sem integrar roteiros ou rotas específicas.

4.2 Trajetória Histórica e Caracterização do Frevo e de sua Patrimonialização

É importante ressaltar ainda que embora os documentos analisados sejam institucionais, a pesquisa e elaboração dos textos foi realizada com base em análises decorrentes de relatórios, bibliografias e pesquisas de diferentes autores(as) com distintas atuações junto ao frevo. De fato, são os órgãos e instituições ligadas aos processos patrimoniais que assinam os documentos, porém, os diversos especialistas - pesquisadores (as), historiadores(as), sociólogos(as) e antropólogos(as), além dos(as) integrantes das comunidades do frevo – apoiaram a construção destes documentos voltados a apresentar a trajetória do frevo a partir de múltiplas perspectivas apoiando o cumprimento dos requisitos técnicos, legais e burocráticos necessários.

A ênfase nas particularidades da autoria dos documentos analisados se faz necessária para reforçar o cuidado em relação à noção de que publicações institucionais carregam os posicionamentos e discursos que muitas vezes maquiagem a realidade. Não se trata de considerar que não haja, por vezes, esta configuração, no entanto, seria injustificável desconsiderá-los enquanto importantes fontes de informação e documentação sobre o frevo.

A partir das falas dos(as) entrevistados(as) e dos muitos depoimentos dos(as) integrantes das comunidades do frevo nas plataformas digitais, foi possível identificar a caracterização de construção coletiva e colaborativa dos procedimentos formais para a patrimonialização “oficial” do frevo.

No artigo: ‘O frevo como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade e patrimônio afetivo de Pernambuco’, Sarmiento (Teles, 2022, p. 30) corrobora com esta impressão ao comentar sobre a submissão e conquista do título da Unesco. Para o pesquisador, tratou-se de uma causa coletiva e de um projeto partilhado. Sobre a ocasião, comenta: “(...) pode ser considerado como um momento de celebração, mas, também, de mobilização dos talentos, energias e recursos, pois garantem efetivar o lugar (social, cultural e político) do frevo depois de um longo período de investigação, estudo e divulgação”.

O quadro a seguir apresenta os materiais analisados e suas características (Quadro 9) e na sequência tem-se as análises realizadas para uma maior compreensão das nuances e particularidades do frevo e de sua relação com o turismo as quais justificam parte das escolhas metodológicas desta investigação.

Documento	Caracterização
História Social do Frevo	Livro publicado por jornalista pernambucano dos anos 1960. Descreve e caracteriza com detalhes a trajetória histórica do frevo mencionando curiosidades e polêmicas coletadas nos jornais e bastidores do setor cultural da época. Contém 131 páginas. Não dispõe de imagens ou ilustrações. (Duarte, 1968)
Dossiê para inscrição do frevo no Livro das formas de expressão como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro.	Documento extenso e detalhado acerca do frevo que apresenta resultados de pesquisas e análises visando o seu reconhecimento enquanto patrimônio imaterial do Brasil. Contém 151 páginas. Dispõe de imagens e ilustrações. (Iphan, 2006).
Parecer de Registro do Frevo	Documento institucional que confirma o Registro do frevo no 'Livro das Formas de Expressão'. É assinado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan ²⁰ . Contém 8 páginas. Não dispõe de imagens ou ilustrações. (Iphan, 2006b.)
Do Frevo ao Manguebeat	Livro que apresenta um quadro bastante completo do cenário da música de Pernambuco entre os anos de 1970 e 1990. Publicado por Teles, jornalista e escritor com vasta experiência no setor cultural. Contém 380 páginas. Dispõe de imagens e ilustrações (Teles, 2008)
Dossiê para inscrição do Frevo na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.	Documento voltado à apreciação da Unesco para o reconhecimento do Frevo enquanto PCI. Apresenta elementos históricos e caracterizadores do frevo contidos no Dossiê da esfera nacional. Contém 100 páginas. (Iphan, 2014.)
Memórias do Comitê de Salvaguarda do Frevo 2011-2014.	Livro organizado pela Secretaria de Cultura / Fundação de Cultura Cidade do Recife. Apresenta narrativas, relatos, desafios, expectativas e experiências do Comitê Gestor de Salvaguarda do Frevo. Contém 150 páginas. Dispõe de imagens e ilustrações (Almeida, 2014).
Parecer de Revalidação do título de PCI brasileiro do Frevo	Parecer técnico voltado à reavaliação do Frevo com vistas à Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil. É assinado por técnicos do Iphan. Contém 22 páginas. Não dispõe de imagens ou ilustrações. (Iphan, 2021)
Frevo Vivo	Livro que reúne 11 artigos escritos por pessoas ligadas ao

²⁰ Este conselho é o órgão colegiado de decisão máxima do Iphan, autarquia federal vinculada à Secretaria Especial da Cultura e ao Ministério do Turismo. Trata de questões relativas ao Patrimônio Cultural material e imaterial brasileiro. É a instância deliberativa final na apreciação dos processos de Registro e reavaliação para revalidação do título dos bens culturais registrados.

	frevo, com abordagens e visões diferentes sobre os diversos aspectos que envolvem esta manifestação. Contém 295 páginas. Dispõe de imagens e ilustrações. (Teles, 2022)
--	---

Quadro 9: Bibliografia e documentos sobre o frevo.

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A apreciação e análise dos referidos documentos e livros de variados períodos, fontes e finalidades permitiram uma caracterização consistente da trajetória histórica da patrimonialização “oficial” do frevo e a identificação das concepções atribuídas ao turismo neste processo, aspectos que serão apresentados e discutidos nesta seção e ao longo de toda a tese.

Conforme apontam os materiais consultados e analisados, a difusão do frevo por todo o país e entre as diferentes classes sociais e sua apropriação como manifestação cultural se produziu em um longo período histórico.

A origem do frevo é considerada “oficialmente” como sendo 9 de fevereiro de 1907. No entanto, segundo Teles (2022), em 2015, o historiador Luiz Henrique Santos, deparou-se com uma menção anterior em uma edição do Jornal Diário de Pernambuco de 11 de janeiro de 1906. Em ambas as aparições a palavra ‘frevo’ não significava necessariamente gênero musical. Tratava-se de uma alusão à festa, farra e à multidão ‘fervendo’ nas ruas dos bairros centrais do Recife durante o carnaval. Atribuiu-se a criação da palavra ao jornalista Osvaldo Almeida, porém, como apontado por Teles (2008), é mais provável que tenha nascido no meio do povo (Figura 5).



Figura 5: O frevo no Carnaval de Recife (1948) e Olinda (2016).

Fonte: a) Acervo digital do Paço do Frevo (2021), fotografia de Marcel Gauterout (1948); b) Santos e Mendes (2019), fotografia de Marcelo Soares²¹ (2016).

²¹ Marcelo Soares autorizou a utilização das fotos para esta investigação. Estas fotos estão publicadas em Santos e Mendes (2019).

Embora as imagens apresentadas anteriormente sejam de cidades diferentes e estejam separadas por algumas décadas, trata-se de registros representativos do frevo e de seus principais protagonistas: músicos/musicistas, bailarinos/bailarinas (considerados 'passistas') e pessoas comuns aglomeradas para se manifestar/manifestar o frevo e viverem o carnaval.

Desde a origem do frevo, o carnaval se apresenta como "espaço emblemático e período propício de ação, reivindicação, exibição e preservação das práticas artísticas vinculadas a esta forma de expressão" (Iphan e Minc, 2006, p. 61). Segundo Duarte (1968), as festas de carnaval do Brasil do século XIX aderiram aos moldes europeus, caracterizadas pelo acesso mais restrito do público nos salões e festas privadas. No entanto, em Recife o carnaval se fazia também, e principalmente, nas ruas e pelas pessoas, sem organização ou organizadores definidos.

Essas características (e o temor pelos riscos de aglomerações nas ruas) levaram a que desde então e até os dias atuais haja ações e o uso de força por parte do poder público para impedir/controlar/organizar as manifestações populares, aspectos comuns às práticas surgidas das classes trabalhadoras e dos sujeitos periféricos e excluídos.

Assim, ao longo desta trajetória os espaços urbanos foram se constituindo importantes protagonistas do frevo e o poder público aparece como mediador responsável por controlar, regular e supervisionar o seu uso:

A administração municipal de Recife publicou códigos de posturas com o fim de regular os usos dos espaços urbanos. A força policial era responsável por cumprir com as posições e manter a ordem. Foi proibida a aglomeração de escravos em locais públicos. Havia muito medo da perigosidade dos capoeiras que, com suas demonstrações públicas de destreza e agilidade, representavam um perigo iminente (Iphan e Minc, 2006, p. 27).

Para a compreensão da força e receptividade popular do frevo naquele período, é importante destacar que, até a segunda metade do século XIX, as bandas de instrumentos musicais de sopro (base principal das orquestras de frevo) desempenharam um papel fundamental na vida musical brasileira. Derivadas das bandas militares e de fanfarra, estas orquestras animavam as solenidades ao ar livre e as celebrações públicas: "até o início do século XX, não havia reprodução mecânica da música e, portanto, toda a música se tocava ao vivo" (Iphan e Minc, 2006, p. 36).

Como assinalam os registros históricos, a partir da década de 1930, com a popularização do ritmo por gravações de disco e pela difusão radiofônica, consagrou-se a

subdivisão musical do frevo²², qual seja: 'Frevo-de-rua' (totalmente instrumental e tocado principalmente nas ruas para as pessoas dançarem); 'Frevo-Canção' (interpretado instrumentalmente pelo mesmo tipo de orquestra com pequenas diferenças musicais, letra e interpretação); e 'Frevo-de-Bloco'²³ (acompanhado por uma orquestra de instrumentos de cordas que interpreta um frevo de ritmo mais lento e que se destaca pela presença de um coro feminino) (Iphan e Minc, 2006).



Figura 6: Músicos de orquestras para Frevo-de-Rua e Frevo-de-Bloco.
Fonte: Santos e Mendes (2019), fotografias de Marcelo Soares (2016).

As diferenças musicais produzem distinções nas formas de se fazer e viver o frevo, algumas das quais se podem ver representadas nas imagens anteriores (Figura 6). Em geral, o Frevo-de-Rua, por executar um ritmo mais frenético, costuma ser executado e acompanhado por pessoas mais jovens. O mesmo acontece com o Frevo-Canção, mas com intérpretes e sendo executado a partir de estruturas de apoio para amplificação do som. Desta forma, o público se posiciona mais distanciado das orquestras. Em muitos casos não há uma orquestra completa, apenas alguns naipes acompanhados de outros instrumentos como guitarras, contrabaixo e bateria. No Frevo-de-Bloco, as canções e os movimentos de dança são mais calmos e as pessoas que tocam e acompanham as orquestras, em geral, são pessoas de idade mais avançada.

Além das diferenças etárias, há também recortes de gênero e classe social no frevo. Estes temas não serão abordados com profundidade nesta tese, mas, vale destacar, por exemplo, que de maneira geral as mulheres são apontadas como tendo uma participação quase

²² Para fins de aproximação com as peculiaridades rítmicas do frevo, sugere-se acessar os seguintes vídeos: https://www.youtube.com/watch?v=HuY7aqRxFwgeab_channel=OrquestraDeFrevoDeJos%C3%A9Menezes-Topic (frevo-de-rua); https://www.youtube.com/watch?v=-f0y0-PSmQweab_channel=R%C3%81DIOFREVOPE (frevo-canção); https://www.youtube.com/watch?v=R5-wkRV_RiQeab_channel=R%C3%81DIOFREVOPE (frevo-de-bloco).

que limitada a dançar e cantar junto às orquestras. Esta narrativa vem sendo refutada nas pesquisas mais atuais que trazem à tona comprovações históricas da atuação diversa e histórica das mulheres no frevo (Teles, 2022).

A invenção do disco (*long play*) é considerada uma tecnologia notável para o frevo. O primeiro frevo gravado, em 1923 foi um Frevo-Canção. Diz-se que a indústria fonográfica foi a principal responsável por promover a presença do frevo na discografia nacional (Figura 7). Merece destaque o fato de que funcionou em Recife (entre os anos de 1950/1980) a Fábrica de Discos Rozenblit, considerada na época uma das mais importantes do Brasil e responsável por romper a hegemonia do mercado fonográfico e cultural dominado desde então, e até os dias atuais, pelo eixo Rio-São Paulo (Iphan e Minc, 2006).



Figura 7: Exemplos de produtos de frevo da indústria fonográfica.
Fonte: Google Imagens (s/d).

As 'agregações, clubes ou alegorias de frevo' surgiram de grupos de trabalhadores urbanos e variavam em número de pessoas e fantasias. Seus nomes aludiam às profissões e tinham um forte caráter político-partidário (alguns ainda têm). Esses grupos de pessoas costumavam vir do cais do porto e da estiva, eram negros(as) recém-libertos(as), marinheiros, prostitutas, comerciantes e provedores de serviços dos bairros mais populares de Recife. "(...) pessoas de pé no chão, com o objetivo de se desconectar do trabalho, se divertir ou mesmo provocar" (Iphan, 2014, p. 22).

Com relação à dança do frevo, considera-se que esta vem da capoeira, manifestação originária do povo negro e, também, Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil e da Humanidade. Diz-se que muitos dos passos do frevo são inspirados em seus movimentos executados de maneira mais acrobática. A presença dos capoeiras junto aos clubes e agregações chegou a ser legalmente proibida. Conforme apontam os relatos históricos, as ocasiões festivas eram utilizadas para a realização de brigas corporais por razões eminentemente políticas entre os integrantes. Considera-se que esta repressão policial fez com

que os golpes (de capoeira) se dissimulassem permitindo uma coreografia (de frevo) dotada de denominações próprias (Duarte, 1968).

Era comum aos capoeiras a utilização de um guarda-chuva para dançar e também como "arma" de ataque-defesa. Com as transformações e popularização do frevo este guarda-chuva mudou de tamanho, cores e foi nomeado 'sombriinha de frevo' (Figura 8), convertendo-se em seu principal símbolo-identidade visual utilizado e reverenciado pelas comunidades do frevo (Iphan, 2014).



Figura 8: Orquestra, passistas e populares em prévias do carnaval do Recife.
Fonte: Sarah Souza²⁴ (2018).

Após o embrionário período do frevo como manifestação política mais latente, sua popularidade e aceitação como gênero do carnaval se ampliou para além das ruas e das classes mais populares. Considera-se que sua trajetória de consagração como manifestação identitária é causa e consequência de muitos processos tais como sua 'espetacularização', entendida como sendo: "processo de transformação de uma manifestação popular mais improvisada em um produto cultural para a apreciação estética em cenários ou outras linguagens artísticas. [...] (representa) a saída do frevo das ruas para o palco" (Iphan, 2014, p. 56). Outro processo importante foi a 'escolarização', que se refere ao ensino de sua dança e música em escolas, grupos e orquestras.

São muitas as questões do frevo relacionadas com a tradição e a modernidade, o presente e o passado, a resistência cultural e a sobrevivência econômica, por exemplo. Conforme assinalado: "ao mesmo tempo em que se promovem ações para a 'espetacularização', são promovidos processos de expansão, apropriação e manutenção dos chamados valores tradicionais" (Iphan, 2014, p. 108).

²⁴ As fotos de Sarah Souza foram gentilmente cedidas pela fotógrafa para esta investigação.

É importante destacar que estes processos e mudanças se dão, sobretudo, desde os sujeitos que integram as comunidades do frevo. A gestão pública e as entidades patrimoniais têm pouca participação/gerência efetiva sobre estas questões. Conforme aponta a trajetória do frevo, são muitas as disputas e enfrentamentos derivados de suas características constitutivas e que são observáveis ao longo de sua existência e resistência e que se revelam enquanto práticas e iniciativas contra-hegemônicas e decoloniais, pois desafiam os padrões vigentes e estabelecem formas particulares e singulares de existir.

Os enfrentamentos do frevo parecem descortinar o que Aguer et al. (2014) expõem ao considerar que os processos modernos/coloniais de poder invisibilizaram, desumanizaram e apagaram representações e, portanto, existências. Para os autores, as possibilidades de descolonização permitem aberturas possíveis para desvendar e construir “outros” significados e narrativas onde se encaixam outros sujeitos, tempos, linguagens, necessidades, subjetividades, esperanças, histórias etc.

Almeida (2014) a partir de relatos do Comitê de Salvaguarda do Frevo (instituído em 2011 e composto por representantes de diversos segmentos diretamente responsáveis pela sua reprodução, promoção e valorização), apresenta alguns dos embates existentes nas comunidades do frevo.

Este livro expõe questões que dividem posições e opiniões de pesquisadores(as), compositores(as), músicos (musicistas), passistas, imprensa e comunidades do frevo em geral, tais como: alterações, fusões e incorporações de ritmos e instrumentos às orquestras, modificações de passos ou vestimenta dos(as) passistas, discussões sobre os temas das letras, do apoio público e privado etc.

Tratando especificamente da música, Teles (2008) expõe argumentos e episódios que explicam o árduo caminho do frevo (rodeado de interesses ideológicos, econômicos e socioculturais) e destaca alguns choques internos e externos que, reforçados pelo nacionalismo, insistem em classificar o frevo como música regional.

Considerar o frevo música/ritmo/gênero de carnaval é muito comum para justificar sua limitação e existência quase que exclusiva a este período. Esta tentativa de rotular o frevo ao carnaval é polêmica e objeto de debates e publicações, especialmente na imprensa local. Trata-se de aspecto que tem/pode ter repercussões no uso turístico do frevo e por esta razão merece ser aprofundado em investigações futuras.

Outro aspecto importante do frevo são as sedes de seus grupos e agremiações que apesar de se concentrarem em Recife e Olinda se estendem por todo o território de

Pernambuco. São considerados os 'edifícios do frevo', locais de suporte espacial para seu desenvolvimento, manutenção e transmissão. Como assinalado:

(...) Estes edifícios não são expressões arquitetônicas representativas, porém, trazem uma dimensão simbólica que contribui com seus significados para a formação e manutenção do bem. (...) Além dos aspectos físicos e visuais, os eventos das associações mostram práticas sociais passadas e presentes, costumes, usos, eventos históricos e outros aspectos das tradições culturais ligadas ao frevo (Iphan e Minc, 2006, p. 89).

Apesar deste reconhecimento são muitos os clubes e agremiações que convivem com problemas econômicos e administrativos que ameaçam sua existência e a manutenção de seus espaços e integrantes(as) e comprometem também as saídas, desfiles e cortejos no carnaval.

A ausência do apoio público e privado é uma queixa antiga e recorrente por parte das comunidades do frevo que está expressa nas falas dos(as) fazedores(as) e nas bibliografias previamente apresentadas. Trata-se de questão relevante que será abordada mais detalhadamente no decorrer desta tese, sobretudo ao tratar das ativações e existências do frevo, temática do capítulo 5.

Além das sedes dos clubes e agremiações de frevo, é possível identificar sua materialização em esculturas, estátuas, museus, artes visuais, artesanato e produtos industriais, como cervejas e refrigerantes, por exemplo (Figura 9). Além disso, o frevo também está presente na publicidade local em formato de imagem e/ou música.

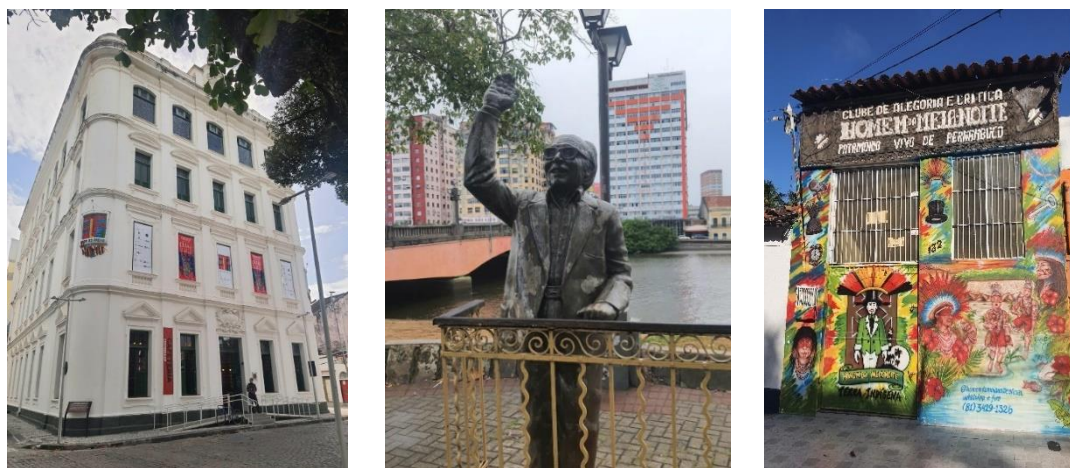


Figura 9: A materialização do frevo em Recife e Olinda.
Fonte: dados da pesquisa (2024).

Estas imagens retratam: i) o Paço do Frevo' (equipamento cultural inaugurado em 2014 através de uma parceria público-privada para a difusão, pesquisa, visitação e formação nas áreas de dança e música do frevo); ii) Estátua em homenagem a Capiba (1904-1997), célebre intérprete e compositor de frevo; e iii) a Sede do Clube de Alegoria e Crítica Homem da Meia Noite, em Olinda.

O Paço do Frevo e a estátua de Capiba localizam-se no bairro turístico do Recife Antigo. É importante mencionar que, embora a estátua esteja em passeio público de grande circulação, a população e os turistas não a reconhecem como referente ao frevo, e muito menos elemento turístico, como o fazem em relação ao museu. Já a Sede do Homem da Meia Noite, no Sítio Histórico de Olinda é popular e reconhecida devido à importância que a agremiação tem para o frevo e, sobretudo, para o carnaval e o território olindense.

Outra forma de materialização ainda que “imaterial” do frevo e de sua relação com os territórios de Recife e Olinda se dá nas letras de suas canções que são ao mesmo tempo poesia, crônica, crítica social e protesto político²⁵. Os temas costumam manifestar particularidades da vida cotidiana e dizem muito sobre o frevo em si mesmo, seus territórios e povos, formando parte do imaginário popular.

4.3 A Configuração do Turismo em Recife e Olinda e a turistificação do frevo

Após discorrer sobre a trajetória histórica e a caracterização do frevo, esta seção se volta a apresentar a configuração e a dinâmica do turismo em Pernambuco e nas cidades de Recife e Olinda. Assim, serão abordadas também as especificidades do uso turístico do frevo nestas localidades com o intuito de caracterizar o processo de turistificação.

Conforme já apontado anteriormente, a turistificação pode ser considerada um dos resultados da patrimonialização dos bens culturais. Neste sentido, observa-se aqui o investimento político, simbólico, mercadológico e midiático direcionado ao frevo para o seu uso turístico buscando identificar e refletir sobre os processos decorrentes da utilização e transformação do frevo em “produto turístico”.

Neste sentido, esta seção volta-se ao que alerta Paes (2009) sobre a importância de olhares atentos às singularidades locais quanto ao uso dos patrimônios culturais e indica que os estudos devem buscar compreender a lógica espacial que materializa a rede complexa de

²⁵ Devido à impossibilidade de tratar deste assunto com a profundidade requerida, a autora desta tese buscou nas ‘notas autorais finais’, apresentar e refletir um pouco sobre os conteúdos das letras de frevo a partir da análise de duas composições que por razões diversas, se aproximam e distanciam.

relações entre o território, as atividades turísticas e a identidade cultural. Mesmo o patrimônio imaterial, intangível, possui um lugar, um território, uma espacialidade e um sistema de objetos que dá concretude a este universo simbólico.

Segundo a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem), o turismo representa atualmente 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB) de Pernambuco, movimentando 8,47 bilhões de reais. No Recife e Região Metropolitana, o turista nacional representa 95,97%, enquanto os estrangeiros apenas 4,03% (Empetur, 2023).

Estes dados mostram que o número de turistas estrangeiros(as) em Pernambuco é baixíssimo. Trata-se de um fato comum a quase todo o território nacional, que é a tímida entrada de turistas internacionais, o que indica que é a própria população brasileira quem, de fato, movimenta o turismo.

Esta movimentação turística nacional apresenta áreas de concentração em determinadas regiões. Dessa forma, assim como acontece no movimento turístico global, no Brasil as áreas ocupadas por uma população de maior poder aquisitivo são os principais destinos emissores e viajam para áreas onde vivem as pessoas com menor poder aquisitivo. Assim, em termos de turismo interno o principal fluxo de turistas é composto majoritariamente pela população do Sul e o Sudeste viajando para o nordeste brasileiro. Portanto, o investimento no turismo interno além de prioritário deveria ser o foco principal das ações de promoção. No entanto, ainda é significativo o investimento na captação de turistas estrangeiros(as).

Esta é uma tendência global que é replicada nos estudos turísticos e recorrente nas estratégias empresariais e, conseqüentemente, acaba por configurar o mercado e os fluxos turísticos. Há uma tendência de se ignorar a própria população brasileira (que hoje está na casa dos 200 milhões de habitantes) enquanto potenciais turistas e visitantes dentro do próprio território continental que o Brasil ocupa.

É sabido que devido às condições sociais apenas uma pequena parte dessa população pode viajar, mas, ainda assim, trata-se de uma parcela de público significativamente maior que a de muitos países europeus e norte-americanos, público-alvo frequente das ações de marketing.

Mais do que apontar soluções ou criticar as ações da gestão pública e privada de turismo locais, esta reflexão acerca da realidade turística se propõe a estabelecer um diálogo teórico com o que apontam Chambers e Buzinde (2015) ao tratar sobre o fato de que muitos dos territórios do Sul Global são impactados pelo turismo internacional. Porém, conforme as referidas autoras, e já apontado anteriormente nesta tese, em termos de estudos turísticos estes

países e localidades são em grande parte objetos da pesquisa de turismo, em vez de produtores do conhecimento.

Neste sentido, tem-se que na operacionalização do turismo estes territórios são considerados para exploração turística internacional, ao mesmo tempo em que sua população é desconsiderada. É destacável ainda, nestas escolhas acadêmicas e mercadológicas, que a utilização de uma concepção mais ampla de turismo enquanto prática cultural e de lazer, tal e como indica Figueiredo (2008), é desconsiderada por uma visão hegemônica e limitada do turismo, recorrentemente atribuído enquanto indústria tipo exportação. Subestima-se, por exemplo, as possibilidades de uso e compartilhamento de espaços e manifestações culturais pelos próprios locais e, também, as oportunidades decorrentes dos trânsitos e trocas, inclusive econômicas. Perdem-se, portanto, oportunidades de desenvolvimentos territoriais e humanos.

Conforme Burns (2002), a atividade turística está estreitamente relacionada às infraestruturas tais como as vias urbanas e rodovias, terminais de embarque e desembarque, segurança, sinalização, além da manutenção dos atrativos turísticos.

O turismo atualmente desenvolvido em Pernambuco volta-se quase que exclusivamente ao turismo de ‘sol e praia’, que normalmente beneficia, sobretudo, as grandes cadeias hoteleiras, e empreendimentos de lazer.

Conforme indica o Plano Estratégico de Turismo 2008-2020: Pernambuco para o mundo (Empetur, 2008), o turismo cultural é um mercado que ainda precisa ser construído. Na prática, as empresas de turismo trabalham muito pouco os aspectos culturais, restringindo a experiência com a oferta cultural a passeios de curta duração. Os eventos locais eminentemente culturais não são considerados pelas agências de turismo. A população de Pernambuco que acessa estes eventos, especialmente os localizados fora da Região Metropolitana do Recife, viaja e se hospeda nestas cidades sem o intermédio das empresas de turismo. Em geral, os deslocamentos e hospedagens são realizados por conta própria e no improvisado.

Os gestores públicos reconhecem e recomendam que ainda é preciso identificar manifestações permanentes, que constituirão a base da divulgação constante do destino com este diferencial: “trata-se de um segmento de demanda relativamente restrito e especializado, ainda incipiente em Pernambuco e, em alguns casos, apenas um potencial” (Empetur, 2008, p. 11).

É curioso que a gestão pública de turismo ateste a necessidade de se “descobrir” a oferta cultural disponível e que a demanda por esta seja incipiente. De fato, a maioria dos turistas que visitam Pernambuco é motivada pelo turismo de sol e mar, no entanto, sabe-se

que o contato com os bens culturais pode ser associado e complementar enquanto experiência turística. A gestão cultural do Estado vem alcançando resultados significativos no que se refere a uma descentralização da produção, difusão e acesso à cultura em Pernambuco.

A oferta cultural disponível em Pernambuco é significativa e diversificada em termos de bens materiais e imateriais, equipamentos museais, eventos culturais e empreendimentos de médio e pequeno porte no ramo da cultura e do entretenimento.

Ao que parece, o que falta é aproximar os(as) turistas e visitantes desta oferta. Mais do que direcionar as atividades e produtos – ou criá-los - para atender suas demandas e expectativas, como é recorrente nos processos de turistificação (Figueiredo, 2008; Fratucci, 2000), é necessário considerar a oferta já existente na localidade.

Este giro conceitual e operacional de se considerar o “produto” (neste caso a oferta cultural) e não o consumidor, como apontam Mowforth e Munt (2003), é uma forma de quebrar a dominação e subordinação que caracterizam o turismo e moldam pessoas e territórios para fins de consumo.

É ainda relevante buscar atingir a substituição do foco no 'produto turístico' pelo 'ato turístico', isto é, pelas relações particulares, pelas subjetividades, logrando-se assim o que propõe Hiernaux (2002), autor desta reflexão, ao destacar a importância da atenção e esforços voltados ao desempenho do turista como um sujeito social e não um mero consumidor.

Ao invés de operacionalizar espaços e experiências moldando-as para os(as) turistas, configura-se mais apropriado construir estratégias e articulações que permitam o acesso destes(as) à oferta cultural já existente (a qual é consumida e produzida pelos locais), proporcionando as trocas e aprendizagens múltiplas que o turismo pode desempenhar às pessoas em interação nas localidades.

A Empetur enquanto empresa pública de turismo estadual é responsável pela divulgação de Pernambuco como “produto turístico”. Assim, é incumbida de vender a imagem e as oportunidades turísticas locais para promover e desenvolver os variados segmentos do turismo.

Conforme o relatório de ações da Empetur, apesar de ainda ter havido restrições decorrentes da pandemia da Covid-19, em 2022 foram realizados investimentos para o fortalecimento dos destinos estaduais através da participação em feiras e a realização de *roadshows*, *famtours* e *fampress*, além de campanhas publicitárias (Empetur, 2023).

Assim como nos destinos do Brasil e do mundo, em Pernambuco as ações de promoção turística são recorrentes e antigas. *Famtour* consiste em uma estratégia para a comercialização e divulgação dos destinos turísticos. Em uma tradução livre significa

“passeios de familiarização”. Os *Roadshows* equivalem a realização de um evento itinerante para promover marcas ou produtos em diferentes lugares. O público-alvo dessas duas estratégias costumam ser operadoras e agências de viagens. E o *fampress* - mais um estrangeirismo do mundo corporativo do turismo – consiste na realização de roteiros voltados à imprensa. Atualmente incluem-se também os chamados “influenciadores digitais”.

Estas iniciativas são decorrentes e estão diretamente relacionadas às práticas mercadológicas que se direcionam ao que aponta Burns (2002), quando destaca a importância do papel dos intermediários de viagens na ligação entre a demanda e a oferta e alerta para a influência destes no desenvolvimento dos mercados turísticos.

A Diretoria de Marketing da Empetur tem por objetivo a promoção turística de Pernambuco junto aos mercados emissores nacionais e internacionais. Entre as suas missões destacam-se as atividades de captação de recursos visando propiciar a realização de ações promocionais que contribuam à venda turística do destino Pernambuco. Assim, os objetivos desta Diretoria são: desenvolver ações junto a entidades das iniciativas públicas e privadas; organizar a participação de Pernambuco nos eventos nacionais e internacionais (tais como feiras, congressos, simpósios, seminários, receptivos e festivais); promover articulações junto a operadoras turísticas, companhias aéreas e outras empresas nacionais e internacionais, visando a captação de vôos “charters” e regulares para Pernambuco; e estimular e estruturar a realização de receptivos para Pernambuco (Empetur, 2023).

Conforme apontou o Relatório Integrado de Gestão (Empetur, 2023), foram realizados receptivos aos turistas que desembarcaram no aeroporto e na rodoviária e nas feiras e eventos realizados no Centro de Convenções de Pernambuco (todos no Recife). Menciona também a participação durante outros eventos importantes do calendário nacional e internacional, como a Feira da Associação Brasileira das Agências de Viagem – ABAV, Feira Internacional de Turismo (Fitur), ITB - Berlim, Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) e a Feira Internacional de Turismo da América Latina (FIT). Entende-se enquanto ‘ações de receptivo turístico’ as apresentações e ações realizadas com o objetivo de dar boas-vindas aos turistas e, ao mesmo tempo, fortalecer a cultura do Estado (Empetur, 2023).

Conforme descreve o referido relatório, estas ações de receptivo contam com a presença de orquestra e músicos, além de dançarinos caracterizados de acordo com a temática. Os *roadshows* têm sido realizados nos principais mercados emissores de turistas do Brasil. Estes eventos incluem capacitação para os(as) representantes e profissionais das agências e operadoras de viagem e distribuição de folheteria promocional.

Como apontou Alvarado-Sizzo (2021), estas práticas se justificam em razão de que os imaginários e representações são construídos, sobretudo, a partir dos patrimônios culturais e estes acabam por contribuir para a construção de associações/coesões com as identidades e o território. O que se pode observar nesta forma de atuação histórica da gestão pública do turismo de Pernambuco é uma estratégia repetitiva de constituição do imagético do destino, na qual é notável a insistência na atração de novos e mais numerosos turistas a partir dos mesmos elementos há quase cinco décadas.

Uma das passistas de frevo entrevistadas mencionou que profissionalmente sua atuação está diretamente relacionada ao turismo. A profissional comentou que geralmente suas apresentações são contratadas pela Empetur, Secretaria de Turismo do Recife e de Porto de Galinhas e que são estas oportunidades via turismo que mantêm a passista e o seu balé. Além dessas contratações por empresas públicas, devido ao reconhecimento profissional conquistado também junto às empresas privadas de turismo, a passista é frequentemente contratada para apresentação em cruzeiros e hotéis individualmente e enquanto grupo (Entrevista Passista 3, 2024).

Do ponto de vista da gestão pública de Pernambuco, assim como do empresariado turístico, Recife e Olinda são considerados um único destino turístico. A justificativa se dá sob o pretexto de que, para além dos aspectos de proximidade geográfica, são muitos os vínculos e interações econômicas e culturais das duas cidades. No mapa a seguir é possível verificar a localização das duas cidades no território pernambucano e brasileiro (Figura 10).

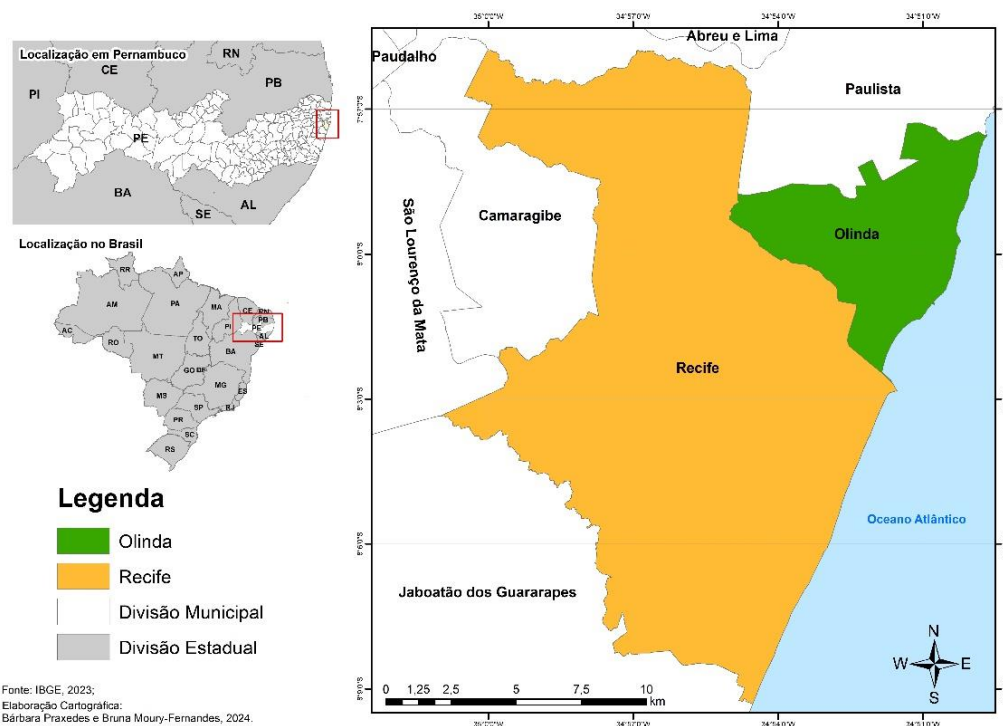


Figura 10: Mapa de Recife e Olinda.

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Desde o início da década de 1990 o termo 'Complexo Cultural e Turístico Recife-Olinda' está presente nos discursos e ações das gestões públicas municipais e estaduais de distintas orientações político-partidárias. Trata-se de uma estratégia que consiste em considerar este território como uma espécie de 'núcleo central metropolitano' fundamentada, desde então, e até os dias atuais, na possibilidade de maior captação de investimentos do Governo Federal e de instituições internacionais de maneira conjunta, ampliando a participação em programas e projetos estruturadores para o turismo (Brasil, 2005)

Devido às condições da estrutura turística e receptiva, Recife é considerado um destino turístico mais completo e relevante na escala nacional. É no Recife que se localiza o aeroporto mais movimentado de Pernambuco, principal porta de entrada dos(as) turistas nacionais e internacionais. Além disso, Recife tem uma gestão pública voltada especificamente ao turismo que desenvolve ações de forma constante há pelo menos duas décadas.

Recife é considerado um importante celeiro cultural do Brasil. A criatividade é tida como integrante da cadeia produtiva da cultura e desenvolvê-la vem sendo uma das metas da gestão municipal de turismo, conforme exposto no Plano de Turismo Criativo do Recife 2022-2024. Trata-se de um guia que está alinhado ao documento mais recente da gestão

municipal, o Plano Estratégico do Recife 2021-2024, intitulado ‘Rota do Futuro: as pessoas no centro de tudo’ (Prefeitura do Recife, 2021a).

Consta no referido documento que: “o que passou a diferenciar o turismo criativo de outras modalidades de turismo é o seu caráter de aprendizagem pautado em processos de co-criação que promovem a integração entre as pessoas, sejam elas viajantes, turistas ou anfitriões, e o território em que a experiência criativa acontece”. Assim, um dos objetivos da atual gestão é: “aprimorar e fortalecer a ambiência comercial, fomentar negócios, parcerias e atrair investimentos em Turismo Criativo” (Prefeitura do Recife, 2021b, p. 12).

Em 2021, Recife recebeu o título de Cidade Criativa da Música, concedido pela Unesco às cidades que (supostamente) investem em cultura e criatividade. A organização reconheceu que Recife tem na música (frevo, maracatu, *manguebeat* e brega, entre outros gêneros musicais) um elemento estratégico para o seu desenvolvimento. Além desse título, Recife integra a *Creative Tourism Network*, rede internacional de mais de 50 cidades que desenvolvem iniciativas de Turismo Criativo.

No que se refere à Olinda, de maneira geral o seu apelo turístico se resume ao carnaval e ao Sítio Histórico, que concentra uma rede hoteleira de médio porte, além de restaurantes, museus e equipamentos culturais. A maior parte dos turistas e visitantes não pernoita por lá. Apesar do turismo ser considerado importante para a cidade e constar ações específicas para o turismo cultural nas metas e objetivos desde o Plano de Desenvolvimento Local Integrado de 1972 (Bacelar, 2019), a gestão pública de turismo de Olinda não dispõe de documentos norteadores. Enquanto estrutura organizacional o turismo integra a pasta da Secretaria de Patrimônio, Cultura e Turismo.

Desde o início dos anos 2000, a maior parte dos turistas que visita Pernambuco, (motivados majoritariamente por práticas de lazer e atrativos de ‘sol e praia’), segue direto do aeroporto ou rodoviária para a praia de Porto de Galinhas, balneário considerado um dos principais destinos turísticos estaduais e nacionais, e que está localizado em um município do Litoral Sul de Pernambuco, distante cerca de 60 km da capital.

Apenas uma pequena parte dos(as) turistas que se hospedam em Porto de Galinhas visita Recife e Olinda. Uma das razões para esta configuração deve-se a ocorrência de ataques de tubarão nas praias urbanas de Recife e Jaboatão dos Guararapes (município vizinho).

Desde que se iniciaram os ataques, no início dos anos 1990, tanto a gestão pública, quanto o empresariado do turismo do Recife, passou a priorizar e dar maior importância e atenção à oferta cultural enquanto fator de diferenciação turística. A partir daí o que vem sustentando a ocupação hotelaria na capital são os eventos de negócios e outras modalidades –

incluindo-se os culturais - realizados no Centro de Convenções e em outros espaços espalhados pela Região Metropolitana do Recife (RMR), os quais ocorrem em alta frequência e diversidade de tipologias ao longo de todo o ano. Devido à localização estratégica de Pernambuco em termos de centralidade com as capitais nordestinas e às estruturas para realização de eventos, é muito comum que os grandes eventos, sobretudo os corporativos, que envolvem esta região, sejam realizados no território pernambucano, especialmente na capital.

Em termos de produtos turísticos já consolidados destaca-se o *City Tour Recife-Olinda* que tem uma duração de cerca de 4 horas e percorre de ônibus ou van alguns museus do Recife (em geral o Paço do Frevo, o Instituto Ricardo Brennand e/ou a Oficina de Francisco Brennand), os centros de artesanato como, a Casa da Cultura, Centro de Artesanato de Pernambuco, o Mercado de São José (em Recife) e os mercados Eufrásio Barbosa, da Ribeira e o Alto da Sé (em Olinda). Há também a oferta de passeios a pé pelas ruas do Recife Antigo e por uma pequena parte do Sítio Histórico de Olinda para o registros fotográficos e aquisição de artesanato local por parte dos(as) visitantes (Figura 11).



Figura 11: Turistas pelas ruas e museus de Recife e Olinda.
Fonte: dados da pesquisa (2024).

Um outro produto/serviço que vem se incorporando no Recife são os passeios pelos rios e pontes que cortam a cidade. Atualmente, além de empresas de médio porte, que oferecem passeios em catamarãs (embarcação com capacidade para até 50 pessoas), guia e roteiros pré-determinados, estão disponíveis passeios em pequenos barcos com roteiro a ser definido pelos(as) passageiros(as) partindo do Marco Zero da cidade, no Recife Antigo, ou de outros pontos da cidade.

Um produto turístico recentemente incorporado ao Sítio Histórico de Olinda é o passeio em “carros jardineira” (Figura 12). Este produto/serviço é oferecido pela ‘Olinda Receptivo & Tour’, empresa que está sediada no próprio Sítio Histórico em um imóvel que dispõe de área para receber visitantes e sediar pequenos eventos, como exposições

temporárias. O referido passeio percorre 12 (doze) pontos os quais são embarque e desembarque dos(as) passageiros(as), que podem permanecer livremente nestes espaços e retornar ao veículo quando assim o desejarem.

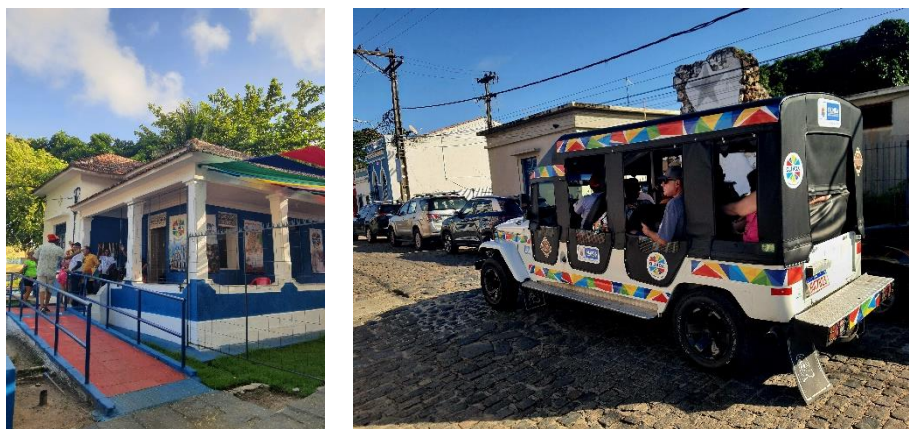


Figura 12: Passeio de jardineira pelo Sítio Histórico de Olinda.
Fonte: dados da pesquisa (2024).

Como já apontado anteriormente, a Prefeitura de Olinda realiza poucas ações no campo da promoção turística, diferente da Gestão municipal de turismo do Recife, que através da Secretaria de Turismo e Lazer e da Gerência de Promoção Turística e Relacionamento com o *Trade*²⁶ as promove com muita frequência e, geralmente, conta com a parceria de outras entidades públicas e empresariais do turismo, como o *Recife Convention & Visitors Bureau*, a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis em Pernambuco (ABIH-PE) e a própria Empetur.

Quanto ao uso turístico do frevo, de maneira geral, destaca-se a ampla utilização imagética de seus elementos emblemáticos nos materiais promocionais, receptivos e passeios turísticos, bem como nos eventos culturais das cidades e, também, no artesanato e *souvenirs*, conforme foi possível observar nas imagens anteriormente apresentadas.

Trata-se de uma prática habitual nos destinos turísticos em escala local e global e que, como apontam diversos(as) autores(as) (Hiernaux, 2020; Alvarado-Sizzo, Zamora e López, 2018), são decorrentes dos processos de patrimonialização dos bens – especialmente os culturais - os quais são identificados como definidores de imaginários, representações e práticas socioespaciais. São reflexo também do próprio processo de turistificação que incidem

²⁶ *Trade* é um outro estrangeirismo do mundo corporativo do turismo também utilizado nas publicações acadêmicas. Pode-se dizer, de maneira breve e sucinta que se trata dos empresários diretamente relacionados aos serviços turísticos.

na apropriação e transformação total ou parcial de espaços e manifestações para o turismo (Figueiredo, 2008; Fratucci, 2000).

O valor turístico atribuído e legitimado ao frevo é estabelecido a partir de critérios que podem e devem ser analisados e interpretados. É relevante, portanto, identificar as forças e agentes que exercem sua legitimação enquanto “produto turístico”. Embora a análise contida nesta tese esteja centrada no turismo, é inegável que as influências decorrentes das políticas públicas de cultura e da chamada “indústria cultural” também permearam e influenciaram a construção do frevo no campo do turismo.

Enquanto agentes diretamente relacionados ao uso turístico do frevo tem-se o poder público e a iniciativa privada do turismo. É importante ressaltar que dentre as problemáticas reconhecidas da imagem turística de destino cultural para Pernambuco tem-se: uma desconexão entre o que se publiciza via propaganda institucional (veiculada tanto pela gestão pública quanto pela iniciativa privada); a expectativa gerada nos consumidores (turistas), que são captados para viver essas experiências; e o que o mercado efetivamente oferece enquanto “produto” (Fernandes, 2011).

Seguindo as tendências do comportamento turístico contemporâneo, entre as quais impera o registro fotográfico para posterior publicação nas redes sociais (especialmente *Instagram* e *Facebook*), são corriqueiras as cenas de turistas (re)produzindo fotos com elementos do frevo, como uma espécie de comprovação de que estiveram no local e vivenciaram a sua cultura, mesmo que de forma pontual e estereotipada (Figura 13). Não à toa é comum observar a disputa por instantes nos letreiros e outros espaços emblemáticos das cidades turísticas ao redor do mundo.



Figura 13: Turistas fazendo fotos com sombrinhas de frevo.

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Estas configurações padronizadas refletem a lógica neoliberal a qual induz transformações estruturantes nas cidades, e, de maneira mais acentuada, naquelas em que o turismo é relevante enquanto ativo econômico (Fazito, 2015).

Percebe-se na análise da gestão pública do Recife que as ações desenvolvidas para o turismo são mais intensas e atentas às tendências globais verificadas, por exemplo, na utilização de termos como “turismo de experiência”, “turismo criativo” e “estímulo ao empreendedorismo” nos documentos norteadores. Seguindo esta perspectiva as ações e investimentos acabam por priorizar grandes empresários. É praticamente irrisório o impacto econômico do turismo junto às culturas populares.

No que se refere ao frevo, foco desta tese, é em Olinda que, apesar de quase não desenvolver ações específicas para o turismo (a não ser no período do carnaval), se materializa um contato mais efetivo e afetivo dos (as) turistas com o frevo.

É relevante destacar que o frevo disponível em Olinda é produzido pelas comunidades, nos seus espaços e, na maioria dos casos, sem atravessadores ou intervenções da gestão pública ou do empresariado do turismo. Os(as) turistas que visitam Olinda têm a oportunidade de interagir com o frevo tal e como ele é produzido e/ou consegue se produzir e não “para turista ver”.

Neste sentido, os(as) turistas e visitantes que acessam uma apresentação “folclorizada” de frevo - como as que são oferecidas nos receptivos e espaços turísticos ou nos terminais de embarque e desembarque de passageiros no Recife, ou ainda nas ações promocionais realizadas nos destinos emissores - talvez não sejam tão impactados(as) como o são quando de maneira “amadora” / improvisada / autônoma estabelecem contato e proximidade com uma orquestra de frevo nas ladeiras e agremiações de Olinda ou tem a oportunidade de assistir a um show ou espetáculo de artistas de frevo nos palcos de seus locais de origem.

Em Recife e Olinda esta tendência teve como consequência a prestação de serviços fotográficos os quais além da foto em si, disponibilizam a sombrinha de frevo para compor os registros. É corriqueiro nos locais de grande circulação de turistas das duas cidades a presença de vendedores ambulantes oferecendo este serviço.

Através de conversa informal, ao ser questionado sobre as características da venda de sombrinhas de frevo aos turistas, o senhor da foto a seguir (Figura 14) afirmou circular bastante pelo bairro do Recife, principalmente na área de bares e na saída dos museus (especialmente o Paço do Frevo e a Embaixada dos bonecos) e comentou:

Eu compro essas sombrinhas lá no Mercado de São José a 5 reais e vendo aqui pelo Recife Antigo a 20 reais (...). Tem dia que eu vendo mais de 10. Antes da pandemia tava mais animado, mas devagarinho está melhorando, já já chegam os cruzeiros, aí é bom pra gente!” (Conversa informal Ambulante 1, 2023).



Figura 14: Ambulantes comercializando sombrinhas de frevo.
Fonte: dados da pesquisa (2024).

Trata-se da mesma estratégia da senhora que também está retratada nas imagens anteriores: “eu primeiro vejo se não tem outros vendedores, não gosto de confusão. Ali no Marco Zero às vezes tem até briga. (..) Eu fico quietinha, na minha. Nem precisa essa agonia, todo mundo vende pelo mesmo preço... e tem muito turista, tem pra todo mundo” (Conversa informal Ambulante 2, 2024).

As mesmas sombrinhas são item quase que obrigatório nas lojas de artesanato e ocupam as prateleiras ao lado de ímãs de geladeira, canecas, camisetas e outros itens decorativos que estampam elementos emblemáticos do frevo. A partir da observação direta foi possível constatar que estes itens mais caricatos são os mais consumidos pelos turistas e visitantes interessados em levar para casa uma lembrança (*souvenir*) de Recife e Olinda.

Outro uso bastante recorrente das sombrinhas de frevo se dá pelos guias e condutores de turistas. Conforme comentou uma das guias entrevistadas:

A sombrinha é a cara de Pernambuco e no nosso trabalho ela serve pra proteger do sol, da chuva e ajuda as pessoas do grupo a nos localizar de longe e ainda é uma decoração bem original pras fotos. Eles (os turistas) pedem que só emprestado durante o passeio e muitos até decidem comprar nas lojas porque viram que tem várias utilidades, né? E é uma ótima lembrança daqui... só tem aqui (Entrevista Guia 3, 2024).

Nos estabelecimentos comerciais das duas cidades, especialmente os que recebem turistas e visitantes, a sombrinha é comumente utilizada para decorar os ambientes (Figura

15). São raros os empreendimentos e prestadores de serviços turísticos que não se utilizam de elementos imagéticos do frevo em sua identidade visual.



Figura 15: Uso das sombrinhas pelos espaços e profissionais de turismo.

Fonte: a) e b) dados da pesquisa (2024); c) reprodução do Instagram @pelejasculterais (s/d).

Sobre a mercantilização da cultura via turismo Burns (2002. p. 80) argumenta:

A extensão em que os componentes da cultura são adaptados e oferecidos para consumo pelos turistas tende a ser determinada por pelo menos dois fatores: a diferença relativa e, portanto, a novidade relativa entre componentes culturais dos visitantes e do visitado; e pelo tipo e número de visitantes.

Conforme já apontado anteriormente, o turismo contemporâneo está fortemente relacionado às imagens e são estas que muitas vezes provocam os deslocamentos (Alvarado-Sizzo, Zamora e López, 2018). Para estes autores, os imaginários sustentam as representações sociais e estas por sua vez, sustentam os imaginários. Configurar o imaginário que o turismo criou/veiculou sobre o frevo é importante para identificar as expectativas produzidas para a “terra do frevo”.

Nas imagens a seguir (Figura 16) é possível ver uma placa de sinalização turística afixada no saguão do Aeroporto Internacional do Recife que informa e recebe os(as) turistas sobre o desembarque na “Capital do Frevo”. A placa possui uma identidade visual semelhante às placas tradicionais de sinalização de atrativos turísticos, contendo tradução para o inglês e um pictograma específico. Neste caso, se vê um passista portando uma sombrinha de frevo.

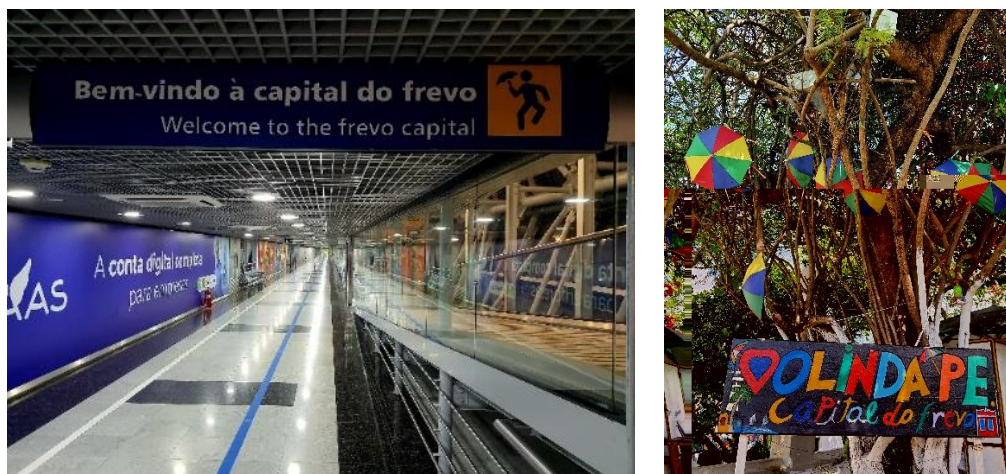


Figura 16: O frevo enquanto identificador das cidades de Recife e Olinda.
Fonte: dados da pesquisa (2024).

Nas referidas imagens vê-se também uma árvore repleta de sombrinhas de frevo na qual há uma placa que informa: “Olinda-PE – Capital do frevo”. Esta imagem foi registrada no Alto da Sé, em Olinda, área de grande concentração de espaços fixos e de ambulantes que vendem artesanato e itens da gastronomia pernambucana e nordestina (como tapioca e acarajé).

Através destas auto intitulações de “capitais do frevo” por parte do Recife (em seu imponente aeroporto) e em Olinda (mais artesanalmente) tem-se uma demonstração explícita das disputas reais e simbólicas que se deflagram entre estas cidades.

Trata-se ademais de um reflexo da competitividade entre cidades turísticas que são estimuladas pelos discursos e práticas modernizadoras, neoliberais e globalizadoras que se assumem cada vez mais intensamente nas sociedades contemporâneas e de alto consumo que ignoram as possibilidades de um desenvolvimento mais justo e igualitário via turismo consubstanciados pelas instâncias governamentais que deveriam atuar diferentemente, por sua própria razão de ser, mas, como é apontado em diversos estudos, é a lógica do mercado que é dominante nos discursos e atuação das esferas públicas (Fazito, 2015; Figueiredo e Nóbrega, 2015).

No que se refere especificamente ao frevo, foco desta tese, são muitas as querelas contadas em verso, prosa e músicas sobre as diferenças e similaridades na relação deste com as cidades de Recife e Olinda. Esta questão esteve também muito presente nos discursos dos(as) integrantes das comunidades do frevo e serão retomadas mais adiante.

Ao observar as ações voltadas ao frevo pela gestão pública constata-se que estas estão praticamente restritas à publicidade institucional, tanto de Pernambuco quanto especificamente dos destinos Olinda e Recife e na contratação de orquestras e companhias de

dança de frevo para apresentações em feiras e eventos de promoção turística dentro e fora do Brasil (a exemplo do Brazilian day, BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa) e/ou das ações de receptivo nos terminais marítimo, rodoviário e aéreo do Recife.

Dentre os investimentos específicos nas comunidades do frevo tem-se o contrato de artistas da música e da dança para apresentações nos palcos do carnaval (provavelmente o maior investimento em termos de quantidade de pessoas atendidas - individualmente ou enquanto grupo/agremiação). Outra forma de incentivo é através das legislações estaduais e municipais do Patrimônio Vivo, do perdão de dívidas de impostos estaduais/municipais e da aprovação em editais para a execução de projetos culturais e ações que também se concentram no período do Carnaval e nas temporadas de cruzeiros marítimos.

Estes investimentos se dão em maior grau por parte da gestão pública da cultura, através da Fundarpe ou da Fundação de Cultura da Cidade do Recife. No entanto, devido à natureza jurídica da Empetur ser mais maleável à captação e prestação de contas, sobretudo a grandes patrocinadores, é comum identificar o apoio institucional desta autarquia do turismo em grandes eventos de cultura, entre os quais se inclui o próprio carnaval.

Trata-se de uma espécie de manobra para o enfrentamento das burocracias e não do efetivo apoio da entidade. Consequentemente a gestão pública de turismo, nestes casos, atua como mera repassadora de verba. É notória a ausência de apoios da Setur ou Empetur em iniciativas culturais de menor porte, como os ensaios das agremiações ou das companhias de frevo e orquestras, por exemplo.

Durante pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2023 na Casa da Cultura (importante equipamento cultural para a venda de artesanato e que está localizado em uma área central e não turística do Recife), foi possível ver *in loco* uma ação viabilizada via investimento público que consiste na criação de um evento cultural para fins turísticos.

As imagens a seguir (Figura 17) registram a presença de uma orquestra de frevo contratada pela Fundarpe/Empetur para apresentações musicais de frevo realizadas no período próximo ao carnaval e nas temporadas de cruzeiros marítimos visando recepcionar turistas que visitam este e outros equipamentos culturais da cidade.

Na ocasião, através de conversa informal, um dos integrantes da orquestra comentou que houve uma alteração no roteiro dos(as) turistas que desembarcaram de cruzeiros e que estes(as) não compareceram ao local. Ainda assim, os músicos se apresentaram para os poucos visitantes que circulavam no espaço.



Figura 17: Orquestra de frevo recepcionando turistas na Casa da Cultura.
Fonte: dados da pesquisa (2024).

Em se tratando do “mercado” cultural como um todo, as casas de shows e eventos de pequeno porte, assim como os bares e restaurantes, apresentam uma concentração de atividades com foco ou voltadas ao frevo especialmente durante o período carnavalesco²⁷, com exceção dos eventos periódicos realizados pelo Paço do Frevo (apresentação de música e/ou dança frequentes, oficinas, cursos, exposições e a própria oferta de visitação ao acervo fixo e temporário deste equipamento museal).

Em termos de atividades realizadas pela iniciativa privada têm-se alguns pouquíssimos bares em Recife - e em maior número em Olinda - os quais ao longo de todo o ano oferecem música de frevo ao vivo. Outra ação são os espetáculos de música e dança realizados em teatros e casas de show de pequeno porte.

Uma iniciativa recente e que se utiliza diretamente do frevo para fins turísticos é o projeto ‘Vem pro Frevo’, que foi criado em 2022 por uma produtora cultural independente. A ideia do projeto é proporcionar uma interação dos turistas e visitantes com o frevo a partir da dança, música, bonecos gigantes e adereços carnavalescos.

O referido projeto tem como base um imóvel do Sítio Histórico de Olinda que recebe os participantes para “dançar, se maquiar, produzir adereços e degustar a gastronomia local. Em seguida acompanhados de orquestra, companhia de frevo, estandarte e bonecos gigantes

²⁷ Enquanto período carnavalesco este é considerado como sendo não apenas os dias oficiais de carnaval (que correspondem ao mesmo período em todo o Brasil, ou seja, da sexta   terça-feira, quarenta dias antes da Páscoa). Em Recife e Olinda especialmente a partir de setembro se iniciam os ensaios abertos, acertos de marcha e prévias carnavalescas, muitas delas voltadas à arrecadação de recursos para garantir o desfile e cortejo das agremiações durante o carnaval.

próprios, o grupo percorre as ladeiras de Olinda” (Instagram @vemprofrevo, 2024). Conforme informou a produtora cultural responsável pela iniciativa durante *Famtour* realizado em fevereiro de 2024, após um longo período de negociações, esta iniciativa passou a ser comercializada por uma das maiores agências de receptivo do Recife, a Luck Viagens (Figura 18).



Figura 18: Materiais promocionais do passeio ‘Vem pro Frevo’.
Fonte: reprodução do Instagram @vemprofrevo (2024).

Além desta iniciativa realizada por uma empresa formal de receptivo, há passeios e roteiros a pé, de bicicleta e acompanhados por guias e ou condutores(as) que vem sendo realizados em Recife e Olinda por profissionais do turismo que de forma direta ou indireta tem o frevo como tema. São iniciativas pontuais, mas que vem sendo ampliadas frequentemente. Trata-se de um fenômeno que também vem ocorrendo em outras partes do mundo sem grandes engrenagens mercadológicas.

Adu-Ampong (2023) traz importantes reflexões sobre as possibilidades de trocas e aprendizagens decorrentes destas ações geralmente realizadas por moradores/anfitriões para fins turísticos. O autor considera que estas iniciativas proporcionam vivências sociais em espaços esquecidos/apagados e junto a elementos culturais normalmente desconsiderados ou pouco valorizados pela “indústria turística”. Pode-se considerar que estão inseridas numa lógica decolonial, pois se opõem aos padrões hegemônicos vigentes.

Para Adu-Ampong (2023), ao mesmo tempo em que o turismo pode ser uma estratégia opressiva que alimenta abordagens colonizadoras contra os grupos socialmente vulnerabilizados, também é capaz de ser uma força transformadora para a criação de mundos (Hollinshead et al., 2009).

A partir da realização de estudos de caso, no contexto europeu e africano, o autor analisa outras capacidades do turismo. Conforme estas investigações, através do uso turístico da cultura tem-se a ocorrência/existência de tensões e modificações nos bens culturais (e nas memórias coletivas), ao mesmo tempo em que há permanências e experiências plurais sendo vividas pelas pessoas que participam destes encontros com os referidos patrimônios (Adu-Ampong & Dillette, 2024; Adu-Ampong & Berg, 2024).

Ainda em termos locais destacam-se também os roteiros do projeto ‘Olha, Recife’ que são realizados pela Secretaria de Turismo e Lazer do Recife (www.olharecife.com.br). Trata-se de uma ação de sensibilização turística voltada a proporcionar aos recifenses e visitantes uma série de passeios gratuitos para promover um maior conhecimento sobre a história e as culturas da cidade. Há mais de 400 (quatrocentos) roteiros nas modalidades a pé, de ônibus, de bicicleta e catamarã. Estes roteiros são realizados por temporada.

Com foco específico no frevo, conforme apontaram alguns dos entrevistados que atuam na criação e/ou condução dos grupos nos roteiros do ‘Olha, Recife’, são poucos os passeios voltados à temática do frevo (Entrevista Gestor público de turismo do Recife, 2023; Entrevistas Guias 1 e 2, 2023). Entre os roteiros que estão disponíveis tem-se: ‘Frevo pra tocar’, que percorre lugares materializados do frevo, no qual há visitas e menção ao Paço do Frevo e às estátuas de Antônio Maria e Capiba, além das ruas do bairro turístico do Recife Antigo, onde são montadas as estruturas principais do carnaval.

Mais próximo do período do carnaval, são realizados passeios que contemplam os polos descentralizados que são montados em diversos bairros do Recife durante os festejos (‘Roteiro Polos do Carnaval’). Além destes há outros roteiros que já incluíram visitas aos ensaios do grupo de dança de frevo Guerreiros do Passo, da Orquestra Popular da Bomba do Hemetério, e à sede do Clube das Pás Douradas.

Conforme apontou um dos guias: “houve duas oportunidades em que o roteiro se estendeu até Olinda, percorrendo as ladeiras e lugares emblemáticos do frevo, incluindo-se as sedes das agremiações Homem da Meia Noite, Vassourinhas e Pitombeira” (Entrevista Guia 1, 2023).

Já houve por parte da gestão municipal de turismo do Recife o estabelecimento de aproximações com o Paço do Frevo através da realização de oficinas de curta duração voltadas aos profissionais de turismo (especialmente guias). Nestas formações, em parceria com o educativo do museu foram apontados alguns dos espaços do frevo como apropriados para integrar roteiros turísticos.

Na ocasião de uma dessas oficinas, foi relatado por integrante da equipe do Paço que muitos guias sequer sugerem aos turistas à entrada ao equipamento. Um dos guias participante da oficina informou que costuma sugerir a visita ao local, mas que muitas vezes os(as) turistas estão apressados(as) e preferem visitar espaços mais livres (Depoimento de Guia, Paço do Frevo, 2024).

Um dos facilitadores da oficina comentou que é importante frisar junto aos turistas que a proposta e atuação do Paço é diferenciada, que não é um museu estático e que há vivências e recursos audiovisuais que tratam sobre o frevo de forma dinâmica e breve. Conforme o educador: “muitos turistas têm uma visão ultrapassada sobre museu, até alguns guias também podem ter” (Depoimento Educador e Gestor municipal de turismo, Paço do Frevo, 2024).

Nesta mesma perspectiva uma profissional guia relatou que muitos(as) colegas de profissão evitam visitar espaços nos quais não recebem comissão em dinheiro: “É triste, mas é verdade. A gente precisa entender que fazer o(a) turista feliz é bom pra todo mundo... pode até aumentar o tempo conosco, comprar mais. Ele(a) gostando daqui, volta ou no mínimo indica para outras pessoas” (Depoimento Guia de turismo, Paço do Frevo, 2024).

Este capítulo descreveu e discutiu sobre a trajetória e os desdobramentos da patrimonialização e turistificação do frevo. Em sua primeira seção, expôs a análise dos documentos “oficiais” para os processos patrimoniais e a segunda parte apresentou a trajetória da patrimonialização do frevo a partir dos achados da pesquisa e em diálogo com o que apontam as teorias. Da mesma forma, a terceira e última seção tratou sobre a configuração do turismo em Recife e Olinda para a melhor compreensão do processo de turistificação do frevo.

O próximo capítulo é o mais empírico da tese, pois está voltado a apresentar as ativações e existências do frevo a partir da análise de sua materialização e territorialização. Nesta perspectiva apresentará os enfrentamentos, resistências e utopismos do frevo a partir das vozes das pessoas integrantes das próprias comunidades fazedoras. A intenção é ampliar/amplificar os saberes e experiências captados através dos diferentes procedimentos de escuta e coleta de dados.

Trata-se de uma escolha metodológica e processual da autora que tem consciência de que os esforços empreendidos no sentido de apresentar, dialogar e confrontar as teorias e os achados da investigação são necessários para a compreensão dos encaminhamentos conclusivos desta tese.



5.

Ativações e Existências do Frevo em Recife e Olinda

5 ATIVAÇÕES E EXISTÊNCIAS DO FREVO EM RECIFE E OLINDA

“O frevo tá no sangue do povo. No morro, na rua...”

(Nando Cordel. Quero mais. Intérprete: Elba Ramalho)²⁸

O patrimônio-territorial é o que fez durar culturalmente e sobreviver economicamente os sujeitos e famílias empobrecidas na América Latina (Costa, 2017). No caso do frevo, são muitas as pessoas que são afetadas existencialmente e na sua relação com esta espécie de “identidade coletiva” construída em torno do frevo no território pernambucano.

Conforme Costa e Alvarado-Sizzo (2023, p. 97), os patrimônios-territoriais são capazes de enfrentar os apagamentos da vivência e organização socioeconômica dos povos originários, pois “se convertem em nós reestruturantes e redefinidores da vida e das relações populares devido à força de uma interculturalidade originária/própria diante dos processos de modernização territorial”.

As considerações anteriormente apresentadas foram dirigidas a um estudo sobre os mercados tradicionais/públicos da Cidade do México (México) que existem e resistem por lá desde antes da invasão espanhola (e dos processos coloniais decorrentes), assim como da industrialização e globalização, que causaram e causam efeitos nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais e, conseqüentemente, nos hábitos de consumo da população que ainda hoje tem nestes mercados um lugar de trocas e afetos (Costa e Alvarado-Sizzo, 2023).

Um dos objetivos do referido estudo foi comprovar a representatividade existencial popular-indígena e sua permanência nas experiências vividas pelos sujeitos nos mercados. Voltou-se a: “dialelizar a história dos territórios na América Latina, onde seus usos partem do projeto colonial-ocidental, no qual os mercados tiveram sua função” (Costa e Alvarado-Sizzo, 2023, p. 98).

Assim como ocorre com os mercados públicos da capital mexicana – e com muitos PCIs pelo mundo afora e especialmente na América Latina, Caribe e em África - são muitas as conexões que o frevo ativa no sentido de aproximar e relacionar as pessoas entre si e com o território pernambucano. Apesar de se tratar de um outro contexto, são perceptíveis as

²⁸ Para escutar esse frevo-canção de Nando Cordel, na voz de Elba Ramalho, acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=ImjYNHSkaTM>

semelhanças entre este importante patrimônio-territorial mexicano e o frevo, mesmo este sendo mais jovem e enquadrado na categoria “imaterial”.

Conforme já apontado anteriormente, a distinção entre materialidade e imaterialidade é pouco relevante na análise dos patrimônios-territoriais (Costa, 2016, 2017, 2021). Além disso, no caso dos mercados em específico o que se observa são as conexões estabelecidas entre as pessoas e o bem e as imaterialidades decorrentes dos seus usos, e não os aspectos físicos dos mesmos. Trata-se de relevante publicação, pois sintetiza e aplica a proposta teórico-metodológica da *ativação popular do patrimônio-territorial* através de um caso concreto, ou seja, teoria, método e empiria em justaposição.

No que se refere à metodologia utilizada no referido estudo, os autores realizaram a análise decolonial da origem e da consolidação intercultural dos mercados enquanto “santuários” do patrimônio-territorial no México via trabalho de campo (composto de entrevistas e registro fotográfico, documental e cartográfico), avaliando o vínculo entre os sujeitos situados e o território. Enquanto resultado, foi elaborado um quadro-síntese das práticas, saberes e produtos populares indígenas que perduram em 8 (oito) mercados da metrópole mexicana (Costa e Alvarado-Sizzo, 2023).

Para investigar o frevo foi crucial considerar seu significado enquanto manifestação da cultura popular que se materializa e espacializa através da produção de dança e música próprias, e neste sentido, faz-se necessário compreender as nuances da produção destas atividades humanas.

Conforme indicam Costa e Alvarado-Sizzo (2023), as variáveis de conexão territorial afetiva – VCTA correspondem aos sujeitos e fatores detonantes da ativação popular do patrimônio-territorial os quais enlaçam sujeito situado-território.

De acordo com o que indica a referida proposta, o trabalho de campo permite identificá-las como: (P) percebidas (empiricamente); (V) vividas (pelos sujeitos); (E) estigmatizadas (pelos comerciantes); (A) ausentes (do imaginário); (R) em risco (de desaparecer).

A realização de entrevistas e a observação direta são mecanismos dialógicos da prática investigativa para ou com o patrimônio-territorial e foram utilizadas para investigar o que Costa (2016) nomeia ‘sujeito-patrimônio’. Assim, os(as) integrantes das comunidades do frevo foram ouvidos(as) e considerados(as) não só em relação às estratégias para a existência e resistência desta manifestação cultural, mas também sobre o que pensam e sentem sobre a sua patrimonialização, mercantilização e uso turístico, foco desta tese.

Os sujeitos-patrimônio são entendidos como sendo aqueles(as) que participaram ou participam da formação e consolidação das práticas culturais enfrentando, lutando e perpetuando saberes e ações, ou seja, realizando as chamadas 'práxis decoloniais originárias' (Costa e Moncada, 2021).

5.1 Análise das Variáveis de Conexão Territorial Afetiva do Frevo

O frevo possui uma geografia própria ditada pelos afetos e memória de seus fazedores e foliões. No frevo, todo espaço pode ser um lugar. Cada um guarda em si um elo de afetividade que o mantém vivo no coração de quem o preenche de sonhos e sorrisos (Mery Lemos, Espalhando Brasa: Territórios do frevo, 2023).

Enquanto VCTA's do frevo buscou-se identificar quem/o que ativa o frevo, quais as formas de atuação, o porquê de ser/estar no frevo, os laços familiares, comunitários e afetivos e o envolvimento/relacionamento/rotina com esta manifestação (origem, frequência e intensidade). Deste modo foram definidos os aspectos capazes de apontar a existência e as características destas conexões.

A partir da identificação da caracterização destes aspectos foram definidas para a análise do frevo enquanto patrimônio-territorial as seguintes variáveis: i) presença de pessoas negras; ii) presença de mulheres; iii) reconhecimento artístico/cultural; iv) acesso a oportunidades e valorização profissional; v) vínculos familiares e comunitários; vi) hereditariedade e ancestralidade; vii) colaboração, solidariedade e coletividade; viii) respeito às tradições; ix) capacidade de renovação; e x) uso turístico²⁹.

Por causa da magnitude das comunidades do frevo, assim como das variadas configurações de atuação junto ao frevo, a elaboração do quadro avaliativo/analítico das VCTA's não se dirigiu a pessoas, grupos ou organizações específicas (como foi realizado no referido estudo sobre os mercados do México), mas ao que se considera como sendo os segmentos do frevo. Partiu-se do entendimento de que cada um destes segmentos é composto por sujeitos (individuais e/ou coletivos).

²⁹ A proposta teórico-metodológica da ativação popular do patrimônio-territorial (Costa, 2016; 2017; 2021, 2024) não está voltada ao turismo a priori, mas no caso do frevo seu uso turístico já acontece, portanto, considerou-se pertinente observá-lo/avaliá-lo especificamente.

Assim, os segmentos do frevo ficaram estabelecidos como sendo: i) música; ii) dança; e iii) agremiações. Trata-se da mesma divisão realizada pelo Comitê de Salvaguarda do Frevo para a escuta pública presencial voltada à Revisão do Plano de Salvaguarda.

Conforme indica a proposta teórico-metodológica da ativação popular do patrimônio-territorial há quatro graus ou níveis de situação/condição do bem enquanto patrimônio-territorial, quais sejam: i) Reconhecido e ativado; ii) Reconhecido e não ativado; iii) Não reconhecido; e iv) Em perigo de perda ou extinção (Costa e Alvarado-Sizzo, 2023).

As análises apontaram que o frevo enquanto bem cultural é reconhecido e ativado popularmente. Inclusive, é importante destacar, esta ativação parece ter se configurado antes e independente dos títulos e chancelas patrimoniais. Nos documentos para a patrimonialização “oficial” a vitalidade do frevo foi um dos argumentos centrais para o seu reconhecimento enquanto PCI via Iphan e Unesco (Iphan, 2021).

No entanto, esta condição não significa considerar que o frevo e os seus segmentos estão salvos de serem extintos, esquecidos ou apagados, ou inclusive que deixem de ser reconhecidos e ativados como patrimônio-territorial no futuro.

No quadro-síntese a seguir apresenta-se a análise do frevo levando-se em consideração as variáveis de conexão territorial afetiva definidas para a análise do frevo enquanto patrimônio-territorial (Quadro 10).

Variáveis*:	Música	Dança	Agremiações
Presença de mulheres	A/E	P/V/E	V/E
Presença de pessoas negras	P/V	P/V	P/V
Acesso a oportunidades/valorização profissional	R	R	R
Reconhecimento artístico/ cultural	P/R	P/R	P/R
Colaboração/ Solidariedade/Coletividade	P/V	P/V	P/V
Valorização das tradições	P/V	P/V	P/V
Estímulo às inovações/renovação	P/V	P/V	P/V
Vínculos familiares	P/V	P/V	P/V
Hereditariedade/ Ancestralidade	P/V	P/V	P/V
Uso turístico	E	E	A
<i>Legenda avaliativa das variáveis: (P) percebidas (empiricamente); (V) vividas (pelos</i>			

sujeitos); (E) estigmatizadas (pelos comerciantes); (A) ausentes (do imaginário); e (R) em risco (de desaparecer).			
Não reconhecido (P-T)	Reconhecido e ativado (P-T)	Reconhecido e não ativado	Perigo de perda ou extinção (P-T)

Quadro 10: Quadro das Variáveis de Conexão Territorial Afetiva do Frevo. Fonte: dados da pesquisa (2024) adaptado de Costa e Alvarado-Sizzo (2023).

Conforme indicado no quadro-síntese anteriormente apresentado, em relação à presença da mulher na música do frevo, esta foi considerada ausente e estigmatizada. Esta justificativa se deu pelo fato de que, apesar de haver mulheres no campo da música, ainda se pressupõe tratar-se de um lugar de homem, especialmente as orquestras de rua. Mesmo nas orquestras dos blocos líricos a participação das mulheres se dá quase que exclusivamente no coral, são poucas as que estão executando instrumentos de corda e outros que compõem as orquestras que executam o Frevo-de-Bloco.

Na dança, a presença das mulheres é percebida e vivida, mas também estigmatizada. Identifica-se, sobretudo nas imagens de apresentações para fins turísticos, publicitários e midiáticos, uma tentativa constante de sexualização dos corpos das mulheres passistas.

Quanto às agremiações, a presença da mulher foi avaliada como uma variável vivida, mesmo que principalmente nos bastidores. Pelo mesmo motivo, considerou-se a existência de estigmatizações, que podem ser identificadas na pouca presença da mulher exercendo cargos e funções de liderança. Portanto, assim como no segmento da música, nas agremiações, no que se refere à presença das mulheres, o frevo pode ser considerado um patrimônio-territorial reconhecido e não ativado.

Essas contradições existentes no frevo reforçam a presença de traços coloniais ainda vividos (e enfrentados). sobretudo pelas pessoas negras e subalternizadas. No caso do frevo estas pessoas são as protagonistas desde a sua fundação. Esta configuração reforça o caráter de enfrentamento constante das comunidades do frevo ao apagamento ou desconsideração de suas existências, traços marcantes da colonialidade cujas formas de poder e opressão são múltiplas ((Maldonado-Torres, 2008).

O racismo e o machismo estão incluídos e incorporados às formas de opressão e se configuram cotidianamente no apagamento dos conhecimentos e experiências vividas por estes sujeitos. Da mesma forma, a presença e valorização destes corpos é uma forma de

inclusão dos conhecimentos subalternizados dos grupos e territórios locais (Quijano, 2005; Escobar, 2005).

Conforme Quijano (2005), a racionalidade ou a perspectiva de conhecimento que se faz mundialmente hegemônica coloniza e se sobrepõe a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos.

A presença de pessoas negras é altamente percebida e vivida no frevo e incide diretamente no estímulo à valorização das tradições e ao mesmo tempo na sua capacidade de renovação/inação. Nessa perspectiva, quanto ao reconhecimento artístico e cultural, esta variável foi considerada como percebida e vivida nos segmentos da dança, música e agremiações.

No entanto, há riscos porque esta variável se conecta diretamente ao acesso a oportunidades e valorização profissional. Assim, os três segmentos foram considerados como em risco devido à baixa remuneração, atraso nos pagamentos dos cachês durante as apresentações do período do carnaval, e dificuldade de se viver profissionalmente e de maneira exclusiva no frevo, entre outros.

Apesar de haver cada vez mais integrantes das comunidades do frevo sendo reconhecidos(as) como Patrimônios Vivos na esfera estadual e municipal (enquanto pessoas físicas ou jurídicas), permitindo o acesso a uma verba que garante minimamente a manutenção básica das suas atividades, ainda assim, é significativo o número de musicistas, passistas e agremiações que vivem em péssimas condições materiais e são dependentes das ações realizadas durante o carnaval. Ou ainda, que são submetidos à realização de apresentações com pouca ou baixas condições para o exercício artístico. Por este conjunto de aspectos a avaliação das variáveis ‘reconhecimento artístico/cultural’ e ‘acesso a oportunidades/valorização profissional’ foram consideradas como caracterizadores de um patrimônio-territorial reconhecido e não ativado.

Outro aspecto que atesta a ativação popular do frevo é a presença, desde sempre, de integrantes das comunidades do frevo em idades das mais avançadas, juntamente com jovens e crianças executando a dança, a música e fazendo o frevo acontecer, garantindo a valorização das tradições, o estímulo às inovações/renovação e, também, os vínculos familiares. Inclusive, conforme foi observado durante a pesquisa de campo, através da observação direta e dos depoimentos dos(as) entrevistados(as), são muitas as agremiações e blocos de frevo que têm versões infantis dos desfiles e cortejos, sendo compostas por crianças nas orquestras, na condução dos bonecos gigantes e integrando companhias de dança (Figura 19).



Figura 19: Crianças foliãs e estandartes do Eu Acho É Pouco e Eu Acho é Pouquinho.
 Fonte: a) dados da pesquisa (2024); b) e c) reprodução do Instagram @euachoepouco (2023).

Muitos(as) dos(as) integrantes das comunidades do frevo o fazem por influência direta de seus pais, mães e outros parentes. Portanto, há muito de hereditariedade/ancestralidade e vínculos familiares nas comunidades do frevo. Incluem-se aqui os foliões e foliãs que muito comumente vão aos espaços e eventos de frevo também acompanhados de seus familiares (Figura 20).



Figura 20: Vínculos familiares, ancestralidade e hereditariedade no frevo.
 Fonte: dados da pesquisa (2024).

Destaca-se, igualmente, a existência de instituições e espaços voltados à escolarização, exposição, fruição, apreciação e apresentação do frevo tanto no âmbito artístico quanto em termos de documentação, registro e memória. Atuam no sentido de garantir ao mesmo tempo a valorização das tradições e o estímulo às inovações/renovação, além do acesso a oportunidades/valorização profissional e o reconhecimento artístico cultural proporcionado ao se tornarem musicistas e/ou passistas profissionais.

A variedade das formas de atuação individual e coletiva das comunidades do frevo se insere no que apontou Gonçalves (2005) acerca da necessidade de os estudos sobre os processos patrimoniais ampliarem o foco das observações e análises das políticas e agentes de preservação e salvaguarda e suas agências para o mercado. Porém, no caso do frevo, cuja incidência mercadológica tampouco atua de forma relevante, foi necessário direcionar o foco aos múltiplos agentes compostos pelos sujeitos-patrimônio que exercem funções diversas junto aos segmentos constitutivos do frevo.

Durante a avaliação das variáveis de conexão territorial afetivas foi possível identificar a perpetuação do frevo enquanto herança e identidade pernambucana em um sentido de pertencimento geracional, familiar e local, que é reforçado em outras esferas da vida social e cultural das pessoas e em diferentes espaços e contextos, como o escolar/educacional e o de lazer/entretenimento, incluindo-se ler livros, assistir filmes, documentários e matérias jornalísticas, e o próprio acesso a eventos produzidos pelo mercado cultural em uma perspectiva não exclusivamente carnavalesca. A identificação destes aspectos se deu através das narrativas dos integrantes das comunidades do frevo, captadas tanto nas entrevistas como no acervo digital, ao tratarem sobre como se dá o seu contato e relacionamento com o frevo. A amplitude enquanto elemento constitutivo da vida e cotidianidade das pessoas reforça a dimensão atemporal do frevo.

Nas imagens anteriores (Figura 20), captadas durante um evento público realizado pelo Paço do Frevo em comemoração ao Dia Nacional do Frevo³⁰, vê-se: familiares integrantes do Bloco Pierrot de São José em desfile pelo Bairro do Recife; Zacarias, porta-estandarte do Galo da Madrugada e Patrimônio Vivo do Recife, em momento folião; e o salão do Paço do Frevo, onde aparece em destaque uma senhora de idade avançada junto a outros(as) passistas não profissionais frevando durante a programação do evento que se estendeu do museu às ruas do Bairro do Recife.

No que se refere aos componentes das agremiações há integrantes de idades diversas, desde crianças a idosos. Em geral a gestão/diretoria é familiar, envolvendo pais, mães e filhos(as), tios(as) e sobrinhos(as), avós, avôs e netos (as). As agremiações atuam intensamente no sentido da inclusão e participação social e comunitária. Não se restringe a ser uma organização carnavalesca e do frevo, há um papel relevante enquanto elo comunitário.

³⁰ Considera-se 14 de setembro o Dia Nacional do Frevo porque essa é a data de nascimento do jornalista Oswaldo Oliveira, que supostamente cunhou a palavra ‘frevo’ publicando-a nos jornais. Porém, conforme já mencionado, o mais provável é que o povo a tenha criado. De qualquer forma, tanto 9 de fevereiro (data de “nascimento” do frevo), como 14 de setembro são datas em que as comunidades, instituições e imprensa comemoram o frevo.

Nas sedes das agremiações é bastante comum a realização de festas de aniversário, reunião de moradores, cursos, oficinas e outros eventos sociais, inclusive velórios. É, portanto, um espaço de múltiplas funções sociais.

No que diz respeito às atividades relacionadas diretamente ao frevo, as sedes das agremiações (Figura 21) geralmente contam com área para realização de ensaios e apresentações de música e dança em pequenos palcos ou no salão/área central do espaço.

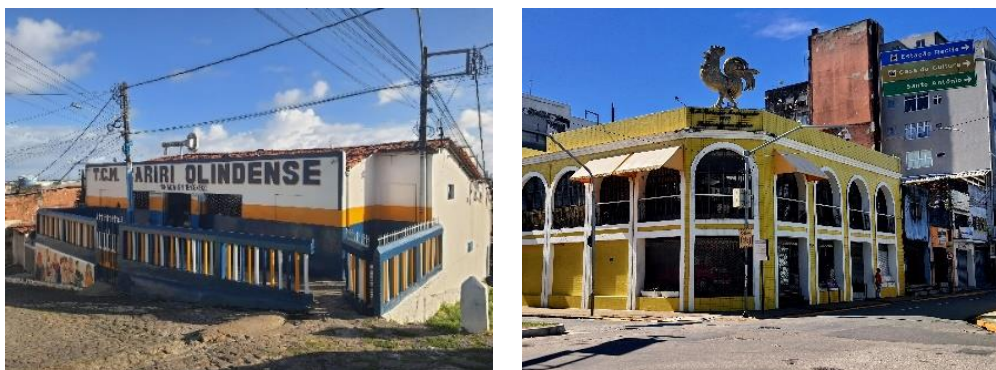


Figura 21: Sede do Cariri Olindense e do Galo da Madrugada.
Fonte: dados da pesquisa (2024).

Dando continuidade à análise das variáveis, as que estão relacionadas à ancestralidade/hereditariedade, colaboração/solidariedade/coletividade e vínculos familiares foram consideradas como percebidas e vividas nos três segmentos. Este conjunto de características das comunidades são estruturantes para a ativação popular do frevo como patrimônio-territorial, pois atuam diretamente sobre a capacidade de existência, sobrevivência e resistência, apesar e diante das muitas dificuldades encontradas.

Tão importante quanto este conjunto de características, destaca-se a relevância da população negra para o frevo. É incontestável sua atuação na criação e resistência desta manifestação até os dias atuais. Ao observar as orquestras e companhias de dança é notável a predominância de negros(as) tocando e fazendo o passo e, obviamente, compondo as agremiações. As pessoas negras - libertas do processo de escravização que no Brasil perdurou por quase quatrocentos anos - são a base da população local e a força motriz do frevo e de muitas outras manifestações das culturas populares.

Estes aspectos sinalizam a importância da valorização das manifestações e bens culturais enquanto retratação histórica. Enquanto vetor de um reconhecimento social e político de povos que foram escravizados, empobrecidos e cuja história não era (é) contada. A valorização e reconhecimento do frevo incide diretamente na valoração daqueles(as) que o fazem. Portanto, o reconhecimento e valorização do frevo e de seus(suas) integrantes é uma

forma de descolonização dos seres e de seus saberes e poderes (Escobar, 2005; Quijano, 2005).

Em se tratando da presença e papel da mulher no frevo, esta é uma questão que recentemente vem ganhando mais força e atenção. Há esforços por parte de pesquisadores(as), instituições e das próprias comunidades do frevo para reescrever e recontar a história da mulher no frevo que foi silenciada nos registros oficiais por uma série de razões, entre as quais a redução da importância e das funções sociais da mulher como um todo (fruto das restrições e proibições existentes no passado e que seguem existindo de forma mais sutil e mascarada atualmente) e, também, das narrativas oficiais, geralmente escritas por homens na sua maioria brancos.

Conforme já foi apontado na seção que tratou das justificativas desta tese, é comum ver registros de que a presença das mulheres no frevo se iniciou com o Frevo-de-Bloco e o seu característico coral de vozes femininas. Porém, é notório e está apontado em pesquisas mais recentes que desde sempre a mulher esteve na produção do frevo exercendo relevante participação e atuação na fundação das agremiações, na composição musical e nos bastidores, produzindo estandartes e fantasias, para citar alguns exemplos.

A renomada pesquisadora do frevo Carmen Lélis (Teles, 2022, p. 91), ao falar sobre o apagamento da mulher no frevo, aponta: "É explícita a invisibilidade e a não legitimação do papel da mulher na vida social do Recife do Séc. XIX, quando o carnaval já se lançava desafiador e atrevido. As mulheres eram impedidas de viver plenamente seus direitos e aptidões, fossem sociais ou produtivas".

Conforme a referida pesquisadora, as mulheres estiveram sempre presentes para além da festa e no interior dela, na costura entre lida e lazer. Traz ademais que segundo alguns estudiosos e representantes de agremiações, cabe aos blocos carnavalescos mistos (criados apenas em 1920), o marco divisório de visibilidade e atuação decisória das mulheres.

A presença das mulheres se configura como uma das variáveis de conexão territorial que ativam também os aspectos garantidores de outras variáveis, tais como a ancestralidade, solidariedade e coletividade. Sendo responsáveis ainda pela renovação no frevo, seja ao integrarem orquestras mistas ou criarem orquestras exclusivamente femininas, como ao assumirem oficialmente cargos diretivos nas agremiações, assim como regendo orquestras. São exemplos desta atuação feminina a 'Orquestra 100% mulher' (fundada em 2003) e a 'Orquestra Só Mulheres' (fundada em 2006).

No segmento da dança é expressiva a presença das mulheres nas companhias e balés de frevo, as quais em sua maioria são chefiadas por mulheres. O reconhecimento de Zenaide

Bezerra como Patrimônio Vivo do Recife e a posse da primeira diretora do Cariri em 2023 e 2024, respectivamente, são exemplos que revelam indícios importantes ocorridos na atualidade. Nesta perspectiva, o reconhecimento da relevância da mulher que faz frevo e que freva é um estímulo à ampliação do acesso a oportunidades e valorização profissional.

Nas fotos a seguir (Figura 22), Zenaide Bezerra está frevando no palco do Teatro do Parque (Recife) durante o encerramento da peça em sua homenagem - “Zenaide Bezerra: Um espetáculo para eternizar” e a ‘Orquestra 100 % Mulher’ está tocando pelas ruas do Recife Antigo.

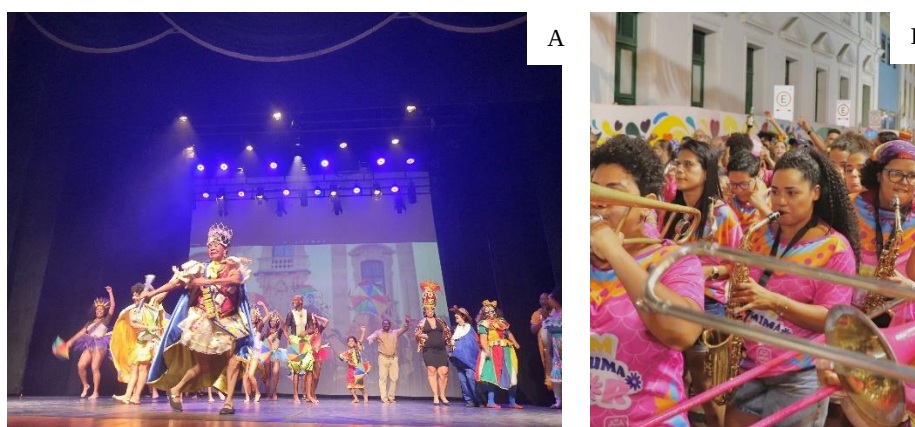


Figura 22: A presença da mulher no frevo.

Fonte: a) dados da pesquisa (2024) e b) reprodução do Instagram @orquestra100porcentomulher.

Sobre os laços familiares e comunitários presentes nas comunidades do frevo, a diretoria da agremiação Cariri Olindense, em dezembro de 2023, durante palestra de abertura no VI Encontro de Pesquisadores do Frevo, cujo tema foi: ‘Valorizando acervos e redes de pesquisa’, narrou um episódio emblemático no qual uma familiar de idade bastante avançada – e que por motivos religiosos não se envolve na organização e muito menos nos festejos da troça – gerou uma pequena revolução e valorização à troça e aos seus e suas integrantes.

Conforme os diretores, devido a problemas financeiros e de gestão, o Cariri não desfilou em 2008 (uma das poucas vezes na história desta agremiação de 103 anos, com exceção dos carnavais pandêmicos de 2021 e 2022 e de outros na época da Ditadura Militar). Apesar de não desfilar esta senhora sempre assistia à passagem do Cariri na porta de sua casa para ver seus filhos(as), sobrinhos(as) e netos(as), que são diretamente envolvidos(as) com a gestão, organização e desfile da agremiação. Quando a agremiação não desfilou, ela ficou muito sensibilizada e reclamou fervorosamente pela ausência do Cariri nas ladeiras de Olinda. Emocionado com a demonstração de amor de sua mãe, um de seus filhos, assumiu a diretoria

e afirmou que, de agora em diante, Cariri jamais deixaria de desfilar (Diretoria do Cariri, Encontro de Pesquisadores do Frevo, Dezembro/2023).

Este episódio ilustra a relevância das relações afetivas dos(as) integrantes das agremiações de frevo (e consequentemente determinam sua resistência) e é revelador do quanto o estabelecimento de conexões existenciais entre os sujeitos colabora para a ativação popular patrimonial dos bens culturais de forma muito mais intensa do que pelas entidades patrimoniais nos processos “oficiais” (Prats, 2005; Santamarina, 2013; Zanirato, 2018; Costa, 2016, 2017, 2021).

Em se tratando das especificidades relativas ao segmento ‘dança’, para além das questões já apontadas anteriormente, identificou-se que as formas de atuação são múltiplas. Há passistas de palco e de alta performance e passistas de Frevo-de-Rua (integrantes de companhias, balés e/ou grupos de dança). Dentre estes(as) há passistas que dançam profissionalmente - dentro e fora do período do carnaval - em Recife e Olinda e, também, fora de Pernambuco e do Brasil, e há aqueles(as) que montam e integram espetáculos, e/ou atuam em espaços de ensino/aprendizagem.

Há ainda passistas que no período do carnaval e/ou fora dele realizam shows “folclóricos” em receptivos e/ou ações de promoção turística, realizando espetáculos para turistas em cruzeiros e hotéis, por exemplo.

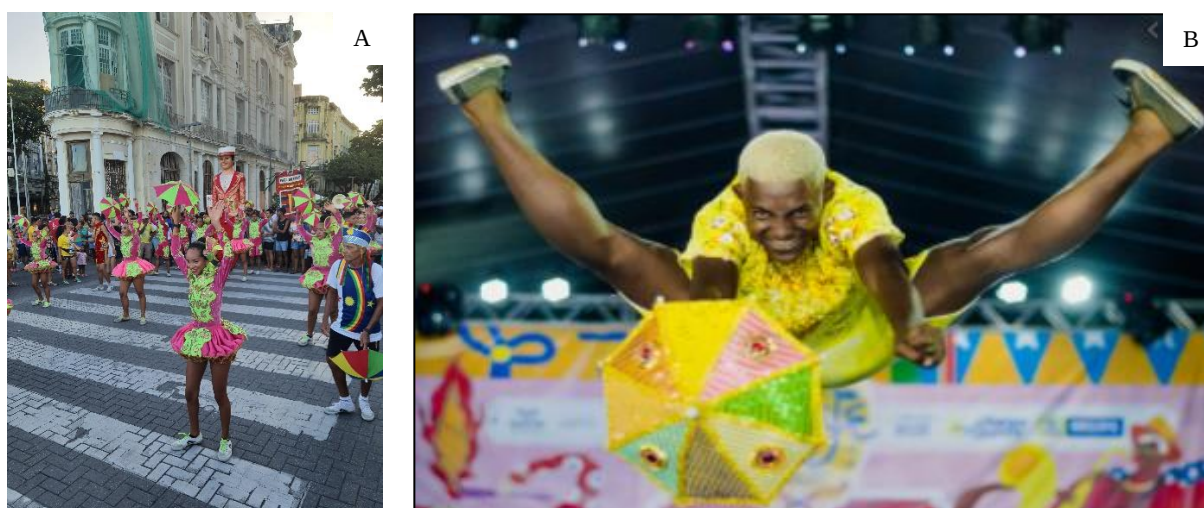


Figura 23: Passistas em apresentação na rua e no palco.

Fonte: a) dados da pesquisa (2024) e b) reprodução do Instagram @prefeiturarecife (s/d).

O que esta configuração diversa no fazer dos(as) passistas demonstra é que as condições e características de atuação não são homogêneas, de forma que seria impreciso levar em consideração um tipo/perfil representativo do universo de passistas para esta

avaliação. Há ainda os(as) ‘porta-estandartes e flabelistas’ (Figura 24) que também são integrantes das comunidades do frevo responsáveis por conduzir o estandarte ou flabelo das agremiações. Ainda que atuem no campo da dança, se diferenciam dos passistas.



Figura 24: Flabelos e Flabelistas.
Fonte: dados da pesquisa (2023).

Estas tipologias aqui identificadas, quais sejam: passistas de palco; passistas de rua; passistas performáticos e passistas de apresentações folclóricas, não têm o intuito de induzir o significado de que um(a) passista deve enquadrar-se em apenas uma delas. Essa “divisão” é fluida e apenas para fins de melhor caracterizar as diferentes formas de atuação profissional e amadora do universo da dança do frevo.

Da mesma forma, não há juízo de valor referente a considerar que são melhores passistas aqueles(as) cuja atuação é mais inovadora, ou mais tradicionalista, ou ainda mais ou menos estereotipada. Trata-se tão somente de uma explanação das características identificadas a partir da análise dos documentos e depoimentos dos(as) passistas.

Levando-se em conta este esclarecimento, as considerações de um bailarino experiente (que além do frevo executa outras danças populares como xaxado, caboclinho, forró, etc.) e que já dançou em diversos países do mundo em palcos de festivais de dança, traduzem as nuances das diferenças e aproximações no ofício dos(as) passistas de rua e de palco:

Sinto uma diferença entre o passista de palco e o de rua. Para ambos existe uma exigência de performance técnica, mas os de palco são mais sofisticados. (...) Dançar frevo em alta performance não é fácil. O passista de rua tem mais desafios em relação aos aspectos físicos e estruturais... o nivelamento e o calor das ruas, por exemplo. No palco você tem um piso liso, muitas vezes com amortecimento, ambiente climatizado. Além disso, tem entradas e saídas então

nas coxias temos um tempo de descanso. Nas ruas não tem como descansar, as pessoas estão ali nos vendo ofegantes (Entrevista Passista 4, 2024).

Em um breve artigo jornalístico acerca da vivacidade das orquestras e do frevo-de-rua como um todo, Teles (2024) comenta sobre o reconhecimento do grupo de dança Guerreiros do Paço em termos de aceitação popular, midiática e de sua recente inserção nas políticas públicas de apoio à cultura. O jornalista considera esta notoriedade do grupo como uma vitória e resistência ao “frevo de palco”, o qual em suas palavras é “feito pra turista ver”.

De fato, o turismo estimula espetacularização do frevo, assim como ocorre com a maioria dos bens culturais patrimonializados e já foi apontado em muitos estudos (Pereiro, 2003; Canclini, 2006; Figueiredo et al., 2012; González Alcantud, 2019). Porém, é relevante destacar que a ida e permanência do frevo nos palcos não é exclusivamente para fins turísticos e folclóricos.

Há pelo menos duas décadas uma série de espetáculos vem expondo nos palcos de teatros do Brasil e do mundo um frevo contemporâneo e virtuoso cujo objetivo não é agradar ou atrair público (como se configura nas apresentações “folclorizadas” para turistas), senão a realização profissional de dançarinos(os) e músicos que tem o frevo como modalidade e/ou gênero maior de sua atuação.

Essa tipologia de frevo, inclusive, permite que estes(as) dançarinos(as) executem o frevo fora do território, do período ou da motivação e finalidade carnavalesca. Esse movimento pode ser, portanto, considerado como uma forma de resistência e inovação do frevo. Trata-se de tema polêmico no universo da dança, assim como é no campo musical quando se tem um frevo menos “popular” e “das ruas”.

Os embates e polêmicas em torno das tradições e inovações no frevo remetem à importância de se estar atento às tentativas de engessamento dos bens culturais que são dinâmicos e estão em constantes transformações, não apenas em função de pressões políticas e mercadológicas, mas decorrentes das movimentações e deslocamentos realizados pelos próprios sujeitos que o fizeram, fazem e seguirão fazendo (Gonçalves, 2015; Cavalcanti, 2019). Este parece ser o caso do frevo.

Acerca das características da dança em si, conforme apontado pelas leituras e escutas e nos muitos depoimentos dos(as) integrantes das comunidades do frevo, foi usual nos discursos dos(as) passistas a necessidade de reiterar que não existe um único jeito de se dançar o frevo. Nesta perspectiva, é perceptível a opção de muitos grupos de dança e passistas por, de certa forma, quebrarem tradições e investirem em releituras de passos e performances,

ou mesmo na utilização de outras vestimentas, diferentes das tradicionalmente utilizadas e estigmatizadas como sendo o traje oficial do(a) passista de frevo.

Para além de uma opção estética e visual, trata-se de uma postura política de demonstrar que o frevo se dança de maneiras distintas e diversas. Em várias ocasiões os(as) passistas recorrem a uma frase atribuída ao Mestre Nascimento do Passo³¹ em que o mesmo, apesar de haver catalogado mais de 100 passos de frevo, afirmou não haver como registrar todos, pois a quantidade de passos é a quantidade de pessoas – pernambucanos (as) - que o fazem.

No que se refere aos processos de ensino-aprendizagem do frevo enquanto dança, estes se dão em formato institucional ou livre/informal, e são ofertados em estabelecimentos próprios para tal ou em espaços adaptados. Quanto à forma de manutenção, há espaços (inclusive nas sedes das agremiações) que contam com o apoio público através de dotação orçamentária ou via verbas derivadas da aprovação em editais específicos (como os do Funcultura ou do Patrimônio Vivo). Outros(as) conseguem apoio da iniciativa privada via patrocínio direto ou se mantêm a partir do pagamento de mensalidades por parte dos(as) alunos(as).

No que se refere ao segmento ‘música’ em termos de atuação profissional, este também apresenta características bastante heterogêneas. Entre as diversas formas tem-se a execução musical de instrumentos de sopro, corda ou percussão, que pode ser realizada junto a orquestras ou bandas específicas em palcos, nas ruas e ladeiras e em estúdios fonográficos.

Dentre estes(as) profissionais, estão aqueles(as) que acompanham intérpretes de frevo e/ou que tocam em mais de uma orquestra/banda. Há ainda os(as) que se apresentam apenas no período do carnaval, dedicando-se o restante do ano a outros artistas e gêneros e, também, à ocupações distintas, sem relação direta com a música ou o frevo.

³¹ Nascimento do Passo foi um amazonense que chegou ao Recife na década de 1940. Além de catalogar passos de frevo foi responsável por sistematizar uma metodologia de ensino própria e por formar inúmeros passistas e professores incentivando a formação de grupos e escolas de dança.



Figura 25: Musicistas executando o frevo na rua e no palco.
Fonte: dados da pesquisa (2023).

Os ‘maestros e maestrinas’ também compõem o segmento da música, estão em menor quantidade e são os responsáveis pela regência e arranjos musicais atuando junto às orquestras e bandas. Em geral são profissionais de mais ampla formação musical.

Por fim, em relação à variável uso turístico, esta foi considerada como estigmatizada nos segmentos de música e dança e ausente nas agremiações. A partir das pesquisas realizadas foi possível identificar a existência de apoio institucional e a mercantilização do frevo, tal como se planifica e está previsto nas políticas e nas ações públicas e privadas para o uso mercadológico e turístico dos bens culturais. No entanto, os sujeitos, organizações e territórios originários do frevo seguem existindo e resistindo sem o apoio efetivo das ações de salvaguarda ou dos investimentos do “mercado” cultural e turístico.

É intrigante observar que ao mesmo tempo em que o frevo representa e identifica o destino turístico Recife/Olinda parece não se beneficiar do turismo de maneira direta e efetiva. Ainda que se configure como um vetor de atração dos turistas e de seus investimentos, o frevo (e especialmente seus fazedores e fazedoras) parece não ser atingido diretamente e efetivamente pelos benefícios (inclusive econômicos) provenientes dos serviços e produtos que apoiam o turismo. E como será apontado mais adiante, talvez seja em função de suas próprias características constitutivas (e da atuação de seus fazedores e fazedoras).

5.2 Caracterização da Materialização e Territorialização do Frevo

Para tratar sobre as ativações e enfrentamentos do frevo, temática central deste capítulo, esta seção apresenta o mapeamento do frevo em Recife e Olinda. Para a construção

deste mapa foram identificados espaços e lugares que proporcionam um contato direto com o frevo nas cidades de Recife e Olinda. Para tanto, realizou-se o levantamento de informações via documentos e entrevistas e observação direta. Conforme apontado anteriormente, esta seção, assim como a seguinte não se voltou a estabelecer muitos diálogos com as bases teóricas, apenas quando extremamente necessário. A ideia e concepção desta configuração “desobediente” foi expor e dar voz e palco ao que “falou” o frevo e suas comunidades.

Enquanto critérios para integrar o mapa foram considerados os espaços públicos e/ou privados que de alguma forma atuam junto ao frevo e que estão disponíveis para visita e/ou fruição através de atividades regulares nas quais se pode ouvir, dançar, tocar, aproximar-se e/ou viver o frevo para além do período carnavalesco.

A partir deste levantamento que totalizou 47 (quarenta e sete) pontos foram definidas categorias as quais caracterizam a tipologia/modalidade dos mesmos, quais sejam: i) Sede de agremiação; ii) Espaço para pesquisa, memória e vivência do frevo; iii) Lugar de ensino e/ou ensaio do frevo (música); iv) Lugar de ensino e/ou ensaio do frevo (dança); v) Lugar para ouvir e dançar frevo; vi) Estátua/Monumento ao frevo; vii) Lugar emblemático do frevo; e viii) Lugar de venda de adereços e artesanato.

Os equipamentos e espaços culturais do frevo são mais do que os lugares onde se produz e consome frevo. Há espaços de memória, de pesquisa, de encontro das comunidades e de ensaios e ensino do frevo enquanto música e dança.

Para fins de proporcionar uma melhor formatação do mapa estas categorias legendam o mapa a partir de cores específicas e cada item mapeado foi enumerado. Esta numeração, somada às fotografias de autoria própria e também de algumas disponíveis no acervo digital dos pontos mapeados, teve como objetivo auxiliar a contextualização dos elementos constitutivos do mapa, os quais serão aqui apresentados e analisados. Ao mencionar cada item mapeado no texto, sua numeração no mapa será informada entre colchetes.

Em função de usos diversos, alguns dos pontos mapeados estão enquadrados em mais de uma categoria. Nestes casos, optou-se por indicar o item no mapa a partir da categoria que é mais representativa do ponto em questão. O diagrama a seguir (Figura 26) buscou facilitar a visualização da distribuição do frevo entre as categorias:

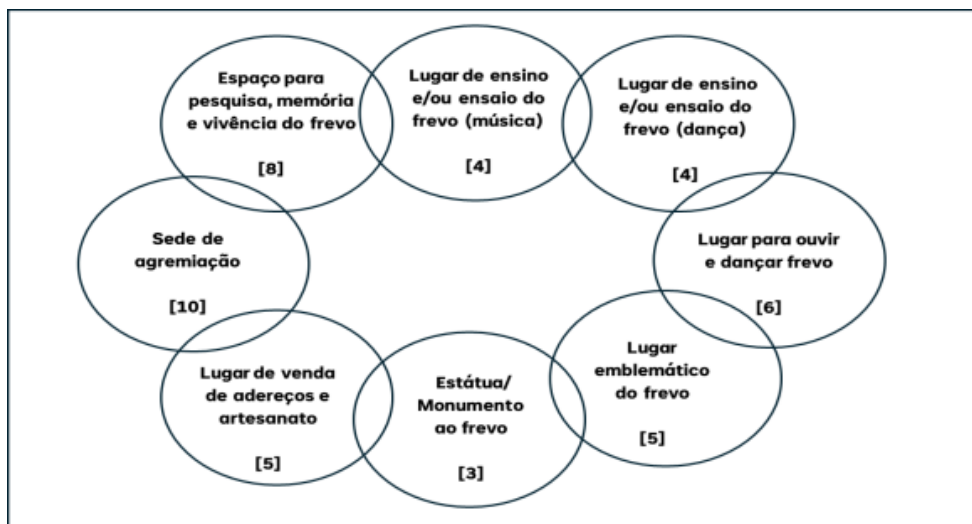


Figura 26: Diagrama espaços e lugares do frevo em Recife e Olinda.
Fonte: dados da pesquisa (2024).

Dentre os itens nesta conjuntura de acúmulo de categorias tem-se: as sedes das agremiações Clube das Pás [1], Galo da Madrugada [2], Pierrot de São José [3], Banhistas do Pina [4], Homem da Meia Noite [10] e Pitombeira dos Quatro Cantos [11], as quais foram consideradas também lugar para ouvir e dançar Frevo e lugar para pesquisa, memória e vivência do frevo.

Como aponta Moura et al. (2024), os espaços de memória e pesquisa são fundamentais na formação das identidades e no reconhecimento de territórios com significados polissêmicos, capazes de preservar modos particulares com os quais os grupos sociais pensam e agem nas diferentes temporalidades.

O Paço do Frevo [12], que está na categoria ‘lugar para pesquisa, memória e vivência do frevo’, é também lugar de ensino e/ou ensaio do frevo (música e dança) e ainda lugar para ouvir e dançar frevo.

As sedes de Vassourinhas [8] e Cariri Olindense [9] são ainda lugar de ensino e/ou ensaio do frevo (dança e música). As duas sedes são bastante utilizadas pelas comunidades de passistas e músicos de frevo, pois disponibilizam seu espaço físico para que as orquestras e companhias de dança realizem ensaios frequentes ao longo de todo o ano. Da mesma forma, contam com estrutura para a realização de eventos diversos voltados ao público em geral. A sede de Pitombeira [11], também realiza festas e eventos e oferece serviço de bar, sendo por isso bastante frequentada dentro e fora do período carnavalesco (Figura 27).

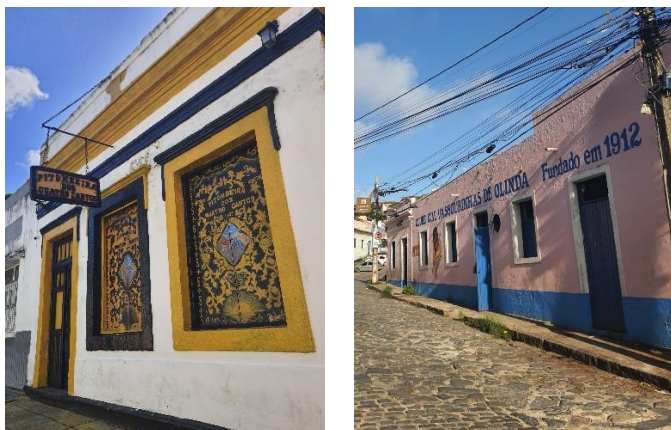


Figura 27: Sede de Pitombeira e Vassourinhas.

Fonte: dados da pesquisa (2024).

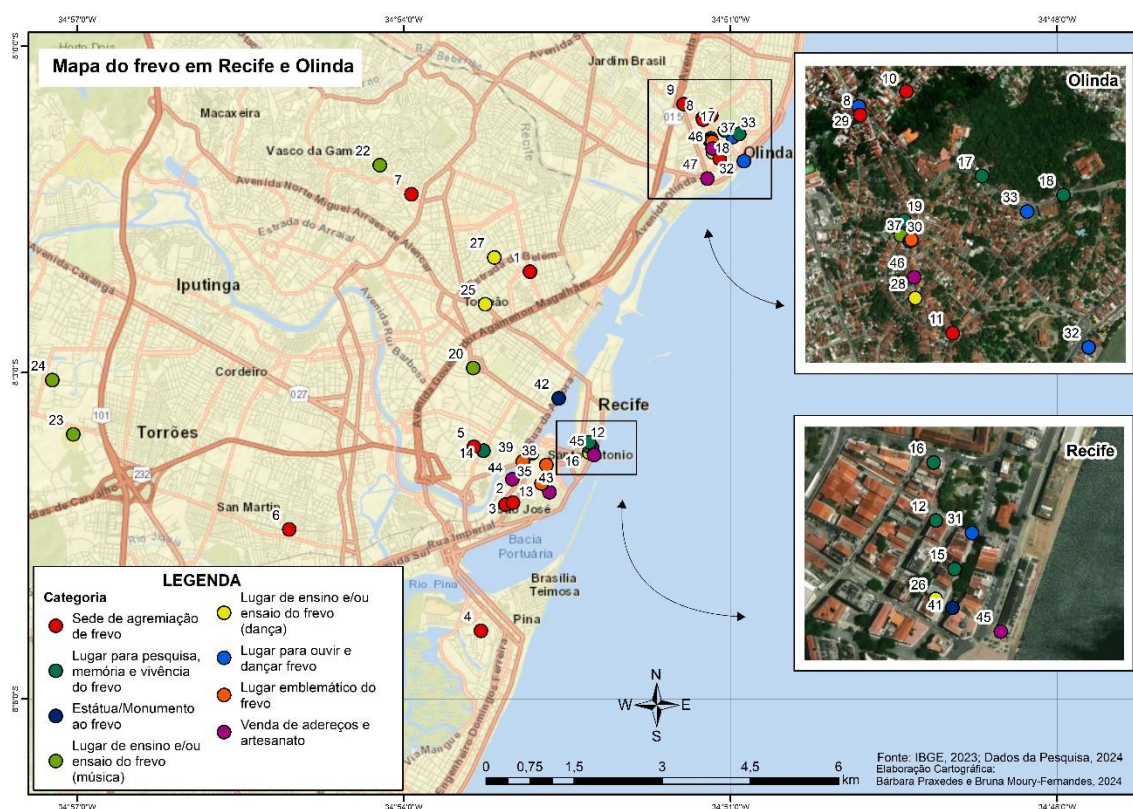
O Pátio de São Pedro [35] e o Grêmio Musical Henrique Dias [21], além de ‘lugar para ouvir e dançar frevo’, foram considerados lugares emblemáticos do frevo. A Casa dos Bonecos Gigantes & Mirins de Olinda além de lugar de memória e vivência do frevo, é lugar para venda de adereços e artesanato e o Clube Atlântico de Olinda, é lugar para ouvir e dançar frevo e para ensaios da música e dança.

No Recife, a sede do Galo da Madrugada [2] disponibiliza diariamente o serviço de restaurante para almoço e, frequentemente, realiza eventos próprios e de terceiros, não necessariamente ligados ao frevo. A sede de Lenhadores [6], Banhistas do Pina [4], Abanadores do Arruda [7] e o Clube das Pás [1], além do vínculo direto com o frevo são espaços de convivência comunitária e abrem suas portas para a realização de eventos variados voltados tanto para apoiar financeiramente a agremiação e a manutenção da própria sede, como para prestar serviços à comunidade.

O Clube das Pás [1] tem um diferencial relevante e já tradicional, conta com orquestra própria que faz a abertura musical dos eventos da sede executando frevo ao vivo. A sede do Pierrot de São José [3] (considerado Patrimônio Vivo do Recife em 2022), mantém um ateliê permanente para confecção de suas fantasias de bloco lírico. Dentre as sedes de agremiação aqui mapeadas, trata-se da única do gênero Frevo-de-Bloco que possui sede própria.

A agremiação Boêmios da Boa Vista [5] também pertence ao gênero dos blocos líricos, mas tem uma configuração diferente. Sua sede oficial é “improvisada” na casa de um de seus integrantes. Porém, há décadas se utiliza de um beco próximo ao imóvel como lugar da agremiação para encontros e comemorações: “É uma espécie de sede, todo mundo conhece como o beco dos Boêmios (da Boa Vista),” afirmou um dos entrevistados (Entrevista Guia 1, 2023) e foi considerado por este e outros(as) entrevistados(as) como lugar emblemático.

Conforme se pode observar no mapa (Figura 28), tanto em Recife como em Olinda há áreas de maior concentração de espaços de frevo. No Recife este aglomerado se dá no bairro turístico do Recife Antigo (em razão dos museus e lojas de artesanato). Já no Sítio Histórico de Olinda, as sedes de agremiações e os bares têm localizações muito aproximadas (uma das razões que configuram os Quatro Cantos [37] como um dos lugares emblemáticos do frevo em Olinda).



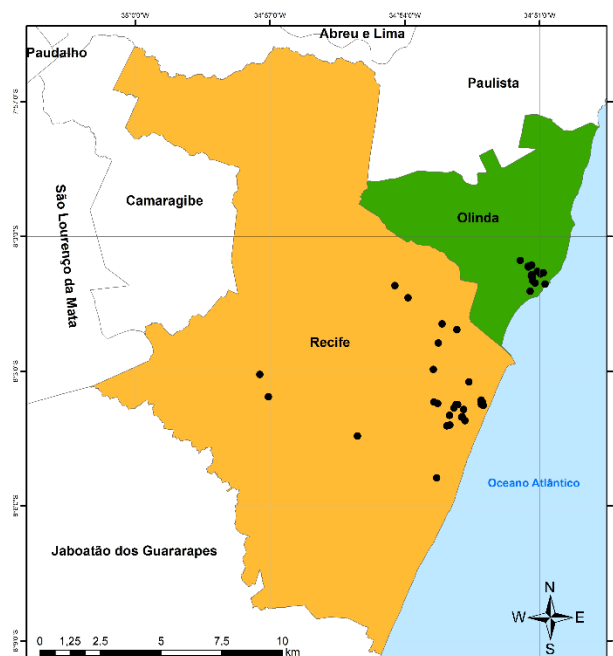


Figura 28: Mapa do Frevo em Recife e Olinda.
Fonte: dados da pesquisa (2024).

As sedes das agremiações são edificações pertencentes aos blocos, troças e/ou clubes de boneco de frevo. Muitas delas variam em termos de tamanho e estrutura e, conforme mencionado anteriormente, acumulam outras funções. As 10 (dez) sedes contidas no mapa são aquelas que realizam eventos e/ou são locais para o ensino e/ou ensaio de frevo e abrem para visitação. Algumas delas disponibilizam acesso a um acervo próprio composto de estandartes, flabelos, bonecos gigantes, troféus, imagens, documentos e registros históricos da agremiação em exposições fixas e/ou temporárias. É o caso das sedes do Clube das Pás [1], Galo da Madrugada [2], Pierrot de São José [3], Cariri [9] e Homem da Meia Noite [10].

A maioria das agremiações de frevo não possui sede própria, em geral, o armazenamento dos adereços e documentos, nestes casos, se dá na casa dos(as) integrantes da agremiação. Conforme apontado nas entrevistas e documentos consultados, as sedes com melhor estrutura e programação mais diretamente ligada ao frevo e de maior frequência ao longo do ano estão situadas no Sítio Histórico de Olinda.

Apesar das primeiras agremiações terem surgido no Recife, as mudanças urbanísticas ocorridas na cidade, especialmente nos bairros de São José e Santo Antônio, provocaram a necessidade de mudança por parte de algumas agremiações, também geradas pelas alterações na movimentação e comércio dos bairros do centro do Recife, que há muitas décadas é composto por muitos imóveis em estado de abandono ou em condições precárias.

No que se refere aos ‘Lugares de Memória, Pesquisa e Vivência do Frevo’, o Paço do Frevo [12] é o mais emblemático e bem estruturado. Foi inaugurado em 2014 em resposta a

uma demanda antiga das comunidades do frevo prevista como um dos eixos principais do Plano de Salvaguarda (Iphan, 2021).

O Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural, conhecido como Casa do Carnaval [13], é um importante centro de pesquisa do frevo e de outras manifestações culturais carnavalescas. Seu imóvel está localizado no Pátio de São Pedro, equipamento cultural a céu aberto do Recife, que desde a década de 1970 é palco de apresentações folclóricas e artísticas de frevo e de outros gêneros da cultura popular pernambucana e nordestina.

O Pátio de São Pedro [35] em si é considerado um território emblemático do frevo, palco de encontros das comunidades. Localiza-se em uma área central do bairro de Santo Antônio, onde se considera que nasceu o frevo. Os imóveis localizados no Pátio abrigam bares, restaurantes e outros equipamentos culturais, entre os quais se destacam os museus/centros culturais Chico Science e Luiz Gonzaga³².

O Pátio dispõe ainda de um Centro de Atendimento ao Turista – CAT³³ e é palco recorrente para comemorações festivas do Recife, a exemplo do aniversário da cidade, do próprio carnaval e das festas de São João.

A Federação Carnavalesca de Pernambuco [14] também foi considerada um lugar de pesquisa, memória e vivência do frevo. Está localizada no Bairro da Boa Vista e dispõe de um acervo significativo das agremiações e dispõe de standartes e partituras diversas.

No bairro turístico do Recife Antigo há dois equipamentos museais voltado aos bonecos gigantes de Olinda. A Embaixada de Pernambuco (Bonecos Gigantes de Olinda) [15] expõe dezenas de bonecos representativos de personalidades diversas da cena artística, política e esportiva contemporânea do Brasil e do mundo.

Vinculado à Embaixada, tem-se o museu nomeado ‘Embaixada de Pernambuco’ (Bonecos de Cera) [16], que está composto por um acervo de bonecos de cera em tamanho natural de figuras populares do carnaval pernambucano, especialmente do maracatu e do frevo. A visita guiada comenta sobre os personagens e, ao final, promove uma breve apresentação de dança com passistas frevando ao som de música mecânica. Ambos os espaços

³² O forró de Luiz Gonzaga e o Manguebeat de Chico Science (artistas de Pernambuco) projetaram a cultura local pelo mundo afora. Assim como o frevo, o maracatu, a ciranda, o Côco de Roda e a chamada ‘música brega’ são patrimônios culturais representativos para a consideração de Recife como Capital da Cultura pela Unesco.

³³ “O CAT do Pátio de São Pedro foi o primeiro a ser instalado pela gestão pública estadual, no início da década de 1970. Havia muitas ações de turismo e cultura popular por lá e tem até hoje” (Entrevista Gestor público de turismo do Recife, 2023).

são de propriedade do mesmo empresário e seus ingressos são vendidos de forma conjunta ou separadamente (Figura 29).



Figura 29: Embaixada dos Bonecos Gigantes e de Cera no Recife.
Fonte: dados da pesquisa (2024).

Ainda nesta categoria, Olinda dispõe de três espaços turístico-culturais dedicados aos bonecos gigantes, quais sejam: i) ‘Casa dos Bonecos Gigantes & Mirins de Olinda’ [17], também voltado à venda de artesanato; ii) Palácio dos Bonecos Gigantes de Olinda [18]; e iii) Bonecos Gigantes de Sílvio Botelho [19].



Figura 30: Casa dos Bonecos Gigantes & Mirins de Olinda e Boneco ‘O Sedutor’.
Fonte: dados da pesquisa (2024).

Apesar de diretamente relacionados ao frevo os bonecos gigantes são pouco considerados nos dossiês e também nas bibliografias e depoimentos dos(as) integrantes das comunidades do frevo. É curiosa esta ausência porque são emblemáticos para o frevo como um todo e são parte importante para muitas agremiações. Estes personagens do carnaval pernambucano têm forte apelo midiático e comumente representam a imagem do carnaval de Olinda e o projeta internacionalmente.

A popularidade pode se ver repercutida no fato de haver - além dos espaços museais nas duas cidades - a realização de eventos que se destacam no carnaval atraindo milhares de visitantes e curiosos. Trata-se da ‘Corrida dos Bonecos’, realizada na semana pré-

carnavalesca, e do ‘Desfile dos Bonecos Gigantes de Olinda’. Há dois encontros/desfiles, um organizado com apoio da Prefeitura de Olinda (e no qual estão os bonecos de Silvio Botelho e de outros artesãos e agremiações) e o segundo, que é organizado pelos proprietários das embaixadas de bonecos de Pernambuco, do Recife.

Além desses eventos integrantes da programação do carnaval de Olinda, em junho de 2032 e 2024 aconteceu a ‘Quadrilha de Bonecos Gigantes’, no bairro de Guadalupe, no Sítio Histórico de Olinda. Trata-se de uma dança/apresentação tradicional dos festejos juninos que foi adaptada para ser realizada pelos bonecos gigantes. O evento tem atraído um público considerável e é um exemplo de iniciativa da própria comunidade do frevo e de sua capacidade de expandir sua atuação e atividades para além do período carnavalesco³⁴.

Na categoria ‘Lugar para ouvir e dançar frevo’, além das sedes das agremiações tem-se o Grêmio Musical Henrique Dias [21], importante e tradicional escola de ensino da música do frevo. O Grêmio foi fundado em 1954 e desde então contribui gratuitamente para a formação de músicos e musicistas. Sua sede está localizada no coração do Sítio Histórico. A relevância é tamanha que é considerado Ponto de Cultura e Patrimônio Vivo de Pernambuco. Para além de ser um espaço para o ensino da música do frevo, o Grêmio realiza há muitos anos ensaios abertos nos quais, desde muitas das ruas e ladeiras de Olinda, é possível escutar frevo frequentemente.

Os ensaios do Grêmio não são um evento organizado e voltado ao público, não há cobrança de ingressos ou venda de produtos, há apenas o encontro de profissionais da música do frevo. Durante estes ensaios as pessoas se aglomeram próximas às portas e janelas abertas da sede. Os bares vizinhos complementam a empreitada do frevo orquestrado ao vivo.

Em depoimento ao programa Mote, o Maestro Oséas relatou que foi surpreendido com o sucesso desses ensaios. Principalmente os realizados na 6ª feira à noite que atraem e reúnem uma grande quantidade de público curioso/interessado. Na mesma ocasião, a passista e multiartista, integrante do grupo ‘Brincantes das Ladeiras’, Maria Flor comentou sobre seu apreço por estes ensaios afirmando ser muito bom ter acesso à música de orquestra ao vivo para a execução de passos e exclamou: “Se o Grêmio Henrique Dias é o templo (do frevo), Oséas é o meu pastor! E frevo não me faltará!” (Mote, 2024).

Os bares do Ró [29], Peneira [30] e do Amparo [35] (em Olinda) e o bar Venda Bom Jesus [31] (no Recife Antigo) foram mapeados por tratar-se de espaços que oferecem a

³⁴ Na matéria a seguir tem-se uma melhor ideia do que se trata o evento:
<https://globoplay.globo.com/v/12704497/?s=0s>

oportunidade de se escutar frevo ao vivo e durante o ano inteiro. É comum, especialmente de quinta-feira a domingo, uma frequência intensa de público lotando as instalações e ruas próximas aos bares mencionados para prestigiar as apresentações musicais, configurando-se verdadeiros “carnavais” fora de época. Estes bares não são, necessariamente, espaços de frevo, mas realizam importante função para sua fruição pelos moradores, turistas e visitantes.

O Clube Atlântico de Olinda [32] e o Grêmio Recreativo Escola de Samba Preto Velho [33] (Figura 31) também foram inseridos no mapa enquanto ‘espaços para ouvir e dançar frevo’. São tradicionais e populares e sediam eventos diretamente ligados ao frevo, e também a outras manifestações populares, dentro e fora do período carnavalesco.

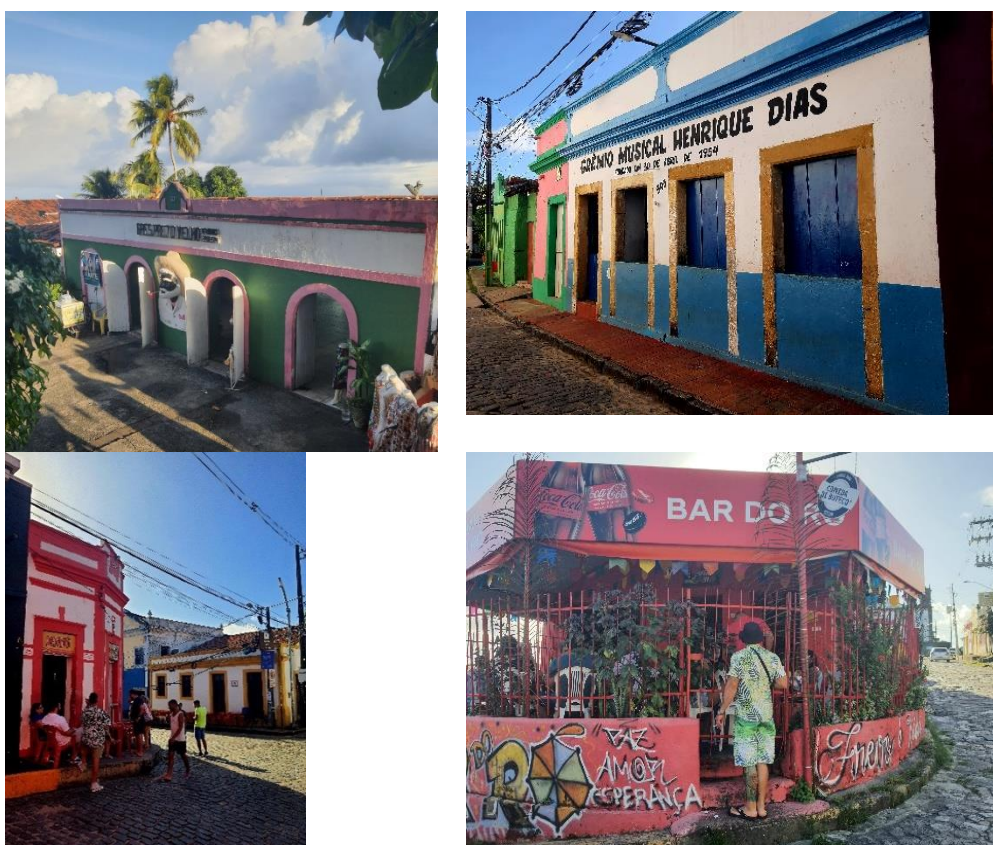


Figura 31: Fachada das sedes do GRES Preto Velho, Grêmio Musical Henrique Dias, Quatro Cantos e Bar do Ró (Olinda).

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A categoria ‘Lugar para ensaio e/ou ensino da música e dança do frevo’ é composta por espaços físicos que dispõem de área específica e própria para ensaiar e aprender a música ou a dança do frevo. Algumas são especificamente para isso, como é o caso do Balé Popular

do Recife³⁵ [26], que além de salas específicas, tem professores(as) experientes no mundo do frevo em seu corpo docente.

Dentre as opções de locais para o ensino/aprendizado da dança do frevo destaca-se a Escola Municipal de Frevo – Maestro Fernando Borges³⁶ [25] (Figura 32), que oferece aulas para pessoas com diferentes níveis de conhecimento e desenvoltura com a dança. As aulas são gratuitas e acontecem em horários variados de segunda a sábado durante todos os meses do ano.

Está localizado em um bairro do Recife muito próximo a Olinda. Conforme apontou um dos professores da Escola em entrevista na sede da instituição: “atualmente há cerca de 600 alunos(as) matriculados(as) com idades entre 6 e 75 anos” (Entrevista Passista 1, 2024). Além do ensino da dança, a Escola Municipal de Frevo tem grupos de passistas que realizam apresentações públicas ao longo do ano, geralmente via convite da Prefeitura do Recife para participar de eventos institucionais.

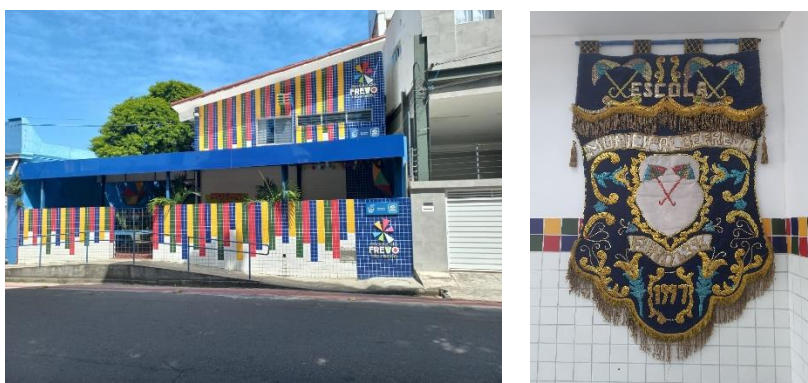


Figura 32: Escola Municipal de Frevo e estandarte da mesma.
Fonte: dados da pesquisa (2023).

Outros dois espaços mapeados enquanto lugar que oferece aulas de dança de frevo foi a Praça do Hipódromo (em Recife) cujas atividades são comandadas pelo grupo ‘Guerreiros do Passo’ [27] e a Praça Laura Nigro (Olinda), com o grupo ‘Brincantes das Ladeiras’ [28] (Figura 33).

³⁵ O Balé Popular do Recife tem mais de 40 anos de história e é considerado um dos principais responsáveis pelo segmento de dança popular cênica em Pernambuco. Manteve por quase toda a década de 1980 espetáculos em grandes teatros de Pernambuco. Tem grande importância para o frevo enquanto dança e pelo “batismo” de vários passos do Frevo. Diz-se que esta companhia e escola de frevo formou mais de 5 mil bailarinos (Iphan, 2021).

³⁶ A atual escola foi incorporada pela Prefeitura do Recife em 1996, até então se chamava ‘Escola de Frevo Recreativa Nascimento do Passo’, criada pelo próprio mestre e passista.



Figura 33: a) Aulas de dança de frevo [Guerreiros do Passo, Recife] e b) [Brincantes das Ladeiras, Olinda].

Fonte: Guerreiros do Passo (Facebook, 2017) e @brincantesdasladeiras (2024).

O ‘Guerreiros do Passo’ é um grupo de passistas que se utilizam da metodologia proposta por Nascimento do Passo - parte deles(as) foi aluno(a) do próprio Mestre. Foi criado em 2005 e desde então vem realizando apresentações públicas de um frevo considerado diferenciado que causa surpresa e admiração ao público³⁷. As aulas da dança do frevo são gratuitas e acontecem aos sábados durante todo o ano, com exceção de alguns meses antes e depois do Carnaval, quando os(as) professores(as) estão em atividades externas ou em recesso. Recentemente o grupo foi reconhecido como Ponto de Cultura.

Já o ‘Brincantes das Ladeiras’ é formado por passistas de frevo de rua que se reúnem aos sábados nesta praça do Sítio Histórico de Olinda. Fundado em 2009, se definem como um “grupo de amigos(as) que se unem com o intuito de praticar a felicidade através do frevo” (Instagram @brincantesdasladeiras).

Outra iniciativa de ensino e prática da dança do frevo fora dos padrões tradicionais é realizada pelo Mestre e passista Otávio Bastos. Ele integrou o balé do multiartista Antônio Nóbrega – importante artista para a expansão do frevo pelo território nacional – e vem realizando um trabalho de disseminação de um método que ele chama de “frevo cinquentão” ou “frevo mungangado³⁸”, voltado para a prática de um frevo mais livre e para todos os corpos e idades. Otávio Bastos frequentemente oferece cursos presenciais e *on-line* para o ensino do seu método a partir do projeto ‘Mexe com Tudo’. Além destas aulas ele produz

³⁷ O ‘Guerreiros do Passo’ aparece em algumas cenas do filme Retratos fantasmas. Trata-se de um longa-metragem documental dirigido pelo premiado cineasta pernambucano Kléber Mendonça Filho. Foi rodado no Recife e trata sobre as transformações da cidade ao longo das últimas décadas tendo como objeto os cinemas de rua. Está disponível na Netflix Brasil através do link: <https://www.netflix.com/title/81728512>.

³⁸ ‘Munganga’ é uma expressão tipicamente nordestina e significa algo como ‘trejeitos’. No caso do frevo mungangado seria um frevo fora dos padrões, irreverente, sem filtros.

vídeos em seu canal no *youtube* (www.mexecomtudo.com.br) de conteúdo e formato instigantes nos quais apresenta o frevo a partir de diversos temas e enfoques.

Para além destes dois grupos e de Otávio Bastos que são os mais reconhecidos e populares no campo da dança, trazidos aqui para fins de exemplificar o cenário atual do frevo, há uma série de passistas, homens e mulheres, que realizam espetáculos dançando frevos variados. O Parecer Técnico para a revalidação do título de Patrimônio Cultural Imaterial (Iphan, 2021) traz alguns destes nomes e suas trajetórias.

No referido documento são mencionados também diversos outros exemplos no campo musical de artistas e grupos cujas iniciativas vêm demonstrando as possibilidades de alterações e inovações no frevo, tais como o Maestro Spok e o pianista Amaro Freitas, que executam um frevo com forte influência do jazz (postura que tem gerado muitos debates e críticas da ala mais tradicional e purista do frevo).

Ambos têm sido aclamados pela crítica e público em festivais de música instrumental no mundo inteiro, incluindo os nacionais. Até muito pouco tempo, mesmo o frevo sendo uma música instrumental, sua relação intrínseca com o carnaval acabava por torná-lo “inadequado” para estes eventos, mas isso vem mudando, conforme apontam os documentos e pode ser percebido no mercado de eventos e fonográfico.

Por outras partes, a Orquestra Malassombro - bloco e banda formada por jovens músicos e musicistas da nova cena musical pernambucana - vem reconfigurando o Frevo-de-Bloco especialmente em termos de conteúdo das letras com assuntos e temáticas mais contemporâneas. Além da Malassombro, Flaira Ferro e a Orquestra de Bolso também se destacam enquanto artistas e iniciativas originais que vem ganhando notoriedade, assim como muitas outras bandas e artistas de outros gêneros ao gravar frevos novos ou versões diferentes de clássicos do frevo, possibilitando uma ampliação da oferta musical e artística do frevo e, consequentemente, atraindo novos públicos (Iphan, 2023).

O Paço do Frevo [12] também foi apontado como um importante espaço para o aprendizado do frevo, tanto a dança, como a música. Não há turmas ou cursos regulares, porém ao longo do ano dezenas de cursos e oficinas em diversos formatos são realizados e a maioria é disponibilizada de forma gratuita ou a preços populares.

Sobre o Paço do Frevo, uma das entrevistadas apontou:

O Paço do Frevo tem capitalizado e capitaneado iniciativas muito bacanas no sentido de identificar novas iniciativas e vertentes do frevo na dança e na música. O Paço oferece muitas perspectivas... Além da imagem majestosa do palácio, da beleza física e de um certo aconchego para o povo do frevo... Acho

que o Paço ainda não fortalece a comunidade do frevo como poderia, principalmente a mais velha. Mas tem avançado em alguns aspectos... não só para os músicos e passistas. O papel como museu ele cumpre muito bem... do trazer as pessoas, do diálogo (Entrevista Integrante do Comitê de Salvaguarda do Frevo, 2023).

No campo do ensino da música, Recife e Olinda dispõem de instituições de diferentes formatos e que oferecem aulas para os muitos instrumentos requeridos para a execução dos distintos estilos de frevo. O Conservatório Pernambucano de Música [20] fica localizado no Recife e existe desde 1930. Foi a escola principal de muitos(as) dos(as) músicos, musicistas, maestros e maestrinas que hoje regem e compõem bandas e orquestras por todo o território pernambucano.

A sede da Orquestra Popular da Bomba do Hemetério também foi considerada lugar de ensino e/ou ensaio do frevo (música). Bomba do Hemetério é um bairro da periferia da Zona Norte do Recife reconhecido por abrigar inúmeras manifestações populares entre as quais frevo, maracatu e samba. O Maestro Forró rege a orquestra e interpreta algumas canções. Devido ao reconhecimento do trabalho realizado na formação de novos músicos e musicistas, a sede da Orquestra é também Ponto de Cultura.

Ainda nessa estrutura mais formal, há cursos de graduação e pós-graduação em música no Instituto Federal de Pernambuco-IFPE [23] e na Universidade Federal de Pernambuco-UFPE [24]. Atualmente, apenas o IFPE Campus Recife disponibiliza um curso específico de frevo na modalidade especialização.

Foram mapeados ainda os lugares considerados como sendo emblemáticos para o frevo. Esta categoria apareceu nas entrevistas a partir da reincidência da menção a lugares nos quais o frevo se materializava. Foram recorrentes referências à Ponte Duarte Coelho [36] e da Boa Vista [39] (Figura 34). A primeira é considerada emblemática por ser o local onde durante o carnaval é montada uma enorme escultura do Galo da Madrugada³⁹ e a segunda por integrar o trajeto que os foliões e foliãs realizam para acompanhar a maioria dos blocos líricos.

³⁹ O Galo da Madrugada desfilou pela primeira vez em 1978 arrastando cerca de 75 pessoas. Em 1994 o Galo foi considerado pelo 'Guiness Book' como "o maior bloco de carnaval do planeta", quando 1,5 milhão de pessoas desfilaram pelas ruas do centro do Recife. (Fonte: www.galodamadrugada.com.br). Trata-se de agremiação muito conhecida e detentora de uma cobertura da grande mídia nacional há décadas, o que ajuda nessa popularização. No Sábado de carnaval todo o Brasil pode acompanhar o desfile do Galo pela TV aberta.



Figura 34: Lugares emblemáticos do Frevo em Recife e Olinda.

Fonte: a) reprodução do Instagram @galodamadrugada (s/d) e b) dados da pesquisa (2024).

Também foram mencionadas nesta categoria a Praça do Diário [38], onde durante muitos anos, desde 1947, ocorreram os concursos de música e dança do frevo e, como já mencionado anteriormente, o Pátio de São Pedro, local onde hoje são realizados os concursos de frevo e diversos outros eventos envolvendo as comunidades do frevo.

Em Olinda muitos(as) dos(as) entrevistados(as) se referiram aos Quatro Cantos [37], um cruzamento de ladeiras e passagem quase que obrigatória das agremiações, e o Grêmio Henrique Dias, especialmente por proporcionar frevo através dos já comentados ensaios abertos. Foi quase unânime a consideração de todo o Sítio Histórico como emblemático do frevo e do carnaval.

No que se refere aos ‘espaços que comercializam produtos artesanais diretamente ligados ao frevo’ - tais como: sombrinhas, adereços (já finalizados ou os materiais para sua produção) e artesanato - tem-se: o Mercado de São José [43], a Casa da Cultura [44], o Centro de Artesanato de Pernambuco [45] (em Recife); e os mercados da Ribeira [46] e Eufrásio Barbosa [47] (em Olinda).

A inserção destes espaços de venda de artesanato se justifica pelo interesse por mapear os lugares onde os visitantes e turistas podem adquirir lembranças e *souvenirs* diretamente relacionados ao frevo. Os produtos ofertados (Figura 35) notadamente têm características padronizadas e de aspectos mais utilitários (assim como as disponíveis em outros destinos turísticos). Os mais comuns são: imãs de geladeira, canecas, camisetas e adereços para o lar, mas há também uma vasta produção em artes plásticas e *design* de artistas locais que retrataram o frevo em suas telas.



Figura 35: Artesanatos e *souvenirs* com temática de Frevo.

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A utilização de elementos emblemáticos dos bens culturais remete ao que apontou González Alcantud (2019), ao mencionar que a escolha dos bens culturais a serem turistificados geralmente corresponde às ideologias dominantes sobre o que é considerado valioso, autêntico ou representativo de uma determinada cultura. Essa seleção pode resultar na valorização de certos aspectos da cultura em detrimento de outros, contribuindo para a criação de narrativas simplificadas ou estereotipadas.

Apenas no Recife há estátuas e esculturas de personalidades do frevo ou desta manifestação em si que também foram mapeados (Figura 36). Trata-se do Monumento ao Frevo [42] e das esculturas de Capiba [40], Antônio Maria [41] e Enéas Freire [2].



Figura 36: Escultura de Antônio Maria [1921-1964] (compositor de frevo) e Enéas Freire [1921-2008] (criador do Galo da Madrugada).

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Além dos espaços mapeados há diversos exemplares de arte urbana e de intervenções artísticas que fazem alusão ao frevo em ambas as cidades compondo a paisagem das cidades, conforme pode ser observado nas fotos a seguir (Figura 37).



Figura 37: Arte Urbana nos muros e paredes de Olinda e Recife.
Fonte: dados da pesquisa (2024).

Apesar desta tese não tratar do carnaval, é relevante evidenciar uma peculiaridade destacável da força do carnaval e do frevo no território pernambucano. Assim como acontece em muitas partes do mundo no período das festividades ocidentais cristãs do natal, em que se comemora o nascimento de Jesus Cristo, e milhares de cidades ao redor do mundo têm a sua rotina alterada pela realização de eventos típicos desta época (na qual se instala uma espécie de “espírito natalino”), que gera efeitos em várias esferas da vida social e familiar através de decorações específicas, eventos públicos e privados, trilha sonora e grade da programação das televisões e cinema.

Em Pernambuco, passada a temporada das chamadas ‘festas de final de ano’, praticamente todo o território se veste de frevo para aguardar e receber o carnaval. Escolas, supermercados, bancos, farmácias, repartições públicas e privadas em geral decoram seus ambientes internos e externos com elementos alusivos ao frevo.

De forma intensa e expressiva, as propagandas e a programação das redes de televisão, rádio e internet são alteradas pela utilização do frevo e de seus elementos emblemáticos para se comunicar com o público, tanto em termos imagéticos como sonoros e musicais. Trata-se de um período já tradicional no qual se promove um maior convívio e exaltação ao frevo intensificado na rotina da população local.

Esta seção apresentou as diversas formas em que o frevo se materializa, espacializa e convive na cotidianidade dos(as) moradores(as) de Recife e Olinda e dos fazedores e fazedoras do frevo, a partir de muito esforço e dedicação por parte das comunidades do frevo e também das ações dos órgãos públicos e entidades patrimoniais.

5.3 Enfrentamentos, Resistências e Utopismos no Frevo

A proposta teórico metodológica da ativação popular do patrimônio-territorial concebe os bens para além dos aspectos culturais e indica que a partir dos sujeitos situados e de suas biografias é possível identificar caminhos e estratégias utilizadas para sobreviver e resistir quase sempre sem o apoio do Estado ou do mercado (Costa, 2016, 2017, 2021, 2024).

Esta proposta cuja matriz é existencial e decolonial corporificou a análise do frevo e juntamente com conceitos e reflexões de outros(as) autores(as) que tratam da patrimonialização e turistificação de bens culturais desde perspectivas críticas, permitiram uma análise detida e aprofundada dos enfrentamentos, resistências e utopismos vivenciados no e para o frevo.

Alguns destes aspectos e fatores já foram expostos nas seções anteriores (sobretudo na análise das variáveis de conexão territorial afetiva e no mapeamento da territorialização do frevo), aqui haverá um maior detalhamento a partir da ótica e voz dos(a) integrantes das comunidades do frevo para seguir frevando.

A partir do roteiro de entrevista semiestruturada, o primeiro bloco de perguntas buscou identificar os ‘fatores de conexão com o frevo’ para compreender o envolvimento e a relação dos(as) integrantes das comunidades do frevo com esta manifestação. O conjunto de entrevistados(as) foi composto por guias de turismo, pesquisadores(as), turismólogos(as) e produtores(as) culturais com atuação na gestão pública e/ou privada, além dos(as) integrantes dos segmentos da dança, música e agremiações de frevo.

Conforme os relatos acessados, de maneira geral, o primeiro contato com o frevo, apesar de diversificado, coincide em ter se iniciado na primeira infância através dos hábitos culturais de seus familiares e/ou da escola. Há também um forte vínculo dessa interação com o frevo a partir das características dos territórios de moradia e convivência. A depender de onde se viveu/vive, a relação com o frevo se dá de forma mais intensa e permanente ao longo do ano, seja integrando agremiações, orquestras, companhias de dança ou apenas fruindo dessas atividades através do acompanhamento dessas práticas por vizinhos(as) e pessoas conhecidas.

A maior parte dos(as) entrevistados(as) afirmaram ter contato direto e frequente com o frevo, seja por trabalhar diretamente com turismo ou frevo, seja por gostar de manter uma conexão não só com o frevo, mas com a cultura local de uma maneira geral. Sobre o convívio atual, por razões óbvias, o maior contato com o frevo se dá durante o carnaval, de forma mais

ou menos intensa, a depender da idade e disposição e, também, de ser morador de Recife ou de Olinda.

Uma descrição mais completa e detalhada desses e de outros aspectos relativos ao relacionamento das pessoas com o frevo está retratada nas falas dos entrevistados, conforme pode ser observado em alguns dos depoimentos transcritos a seguir.

Ao considerar o que foi expresso através da voz dos(as) integrantes das comunidades do frevo foi possível captar opiniões, sentimentos e experiências que ajudaram a compor os elementos que fundamentaram a definição das categorias analisadas nas variáveis de conexão territorial afetivas, anteriormente apresentadas.

Apontar as diferenças e aproximações entre o frevo em Recife e em Olinda foi recorrente nas narrativas coletadas. Foram muitos e diversos os argumentos utilizados para justificá-las tanto em termos individuais como enquanto coletividade.

É diferente porque as pessoas de Recife e Olinda são diferentes. O frevo não é só a execução da música. Tenho a impressão de que em Recife eu vivo o frevo mais enquanto expectadora, a orquestra no palco e tal. Em Olinda não, há mais diálogo, a interação de corpos é mais intensa. Em Olinda o frevo é mais a trilha sonora da cidade do que no Recife (Entrevista Produtora cultural, 2024).

Olinda não se representa tanto e só pelo frevo... lá o signo e a imagética é menos explorado do que em Recife. No Recife é mais simbólico, em Olinda é mais realidade. Falar de imagética é relacionar com turismo e isso é muito importante e definidor (Entrevista Pesquisador, 2024).

Em Olinda o frevo é vivido mais cotidianamente. Em Recife o frevo é mais feito pra turista ver. Em Olinda é tudo mais espontâneo, não é da gestão. Não é uma coisa programada. (Entrevista Gestor público de Turismo do Recife, 2023).

Estes depoimentos corroboram para o que está apontado na seção que trata das ações voltadas ao uso turístico do frevo nos dois destinos turísticos analisados. Transparecem o que os achados do trabalho de campo indicaram no que se refere aos investimentos das gestões públicas municipais e do próprio mercado, os quais atuam de forma mais ou menos intensa. Refletem também que estas diferenças não incidem sobre o frevo, apenas sobre o turismo.

Conforme já apontado anteriormente, não é apenas o turismo que incide sobre as configurações do frevo em Recife e Olinda. No depoimento a seguir, é possível constatar a interferência relevante das ações (ou não) das políticas públicas culturais e também a influência das características socioespaciais e comunitárias.

Uma das diferenças entre o frevo (as agremiações e os carnavais de Recife e Olinda) está nessa coisa dos concursos, Olinda não tem. Esses concursos moldam o carnaval do Recife e também a grandiosidade das agremiações... as de Olinda são maiores, tem mais gente, são mais imponentes. Desfilam com orquestras gigantes, de 35 músicos, além de bonecos (gigantes) e das companhias de dança. O fato de estar no Sítio Histórico talvez ajude nisso. Reúne mais as pessoas, a energia fica mais concentrada” (Entrevista Músico de frevo, 2023).

No que se refere às perguntas voltadas ao entendimento das opiniões sobre a patrimonialização “oficial” do frevo, os(as) entrevistados(as) apontaram sua importância, resultados e limitações. Durante a escuta para a revisão do Plano de Salvaguarda, em alguns momentos os(as) técnicos(as) do Iphan - em resposta a algumas propostas ou queixas das comunidades sobre o papel da instituição – frisaram por algumas vezes que não seria papel da instituição realizar determinado tipo de atuação, que caberia a própria comunidade ou a outras entidades estatais, ou à própria sociedade civil organizada.

Eis aqui exposta uma das diferenças da atuação das entidades patrimoniais junto aos bens de natureza material e imaterial. A necessidade de atuação no caso dos bens materiais é maior e mais efetiva no sentido de impedir alterações nas fachadas e prédios tombados e de atuar como agente político e articulador para a captação de recursos voltados à recuperação física dos imóveis, por exemplo. No caso dos bens imateriais, após o título e a revalidação, se não houver atuação frequente das comunidades envolvidas com os bens, as chancelas e o papel das entidades patrimoniais são quase irrelevantes.

Daí a importância do envolvimento popular que, no caso do frevo, conforme já apontado anteriormente, se deu muito antes da patrimonialização “oficial”. A participação popular na salvaguarda do frevo é orgânica e segue se ampliando em quantidade e qualidade, por mérito das pessoas que fazem e vivem o frevo.

Da mesma forma, houve essa mesma fala/apontamento por parte de alguns/algumas integrantes das comunidades em uma espécie de chamado às comunidades para eles(as)

mesmos(as) “correrem atrás” das coisas. Notou-se que essas falas se deram não só por reconhecimento das limitações da atuação do Iphan, como também por uma espécie de cansaço de lutar pelas mesmas coisas há anos, décadas. Mais uma vez percebe-se a materialidade na percepção e conduta dos sujeitos-patrimônio do frevo que revelam o caráter de luta e resistência aos padrões coloniais do poder, do saber e do ser (Escobar, 2005; Quijano, 2005).

Um dos momentos que retratam essa situação no campo do poder mercadológico se deu ao mencionar a ausência do frevo na programação das rádios (demanda antiga e recorrente dos(as) agentes do frevo). Há inclusive uma lei municipal⁴⁰ que exige que as rádios toquem frevo em sua programação. Nesta seara uma integrante do Comitê reforçou que a lei não garantiu a criação da Rádio Frei Caneca⁴¹, sendo necessário muito esforço e articulações e pressões políticas. Ainda assim, mesmo depois de criada, tampouco resolveu essa problemática. Conforme a participante a referida rádio segue sem tocar tanto frevo, apesar de ter sido criada muito em função das demandas e pressões do frevo, especialmente após os títulos patrimoniais (Depoimento de integrante do Comitê Gestor de Salvaguarda do Frevo, Escuta do Plano de Salvaguarda, 2023).

Sobre as dificuldades e limitações dos processos patrimoniais e dos órgãos e entidades relacionadas, uma das entrevistadas comentou que o Comitê foi criado a partir de uma provocação do Iphan. Conforme destacou em entrevista, trata-se de um trabalho voluntário muito intenso das pessoas que o integram.

Para a referida pesquisadora, há uma contradição entre querer que a comunidade atue e realmente dar o suporte necessário para que haja essa participação. E sobre isso, comenta:

Talvez se o envolvimento não fosse assim (voluntário), a relação das pessoas, das comunidades com o frevo, não existisse mais. Tem uns 4 ou 5 integrantes que estão participando desde 2011, são incansáveis na defesa e salvaguarda do frevo. É quase um sacerdócio do frevo. E detalhe: eu não estou falando de mim, que entrei por um vínculo enquanto servidora pública e permaneci...

⁴⁰ A Lei 17.861/2013 instituiu nas programações radiofônicas do Recife o ‘Momento do Frevo’. Em resumo, a legislação prevê a obrigatoriedade de se executar frevo por pelo menos uma hora por dia em todas as rádios. Apesar da existência da lei, ela não se aplicou.

⁴¹ Trata-se de uma rádio pública municipal cuja programação se diferencia das rádios comerciais e opera uma programação com muito foco na produção musical de Pernambuco. Boa parte da programação é definida através de editais nos quais produtores(as) culturais definem os conteúdos e formatos. Apesar da queixa relatada, para além da Rádio Universitária, que também é pública e tem um programa específico de frevo há mais de 40 anos (“A hora do frevo”), é basicamente nestas rádios que se pode ouvir frevo pelas ondas radiofônicas e também via internet.

menos intensamente depois que me aposentei, mas ainda participo muito, é instigante! (Entrevista Integrante do Comitê de Salvaguarda do Frevo, 2023).

Entre os riscos identificados em relação ao frevo é notável a dificuldade de manutenção profissional em todos os seus segmentos de forma mais ou menos intensa. Uma das perguntas do roteiro de entrevistas foi referente a opinião acerca de uma espécie de “mito” relacionado à música do frevo. Diz-se que o repertório das orquestras nas ruas e ladeiras de Recife e Olinda é repetitivo, que os frevos executados são os mesmos há décadas.

As respostas dos(as) entrevistados(as) variaram muito, sobretudo em atribuir culpados ou responsáveis. Para muitos(as) essa suposta “mesmice” do repertório se deve a que não se escuta frevo nas rádios, o que torna o repertório sem capacidade de renovação. Para estes(as), os frevos novos não “caem mais na boca do povo, ficam restritos aos concursos anuais aos quais apenas o público diretamente ligado à premiação e seus familiares prestigiam” (Entrevista Guia 1, 2023).

De fato, é de conhecimento público que são pouquíssimos os frevos vencedores dos concursos que são gravados e disponibilizados em CDs ou nas plataformas digitais, e mais raros ainda os que se tornam populares. Essa ausência do frevo na programação das rádios é uma justificativa/explicação padrão/lugar comum constantemente atribuída a essa questão. Em mais de uma ocasião, durante as pesquisas de campo, foi possível testemunhar depoimentos emocionados de compositores porque mesmo havendo vencido o concurso de música de frevo, “ninguém conhece e nenhuma rádio toca os nossos frevos” (Depoimento de compositor no Observatório do Frevo, 2023).

Esta conformação parece apontar indícios de que a ativação patrimonial do frevo não se dá em decorrência de práticas mercadológicas estandardizadas ou dos esforços das instituições ligadas às esferas da chamada ‘patrimonialização global’ (Costa, 2017; Santamarina, 2013). Mesmo que aparentemente bem-intencionadas e funcionais para determinados bens, atuando de maneira objetiva promovendo a produção de novos produtos, como é o caso dos concursos de música de frevo.

Não se está considerando abrir mão destas ações ou deixar de planejar outras, apenas apontar que talvez outros caminhos próprios e singulares sejam mais eficientes para a popularização e ativação patrimonial.

Ainda sobre o “mito” de que o repertório de frevo é repetitivo, um dos entrevistados fez comentários que apontam outras justificativas. Segundo o jovem músico, “tocar frevo é muito difícil, cada instrumento tem sua execução específica, juntar todos pra ensaiar uma

música nova é difícil... acaba que é mais fácil tocar músicas que todos já sabem.” (Entrevista Músico de frevo, 2023).

Essa reflexão pode ser somada ao fato de que o acesso às partituras também não é algo fácil e efetivo. Levando-se em consideração que cada instrumento do frevo, atua de forma diferente na execução musical, tem-se uma partitura específica para cada um deles. A imagem a seguir (Figura 38) traz as partituras do Frevo-de-Rua ‘Último Dia’ para 1º sax alto e 4º Sax tenor.



Figura 38: Partituras do frevo ‘Último dia’⁴².
Fonte: dados da pesquisa (2024).

Os relatos dos(as) integrantes deixou evidente que é notório que para a execução da música do frevo tem-se, primeiramente, que aprendê-la, portanto, os espaços de escolarização musical exercem um papel importantíssimo. Apesar de existentes e responsáveis pela composição de muitas orquestras de frevo, as escolas de música específicas para o gênero ainda são insuficientes, sobretudo em se tratando de todo o território pernambucano. A escolarização pública, gratuita e descentralizada do frevo pode se constituir um caminho para uma maior ativação patrimonial do frevo na medida em que faz circular partituras e repertórios e forma novos(as) musicistas, para citar alguns exemplos que poderiam resultar da implantação de uma política pública desta natureza.

O Maestro Oséas – Patrimônio Vivo de Pernambuco - ao comentar sobre seu repertório, conhecido por ser um dos mais extensos e diversificados das orquestras de frevo-de-rua, afirmou que o fato de ser morador de Olinda e ter o Grêmio Henrique Dias para ensaiar com sua orquestra facilita o processo de ampliação do repertório. Porém afirmou em

⁴² Para ouvir o frevo ‘Último dia’ de Levino Ferreira executado pela Spok Frevo no CD ‘100 anos de frevo: É de perder o sapato’, acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=HVALLh4J3w8>.

tom de confissão que mesmo inserindo novos frevos, são muitos os que ele se sente na obrigação de executar porque “são bons, clássicos, e todo mundo gosta”, referindo-se aos músicos e, também às pessoas que seguem a orquestra (Maestro Oséas, Mote, YouTube, 2024).

Este depoimento do maestro Oséas (de quase 70 anos de idade e mais de 40 anos dedicados à importantes orquestras de blocos carnavalescos de Recife e Olinda) se relaciona mais diretamente ao processo que se dá no carnaval. Fora deste espaço e tempo carnavalesco a apresentação das músicas novas para o público pode acontecer através de pequenas iniciativas coletivas. O próprio maestro atua neste sentido ao realizar semanalmente, por pelo menos duas noites, os ensaios abertos de suas orquestras no Sítio Histórico de Olinda.

Essa celeuma acerca do repertório do frevo revela uma série de questões deste universo dentre as quais, destaca-se a dificuldade de execução do frevo musicalmente falando, o que por consequência exige recursos físicos como espaço, instrumentos e partituras, conforme já mencionado anteriormente. Além disso, os ensaios requerem a disponibilidade de tempo dos(as) músicos(as) que, por razões de dificuldades, sobretudo financeiras de se manterem exclusivamente da música, se dedicam a outras profissões.

No que se refere aos riscos e enfrentamentos das comunidades do frevo merece destaque também a condição das agremiações em termos de gestão. Em geral estas administrações se dão através dos(as) próprios(as) integrantes(as) que são requeridos(as) para tratar de inúmeros aspectos que vão desde a sede e seus acervos até os mínimos detalhes relacionados aos cortejos e desfiles durante o carnaval.

A “profissionalização” da gestão das agremiações é uma demanda legítima e importante para melhorar as condições de ativação patrimonial do frevo. No entanto, corre-se o risco de haver uma alteração de sentidos e usos, uma banalização comercial do frevo. Um dos entrevistados pontuou essa questão de forma elucidativa:

São poucas as agremiações que conseguem ser organizadas para ocupar os espaços e atender às exigências jurídicas e burocráticas. Mas perde no quesito de manifestação orgânica. Até que ponto os patrimônios imateriais precisam se constituir pessoas jurídicas, ter CNPJ? E só assim acessar editais? Ter espaço físico? Muitas agremiações só vão atrás de dados de fundação, atas e documentos para poder acessar os editais (Entrevista Pesquisador do Frevo, 2024).

E complementa:

A patrimonialização [oficial] ajuda a conquistar espaços, mas pode afetar na organicidade. Entre as regras do Patrimônio Vivo o antigo e mais velho é mais valorizado. Será que os mais jovens não podem ser considerados Mestres do Frevo? E atualmente não pode mesmo, porque pelo regimento tem que ter mais de 65 anos. Acho que o novo pode ajudar também na salvaguarda... o frevo carrega muito disso... Inclusive, muitas vezes conhecer o novo ajuda a acessar o antigo, o tradicional... Meu medo é ver todas as agremiações virarem um empresa, que tem um CEO e pessoas volantes que não se relacionam familiarmente com aquilo...daquilo deixar de ser um espaço afetivo, de segurança, de socorro... (Entrevista Pesquisador do Frevo, 2024).

A gestão amadora é mais dominante em todos os segmentos do frevo. No entanto, foi possível constatar que recentemente houve uma ampliação das oportunidades em termos de produção cultural no âmbito da iniciativa privada e das políticas públicas (através das leis de incentivo e dos fundos específicos), e das recentes oportunidades decorrentes de uma melhor instrução educacional por parte dos(as) integrantes. Dessa forma, estão sendo realizadas cada vez mais iniciativas e projetos voltados aos registros históricos das agremiações. Entre estes tem-se a produção de livros (que contam a história de algumas das agremiações), a realização de exposições temporárias nas sedes e projetos ligados à dança, música e trabalhos artesanais ligados ao universo do frevo.

A partir das observações do frevo em atividade e amplificadas através da escuta atenta das vozes das pessoas que fazem a dança, a música, os adereços e as agremiações, e na perspectiva de considerar o que almejam os(as) integrantes destas comunidades em suas individualidades e coletividades, foi possível depreender que dicotomizar profissionalização *versus* amadorismo não contribui para a continuidade e futuro do frevo. Ambas as atuações são vividas por diferentes integrantes (em alguns casos até simultaneamente pela mesma pessoa), porque há inúmeras possibilidades de se viver e fazer o frevo.

Considerar as singularidades e assumir a inexistência de caminhos únicos para a ativação patrimonial dos bens culturais pode ser considerada uma forma de enfrentamento às opressões, e consequentemente, às colonialidades (Aguer et. al., 2014).

Profissionalizar-se ou manter-se no amadorismo diante do contexto social e político de Pernambuco, e dos territórios latino-americanos em geral, onde a informalidade, o desemprego e o subemprego alcançam cifras astronômicas, envolve uma série de outros

aspectos que não são passíveis de escolhas devido às muitas “máquinas de moer gente”⁴³, a que está submetida em maior ou menor grau uma grande parcela da população.

Referindo-se às ações que promovem a ampliação das oportunidades no frevo, um dos entrevistados apontou: “eu vejo muita ação movimentada pela sociedade civil, como é o caso do Comitê Gestor de Salvaguarda do frevo e nós, comunidade do frevo que constantemente escrevemos nossos projetinhos e quando aprovados, realizamos diversas ações. Tem muita coisa sendo feita, mas precisa ser aprovado, né?” (Entrevista Passista 4, 2024).

Conforme já foi apontado anteriormente, são poucas as agremiações que possuem sede própria e é menor ainda o número das que tem uma estrutura para a recepção de visitantes ou para a realização de eventos que além de estimular frevo o ano inteiro, pode ajudar na arrecadação de recursos para a manutenção da própria agremiação.

A ausência de uma sede própria e/ou as condições físicas precárias das mesmas interfere também na conservação do acervo da história e memória das agremiações. O mais comum é que documentos importantes como, por exemplo, as atas de fundação e das reuniões, fotografias e adereços (estandarte, fantasias, bonecos e outros) sejam mantidos na casa de algum(a) integrante.

Em muitos casos essa manutenção se dá em condições desfavoráveis tanto em termos de conservação dos bens e artefatos em si, como da desordem/ocupação excessiva para armazenamento, o que resulta em transtornos na rotina da casa deste(a) integrante devido a ocupação de um espaço considerável do imóvel.

Ainda com relação aos adereços e artefatos, estes geralmente são reutilizados ano a ano pelas agremiações, poucas são as que conseguem renová-los por completo. Geralmente pouco antes do carnaval há uma manutenção/reforma dos mesmos, especialmente as fantasias.

Em relato informal durante as comemorações do Aniversário do Frevo, uma integrante do Bloco da Saudade - bloco lírico muito popular e que foi fundado em 1974 - comentou que antigamente os materiais para confecção das fantasias eram comprados nas lojas (de tecidos, plumas, paetês e pedrarias) do centro do Recife. Porém, desde um pouco antes da pandemia da Covid-19, o movimento do comércio do bairro que já vinha em decadência, caiu ainda mais, e o acervo das lojas acompanhou essa queda. Somou-se a isso o acesso a produtos importados disponíveis para compra via internet.

⁴³ Frase atribuída ao sociólogo brasileiro Darcy Ribeiro que usou essa expressão para descrever a violência e o impacto destrutivo das instituições na desumanização das pessoas.

A partir disso e devido ao somatório das questões apontadas anteriormente, praticamente todo o vestuário e adereços dos integrantes das agremiações em geral - e não só do Bloco da Saudade - apesar de costurados localmente, são confeccionados com produtos de fora do Brasil. A importação para a produção de fantasias e adereços pode ser considerada como sendo uma variável de conexão territorial afetiva relativa à tradição que está em risco e estigmatizada. A aquisição de produtos de outras procedências diminui a participação de pessoas da localidade no universo do frevo, além de acabar por reduzir a movimentação financeira gerada através do comércio local e da contratação de profissionais do ramo.

Em termos de proposições, como formas de ativar popularmente o patrimônio-territorial frevo, pode-se proceder ações desenvolvidas em parceria com a iniciativa privada e o poder público (das esferas federal, estadual e/ou municipal) que envolvam a ocupação de casarões antigos, degradados ou abandonados para serem utilizados como sede para as agremiações e, também, a reforma e reestruturação das que já existem e estão em condições inapropriadas.

Estes importantes espaços do frevo podem apoiar o armazenamento e a produção dos artefatos das agremiações, a realização de formações e atualizações profissionais através de cursos e ensaios de dança, música (e manualidades), promover a profissionalização, diversão e lazer coletivos e, também, o lucro, a partir da utilização destes espaços como ponto de apoio para venda de produtos e serviços.

A criação destas oportunidades viabiliza a conexão de ações para o coletivo que geridas de forma conjunta são ativadas popularmente e fogem um pouco da lógica das ações individuais e de empreendedorismo e “criatividade”, que operam sob os preceitos da ‘patrimonialização global’ promovendo competitividades internas e externas (Costa, 2017; Santamarina, 2013).

Durante as entrevistas e depoimentos acessados pelas plataformas digitais, foram muitos os relatos sobre as dificuldades enfrentadas para colocar uma agremiação nas ruas, bem como sobre a falta de investimentos públicos e privados e os desafios práticos e cotidianos para a manutenção da sede em funcionamento. No entanto, a alegria e satisfação de ver milhares de pessoas acompanhando e reverenciando a agremiação parece fazer tudo valer a pena. Depreende-se desta conformação social a força motriz da coletividade como resistência às individualidades dos dias atuais.

Esta “validade” de colocar a agremiação nas ruas não tem a conotação de retorno financeiro ou reconhecimento público, passa pela alegria e honra de manter viva essa parte que os compõe, uma sensação de “dever” cumprido em nome de parentes, vizinhos(as) e

amigos(as) que formam e expandem a agremiação. O depoimento a seguir traz elementos que confirmam esta configuração de coletividade, animação, alma, ofício e brincadeira (consigo mesmo(a), com os(as) outro(as) e o meio) que são inerentes ao frevo e aos bens culturais imateriais de maneira geral:

Porque no frigir dos ovos quando a gente vai pensar numa orquestra grande, frevo bom. Quando fazemos festas, pensamos nos nossos amigos e familiares, nas pessoas que gostam do frevo. Pra gente foi muito bom bombar. O que faz as pessoas irem pro Cariri às 4h da manhã⁴⁴? Tem que ter uma tradição, um significado. A gente construiu isso”. (Entrevista Músico de frevo, 2023).

Há décadas uma outra questão é recorrente no segmento dança do frevo, trata-se da demanda/luta para a aplicação do ensino/prática do frevo nas escolas municipais e estaduais. No entanto isso nunca aconteceu efetivamente, apenas ações pontuais. Algumas escolas da rede privada de ensino oferecem aulas de frevo e cultura popular como um todo no período do contra turno.

Em relação aos investimentos nas agremiações por parte da Prefeitura de Olinda geralmente este se dá através da remuneração em dinheiro para a orquestra da agremiação ou do fornecimento de outra orquestra definida e contratada pela própria gestão municipal. “Esse apoio é em torno de 15 mil reais, mas tem orquestras que ganham mais que outras” (Entrevista Músico de frevo, 2023).

Foi relatado e é frequentemente divulgado na imprensa que esse dinheiro, via de regra, demora muito para sair, chegando a ser efetuado somente seis meses após o carnaval. No que se refere ao apoio da iniciativa privada o mais comum é ver estampado a marca das empresas nas camisetas dos blocos e agremiações. Outra forma de apoio é a inclusão de peças publicitárias adaptadas para as estruturas e condições carnavalescas e através de apoios e investimentos em troca de propaganda.

A Fundarpe às vezes contrata as agremiações para apresentação em eventos e paga um cachê em dinheiro. Da mesma forma ocorre com as prefeituras. Um dos entrevistados afirmou

⁴⁴ Normalmente as agremiações de Olinda saem no horário da manhã ou noite. As exceções mais populares são o Homem da Meia Noite (que sai pontualmente às 0h) e o Cariri (que concentra às 3h da manhã, e recebe as chaves da cidade das “mãos” do Homem da Meia Noite). O entrevistado se refere ao recente sucesso do bloco que até pouco mais de 10 anos, provavelmente devido ao horário, não era acompanhado por muita gente. A popularização do Cariri é recente e a diretoria considera que as redes sociais e as renovações nas ações do bloco foram definidoras. Acrescenta-se também a transmissão ao vivo da saída do Homem há cerca de 10 anos pela afiliada em Pernambuco da Rede Globo de Televisão.

que: “a maior dificuldade é em relação aos recursos financeiros pra poder investir na orquestra, em cursos de formação (Entrevista Músico de frevo, 2023)

O processo oficial de patrimonialização do frevo é referência em termos de Brasil e são inegáveis as conquistas institucionais decorrentes dos títulos e chancelas. Quando questionados(as) sobre os avanços decorrentes dos títulos uma das entrevistadas apontou:

O processo de patrimonialização foi responsável pelo mapeamento das comunidades do frevo em 2007. Não há uma atualização dos territórios do frevo... isso parece estar parado desde então... mas é notória a existência de mais iniciativas dos brincantes do frevo como uma meta de vida através do frevo levadas à cabo pelas pessoas da comunidade, sabe? (Integrante do Comitê de Salvaguarda do Frevo, 2023).

Durante a escuta para a revisão do Plano de Salvaguarda do Frevo, um integrante de um dos blocos líricos do Recife comentou sobre a necessidade de um olhar mais atento aos fazedores(as) deste ofício. Para ele, os holofotes das ações de salvaguarda e da indústria cultural como um todo são desproporcionais para o setor da música e da dança, sendo maiores os investimentos públicos e privados no âmbito musical do frevo.

Comentou ainda que as poucas ações realizadas para o segmento da dança são restritas aos passistas de Frevo-de-Rua, havendo por esta razão um apagamento da dança que se faz nas agremiações do Frevo-de-Bloco: “se não há o ensino destes passos, que realmente não tem a mesma diversidade dos passistas de Frevo-de-Rua, pode ser que lá na frente não exista mais” (Integrante de bloco lírico, Escuta para a Revisão do Plano de Salvaguarda, 2023).

Apesar desse desabafo-denúncia os demais integrantes do segmento da dança, mesmo reconhecendo um sentido de verdade na fala do colega, reiteraram que a existência de premiação para flabelistas nos concursos do carnaval do Recife foi uma vitória significativa.

O tema dos concursos é gerador de debates intensos no segmento da dança os quais foram identificados durante a escuta e sobretudo nas entrevistas com os(as) passistas. Um dos pontos que causam polêmica se deve a que é discrepante a diferença do prêmio destinado ao Rei e Rainha do carnaval e dos(as) passistas.

Há um concurso que elege os(as) melhores passistas, porta-bandeira, mestre-sala, flabelista e porta-estandarte das diversas agremiações carnavalescas. Além destas categorias ocorre também a eleição do Rei Momo e da Rainha do Carnaval. Trata-se de uma realização da Prefeitura do Recife, através da Secretaria de Cultura e Fundação de Cultura Cidade do

Recife. O 9º Concurso de Fantasias do Baile Municipal do Recife realizado em 2024 distribuiu mais de R\$ 220 mil reais em prêmios.

Para Rei e Rainha o prêmio individual é de 30 mil reais. Na modalidade passistas há seis categorias: Infantil, Mirim, Juvenil I, Juvenil II, Adulto e Passista de Rua (masculino e feminino) que dividem prêmios que totalizam cerca de R\$ 27 mil reais (Recife, 2024).

Para além da discrepância dos prêmios para passistas e majestades do carnaval, um dos entrevistados destacou a problemática da padronização da “beleza”:

O valor dos prêmios nos concursos de carnaval demonstra uma questão relevante. Os holofotes também. Os concursos de passistas são pouco valorizados e divulgados. Mudou um pouco os critérios de avaliação. Atualmente há uma abertura maior para outros corpos e formas da dançar. Os de Rei e Rainha seguem sendo mais voltados à estética. E é muito subjetivo, né? Não há uma clareza dos critérios e o que regula o que é a beleza. Me parece que há uma estética de corpo e de beleza dentro de um padrão que nega a realidade brasileira (Entrevista Passista 4, 2024).

Ainda sobre os concursos, a passista Marcela Felipe, durante palestra no Observatório do Frevo, narrou que em um determinado momento o Mestre Nascimento do Passo manifestou interesse em vencer o concurso. Na época, início dos anos 1990, nenhuma passista da Escola de Frevo havia vencido o concurso de Rainha. Outros dois entrevistados passistas também comentaram sobre a não exigência de “ter frevo no pé” para as rainhas (Entrevista Passistas 1 e 2, 2023).

Para além disso, uma outra passista entrevistada, mencionou que mesmo já havendo vencido o tal concurso (a princípios dos anos 2000), não tem interesse em participar novamente porque o concurso se “desvirtuou demais”, “virou concurso único e exclusivo de beleza, o frevo quase não aparece”, “tem candidata que recebe altos investimentos e fica com quase nada do prêmio, profissionalizaram pra um lado muito ruim a disputa” (Entrevista Passista 3, 2024).

Além de expor bastante indignação pelo atual formato do concurso, a referida entrevistada também pontuou a desvalorização dos(as) passistas em função da discrepância entre o valor do prêmio para estes profissionais e as majestades do carnaval (Entrevista Passista 3, 2024).

Durante o Observatório do Frevo – ‘Pra frevar o ano inteiro: mercado de trabalho e sustentabilidade dos passistas de frevo’ - realizado em abril de 2024 no Paço do Frevo, a

passista Marcela Felipe comentou sobre um aspecto relevante e ao que parece corriqueiro no universo dos passistas:

Às vezes estamos frevando em um palco gigantesco, com artistas que atraem uma multidão. Nossa presença e atuação é destacada, o público nos aplaude fervorosamente, mas nossos nomes não são mencionados, somos invisibilizados. Penso que isso é muito injusto. É importante termos reconhecimento de quem somos individualmente, enquanto artista.

Na mesma linha, após comentários durante a entrevista com um passista sobre uma foto em que ele é retratado e não consta sua identificação (há apenas a legenda que diz: “passista frevando em frente ao Paço do Frevo”), ele lamenta: “ah, isso é normal, quase nunca somos nominados. É triste! (...) Às vezes tenho a sensação de que não importa quem somos, mas a foto/imagem que proporcionamos” (Entrevista Passista 4, 2024).

Também foram apontados como enfrentamentos recorrentes vividos pelos(as) passistas: apresentação em palcos improvisados, ausência de camarim, atraso considerável do horário das apresentações, submissão à outras funções não necessariamente artísticas (como posar para fotos, recepcionar participantes em eventos da gestão pública etc.). Um dos entrevistados expôs um pouco sobre a precariedade nas apresentações:

Às vezes os tratamentos são bem diferenciados. Somos contratados como artistas, mas não somos tratados como artista. Mal tem água, mal tem estrutura de camarim e de palco pra gente. Eu acho importante em relação a essa coisa da manipulação do frevo, a gente enquanto formador da cultura popular, a gente sempre estar fomentando a história e a essência do que a gente faz e a essência disso para a sociedade, da gente enquanto passista. Estar atento às formas de manipulação porque aí a gente consegue ter coragem pra se impor. Às vezes a gente, no começo, falta coragem pra se impor, a gente se submete, dança mais tempo do que o contratado. Até chegar o momento de a gente construir uma coragem e dizer que não faremos nada além do que foi acordado (Entrevista Passista 4, 2024).

O referido passista expôs outras questões relevantes ao comentar sobre as diferenças entre se apresentar no Brasil e no exterior as quais extrapolaram este conteúdo específico. Assim, mais uma vez, através de uma das vozes do frevo, tem-se um relato que reflete e justifica a importância de compreender o seu uso turístico, foco desta tese.

Este depoimento corrobora e carrega argumentos e leituras de mundo e de sociedade que negritam o potencial do frevo enquanto forma de resistência popular ao neoliberalismo. Não se trata de ver e ter o frevo como vetor para atrair turistas, mas para fazer viver e ser feliz a própria população enquanto forma de lazer e fruição da vida – componentes indissociáveis e muitas vezes desconsideradas do turismo - e reforça a relevância do frevo (entre outros patrimônios) no desenvolvimento humano dessas e de outras pessoas, turistas ou não. Eis o que diz o passista:

A nossa dança, nossa expressão ela é potente, fisicamente ela é explosiva, ela chega e marca muito, sabe? Mas também tem um lugar que eu vejo que é estético e mercadológico que é vender a alegria do povo pernambucano, então a gente o tempo todo tem que estar sorrindo e por dentro a gente está se lascando. E não é fácil. Mas... de certo modo a gente acaba sorrindo com verdade. Apesar do precário, e não é romantizando o precário, mas a gente encontra brechas pra sorrir, né? (Entrevista Passista 4, 2024).

No que se refere especificamente às questões particulares da música no frevo, também são recorrentes as queixas devido à ausência da oferta de cursos de formação. Apareceu nas entrevistas, nos materiais digitais consultados e na fala durante a escuta para a revisão do Plano de Salvaguarda. Para os(as) integrantes deste segmento é inacreditável que um gênero musical dessa envergadura, “admirado em todo o mundo pela riqueza e versatilidade sonora ainda não seja foco de ensino/aprendizagem formal e em todo território pernambucano” (Entrevista Músico de Frevo, 2023).

Esta queixa recorrente se estende também à importância que o ensino formal do frevo tem/pode ter na vida de jovens, especialmente os(as) periféricos(as). Por essa razão é usual a solicitação e requerimento da comunidade pelo apoio dos poderes públicos à instalação de aulas de música de frevo nas escolas públicas de forma frequente e não apenas através de ações pontuais.

Um exemplo de iniciativa neste sentido é o projeto ‘Escolas que frevam’, coordenada pelo Núcleo de Animação Cultural – NAC que é vinculado à Secretaria de Educação de Pernambuco. É desenvolvido através de uma parceria entre a Escola Municipal de Frevo, o Paço do Frevo e é apoiada por empresas privadas. Consiste na realização de aulas de dança de frevo em escolas públicas da rede estadual da Região Metropolitana do Recife. A escolha das escolas é vinculada à existência de bandas de fanfarra.

Em 2023 o ‘Escolas que Frevam’ esteve em oito escolas da RMR. Um dos entrevistados comentou: “Ano passado plantamos essas sementinhas e depois? Então decidimos voltar a quatro dessas escolas e iniciar em outras quatro”. Sobre a repercussão junto aos estudantes ele relatou: “Assim que chegávamos nas escolas muitos deles diziam: ‘Oxi, frevo? Agora?! Mas nem chegou carnaval ainda!’ É muito interessante... Eles começam com estranhamento e depois adoram e perguntam se vai ser o ano inteiro”. E complementou: “É muito pontual. Eu acredito que deveria haver uma iniciativa como essa em cada Região Política Administrativa – RPA da RMR (Entrevista Passista 4, 2024).

Ao serem questionados(as) sobre a importância do frevo individual e coletivamente, subjetiva e objetivamente, as respostas foram diversas. Um dos entrevistados fez uma interessante reflexão:

O frevo constrói muitas relações afetivas. Por que a gestão pública não pensa ações que ampliem a atuação do frevo fora do período de carnaval? O ano inteiro poderia ter ações que permitam as pessoas conhecerem as agremiações (são tantas as agremiações em Recife e Olinda) ... seria importante conhecer como elas acontecem, conhecer os atores que estão ali tocando, dançando, bordando, costurando... acho que a gente pode propor isso enquanto sociedade. Ampliar essa coisa de que o frevo só precisa ser visto e oferecido durante o período de carnaval. Isso é cultural. É preciso romper com essa ideia (Entrevista Passista 4, 2024).

O discurso em torno da necessidade e capacidade do frevo de extrapolar o tempo e o espaço do carnaval para existir o ano inteiro foi recorrente enquanto demanda de parte dos integrantes das comunidades do frevo e é identificado institucionalmente mediante o posicionamento explícito de algumas entidades culturais públicas e privadas, bem como nas publicações mais recentes de pesquisadores que tratam sobre o frevo, ainda que, por vezes, de maneira embrionária e enfrentando críticas.

Porém, foi na observação da cotidianidade das pessoas que frevam que se verificou a vivacidade existente nesta manifestação fora do carnaval. Trata-se de um dos principais achados empíricos que elucidam relevantes lacunas, entre as quais destaca-se a realização de ações frequentes e contínuas efetuadas desde os mais diversos fazedores e fazedoras do frevo.

Este giro na concepção do frevo para além do carnaval interfere e dialoga diretamente com as reflexões sobre as implicações do seu uso turístico, foco central e razão de ser desta

tese. A seguir apresentam-se alguns dos depoimentos dos(as) entrevistados(as) sobre esta questão em específico.

A recepção de turistas com passistas eu não gosto. Acho clichê e insuficiente pra representar o frevo... a cena do Guerreiros do Passo no filme "Retratos Fantasma"? Ali sim! (Entrevista Integrante do Comitê de Salvaguarda do Frevo, 2023).

Eu não gosto do uso que se faz do frevo pelo turismo, aquela coisa de receber no aeroporto, em Olinda. Eu não gosto, eu acho muito enfeitado. O frevo não é assim, não gosto dessa ideia. No mercado cultural como um todo eu acho que ainda está fraco. Poucos bares oferecem frevo na programação musical. O frevo é do ano inteiro. Não é do carnaval. Mas muita gente ainda acha que é só pro Carnaval. Eu acho massa ter programação de frevo o ano inteiro. Tipo se quiser no *halloween* fazer um bloco, uma festa com frevo, eu acho massa” (Entrevista Músico de Frevo, 2023).

Estas narrativas são relevantes e grifam boa parte das preocupações já apontadas e discutidas ao longo desta tese no que se refere à turistificação dos bens culturais e sua incidência sobre a padronização, estereotipação e apagamento das particularidades mais originárias e populares das manifestações culturais. Refletem também sobre os incômodos e concordâncias acerca das diferentes formas de incorporação do frevo pelo mercado turístico e cultural.

Ainda sobre o uso turístico do frevo e suas especificidades, dois dos entrevistados mencionaram que parece haver uma dificuldade de “envelopar e empacotar” o frevo. Turismólogos com atuação há mais de 20 anos, ambos comentaram sobre algumas iniciativas do empresariado local que não deram certo. Duas destas iniciativas eram de natureza semelhante, qual seja a criação de uma casa de shows/restaurante cuja oferta é o serviço de jantar acompanhado de apresentações de dança e música do frevo.

Trata-se de um modelo de negócio muito reproduzido no mundo turístico em cidades que dispõem de bens culturais imateriais. A ideia consiste em oferecer ao turista a oportunidade de comer e apreciar a música e a dança tradicionais locais. Apesar do alto investimento em estrutura física, da contratação de profissionais da dança e da música os dois empreendimentos não superaram os dois meses de funcionamento.

Foi relatado também uma terceira iniciativa realizada por uma empresa já bastante consolidada na prestação de serviços de passeio de catamarã pelo Recife. O estabelecimento contratou orquestra, companhia de dança, serviço de bar e restaurante, mas os turistas não chegaram” (Entrevista Gestor público de Turismo do Recife, 2023; Entrevista Produtora cultural, 2024).

Entre as causas para a falência das iniciativas, uma das entrevistadas apontou: “é mais fácil haver viabilidade de uso turístico do frevo quando há um nexos, um motivo de existir o ano inteiro, sem estar necessariamente envelopado, empacotado” (Entrevista Produtora cultural, 2024).

Uma terceira entrevistada também comentou sobre os empreendimentos que não vingaram. Passista e empresária de um balé popular que faz apresentações especialmente para eventos turísticos, relatou: “meu grupo nunca fez uma apresentação dependendo de ingresso/bilheteria. São 21 anos. Não faço porque eu acho que as pessoas não valorizam” (Entrevista Passista 3, 2024).

Conforme relatou, essa condição do uso turístico dos bens culturais levou-a focar as apresentações do seu Balé em ações no campo do turismo e, além de participar de campanhas de divulgação e receptivo, prepara as apresentações em um formato que seja interessante para atuar em feiras e eventos de turismo. Ela individualmente ou junto com o seu grupo são presença constante nos *stands* organizados pela Prefeitura do Recife, Governo de Pernambuco e pelos empresários de Porto de Galinhas. Segundo mencionou: “minha dança virou uma dança turística (...) Tem ocasiões que eu fico o dia inteiro de roupa de passista...Já andei “fantasiada” de passista em Buenos Aires, no Uruguai, em São Paulo” (Entrevista Passista 3, 2024).

O turismo hegemônico incorpora e é incorporado pela indústria cultural, os quais, juntos ou separados, não colaboram para o desenvolvimento das pessoas, senão das grandes corporações e redes empresariais. É perceptível que estão em andamento e cada vez mais agressivas as intenções e ações nas quais o frevo (e outros bens culturais) vem sendo submetido a uma série de transformações para atender ao mercado turístico e à indústria cultural. Assim, pode-se inferir que, guardadas as devidas proporções, promove-se uma espécie de tentativa de destruição das resistências por submissão à necropolítica do neoliberalismo no desenvolvimento das cidades.

Para encerrar esta seção sobre os enfrentamentos, resistências e utopismos no Frevo, os depoimentos a seguir expõem parte das reflexões realizadas pelos(as) entrevistados(as) ao serem questionados sobre o futuro desta manifestação popular. Essa questão foi responsável

por falas extensas e instigantes que revelaram não só a importância do frevo na vida individual e coletivas das pessoas, mas as principais preocupações, queixas e expectativas. Foram, portanto, bastante caracterizadores da simbiose frevo-pessoas-territórios.

Revelaram ademais, a ausência do medo em relação ao fim/término/morte do frevo, discurso recorrente para justificar os processos de patrimonialização e incansavelmente discutido nos estudos patrimoniais (Cavalcanti, 2019; Gonçalves, 2015; Frigolé, 2014, Costa, 2017, Santamarina, 2013).

A gente ainda vê o frevo com uma determinada estética, com as cores primárias (da bandeira, né?) ... a gente chega no aeroporto e vê o passista. A gente só vê, não participa, né? Desse frevo mais acrobático que subiu aos palcos. No palco também acontece a mesma coisa, o corpo domesticado é o mais comum, né? Na música também. Não tem a munganga, a ginga que a gente vê nos frevos dançados nas ruas. Tira um pouco dessa relação de proximidade. Mas esse é um espaço muito restrito que o frevo ocupa, que está na indústria fonográfica, na dança profissional, do que chega nas tvs, do que chega no rádio e nos palcos. Só que existe um outro frevo...Esse sim que é o motor e é o futuro do frevo. As formas de dançar frevo com roupa X e sombrinha Y... Quem sabe um dia esse frevo também vai ser superado? Mas o fato de o frevo ser motivo de um grupo de pessoas de uma comunidade do bairro X pegar um terreno, levantar uma edificação em forma de galpão e de salão, montar um espaço, abrir um bar, escolher umas cores, mandar fazer um estandarte e sair tocando uma música chamada frevo, isso existirá... acho que está mais nesse lugar... (Entrevista Pesquisador, 2024).

O frevo resiste e resistirá porque o frevo existe apesar de... o frevo pra mim é resistência... apesar do descaso da gestão pública, apesar da tradição em uma sociedade que valoriza sempre a inovação. O frevo é... ao invés de querer ser algo novo, algo da moda. Porque ele já nasceu assim, apesar de ter sido criado por pessoas desfavorecidas... O frevo é resistência desde a gênese. O frevo nunca será por causa de... mas apesar de... o frevo sempre se renova. A gente que gosta de frevo quer ouvir o frevo de muitos anos atrás, mas eu adoro ouvir inovações também (Entrevista Produtora Cultural, 2024).

Diante das análises realizadas tem-se que devido aos aspectos originais do frevo e às resistências e adaptações já sofridas e realizadas (para além da patrimonialização “oficial” em si mesma), pode-se considerar o frevo enquanto um patrimônio-territorial ativado, valorizado e reconhecido interna e externamente por sua comunidade (que é a protagonista).

No entanto, para que se conquiste a valorização das individualidades e coletividades e se promova a emancipação popular, são necessárias outras e diferentes estratégias e caminhos. Reforça-se, portanto, a relevância dos chamados 'circuitos utópicos do patrimônio' que reafirmam a existência periférica e consideram que "a preservação a assumir não se define como uma única defesa patrimonial" (Costa, 2016, p. 4). Neste sentido, a ativação do frevo necessita/deve ser realizada desde e para os sujeitos do frevo, isto é, desde os seus 'sujeitos-patrimônio'.

Diante do exposto tem-se que as perspectivas teóricas e metodológicas que fundamentaram esta investigação reconhecem a importância de se considerar as condições, complexidade e multidimensionalidade das comunidades envolvidas nos processos de patrimonialização e turistificação dos bens culturais. Mediante esse escopo epistêmico e os resultados decorrentes dos trabalhos de campo, a próxima seção se encaminha para propor/pensar o turismo enquanto ferramenta para o enfrentamento das colonialidades, aquisição de conhecimentos e conexões socioespaciais, apresentam-se finalmente, outras possibilidades para o uso turístico da cultura, “outros turismos possíveis” a partir da decolonialidade e dos utopismos.

6.

Considerações Decoloniais
Para *Outros Turismos*
Possíveis

6 CONSIDERAÇÕES DECOLONIAIS PARA “OUTROS TURISMOS POSSÍVEIS”

*O meu revólver
É um estado de espírito
E o pessimismo
É luxo de quem tem dinheiro*

*A covardia
Impera sob a ignorância
Mas a esperança
É substância pra mudar
Mudar as coisas de lugar*

*Uma cidade triste
É fácil de ser corrompida
Uma cidade triste
É fácil ser manipulada*

*No contra-ataque da guerra, arte!
Pra não viver dando murro em ponta de faca.
No contra-ataque da guerra, arte!
Ninguém nessa terra vai comer farinata*

*Eu quero ver você dizer que
Não vai ter mais frevo
Eu quero ver você dizer que
Não tem frevo mais*

*O frevo é um ser humano
O frevo é o nosso rock
O frevo é a luta armada
De Zenaide, de Capiba e de Spok*

*Meu corpo é uma cidade
Com pernadas de aço
Pra furar um buraco
Na rocha do egoísmo*

*A revolta do passo
Ferrolho, tramela
Rojão, abre alas
Tesoura, martelo
Espalhando brasa*

(Música: Revólver. Flaira Ferro)⁴⁵

⁴⁵ Para ouvir ‘Revólver’, letra e interpretação de Flaira Ferro em um videoclipe gravado nas ruas do Recife com personalidades do frevo, acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=H3jv4Vlh844>

Pretendeu-se por meio desta tese percorrer caminhos teóricos, metodológicos e analíticos capazes de refletir criticamente e com profundidade sobre a configuração do uso turístico do frevo em Recife e Olinda. Assim, a composição textual desta tese foi iniciada com a seção introdutória da justificativa e problemática seguida, em seu segundo capítulo, da exposição dos eixos teóricos e dos procedimentos e técnicas de coleta e análise dos dados.

O terceiro capítulo abordou a contextualização dos processos de patrimonialização e turistificação através da apresentação da trajetória e das ampliações conceituais da patrimonialização dos bens culturais, da caracterização das políticas públicas para a patrimonialização imaterial no Brasil e da análise documental das concepções de turismo nestas políticas. Abordou também os processos de turistificação e uso turístico dos bens culturais de um ponto de vista mais teórico para, na sequência, tratar sobre a trajetória das políticas de turismo e cultura na gestão pública de Pernambuco. Finalizou com uma seção que analisa como os patrimônios culturais imateriais - e especificamente o frevo - estão considerados nas políticas federais, estaduais e municipais.

O capítulo seguinte abordou as particularidades da patrimonialização e da turistificação do frevo. A primeira seção expôs a análise dos documentos “oficiais” para os processos patrimoniais junto ao Iphan e à Unesco e na segunda apresenta-se a trajetória histórica do frevo e de sua patrimonialização. A seção final deste quarto capítulo expôs a configuração do turismo em Recife e Olinda incluindo-se a turistificação do frevo nestes destinos.

O quinto e último capítulo expôs as ativações e existências do frevo a partir da análise de sua materialização e territorialização. Apresentou as Variáveis de Conexão Territorial Afetiva do frevo e o ‘Mapa do Frevo em Recife e Olinda’, acompanhados da análise dos segmentos que compõem e caracterizam o frevo e sua produção e, por fim, foram apontados e discutidos os enfrentamentos, resistências e utopismos no frevo.

Por fim, são apresentadas as duas seções finais e conclusivas desta tese que estão compostas pelas ‘Considerações decoloniais para *outros turismos possíveis*’ e pelas notas finais autorais.

O primeiro dos objetivos específicos desta tese constitui-se em identificar, mapear e caracterizar a materialização e territorialização do frevo e do seu uso turístico em Recife e Olinda e está exposto nos capítulos mais empíricos, os quais foram respaldados por aportes teóricos, documentos, informações, imagens e depoimentos da comunidade do frevo os quais foram coletados via entrevistas, observação direta e fontes diversas. A concretização deste

objetivo apoiou o intento de compreender a configuração e a dinâmica do uso turístico do frevo em Recife/Olinda, outro objetivo específico da tese.

A investigação da patrimonialização do frevo desde a concepção existencial e decolonial da proposta teórico-metodológica da *ativação popular do patrimônio-territorial* (terceiro objetivo específico) permitiu a análise dos aspectos que interferem e constituem o frevo e suas comunidades. Assim, a partir do aprofundamento investigativo dos processos de patrimonialização com foco no uso turístico do frevo, foi possível finalmente refletir sobre “outros turismos possíveis”, objetivo central da tese.

As leituras e análises realizadas nesta investigação permitiram identificar que mesmo ativado popularmente, o frevo não está efetivamente turistificado. As razões para esta condição mais do que indicar uma falha da gestão pública ou da iniciativa privada parecem estar contidas na própria natureza do frevo. É como se o frevo tivesse que se manter assim, fora das prateleiras e sem embalagens ou rótulos. O frevo talvez não seja “empacotável”.

Esta singularidade do frevo, tal e como indicam outras investigações sobre patrimônios culturais em territórios latino-americanos, parece apontar para o fato de que, talvez, nenhum destes *patrimônio-territoriais* popularmente ativados sejam passíveis de serem completamente submetidos às formas de controle, domesticação e adestramento comuns aos processos de ‘patrimonialização global’ (Costa, 2016, 2017, 2021; Santamarina, 2013). Eis aqui exposta a singularidade e universalidade deste estudo.

Conforme Flyvbjerg (2004) há uma série de questionamentos e mal entendidos acerca da aplicabilidade, essência e validade dos estudos de caso nas investigações que se utilizam desta metodologia de pesquisa. Isto se dá em decorrência dos riscos de generalizações de aspectos específicos para casos mais gerais a partir de achismos e/ou da pouca profundidade, rigor e criatividade nas análises empreendidas. O autor reforça que a partir da investigação profunda e intensa de uma unidade social pode-se apreender sua totalidade para descrever, compreender e interpretar as complexidades concretas dos temas e fenômenos contemporâneos.

Em se tratando de uma investigação no campo dos estudos turísticos e levando-se em consideração tratar de processos que incidem diretamente nas realidades latino-americanas, cujas produções científicas são restritas, o uso da modalidade do estudo de caso se constituiu uma opção metodológica plausível para abordar patrimonialização e a turistificação das expressões culturais a partir da investigação destes processos no frevo.

Devido às características particulares do frevo e à configuração do turismo em Recife e Olinda, optou-se por não fazer comparações com o samba no Rio de Janeiro, o tango na

Argentina, o axé na Bahia, o fado em Portugal, o carimbó no Pará, ou o flamenco na Espanha - para mencionar alguns exemplos emblemáticos do uso turístico de bens culturais de natureza imaterial – e musical - e que, assim como o frevo, são patrimônios culturais associados a lugares específicos.

Além disso, a comparação entre os usos das manifestações culturais, estratégia muito recorrente enquanto estratégia mercadológica e consequentemente turística, geralmente conduz a uma tentativa de homogeneização dos bens culturais, territórios e sujeitos, tendências também decorrentes dos processos de industrialização e globalização (Costa, 2021; Zanirato, 2018; Santamarina, 2013; Prats, 2005; Frigolé, 2014).

Cada um desses bens culturais anteriormente mencionados é dotado de características próprias e singulares e é assimilado e tratado pelos agentes públicos e privados de maneiras particulares. Além disso, da mesma forma, a configuração do turismo nestas localidades também interfere no uso turístico que se faz destes bens.

Neste sentido, buscou-se compreender nesta tese, o turismo que os(as) integrantes do frevo - aqui considerados sujeitos-patrimônio - pensam e almejam, sem apresentar fórmulas mágicas ou modelos de gestão, já que muitas vezes são promovidas investidas que geram uma espécie de padronização de seus usos turísticos e o apagamento das suas características originárias e únicas. Além disso, o retorno para os fazedores e fazedoras é quase sempre insuficiente. Registre-se que a maioria dos(as) agentes culturais vinculados ao frevo apresenta-se/vive/sobrevive no foco dos graves problemas sociais existentes no Recife e em Olinda, tão comuns às cidades da América Latina.

Esta reflexão corrobora com as proposições de Escobar (2005) que, ao discutir sobre os enfrentamentos à globalidade imperial, sugere a teorização em torno da diferença como esforço de pensamento crítico e prática social de resistência e criação alternativa, apontando que é justamente na diferença que se encontram pontos de partida e perspectivas para outros pensamentos, imaginários e desenhos sociais.

Da mesma forma, se aproxima do que indica Maldonado-Torres (2008) segundo o qual a experiência vivida pelos sujeitos marcados pela colonialidade são altamente relevantes para entender as formas modernas de poder para, em seguida, prover alternativas a elas.

Os processos globalizantes – assim como as colonialidades - se produzem e reproduzem no dia a dia. Para Aguer et al. (2014), entre as possibilidades de escapar da colonialidade é indicado considerar que onde está a colonialidade estão também os espaços para exercer a crítica e resistência às condições de opressão. Neste sentido os referidos autores

decoloniais sugerem problematizar e quebrar os controles ou tentativas de controle da capacidade imaginativa das pessoas.

É o que ratifica a proposta teórico-metodológica da ativação popular do patrimônio-territorial (alicerce fundamental para as reflexões desta tese), ao conceber que os utopismos patrimoniais potencializam práticas territoriais alternativas através de iniciativas localizadas que resistem às colonialidades e às ações predatórias e de estigmas sobre as pessoas e territórios da América Latina (Costa, 2016, 2017, 2021).

A partir destas concepções inerentes à perspectiva decolonial, esta tese se propôs a refletir sobre a relação turismo e cultura com foco em seus aspectos humanos e de humanização. A intenção foi discutir e pensar sobre o uso turístico do frevo não no sentido de sua mercantilização/exportação, mas levando em consideração o saber/fazer das pessoas que o criaram e o compõem. Muitas vezes é o frevo que define o existir e resistir dos(as) integrantes de suas comunidades, pessoas que vem ao longo de muitas décadas frevando pelas ruas, ladeiras e palcos, e também pela vida (individual e coletiva). Portanto, é inegociável não considerar a importância destes sujeitos enquanto agentes da construção do seu próprio desenvolvimento.

Ao pensar sobre o papel do turismo no desenvolvimento humano, abrangendo componentes sociais, culturais e políticos, bem como a dimensão econômica, conforme sugere Sharpley (2020), tem-se outros usos mais enriquecedores do turismo, entre os quais certamente está o seu encontro com a educação, a construção de consciência e a emancipação, que podem, de fato, contribuir para a civilização, em vez do crescimento/desenvolvimento econômico, conforme propõe Santos (2000) e foi apontado por Fazito et al. (2017).

A turistificação gera alterações no espaço direcionadas à recepção de turistas e visitantes e é considerado como sendo o processo pelo qual as localidades e suas comunidades são submetidas aos processos de mercantilização dos bens naturais e culturais e, conseqüentemente, sofrem alterações devido à intensificação do turismo (Hiernaux, 2020; González Alcantud, 2018; Figueiredo, 2008; Fratucci, 2000).

Desde os tempos pré-modernos a experiência da viagem era além de uma necessidade, uma busca (González Alcantud, 2018). Portanto, a “natureza” e razão de ser do turismo é o lazer, o ócio, a construção de sociabilidades, antes de ser tão somente o negócio. Nesse sentido, somos todos(as) turistas (Hiernaux, 2002). Esse vem sendo o caminho trilhado pela escola mais crítica de turismo a qual dentro desta perspectiva tem se tornado pertinente para a análise da sociedade contemporânea.

Os bens culturais são por si só constituídos por pessoas, acessá-los implica necessariamente no encontro com o(a) outro(a). O turismo no sentido de sua prática também se constitui de encontros. É a humanização que compõe o foco principal desta tese. Pensar o frevo enquanto forma de lazer e sociabilidade, enquanto prática social importante para a localidade e, sobretudo, para a cotidianidade e existência de sua gente e, ao mesmo tempo, conceber o turismo como um elo para esta conexão.

Assim como o turismo artificializa territórios e manifestações, também é responsável pela aproximação das pessoas e suas tão diferentes culturas. Não é o turismo que cria – exclusivamente – estes tempos e espaços de encontro, mas pode proporcionar as condições para tal. Assim, sendo o turismo e as manifestações culturais integrados, realizados e “consumidos” por pessoas, e a heterogeneidade constitutiva desses variados sujeitos, pode, portanto, proporcionar outras configurações que levem a formas distintas de turistificação através de práticas conduzidas por seres humanos dispostos a oportunizar e viver outras possibilidades.

São muitas as possibilidades existentes na trajetória do encontro da cultura com o turismo. Neste sentido, é importante questionar a quem a patrimonialização e a turistificação dos bens culturais servirão (Costa, 2016 e Santamarina, 2013), observar se são processos que estão de fato e de direito voltados à população que os produz, ou se servem aos anseios do mercado – e consequentemente do empresariado do turismo e dos(as) turistas ávidos e vorazes por tudo e qualquer coisa, independente das consequências deste consumo.

Esta tese se edificou na pretensão de se constituir um esforço teórico contrário ao que está de acordo com a ideologia dominante (Tribe e Liburn, 2016), fugindo do discurso que se alinha e serve aos discursos hegemônicos – de cunho moderno, eurocêntrico e colonial (Quijano, 2005) – para fornecer uma outra compreensão e interpretação do turismo (Chambers e Buzinde, 2015), capaz de subverter e imaginar para transformar através de “utopias emancipatórias” e assim criar novas formas de vida e outros turismos possíveis” (Martínez-Caldentey, 2023)

A consideração e concretização de “outros turismos possíveis” passa pela adequação dos usos sobre os bens naturais e culturais às práticas e necessidades dos(as) habitantes daqueles lugares e que são realmente afetados em suas vivências, inclusive porque deles dependem e se sustentam. Buscou-se, portanto, a partir da perspectiva dos estudos críticos do turismo, não reduzir a condição do turismo a mero produtor de mercadorias.

Da mesma forma, entende-se que ao considerar a patrimonialização e a ativação patrimonial para além das chancelas e títulos das entidades patrimoniais (sem ignorar a sua

força política e mercadológica), permite-se a ampliação da “posse” (no sentido de poder), desses bens por aqueles(as) que o detêm e mantêm.

A caracterização das particularidades do frevo e sua incidência nos territórios de Recife e Olinda se configuram como os principais resultados empíricos desta tese. O Quadro das Variáveis de Conexão Territorial Afetiva e o Mapa do frevo expõem, além dos segmentos que compõem as comunidades do frevo, as tipologias de lugares para ver e ouvir, aprender a música e a dança, pesquisar e acessar acervos e exposições, monumentos e sedes de agremiação e reforçam a relevância e incidência do frevo.

No entanto, a falência/fracasso de empreendimentos turísticos que tinham o frevo como foco principal e, ao mesmo tempo, o aumento de iniciativas e práticas de frevo realizadas pelos(as) fazedores(as) nas quais a presença de turistas acontece de forma quase que espontânea parece apontar alguns indícios: i) o frevo acontece e é vivenciado fora do carnaval; ii) há interesse por parte dos turistas em vivenciar o frevo onde e como as comunidades o produzem iii) nem tudo pode ser empacotado para fins de consumo tal e como deseja e dita o mercado.

É notória a dificuldade de se separar os bens culturais e o turismo das forças produtivas do mercado – e não se está propondo negar - mas talvez seja possível enxergar além dessas forças predominantemente econômicas para assim identificar as relações sociais existentes e, compreendendo-as buscar formas de torná-las mais justas e equânimes. Como um “produto” da natureza, no sentido mais amplo do termo, no qual estão incluídos os seres humanos, talvez o frevo seja para consumo *in natura*.

O fato de o frevo não ter sido ainda totalmente mercantilizado e empacotado, mais do que um problema de gestão pública ou de visão empresarial, ou ambos, como apontado anteriormente, merece ser mais bem estudado. Trata-se de aspecto/questão recorrente nas discussões desta tese, no entanto, não se pretendeu resolvê-la aqui e muito menos que sua solução se dê a partir do turismo. Além disso, o frevo não é um só, há frevos. O que funciona para integrantes do segmento musical pode não servir à dança ou às agremiações, por exemplo.

Como apontado nesta tese, os já recorrentes e históricos investimentos na promoção do frevo – empreendidos pela gestão pública e também pelo empresariado do turismo - não estão sendo suficientes para proporcionar um uso turístico mais efetivo - ou pelo menos como se é esperado - dos bens culturais patrimonializados. Deixar os rumos do frevo nas mãos dos(as) fazedores (e isto significa dotá-los de condições para tal), pode ser um caminho mais acertado e assertivo do que as ações de promoção turística realizadas há décadas. Enquanto

condições leia-se: remuneração justa dos profissionais do frevo no segmento da música e da dança, sedes estruturalmente organizadas, entre outros.

Choay (2001), ao abordar o patrimônio cultural na era da indústria cultural, indica que os bens desempenham tanto a função de saber e prazer quanto a de produto a ser consumido. O acesso e o uso dos bens patrimonializados e turistificados são proporcionais às diferenças entre os grupos sociais.

Considerando que o turismo cultural é, também, uma forma de distinção social, dentro das perspectivas consideradas nesta tese, o consumo dos bens culturais não necessariamente se constitui na posse de experiências voláteis, mas na sua capacidade de proporcionar transformações, aprendizados e trocas, humanização, portanto. É o que aponta Adu-Ampong⁴⁶ (2023) ao sugerir que no turismo se dá o predomínio do econômico sobre o social e cultural, e que estes são desconsiderados ou pouco valorizados, apagando-se as vivências sociais decorrentes.

Apesar da identificação de uma espécie de “subutilização” do frevo para fins turísticos, há também o acesso ao frevo pelos turistas nos receptivos, nos eventos (sobretudo no período carnavalesco), na indústria fonográfica, nas artes plásticas e no artesanato. A cadeia produtiva da cultura do frevo está viva e pulsando.

Ao examinar o uso turístico do frevo foi possível identificar que há formas mais ricas e completas para esta utilização. Conforme apontado, esta configuração se concretiza com e a partir das ações dos sujeitos-patrimônio que, pelas brechas, fazem o frevo. Esses(as) agentes até dão acesso aos turistas e visitantes, mas não o fazem para este fim e ainda não é relevante o peso do lucro advindo dos mesmos.

Portanto, é preciso considerar os conteúdos sociais existentes nos sujeitos-patrimônio, seus conhecimentos, heranças, modos e repertórios de vida, suas biografias. Não se pode ignorar os conteúdos e vivências da comunidade fazedora. A patrimonialização “oficial” só pode ser considerada legítima se a população aceitar e participar dos processos. No caso do frevo houve – e segue havendo - um envolvimento intenso de suas comunidades. Antes, durante e após a concessão dos títulos os(as) fazedores(as) seguem lutando bravamente para a salvaguarda deste bem.

⁴⁶ Os principais autores desta escola são provenientes de países do Norte Global. Este autor, um ganês radicado na Holanda integra uma corrente de pesquisadores(as) de turismo crítico que intencionam a transformação da maneira de ver, ser, fazer e se relacionar nos mundos (do turismo) por meio de aprendizados e atos orientados para a ação, para o(a) participante-pesquisador(a) (Morgan, Pritchard e Munar, 2023; Pritchard et al, 2011; Morgan et al., 2018; Ateljevic et al, 2007, 2012).

A apropriação das manifestações culturais para fins de consumo turístico enquadra-se entre os resultados esperados dos processos de patrimonialização. Neste sentido, esta tese pretendeu realizar reflexões para o campo dos estudos do turismo as quais poderão fornecer subsídios para pensar/propor uma vivência turística mais lúdica e capaz de aproximar as manifestações da cultura popular, possibilitando sua valorização e dinamizando a existência e manutenção destas e de seus e suas integrantes e territórios.

É fato que, de maneira geral, os turistas e visitantes experimentam muito pouco um contato mais efetivo com o frevo (especialmente fora do período carnavalesco) e quando o fazem, são contatos pouco transformadores. A superficialidade desse contato entre os(as) fazedores da cultura e os(as) turistas e visitantes não é uma exceção do que ocorre com o frevo em Recife e Olinda. Em todos os cantos do mundo tem-se disponível esta interação frívola, abordada em muitos estudos conforme apontado ao logo desta tese. Cada vez mais as interatividades turistas-culturas populares se configuram instantâneas e “instagramáveis”, no sentido de resumir-se a um registro visual composto de elementos estereotipados dos bens ou réplicas e performances caricaturadas/estereotipadas.

O frevo mais do que um mecanismo de sobrevivência econômica de suas comunidades, é um bem constituidor de si mesmos(as) na esfera individual e coletiva. Viver experiências da nossa cultura e da cultura do outro, com o outro, pode potencializar o nosso existir. Levando-se em consideração que via turismo acessamos as naturezas e culturas próximas e longínquas, o turismo pode contribuir para visibilizar, conectar e potencializar nosso existir ao proporcionar o nosso encontro com os bens naturais e culturais.

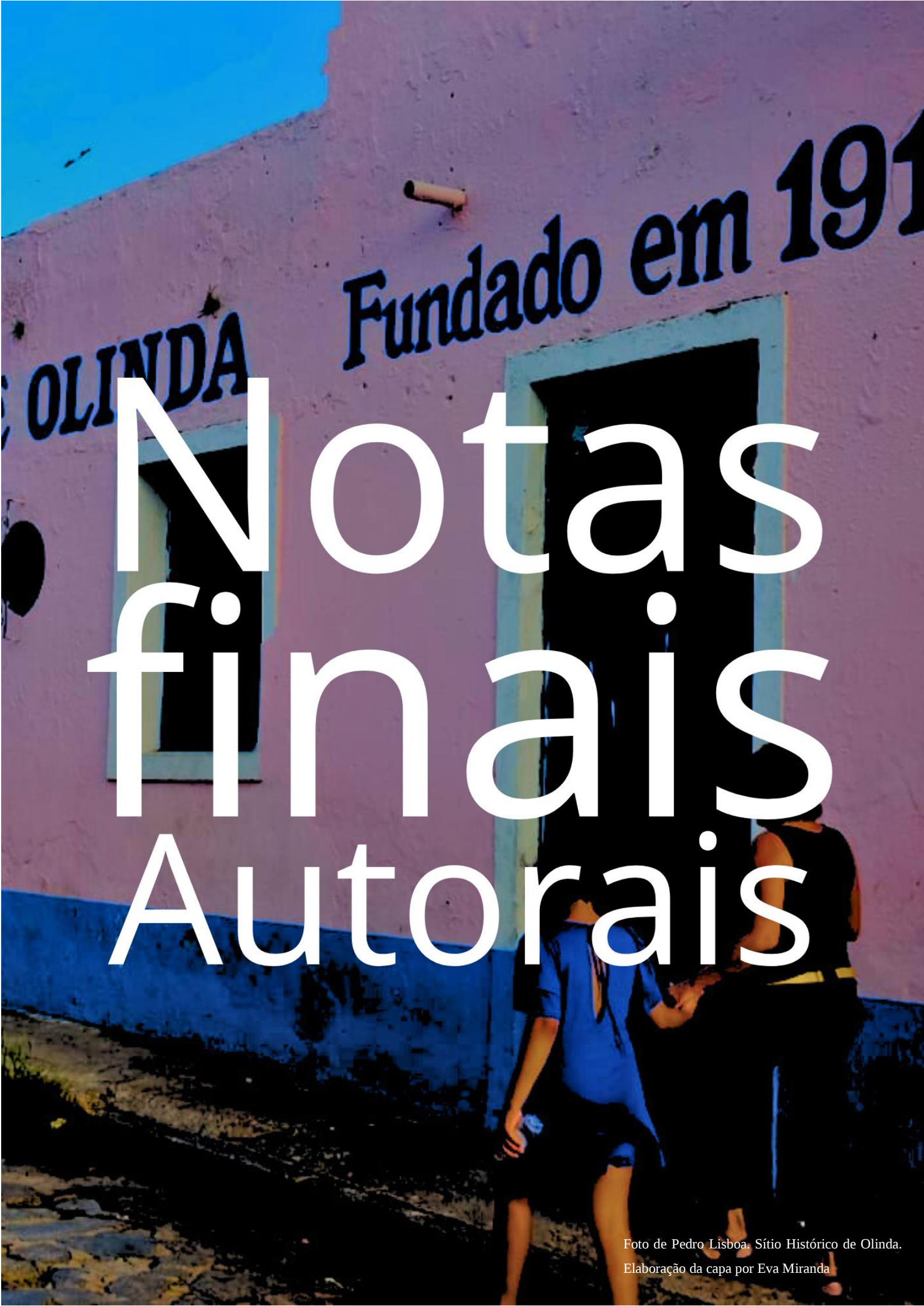
Diante das discussões e argumentos teóricos e empíricos aqui apontados, é possível considerar que refletir sobre o frevo - um PCI da América Latina - pode colaborar para reflexões futuras. O que motivou/inspirou essa tese foi identificar/pensar e propor o turismo como um vetor para transformações e aproximações, ou seja, humanizações. Assim, os resultados desta tese poderão atingir e ser refletidos não apenas na análise específica aqui apresentada, mas poderá apoiar outras investigações na identificação de outras possibilidades de usos turísticos, de “outros turismos possíveis”.

Entre as limitações e dificuldades para a realização desta tese tem-se a ocorrência da pandemia da covid-19, deflagrada mundialmente em março de 2020 pendurando até meados de 2021 (anos iniciais da construção desta investigação), o que prejudicou sobretudo a realização da pesquisa de campo de forma ainda mais profunda e em um maior espaço de tempo.

Outro fator limitante foi decorrente da ausência de dados e informações sobre as comunidades do frevo como um todo. Apesar de numerosos, os estudos e publicações disponíveis não são suficientes para abarcar em toda sua totalidade o grande número de orquestras, agremiações e companhias de dança existentes nas cidades de Recife e Olinda. O gigantesco esforço realizado para coletar as informações nos centros de pesquisa, na internet e também junto ao Comitê de Salvaguarda do Frevo e das entrevistas e conversas com a comunidade foram insuficientes para abarcar todo o universo de pessoas que são e fazem o frevo. Além disso, seria impossível abordar todo este universo em uma única tese.

Houve também um conjunto de limitações decorrentes dos expedientes e protocolos acadêmicos para a redação e finalização da tese - comum a todos(as) e quaisquer pesquisador(a) que se propõe a investigar temas amplos e complexos. Por esta razão não foi possível trazer muitos dos conteúdos acessados via entrevistas e conversas informais, nos textos e documentos acessados e na vivência junto às comunidades do frevo e do turismo. Foram muitos os diálogos, trocas e *insights* surgidos na construção desta tese derivados desses contatos, alguns dos quais gerariam reflexões interessantes e pertinentes, mas ficarão para outros momentos, infelizmente.

Neste sentido, a autora desta tese já articulou parcerias acadêmicas e institucionais futuras com agentes culturais, pesquisadores(as) do frevo e com integrantes do Comitê Gestor e do Paço do Frevo para dar continuidade a caracterização e mapeamento do uso turístico do frevo em Recife e Olinda juntamente com o IFPE (instituição de ensino a qual pertence e atua enquanto docente no curso de turismo).



Notas finais Autorais

Foto de Pedro Lisboa. Sítio Histórico de Olinda.
Elaboração da capa por Eva Miranda

NOTAS FINAIS AUTORAIS

Esta tese abriu com a epígrafe que trazia um frevo de Capiba intitulado “Trombone de prata” (gravado pela primeira vez em 1979 e constantemente regravado até os dias atuais), e se encerrou com a música “Revólver” de autoria de Flaira Ferro (lançada pelas plataformas digitais em 2019). Apesar das quatro décadas que as separam cronologicamente, ambas dizem muito sobre o frevo de ontem, de hoje e de amanhã. Capiba é um homem branco que iniciou sua trajetória no frevo já maduro. É um dos mais gravados e aclamados compositores do gênero. Nasceu em 1904 e faleceu em 1997, e muito antes disso já era considerado um dos grandes nomes do frevo, superando inclusive uma falha comum na música brasileira em relação ao desconhecimento/apagamento das autorias musicais, mesmo as mais populares em todo o país. A letra deste frevo-canção começa com uma visão apocalíptica do mundo, que supostamente iria acabar, e termina com um apelo: “deixem o frevo pra mim”. Apesar de se tratar de uma música escrita em primeira pessoa, entende-se não se tratar de deixar o frevo para Capiba, individualmente, mas para todos(as) que a cantam [e como se canta essa música em Pernambuco!] É uma espécie de “hino” do frevo (não o único, há vários!). É executado com muitos naipes de sopro, uma percussão marcante e é frequentemente, e desde sempre, cantado por muitos(as) intérpretes nos palcos e a plenos pulmões pelas pessoas que integram as multidões nos salões, ruas e ladeiras de Recife e Olinda e de todo o território pernambucano. A referência ao bombo e ao trombone, sugere ressaltar a importância dos instrumentos musicais no frevo. Já o termo ‘mulata’, hoje considerado problemático e inapropriado pela conotação racista e machista que invoca (e é mesmo!), pode ser interpretado como sendo uma referência à presença da mulher negra no frevo [ainda que enquanto acompanhante e com uma possível conotação sexual (aspecto quase que inerente ao carnaval, não se pode negar)]. Capiba termina profetizando que se esses três elementos sobreviverem (o trombone, o bombo e a mulata): “o frevo bom viverá”. Já Flaira Ferro, que hoje tem 34 anos, é uma mulher branca que iniciou sua relação com o frevo como passista ainda na primeira infância. Em sua trajetória integrou companhias de dança pelas quais participou de muitos eventos de promoção turística e foi vencedora de concursos de dança popular. É considerada uma passista virtuosa que assume ter se cansado do lugar estereotipado e engessado na estrutura mercadológica que estava vivendo [e na qual muitos(as) passistas se submetem por ser uma das formas de sobreviver artisticamente no frevo]. Ainda dançando, Flaira decidiu se aventurar na música e vem construindo sua carreira com uma identidade própria. A música

‘Revólver’ foi composta no contexto caótico em que o Brasil vivia durante a gestão do presidente Jair Bolsonaro (2018-2022), período em que as políticas culturais estavam em risco devido ao desmonte assumido como estratégico pelo próprio Governo Federal da época. A menção na letra a “comer farinata” é uma alusão e repúdio a uma das propostas (supostamente de combate à fome) do então Prefeito de São Paulo, João Doria (aliado de Bolsonaro), que chegou a implantar nas escolas da cidade a “farinata” (produto realizado a partir de alimentos que estão perto de perder a validade). A letra de ‘Revólver’ desdenha abertamente do “bolsonarismo”, cuja gestão presidencial tinha como uma das pautas centrais a liberação do porte de armas de fogo para cidadãos comuns. Ao se posicionar criticamente diante dos caminhos tortuosos da política brasileira, Flaira “arma-se” com as palavras e sugere a arte como contra-ataque à covardia e à ignorância e que cidades tristes podem ser corrompidas e manipuladas. Depois de ameaçar que o frevo seguirá (“quero ver você dizer que não vai ter mais frevo”, “quero ver você dizer que não tem frevo mais”), a letra menciona nomes importantes da música e dança do frevo, como o maestro Spok e a passista Zenaide Bezerra, além do próprio Capiba. Em seguida faz referência e reverência o frevo enquanto “ser humano”, “nosso rock” e “luta armada”. Mencionando alguns passos do frevo: “ferrolho”, “tramela”, “rojão”, “abre-alas”, “tesoura”, “martelo” e “espalhando brasa”, os quais foram catalogados por Nascimento do Passo, outro gigante Mestre do frevo, encerra essa canção-protesto-convocação. Em sua época, o frevo-canção de Capiba provavelmente atingiu um grande público através da venda de discos, da execução nas rádios e nos bailes e festas de carnaval e se constituiu como um dos clássicos do frevo. Já a música de Flaira, que para muitos(as) não é nem considerada um frevo “puro”, foi lançada e amplamente divulgada em suas próprias redes sociais [onde a artista tem 120 mil seguidores(as)]. ‘Revólver’ não chega nem perto da popularidade do frevo-canção de Capiba, ainda não caiu na boca do povo, nem nos repertórios das orquestras. Talvez nunca se popularize tanto. Mas é um importante registro e retrato de um frevo mais contemporâneo, não só pela música (que traz muitos elementos do rock) ou pelo conteúdo da letra em si. ‘Revólver’ tem as marcas da produção e consumo musical de agora. Foi lançada em todas as plataformas digitais acompanhada de um clipe carregado com o requinte das produções audiovisuais do cinema pernambucano (referência dentro e fora do Brasil). Foi gravado em cenários icônicos do Recife e traz personagens relevantes do universo da dança do frevo e, também, da música pernambucana como um todo.

Enfim, optei por encerrar a tese com essas notas autorais (pedindo licença para escrevê-la e expressá-la em primeira pessoa) – desobedecendo as normas convencionais dos

trabalhos acadêmicos - para através de uma leitura mais livre tentar melhor traduzir o frevo a partir de duas canções tão distantes no tempo e tão próximas na intensidade e na capacidade de narrar, expressar e proporcionar sentimentos e vivências humanas individuais e coletivas.

Além destes, há inúmeros outros frevos (cantados ou não), mais lentos ou agitados que expressam e materializam emoções, advindas daqueles(as) que os compuseram e executam, e que reverberam nas pessoas que são levadas e arrastadas pelo frevo. Assim, finalizo oficialmente a tese com esta seção (em cuja capa apareço com minha filha andando pelas ladeiras de Olinda, nas proximidades do Clube Vassourinhas) ao som do frevo ‘Cabelo de Fogo’⁴⁷, um dos meus preferidos. Evoé!

⁴⁷ Para ouvir o Frevo-de-rua ‘Cabelo de Fogo’ do renomado Maestro Nunes (1931-2016), executado pela orquestra da Sociedade de Cultura e Musical 1º de Novembro, acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=rsXo5WsaA>

REFERÊNCIAS

- Adu-Ampong, E. A. (2023). The embodied absence of the past: Slavery heritage and the transformative memory work of tourism. *Annals of Tourism Research*, 101, Article 103590. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2023.103590>
- Aguer, B., Cimbaro, S., Dussel, E., Gramajo, P., Luzzani, T., Mignolo, W., Pinacchio, E. Talavera, M. F. (2014). *Cartografías del Poder y descolonialidad*. Buenos Aires: Del Signo.
- Aguirre-Tejeda, B. V; Gilabert-Juárez, C. L.; Salazar-Peralta, A. N. (2021). La patrimonialización en México: las disputas en torno al patrimonio cultural intangible. *Corima – Revista de Investigación em Gestão Cultural*. 6(10).
- Alcoff, L. (2016). Uma epistemologia para a próxima revolução. *Sociedade e Estado*, 31(1), 129-143.
- Almeida, M. [Org.] (2014). *Comitê Gestor de Salvaguarda do Frevo: memórias 2011-2014*. Recife: Secretaria de Cultura/Fundação de Cultura Cidade do Recife.
- Alvarado-Sizzo, I; Zamora, V. F. e López, Á. (2018). Representaciones espaciales, patrimonio y turismo: apuntes teórico-metodológicos. In I. Alvarado-Sizzo e Á. López (eds.). *Turismo, patrimonio representaciones espaciales*. PASOS–RTPC: Tenerife.
- Alvarado-Sizzo. I. (2021): Spatial representations, heritage and territorial-synecdoche in contemporary tourism, *Tourism Geographies*. DOI:10.1080/14616688.2021.1905708.
- Amaral, J. P. (2015). *Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial*. Dissertação (Mestrado) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro.
- Amorim, M. A. (2014), *Patrimônios Vivos de Pernambuco*; 2. ed. rev. e amp – Recife: FUNDARPE
- Ariño, A. (2007). La invención del patrimonio y la sociedade del riesgo. In: A. Rodriguez Morató (Coord.). *La sociedad de la cultura*. Barcelona: Ariel. p. 71-88.
- Arrieta Urtizberea, I. (2016) *Activaciones patrimoniales e iniciativas museísticas ¿Por quién? Y ¿Para qué?* Argitalpen, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco: Pais Vasco.
- Ateljevic, I., N. Morgan, and A. Pritchard (eds.) (2007). *The Critical Turn in Tourism Studies: Innovative Research Methodologies*. Oxford: Elsevier.
- Ateljevic, I., N. Morgan, and A. Pritchard (eds.) (2012). *The Critical Turn in Tourism Studies: Creating an Academy of Hope*. Oxford: Routledge.
- Bacelar, A. G. (2019). *Planejamento, Conservação e Turismo Cultural: noções e práticas no PDLI de Olinda*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
- Bianchi, R. V. (2009) The 'Critical Turn' in Tourism Studies: A Radical Critique, *Tourism Geographies*, 11(4), 484-504.

- Borba, C da M. S. (2010). *Nós somos o mundo: políticas culturais e turismo em tempos globalizados*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco.
- Boukhris, L. e Peyvel, E. (2019). Tourism in the context of postcolonial and decolonial paradigms. *Tourism Review*, 16, 1-14.
- Brasil (2005). *Projeto Urbanístico Recife-Olinda*. Recuperado de: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/ReabilitacaoAreasUrbanas/Biblioteca_Projeto_Urbanistico_Recife-Olinda.pdf
- Brasil. (2000). *Decreto No. 3.551*. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI, Brasília.
- Britton, S. (1982). The Political Economy of Tourism in the Third World. *Annals of Tourism Research*, 9(3), 331–358.
- Burns, P. M. (2002). *Turismo e antropologia: uma introdução*. Chronos: São Paulo.
- Cáceda, D. S., e Sialer, F. A. A. (2022). Patrimonio cultural inmaterial y turismo: Análisis de la producción científica publicada en revistas Iberoamericanas de turismo. *Investigaciones Turísticas*, (23), 112-139.
- Campodónico, R.; Chalar, L. (2017). Una propuesta teórica y metodológica para los estudios del turismo desde la perspectiva de la complejidad. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 26, 461-477.
- Canclini, N. G. (2006). *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Editora UFRJ: Rio de Janeiro.
- Capra, F. (1982). *O ponto de mutação*. Círculo do Livro: São Paulo.
- Carvalho, K. D. (2010). Lugar de memória e turismo cultural: apontamentos teóricos para o planejamento urbano sustentável. *Revista de Cultura e Turismo – CULTUR*, 4(1).
- Cavalcanti, M. L. V. (2019). A proteção legal do patrimônio imaterial no Brasil. In *A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus*. I. Tamaso, R. S. Gonçalves, S. Vassallo (Orgs.). Goiânia: Editora Imprensa Universitária.
- Chambers, D. e Buzinde, C. (2015). Tourism and decolonisation: locating research and self. *Annals of Tourism Research*. 51, 116.
- Choay, F. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.
- Costa, E. B. da (2015). *Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana – totalidade-mundo*. São Paulo: Humanitas, Fapesp, 2015.
- Costa, E. B. da. (2007). *O lugar da América Latina na geografia do Patrimônio Mundial*. Observatório Geográfico América Latina. Recuperado de: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/67.pdf>
- Costa, E. B. da. (2016). *Utopismos patrimoniais pela America Latina: resistencias a colonialidade do poder*. Actas XIV Coloquio Internacional de Geocritica, Barcelona: Universidad de Barcelona.
- Costa, E. B. da. (2017). Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *Cuadernos de Geografia: Revista Colombiana de Geografia*. 26(2), 53-75.

- Costa, E. B. da. (2021). Planejamento urbano possível, imaginário, existência e cultura. *Tempo Social*, 33(1), 91-120. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.164522>
- Costa, E. B. e Alvarado-Sizzo, I. (2023). Mercados y tianguis, usos del territorio y patrimonio-territorial latinoamericano en México. *Revista Geográfica Venezolana*. 64(1), 96-115.
- Costa, E. e Moncada, J. O. (2021). Decolonialidad originaria latinoamericana y condicionamiento barroco del territorio novohispano: conventos, presidios y pueblos de indios. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, 30(1). <https://doi.org/10.15446/rcdg.v30n1.80924>.
- Costa, E. (2024). Del patrimonio territorial eurocentrado al patrimonio-territorial decolonial. Giro epistémico desde el Sur. *Eutopía, Revista de Desarrollo Económico Territorial*, 25, 01-30. <https://doi.org/10.17141/eutopia.25.2024.6175>
- Cowen, M. P.; Shenton, R. W. (2005). *Doctrines of development*. Taylor e Francis e-Library.
- Dantas Silva, L. (2005). *Pernambuco nação: a formação da identidade pernambucana*. Editora: Companhia Editora de Pernambuco.
- Duarte, R. (1968). *História social do frevo*. Rio de Janeiro: Ed. Leitura.
- Escobar, A. (2005). *Más allá del Tercer Mundo: Globalización y Diferencia*. Bogotá, Colômbia: Instituto Colombiano de Antropología e História.
- Esteves, L. e Santos, L. *Frevo: memória e patrimônio*. Recife: IDG, 2018.
- Fazito, M. (2015). Modernização Turística: o papel do turismo nos discursos dominantes de desenvolvimento In S. L. Figueiredo, W. R. M. Nóbrega e F. F. Azevedo (Org.). *Perspectivas Contemporâneas de Análise em Turismo*, Belém: NAEA
- Fazito, M., Rodrigues, B., Nascimento, E. e Pena, L. C. S. (2017). O papel do turismo no desenvolvimento humano. *Papers do NAEA/UFGA*. 372, 4-21.
- Fazito, M., Scott, M. e Russell, P. (2016). The dynamics of tourism discourses and policy in Brazil. *Annals Of Tourism Research*. 57, 1-17.
- Fernandes, B. G. M. & Fazito, M. (2022). Turismo y activación popular del frevo como ‘patrimonio-territorial’ de Recife, Pernambuco, Brasil. *PatryTer*, 5(10), 19-34. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v5i10.41178>
- Fernandes, B. G. M. (2011). *Turismo Cultural e Desenvolvimento Local: Análise das estratégias de comunicação e mobilização do Projeto Vivendo Pernambuco*. Dissertação. (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local). Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife. <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/6046>
- Figueiredo, S. e Nóbrega, W. R. M. (2015). Turismo e Desenvolvimento Regional, conceitos e políticas em um caso brasileiro. In S. L. Figueiredo, W. R. M. Nóbrega e F. F. Azevedo (Org.). *Perspectivas Contemporâneas de Análise em Turismo*, Belém: NAEA.
- Figueiredo, S. L. (2008). Espaços de cultura nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, S. (Org.). *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: NAEA, p. 79-92.
- Figueiredo, S. L. Nóbrega, W e Bahia, M. A. P. (2012). Planificación y gestión de las visitas al patrimonio natural y cultural. *Estudios y Perspectivas en Turismo*. 21, 355-371.

- Flyvbjerg, B. (2004). Cinco Malentendidos acerca de la investigación mediante los Estudios de Caso. REIS, 106, pp.33-62. Disponível em: http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_106_041167998142322.pdf
- Foucault, M. (1997). *A arqueologia do saber*. Florence: Rio de Janeiro.
- Fratucci, A. (2000). Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico. *Geographia*, 2(4), 121-133.
- Frigolé, J. (2014). Retóricas de la autenticidad en el capitalismo avanzado. *ÉNDOXA: Serie Filosóficas*, 33, 37-60.
- Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (2018). *Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco*. Recife: Fundarpe.
- Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. (2014). *Patrimônio culturais de Pernambuco: materiais e imateriais*. Recife: Fundarpe.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas.
- Gonçalves, J. R. S. (2015). O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, 28(55), 211-228.
- González Alcantud, J. A. (2018). Turismo y patrimonio inmaterial, una alianza obscena. *Erebea. Revista de Humanidades y Ciencias Sociales*, 8. <https://doi.org/10.33776/erebea.v8i0.3570>
- Gravari-Barbas, M. (2020). Heritage and tourism: From opposition to coproduction. In *A research agenda for heritage tourism*. pp. 1-14. Edward Elgar Publishing.
- Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- Hiernaux, D. (2002). Turismo e imaginários. In A. Cordero, A. D. Hiernaux-Nicolas e L. Duynen Montijn (Coords.). *Imaginarios sociales y turismo sostenible* (pp. 7-36). Costa Rica: FLACSO.
- Hiernaux, D. (2020). Nuevas encrucijadas para el turismo. *Estudios y Perspectivas en Turismo - 30º Aniversario*, 29, 996 – 1011.
- Holanda, L de. (2008). *Registro do patrimônio cultural imaterial: mais uma estratégia de agregação de valor à oferta turística?* Anais do V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Belo Horizonte-MG.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Ministério da Cultura. (2006). *Patrimônio Imaterial: o Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. IPHAN: Brasília.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (1989a). Recomendação de Paris. 25ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO - *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*. Recuperado de: <http://portal.iphan.gov.br/>
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (1989b). *Declaração de São Paulo*. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Sao%20Paulo%201989.pdf>
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (1997). Carta de Mar del Plata. *Carta de Mar del Plata - Documento de países do Mercosul sobre Patrimônio Intangível*. Recuperado de: <http://portal.iphan.gov.br/>.

- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2006a). *Dossiê Frevo*. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20Frevo.pdf>.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2006b). *Parecer nº 007/2006*. Brasília: IPHAN.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2009). *Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais, 1*. Recuperado de: <http://portal.iphan.gov.br/>
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2012). *Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais, 1*. Recuperado de: <http://portal.iphan.gov.br/>
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2014). *Dossiê Frevo*. http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DossieIphan14_Frevo_web.pdf.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2017). Salvaguarda de bens registrados: patrimônio cultural do Brasil: apoio e fomento. In R. R. B. A. (Coord e Org.) *Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais, 2*. Recuperado de: <http://portal.iphan.gov.br/>
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2018). *Saberes, Fazeres, Gingas e Celebrações: Ações para a salvaguarda de bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil 2002-2018*. Recuperado de: <http://portal.iphan.gov.br/>.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2021). *Parecer técnico nº 34/2021*. Recife: IPHAN.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2024). *Iphan – Feira de Caruaru*. <http://portal.iphan.gov.br/galeria/detalhes/97>
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2024). *Iphan – Pernambuco*. Recuperado de: <http://portal.iphan.gov.br/pe>.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2024). *Portal do Iphan*. Recuperado de: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>.
- Isaac, R. K. I. (2008). *Understanding the behaviour of cultural tourists: towards a classification of Dutch cultural tourists*. ScienceGuide: Netherlands.
- Jafari, J. (2005). El turismo como disciplina científica. *Política y sociedad*. 42(1), 39-56.
- Jamal, T. e Hollinshead, K. (2001). Tourism and the Forbidden Zone: The undeserved power of qualitative inquiry. *Tourism Management*, 22, 63–82.
- Japiassú, H. (1976). *Para ler Bachelard*. Francisco Alves: Rio de Janeiro.
- Kuhn, T. S. (2001). *A estrutura das revoluções científicas*. Perspectiva: São Paulo.
- Maldonado-Torres, N. (2008). La descolonización y el giro des-colonial. *Tabula Rasa*, 9, 61-72.
- Martínez-Caldentey, M. A. (2023). El legado de Ursula K. Le Guin: Imaginar para subvertir y hacer otros turismo posibles. In Cañada, E., dit Chiro, C.M., Murray, I. (eds.). *El malestar en la turistificación*. Pensamiento crítico para una transformación del turismo. Barcelona: Icaria Editorial.
- May, T. (2001). *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre, Artemed.
- Menezes Neto, H. (2014). *Tem Samba na Terra do Frevo: as escolas de samba no carnaval do Recife*. Tese. (Doutorado em Sociologia e Antropologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro).

- Mignolo, W. D. (2003). *Historias locales, diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Akal: Madrid: Akal.
- Morgan, N., Pritchard, A., Causevic, S., & Minnaert, L., (2018). Ten years of critical tourism studies: Reflections on the road less traveled. *Tourism Analysis*, 23(2), 183-187.
- Morgan, N., Pritchard, A., e Munar, A. M. (2023). Critical Tourism Studies. In J. Jafari, & H. Xiao (Eds.), *Encyclopedia of Tourism*. Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-01669-6_41-2
- Morgan, N., Pritchard, A., & Munar, A. M. (2023). *Critical Tourism Studies*. In J. Jafari, & H. Xiao (Eds.), *Encyclopedia of Tourism*. Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-01669-6_41-2.
- Moura, C. A. de; Santos, M. R. e Araújo, S. M de. (2024). Casa do Carnaval do Recife: espaço de memórias, histórias e produção de novos saberes. *Cadernos do CEOM*, Chapecó (SC), 37(60), 44-55.
- Mowforth, M. e Munt, I. (2003). *Tourism and Sustainability. Development and New Tourism in the Third World*. Second Edition. (London and New York: Routledge.
- Müller, E., e França, J. P. de. (2011). A "patrimonialização" dos bens culturais de natureza imaterial: notas a partir das experiências de registro em Pernambuco. *Cadernos De Estudos Sociais*, 24(2).
- Oliveira, A. F. B. de. (2016). Patrimônio cultural e turismo: forma de apresentação, forma de preservação. *Acesso Livre*, 6.
- Ortiz, R. (2011). *A cultura no Brasil e as políticas culturais*. In Brasil: A construção retomada (pp. 267-280). Editora Unicamp.
- Paes, M. T. D. (2009). Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. *Turismo de base comunitária—diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 162-176.
- Pelegri, S. C. A. (2008). A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. *História*. 27(2), 145-173.
- Pellicciotta, M. e Solha, K. T. (2016). Turismo e Preservação do Patrimônio Cultural: uma trajetória (pouco conhecida) de interações. *SÆCULUM- Revista de História*. 35.
- Pereiro, P. X. (2003). Patrimonialização e transformação das identidades culturais. In: J. Portela e J. Castro Caldas (Coords.). *Portugal, Chão*. Oeiras: Celta Editora.
- Pereiro, P. X. (2009). Turismo Cultural – Uma visão antropológica. *Colección PASOS*, 2.
- Periáñez, J. D. A. (2022). Three significances of the notion heritage: a study of the dissonance between institutionalization, tourism image and social perceptions in rural areas. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 20(1).
- Pernambuco. (2002). *Lei nº 12.196, de 2 de maio de 2002. Institui o Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco - RPV-PE, e dá outras providências*. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Recife.
- Pernambuco. (2016). *Lei nº 15.944, de 14 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o reconhecimento de Mestres, Mestras e Grupos como Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco – RPV-PE*. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Recife.

- Pernambuco. Secretaria de Turismo/Empetur (2008). *Plano Estratégico de Turismo de Pernambuco 2008-2020 (Versão Pública)*. Recuperado de: < <http://www2.setur.pe.gov.br/web/setur>.>
- Pernambuco. Secretaria de Turismo/Empetur (2023). *Relatório Integrado de Gestão*. Recuperado de: < <https://empetur.pe.gov.br/transparencia/governanca-corporativa/74-transparencia/1241-relatorio-integrado-de-gestao>. >
- Prats, L. (2005). Concepto y gestión del patrimonio local. *Cuadernos de Antropología Social*, 21, 17-35.
- Prats, L. (2006). La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias. *PH. Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, 58, 72-80.
- Prefeitura da Cidade do Recife. (2021a). Secretaria de Desenvolvimento econômico, Ciência, Tecnologia e Informação. *Planejamento Estratégico 2021-2024*. Recuperado de: [https://desenvolvimentoeconomico.recife.pe.gov.br/sites/default/files/2023-01/pcr-planejamento-2021-2024%20\(17\)%20rota%20do%20futuro.pdf](https://desenvolvimentoeconomico.recife.pe.gov.br/sites/default/files/2023-01/pcr-planejamento-2021-2024%20(17)%20rota%20do%20futuro.pdf)
- Prefeitura da Cidade do Recife. (2021b). Secretaria de Turismo e Lazer. *Plano de Turismo Criativo 2022-2024*. Recuperado de: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://turismocriativo.visit.recife.br/wp-content/themes/turismo-criativo/download/plano-de-turismo-criativo-2022-2024.pdf
- Pritchard, A., N. Morgan, e I. Ateljevic. (2011). Hopeful Tourism: A New Transformative Perspective. *Annals of Tourism Research*, 38, 941-963.
- Qiu, Q., Zuo, Y. e Zhang, M. (2022). Intangible cultural heritage in tourism: Research review and investigation of future agenda. *Land*, 11(1), 139.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Lander (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO: Buenos Aires.
- Sánchez-Aguirre, D.P. e Alvarado-Sizzo, I. (2024). DMO promotions of intangible cultural heritage through the COVID-19 pandemic in Mexico's Bajío. *Tourism, Culture and Communication*. <https://doi.org/10.3727/109830423X17037115767546>
- Santamarina, B. (2013). Los mapas geopolíticos de la Unesco: entre la distinción y la diferencia están las asimetrías. El éxito (exótico) del patrimonio inmaterial. *Revista de Antropología Social*. 22, 263-286.
- Santos, C. de O. e Mendes, M. F. (2019). *Frevo: transformações ao longo do passo*. Recife: Cepe.
- Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2ª. Ed. Record. Rio de Janeiro.
- Sarmiento, L. E. P. (2010). *Patrimonialização das culturas populares: visões, reinterpretações e transformações no contexto do frevo pernambucano*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Secretaria de Cultura de Pernambuco. *Patrimônios Vivos*. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/imaterial/patrimonios-vivos/>. Acesso em: [7 de março 2024].
- Sharpley, R. (2020). Tourism, sustainable development and the theoretical divide: 20 years on. *Journal of Sustainable Tourism*. 28(2), 1-15.

- Simões, M de L. N. (2009) Identidade cultural: a literatura como agenciadora de trânsitos. In Camargo, P de; Cruz, G. da. (Orgs). *Turismo Cultural: Estratégias, Sustentabilidade e Tendências*. Editus: Ilhéus.
- Stone, M. T., Stone, L. S., Mogomotsi, G., e Mogomotsi, P. (2023). Intangible Heritage as a Cultural Asset for African Tourism. In *Cultural Heritage and Tourism in Africa*. Routledge, 29-45.
- Teles, J. (2008). *Frevo rumo à modernidade*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife.
- Teles, J. (2024). *Frevo, meu bem! Por que as orquestras tocam o mesmo repertório no carnaval de Pernambuco*. Recuperado de: <https://telestoques.wordpress.com/2024/09/01/frevo-meu-bem-por-que-as-orquestras-tocam-o-mesmo-repertorio-no-carnaval-de-pernambuco/>.
- Teles, J. [Org.] (2022). *Frevo Vivo*. Recife. Cepe.
- Tribe, J. (2007). Critical Tourism: rules and resistance. In: I. Ateljevic, A. Prichard e N. Morgan (Eds.). *The critical turn in tourism studies: innovative research methods*. Amsterdam: Elsevier.
- Tribe, J. e Liburn, J. J. (2016). The tourism knowledge system. *Annals of tourism Research*. 57, 44-61.
- Unesco. (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Recuperado de: <http://portal.iphan.gov.br/>.
- Uriely, N. (2005). The Tourist Experience. Conceptual Developments. *Annals of Tourism Research*, 31(1), 199-216.
- Veal, A. J. (2011). *Metodologia de pesquisa em lazer e turismo*. São Paulo: Aleph.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203–220.
- Walsh, C. (2006). *Interculturalidad, conocimientos y decolonialidad*. *Tabula Rasa*, 4, 131-152.
- Yúdice, G. (2004). *A conveniência da cultura*. Editora UFMG: Belo Horizonte.
- Zanirato, S. H. (2018). Patrimônio e identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. *Revista CPC*, 13(25), 7-33. DOI: doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i25p7-33.

APÊNDICES

Apêndice A

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ENTREVISTA No:

Nome: Idade: Gênero: () M () F () Outros: _____

Escolaridade: () fundamental () médio () superior () pós-graduação

Atividade, cargo ou função exercida junto ao frevo:

1. FATORES DE CONEXÃO COM O FREVO
--

Qual é a sua história com o frevo? Quando e como se deu o seu primeiro contato com o frevo?

Fale um pouco sobre sua forma de se envolver /relacionar com o frevo?

Intensidade/frequência

Qual o sentimento/emoção que o frevo te dá?

Quais os momentos mais marcantes do frevo em sua vida e/ou da sua família e da sua vizinhança e amigos(as).

Cite lugares/espacos/instituições que você frequenta para conviver com o frevo (e/ou com sua comunidade).

Como você avalia o investimento / apoio que se dá ao frevo? Quais instituições/entidades públicas e privadas apoiam o frevo? Poderia comentar sobre a atuação/papel delas na vida do frevo?

Na sua opinião quais as maiores dificuldades vividas pelo frevo ao longo de sua história?

Acha que hoje a situação do frevo é melhor? Pior?

Quais mudanças/alterações/modernizações vividas pelo frevo você destacaria? Foram boas? ruins? O que deveria/poderia ter sido diferente?

Como as pessoas se aproximam do frevo?

E como aprendem a dançar frevo? E a tocar frevo? Você acha que tem muitas opções de escolas e iniciativas de frevo? quais? Onde estão?

2. O FREVO E A PATRIMONIALIZAÇÃO

Na sua opinião, qual a importância dos títulos do Iphan e da Unesco para o frevo? Percebe alguma diferença entre eles? Qual o impacto dos títulos? Em que medida os títulos do Iphan e da Unesco impactaram o frevo?

Quais os principais avanços/melhorias após os títulos?

Como você avalia a expectativa pelos títulos? E os avanços após os títulos?

Considera que passados aproximadamente 15 anos (Iphan) e 10 anos do título pela Unesco, as pessoas estão suficientemente informadas acerca do significado, possibilidades e limitações decorrentes da salvaguarda?

3. LUGAR / IMPORTÂNCIA DO FREVO

Na sua opinião o frevo é do carnaval ou é do ano inteiro? Qual é o tempo/período do frevo?

Você acha que a comunidade do frevo em geral concorda com a sua opinião?

Você vive o frevo o ano inteiro? De que maneira?

Quais as maiores dificuldades enfrentadas pela comunidade do frevo ao longo do ano? E especificamente no carnaval?

Como você percebe/vê/sente o frevo com relação ao desempenho do mercado cultural como um todo (em relação aos shows, espetáculos, apresentações, apoios à comunidade do frevo; ao uso/exploração pelo turismo e turistas; e ao carnaval?

Qual a causa de afirmarem (imprensa e alguns integrantes da comunidade) que o repertório do frevo no carnaval e nas rádios é o mesmo desde sempre? Você concorda com isso? Comente. (Acha que há culpados/responsáveis? Se não, por que dizem isso? Como você acha que deveria ser?)

Qual o lugar/espço mais emblemático do frevo para você? É uma referência só sua ou você acha que é compartilhada pela comunidade do frevo? Detalhe onde e do que se trata.

Em que lugar se sente/vive o frevo em Pernambuco? E em Recife/Olinda? Para você, onde está o frevo? Onde e como o frevo se materializa?

Para você o frevo se mantém graças à tradição ou à renovação? Acha que os demais integrantes da comunidade do frevo concordam com você? Se não, poderia comentar um pouco sobre esta questão?

Na sua opinião a comunidade do frevo é valorizada financeiramente?

Dentro da comunidade do frevo quem recebe os melhores/mais altos investimentos?

4. FREVO E TURISMO

Qual o lugar/importância do frevo em termos de identificar/representar Pernambuco? E especificamente Recife/Olinda?

Você acha que os turistas reconhecem/vivem o frevo quando visitam Pernambuco [Recife e Olinda]?

Há diferenças entre viver o frevo em Olinda e no Recife? Quais seriam?

Quando você recebe pessoas de fora aqui em Pernambuco, quais coisas/lugares faz questão de mostrar. Por quê? Alguma dessas coisas/lugares tem relação com o frevo?

Você acha que há/deveria haver mais lugares voltados ao frevo?

Você acha que o turista dá valor ao frevo?

Você acha que o mercado do turismo dá valor ao frevo?

Você acha que o poder público dá valor ao frevo?

Você acha que a população local dá valor ao frevo?

Você conhece / frequenta algum lugar/espço/instituição “frevística”? Qual? Com que frequência você vai? Outras pessoas também vão? São muitas? Comente um pouco sobre isso.

Você poderia citar sedes de agremiações/blocos/clubes que você frequenta? Outras pessoas também frequentam? Acha que são só os moradores locais frequentam ou os turistas também?

Se não há turistas: você acha que os turistas deveriam/poderiam frequentar? Tente justificar porque eles não frequentam.

Quais as condições físicas e materiais desses espaços/sedes das agremiações?

Quais as condições econômicas e financeiras dos integrantes dessas agremiações?

Você acha que falta algo nas sedes das agremiações (e outros espaços de frevo) para serem lugares mais preparados para festas/shows/visitas/reuniões.

Você conhece algum roteiro/passeio turístico que tem o frevo como elemento principal (ou não) de visitaçã?

Você acha que o frevo é bem explorado no Recife? E em Olinda? Como você acha que poderia/deveria ser?

Você acha que o frevo é manipulado/alterado para a produção e o consumo das pessoas? O que você acha da exploração do frevo? Como você avalia? Quais os problemas e as vantagens?

Você acha que o turismo/os turistas/os empresários do turismo podem prejudicar/destruir o frevo? Se sim, como?

Você acha que o turismo/os turistas/os empresários do turismo podem apoiar/salvar o frevo?

Você acha que o frevo é vendido turisticamente?

Você acha que a forma que o frevo é vendido funciona?

Você acha que existe um frevo local/raiz e um frevo tipo exportação? Como são, em que se diferenciam?

Qual o futuro do frevo? Qual o futuro da comunidade do frevo? Como você vê o frevo daqui a 100 anos?

Na sua opinião, quem faz o frevo seguir existindo?

Você tem medo de que o frevo acabe/morra/desapareça? Comente um pouco sobre isso.

Você gostaria de comentar algo mais?

Você poderia me fornecer fotos suas e de sua família e amigos com o frevo?

RUAS/TERRITÓRIO DO FREVO

Para você qual é o território do frevo? Cite ruas, praças, espaços públicos do Recife/Olinda que na sua opinião são a cara do frevo.

Locais para ouvir

Locais para dançar

Locais para aprender

Locais para comprar adereços

Locais para encontrar a comunidade do frevo

Locais das sedes das agremiações

Apêndice B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Prezado(a) Respondente:

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de Doutorado: **O uso turístico do frevo em Recife/Olinda: reflexões decoloniais e “outros turismos possíveis”** que está sendo desenvolvida pela doutoranda Bruna Galindo Moury Fernandes sob a orientação do Prof. Dr. Mozart Fazito Rezende Filho junto ao Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR/UFRN). O objetivo da pesquisa é reflexionar sobre o uso turístico do frevo em Recife/Olinda. Sua participação consistirá em responder uma entrevista de perguntas abertas e fechadas com duração de tempo inferior a 60 minutos. Haverá registro de áudio, de vídeo ou de imagem. Para diminuir as possibilidades de risco, desconforto ou constrangimento, orientamos que você responda apenas às questões que se sinta confortável, podendo, inclusive, deixar de responder uma ou mais perguntas ou desistir de sua participação, a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou consequência. Esclarecemos e garantimos que sua identificação será mantida em sigilo e os resultados obtidos por meio desta entrevista serão utilizados apenas para alcançar os objetivos citados acima, incluindo a publicação dos resultados em artigo científico e a apresentação em eventos acadêmicos.

Bruna Galindo Moury Fernandes
Doutoranda em Turismo
PPGTUR/UFRN

Mozart Fazito Rezende Filho
Professor Orientador
PPGTUR/UFRN

Nestes termos, agradecemos sua colaboração e *pedimos, por favor, que confirme o interesse em participar da pesquisa, preenchendo os campos abaixo:*

_____ de _____ de 2023.

Eu, _____ (nome), CPF No. _____, *tenho mais de 18 anos, estou ciente dos termos da minha participação, e concordo em participar desta pesquisa.*

(Assinatura do(a) participante)

*Este documento foi impresso em duas vias: uma para o(a) entrevistado(a) e outra para a pesquisadora responsável. Em caso de quaisquer dúvidas sobre a pesquisa e/ou entrevista, você poderá entrar em contato a qualquer momento que julgar necessário pelo e-mail: brunafernandes@recife.ifpe.edu.br e/ou telefone (81) 9 97935097.